

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Filosofia, Sociologia e Política
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
Doutorado em Ciência Política



Tese

Condicionantes da participação eleitoral em 36 países do continente africano

Acrísio Pereira Victorino

Pelotas, 2023

Acrísio Pereira Victorino

Condicionantes da participação eleitoral em 36 países do continente africano

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Orientador: Alvaro Augusto de Borba Barreto

Pelotas, 2023

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

V646c Victorino, Acrisio Pereira

Condicionantes da participação eleitoral em 36 países do continente africano / Acrisio Pereira Victorino ; Alvaro Augusto de Borba Barreto, orientador. – Pelotas, 2023.

230 f.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2023.

1. Participação política. 2. Eleições. 3. Voluntarismo cívico. 4. Afrobarometer. I. Barreto, Alvaro Augusto de Borba, orient. II. Título.

CDD : 320

Acrisio Pereira Victorino

Condicionantes da participação eleitoral em 36 países do continente africano

Tese aprovada, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciência Política, do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, da Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 23 de junho de 2023

Banca examinadora:

Prof. Dr. Alvaro Augusto de Borba Barreto (Orientador). Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Profa. Dra. Bianca de Freitas Linhares. Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Prof. Dr. Ednaldo Aparecido Ribeiro. Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná.

Prof. Dr. José Jaime Macuane. Doutor em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

*Dedico esta tese ao meus pais, **Humberto Pereira Victorino e Laura Engenheiro Assupainho** (in memoriam), preciso sempre me lembrar que sem vocês não chegaria até aqui, fizeram-me sempre acreditar no meu potencial e se sacrificaram muito por mim. Vocês sempre serão a verdadeira **TESE** da minha vida.*

Agradecimentos

Tendo em vista as inúmeras inter-relações que a gente estabelece na sociedade, se torna difícil fazer agradecimentos sem cometer injustiças por falta de menção de algum nome. Assim, acho conveniente de forma inicial agradecer a todas as pessoas que contribuíram de uma forma ou de outra para o desenvolvimento desta tese.

Agradeço a Deus, pela vida, saúde, momentos de reflexão e equilíbrio pessoal.

Escrever essa tese me remeteu a diversos momentos de solidão, neste sentido quero primeiramente agradecer a mim mesmo, por acreditar em mim, por me incentivar todos dias, por fazer esse trabalho árduo, por não ter desistido quando havia razão para desistir, por ter levantado da cama em dias tristes e ligado o computador para colocar as leituras em dia, por ter abdicado de diversas coisas para tornar isso uma realidade.

Não existiria esse trabalho sem a orientação do Professor Alvaro Augusto de Borba Barreto, quero muito agradecer-lhe por ter aceitado orientar esse trabalho, e por ter acreditando que era possível fazer uma tese excelente com inúmeras dúvidas que eu tinha sobre o fenômeno a ser estudado. Durante esses longos mais de quatro anos, sempre se mostrou solícito e compreensivo com as minhas dificuldades, infelizmente a pandemia não permitiu com que a gente tivesse conversas presenciais mais frequentes sobre o desenvolvimento do trabalho, mas sempre se mostrou um orientador presente, mesmo no novo normal virtual. Agradeço por tudo: a convivência cordial e fraterna, a orientação, a confiança e o estímulo necessário. A sua supervisão, comentários e leitura atenta a todas as versões deste manuscrito forma imprescindíveis para a conclusão desta pesquisa.

Agradeço também à Professora Bianca de Freitas Linhares e ao Professor Ednaldo Ribeiro, que fizeram parte da qualificação desta tese e colaboraram muito na orientação teórica e metodológica.

Um agradecimento especial à Brian Howard, do *Afrobarometer*, por todo o apoio prestado com relação às bases de dados. Meu sincero agradecimento ao Professor Michael Bratton, ao Professor Jose Jaime Macuane, à Professora Michelle Kuenzi e ao Professor Gabriel Avila Casalecchi pelos comentários e indicações de bibliografia.

Um agradecimento especial ao Lucas Okado, por todo apoio prestado na questão metodológica deste trabalho, leitura e comentários.

Aos meus colegas de doutorado, Anna Cláudia Campos e Santos, Carolina Costa dos Santos, Cristiano Ruiz Engelke, Letícia Baron, Mariana Schardosim Tavares, Paulo César Neves Barboza, Sandra Regina Barbosa Parzianello, Diandra Ávila Martini, meu muito obrigado por dividirem minhas dúvidas e angústias. Um agradecimento a Andréa, secretária do PPGCPol, por sempre ter sido solícita e ajudado na burocracia da universidade.

Agradeço aos meus pais, Laura e Humberto (*in memoriam*), que sempre me incentivaram e se orgulharam da minha trajetória. Agradeço aos meus irmãos, Noberto, Dionildo, Ercília e Ercílio, e a minha Prima (Nina) que não podem dizer que nessa distância me dediquei mais aos estudos do que a eles, pois sabem o quão são mais importantes que os estudos. Pessoas que sempre me tiveram como exemplo de persistência e perseverança, alguém que, saindo do seio de uma família pobre, pode chegar ao doutorado em outro continente. Muito obrigado por me confortarem e me consolarem nos piores momentos que vimos perder os maiores pilares do nosso império (nossos pais), sem vocês seria difícil terminar esse trabalho.

Acima de tudo, agradeço à minha namorada, Jakqueline Ribeiro, pela companhia nesses anos. Nos últimos anos, Jakqueline partilhou comigo cada passo, cada momento de angústia, aflição, alegria e tristeza. Foi compreensiva nestes anos em que deixamos de fazer diversas coisas juntos, lazer, viagens, férias, para que pudesse me dedicar à tese. Se hoje me sinto engratecido por ter chegado a este momento, é porque sempre tive uma grande mulher que me apoiou, que sempre esteve ao meu lado, acalmando-me nos momentos difíceis, aliviando o peso da responsabilidade de honrar o compromisso assumido com o doutorado.

Por fim, apesar de ser um trabalho individual, esta tese seria impossível de ser concluída sem a ajuda de inúmeras pessoas que, durante estes quatro anos, cruzaram o meu caminho durante esta jornada. Os inúmeros gestos de gentileza, apoio e afeto que me foram dados foram imprescindíveis para a conclusão deste trabalho. A todos (as) presentes nestes agradecimentos, e que, pela falta de memória, estão ausentes, meus sinceros agradecimentos.

*“[...] Eu sou preto da senzala a morar numa favela
Sou dono da terra sem nunca ter mandado nela
Com os amigos quero paz, com os irmãos faço guerra
Por isso sou explorado na minha própria terra
Eu sou o único rico que vive na miséria
Vivo da pena que sentem de mim, vivo da miséria
Enteado do mundo civilizado, filho da miséria
Sonho para ver se acordo livre da miséria
Expulsei colonos, mas nunca o colonialismo [...]”*

*“[...] Mas deixem-me dizer-vos a verdade inteira
A minha religião, irmãos, também é verdadeira
A minha catedral é palhota da curandeira
E África cura tudo por isso é hospitaleira [...]”*

Azagaia [Edson da Luz]. **Cães de raça**

Resumo

VICTORINO, Acrísio Pereira. **Condicionantes da participação eleitoral em 36 países do continente africano**. Orientador: Alvaro Augusto de Borba Barreto. 2023. 209f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia, Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023.

Estudos prévios sobre a participação eleitoral na África concentram-se nos fatores políticos e institucionais que influenciam as diferenças de país no nível agregado de votação. Este trabalho fornece uma análise teórica e empírica dos fatores que condicionam a participação eleitoral no continente africano, buscando combinar fatores de nível individual e contextual que têm impacto na propensão dos cidadãos para votar, tendo como problema: “quais são os fatores que condicionam a participação eleitoral na África”, questão que ainda não recebeu atenção significativa. Foram testadas três ordens de fatores que têm sido utilizadas para explicar a participação eleitoral nas democracias industrializadas (recursos, predisposições psicológicas e redes de mobilização). As análises consistiram na interação de duas bases em um modelo multinível. Utilizaram-se dados da pesquisa do *Afrobarometer* para analisar os condicionantes da participação eleitoral na África para mais de 130.161 adultos em idade de votar em 36 países, referente a 91 eleições. Descobriu-se que os africanos são guiados por quase as mesmas forças que seus homólogos em outros países. As agências de mobilização são cruciais para determinar quem vota nesses países. Notavelmente, identificar-se com um partido político é um dos mais importantes preditores da participação eleitoral. Apesar dos partidos políticos africanos terem credenciais questionáveis, em última análise, desempenham uma função democrática de levar o cidadão a participar das eleições, ou seja, eles ajudam a promover a hábitos políticos mais importante de uma democracia, a votação. Certas características motivacionais subjetivas também influenciam as decisões dos indivíduos de votar, tais como interesse por política, integridade eleitoral, satisfação com a democracia, confiança nas instituições políticas e apoio à democracia. Entre as variáveis demográficas, a idade registra uma relação significativa e positiva com a participação eleitoral. Os achados do estudo em relação ao modelo de situação socioeconômica (SES) são contraditórios: os africanos ricos e mais escolarizados não necessariamente votam mais do que os menos escolarizados e com baixa renda. Além disso, o contexto institucional e a conjuntura não influenciam a propensão dos indivíduos votarem. Não obstante, a efetividade governamental se mostrou importante para explicar a participação eleitoral no continente.

Palavras-chave: Participação política; eleições; voluntarismo cívico; *Afrobarometer*.

Abstract

VICTORINO, Acrisio Pereira. **Conditions of electoral participation in thirty-six countries of the African continent**. Advisor: Alvaro Augusto de Borba Barreto. 2023. 209f. Thesis (Doctorate Degree in Political Science). Institute of Philosophy, Sociology and Politics. Federal University of Pelotas, Pelotas, 2023.

Previous studies on electoral participation in Africa have focused on the political and institutional factors that influence parental differences in the aggregate level of voting. This paper provides a theoretical and empirical analysis of the factors that condition electoral participation on the African continent, seeking to combine individual-level and contextual factors that have an impact on citizens' propensity to vote, with the problem: "what are the factors that condition electoral participation in Africa", a question that has not yet received significant attention. Three orders of factors that have been used to explain electoral participation in industrialized democracies (resources, psychological predispositions and mobilization networks) were tested. Analyses consisted of the interaction of two bases in a multilevel model. The *Afrobarometer* survey data was used to analyze the determinants of voter turnout in Africa for over 130,161 voting-age adults in 36 countries for 91 elections. It was found that Africans are driven by almost the same forces as their counterparts in other countries. Mobilization agencies are crucial in determining who votes in these countries. Notably, identifying with a political party is one of the most important predictors of voter turnout. Although African political parties have questionable credentials, they ultimately perform a democratic function of getting citizens to participate in elections, that is, they help promote the most important political habit of a democracy, voting. Certain subjective motivational characteristics also influence individuals' decisions to vote, such as interest in politics, electoral integrity, satisfaction with democracy, trust in political institutions, and support for democracy. Among the demographic variables, age registers a significant and positive relationship with voter participation. The study's findings in relation to the socioeconomic status (SES) model are contradictory: wealthy and more educated Africans do not necessarily vote more than less educated and low-income Africans. Moreover, the institutional context and the conjuncture do not influence the propensity of individuals to vote. Nevertheless, government effectiveness has been shown to be important in explaining electoral participation on the continent.

Keywords: Political participation; elections; civic voluntarism; *Afrobarometer*.

Sumário

1 Introdução.....	11
2 Debate sobre a participação eleitoral	23
2.1 Participação política e sua amplitude conceitual	23
2.2 Participação eleitoral: delimitando o campo	29
2.2.1 Condicionantes da participação eleitoral de nível individual ou micro	30
2.2.1.1 Recursos e capacidades do eleitor	33
2.2.1.2 Disposições psicológicas do eleitor	39
2.2.1.3 Redes de mobilização	46
2.2.1.4 Variáveis de controle apontadas pela literatura	51
2.2.1.4.1 Idade	52
2.2.1.4.2 Gênero	54
2.2.1.4.3 Economia	55
2.2.1.4.4 Motivacionais	56
2.2.1.5 Síntese	57
2.2.2 Condicionantes da participação eleitoral de nível macro	58
2.2.2.1 Abordagem institucional	61
2.2.2.2 Abordagem política	73
2.2.2.3 Abordagem socioeconômica	76
2.2.2.4 Síntese	80
3 Da participação eleitoral no continente africano	81
3.1 As eleições fundadoras	81
3.2 O pós-eleições fundadoras: a evolução da participação eleitoral nos países africanos	92
3.3 Condicionantes macro da participação eleitoral em África	107
3.4 Condicionantes macro da participação eleitoral em África	110
3.5 Síntese	118
4 Desenho da pesquisa	120
4.1 Regressão logística multinível	120
4.2 Da definição dos casos à construção do banco de dados.....	126
4.3 Hipóteses: fundamentação e operacionalização das variáveis	133

4.3.1 Variáveis da dimensão de recursos e capacidade	133
4.3.1.1 Renda.....	133
4.3.1.2 Escolaridade.....	135
4.3.2 Variáveis da dimensão de disposição psicológica	137
4.3.2.1 Interesse por política	137
4.3.2.2 Eficácia política	138
4.3.3 Variáveis das redes de mobilização	140
4.3.3.1 Adesão a associações voluntárias e a grupos religiosos	140
4.3.3.2 Partidos políticos	141
4.3.4 Variáveis de controle de nível micro	144
4.3.4.1 Idade	145
4.3.4.2 Residir no meio rural ou urbano	146
4.3.4.3 Gênero (ser homem ou ser mulher)	148
4.3.4.4 Confiança nas instituições democráticas	148
4.3.4.5 Satisfação com a democracia no país	149
4.3.4.6 Apoio à democracia.....	150
4.3.5 Variáveis de nível macro	151
4.3.5.1 Sistema eleitoral.....	152
4.3.5.2 Sistema de governo	153
4.3.5.3 Reeleição	154
4.3.5.4 Eleições simultâneas.....	155
4.3.5.5 Percentual da população urbana	156
4.3.5.6 PIB <i>per capita</i>	157
4.3.5.7 Efetividade governamental	158
4.4 Da variável dependente (votação) aos modelos de análise	159
4.5 Síntese	164
5 Resultados e análise dos modelos	167
5.1 O que explica a participação eleitoral no continente africano	180
6 Considerações finais	182
7 Referências	188

1 Introdução

A participação política é uma característica crucial para qualquer sistema político democrático. No entanto, dentre as formas de participação política são destacados dois grandes tipos, sendo o primeiro o extraeleitoral, que inclui manifestações e protestos políticos; e o segundo, o eleitoral, o qual se resume no exercício do direito de voto na escolha dos representantes políticos nos pleitos eleitorais (FREIRE; MAGALHÃES, 2002; BLAIS, 2007).

As eleições constituem um elemento essencial nas democracias consolidadas e em democracias não consolidadas. Concretamente, nas do continente africano elas constituem a mais importante forma de participação política dos cidadãos (LINDBERG; MORRISON, 2008).

A área do comportamento eleitoral é bastante antiga e uma das mais avançadas nos estudos da Ciência Política, sendo a que mais registou desenvolvimento teórico-conceitual e metodológico ao longo do século XX. Porém, a sua importância continua aumentando em vez de diminuir, fato que ocorre devido às extraordinárias mudanças políticas mundiais nas últimas décadas, quando as eleições competitivas são mais recorrentes do que nunca. A elas se pode acrescer o avanço tecnológico, mais concretamente a introdução do computador e de modelagens estatísticas, o que aumenta as possibilidades de realização de estudos cada vez mais sofisticados (FORNOS; POWER; GARAND, 2004).

Apesar da participação eleitoral ser uma dentre várias formas de participação política nas novas democracias, é vital a sua importância, tanto em termos normativos quanto analíticos, assim como o seu oposto, a abstenção. Por um lado, na perspectiva normativa, a participação eleitoral e a abstenção são indicadores chaves da responsividade e da saúde democrática. Por outro lado, na perspectiva analítica, a participação eleitoral e a abstenção possibilitam facilmente comparações entre os contextos nacionais (LIJPHART, 1997).

Este trabalho buscou combinar o modelo do voluntarismo cívico com variáveis institucionais e conjunturais na compreensão sobre os condicionantes da participação eleitoral em países africanos. Trata-se de uma questão fundamental na medida em que alguns desses países têm elevadas taxas de participação eleitoral e por

consequência menor taxa de abstenção, enquanto outros têm taxas de participação que dificilmente atingem 35% da sua população em idade eleitoral¹.

Os primeiros estudos que se centraram em analisar esses fenômenos e que buscaram compreender os condicionantes que envolvem a escolha do eleitor no cenário eleitoral do seu país tinham como seu foco as democracias industriais desenvolvidas. Desse modo, elas negligenciavam as democracias da terceira onda de democratização, como as existentes nos países da América Central, América Latina e África, o que leva a questionar se o conjunto de variáveis explicativas desenvolvidas para análise do fenômeno em democracias estabelecidas são aplicáveis a países com regimes democráticos não estabelecidos (HUNTINGTON, 1996; FORNOS; POWER; GARAND, 2004).

A questão sobre “quais são os fatores condicionantes da participação eleitoral nos Estados Unidos” foi amplamente respondida no campo da Ciência Política dedicada a este assunto². Em contraste, a questão sobre “quais os fatores condicionantes da participação eleitoral na África”, ainda não recebeu atenção significativa. A maioria dos estudos examina a participação eleitoral em um único país africano – como Bratton (1999) e Kuenzi (2006) –, mas tem havido pouca pesquisa comparada para explorar a natureza da participação eleitoral nos regimes multipartidários africanos. Estudos com reconhecimento internacional se propuseram a contribuir para sanar esse déficit, como foi o caso de Kuenzi e Lambright (2007), propondo uma análise de nível macro. Em 2010, os mesmos autores fizeram uma análise comparativa de 10 países africanos, cuja proposta foi baseada em dados de nível micro e macro (KUENZI; LAMBRIGHT, 2010).

É nesse sentido que a presente tese promove uma análise comparativa sobre a participação eleitoral em 36 países africanos. A seleção que definiu quais seriam esses países decorreu do caráter democrático, da realização de eleições razoavelmente livres e justas nessas nações, assim como de fatores associados à disponibilidade de dados (especificamente, rodadas do *Afrobarometer*)³. Ressalva-se que o quantitativo de países definidos para constituírem os casos a serem analisados é o mesmo pesquisado por Lijphart (1999) em seu clássico estudos sobre os modelos

¹ A referência é aos eleitores inscritos e que não se fizeram presente no ato de votação.

² Ver, por exemplo: Verba; Schlozman; Brady (1995); Wolfinger; Rosenstone (1980); Geys (2006a).

³ Os elementos metodológicos que produzem a relação de países analisados (e a própria relação) são referenciado a seguir e detalhados no capítulo 4.

de democracia. A obra recebeu uma edição atualizada e modificada em 2012, com a alteração de três países (Colômbia, Venezuela e Papua Nova Guiné, presentes na edição original, foram substituídos por Uruguai, Argentina e Coreia do Sul) (LIJPHART, 2012). Entretanto, o “número mágico” de 36 países se manteve.

Essa similitude não foi programada, pois não havia sido determinado que a tese trabalharia também com 36 países (do continente africano), e sim se revelou uma coincidência decorrente dos critérios previamente definidos e da disponibilidade dos dados. Entretanto, ela foi vista como uma feliz coincidência, que simbolicamente alinha o trabalho aqui realizado com um dos estudos de análise comparada mais reconhecidos na Ciência Política, assim como o preenche de uma grande e bem-vinda responsabilidade.

Com vistas a suprir a carência de estudos de comportamento eleitoral nas democracias não estabelecidas, este trabalho busca realizar um estudo comparado dos condicionantes da participação eleitoral nos países africanos selecionados. Dando, assim, uma visibilidade às democracias africanas, que se enquadram na terceira onda democrática.

A unidade de observação é extraída de um único continente (África), utiliza-se de dados eleitorais de 36 países, dos quais 19 são de expressão inglesa, 10 de francesa, quatro de língua Árabe e três de língua portuguesa. Reconhece-se explicitamente que, dentro do cenário africano, existem diferenças significativas entre as unidades nacionais: históricas, religiosas, culturais e políticas.

Nesta tese, avalia-se a relevância de recursos, predisposições psicológicas e redes de mobilização, interagindo com fatores institucionais e conjunturais para explicar a participação eleitoral no continente africano, tendo como base a estrutura teórica criada por Verba, Schlozman e Brady (1995). A estrutura teórica dos autores é baseada na seguinte pergunta “por que as pessoas não participam na política?” e apresentam três respostas: (1) “porque não podem”, que está associada aos recursos que os indivíduos dispõem para participar nas atividades políticas; (2) “porque não querem”, que está associada ao engajamento psicológico, cujo modelo sugere a preocupação e o conhecimento suficiente sobre questões políticas como chave explicativa; e (3) “ninguém pediu”, que sugere que o isolamento das redes de recrutamento pelas quais os indivíduos são mobilizados para a política explica a participação eleitoral.

Ao longo da pesquisa várias questões foram surgindo sobre: qual literatura deveria ser incorporada. Inicialmente a proposta era baseada em quatro pressupostos teóricos que buscam explicar a formação de ideias e de preferências que levam o eleitor uma determinada decisão, designadamente: Teoria Sociológica, Teoria Psicossociológica, Teoria de Escolha Racional e Neoinstitucionalismo. Esse esboço foi apresentado no momento da qualificação, momento no qual a banca sugeriu alterações que prontamente foram acatadas, pois deixariam o trabalho melhor estruturado. Uma das grandes sugestões foi colocar de lado os quatro modelos acima citados por se concentraram no direcionamento do voto e utilizar o modelo do “voluntarismo cívico” para explicar a participação eleitoral na África.

Neste momento o grande dilema diz respeito ao que contemplar. Escolher um conjunto de literaturas implica na exclusão de inúmeras outras que, por uma questão de tempo e espaço, não podem ser abordadas. Então, a proposta foi seguir uma linha que possibilitasse certas convergências teóricas mínimas diante de um fenômeno bastante complexo, como a participação eleitoral.

Schlozman, Brady e Verba (2018) desenvolveram o modelo do “voluntarismo cívico” composto por três componentes: recursos (tempo, dinheiro e habilidades); predisposições psicológicas (interesse pela política, informação política, eficácia política e identificação partidária) e redes de recrutamento. A tese buscou analisar quais são os condicionantes da participação eleitoral nos países africanos, combinando o modelo do voluntarismo cívico e variáveis de nível contextual (institucional e conjuntural).

Assim sendo, a tese buscou testar variáveis relativas a: recursos (renda e escolaridade), disposição psicológica (interesse por política e eficácia política) e redes de mobilização (adesão a grupos religiosos, adesão a associações voluntárias ou comunitárias e partidos políticos) dos eleitores de 36 países africanos, combinado como variáveis de nível macro: conjunturais (PIB *per capita*, efetividade governamental, percentual da população urbana) e institucionais (representação proporcional, presidencialismo, eleições simultâneas, reeleição. Também, foram incluídas variáveis de nível demográficas (sexo, idade, local de residência) e motivacionais (confiança nas instituições políticas, confiança nas eleições, satisfação com a democracia e apoio à democracia).

Para análise dos fatores condicionantes da participação eleitoral na África foram construídas duas bases de dados. Por um lado, foram utilizados dados de nível

individual para a análise empírica extraídos do *Afrobarometer* (2023), instituição que busca com regularidade inquirir os indivíduos africanos em relação a questões sobre democracia, governança e sociedade, com um núcleo de questionário comum e modelos específicos para cada país, desenvolvidos em diversos idiomas locais e nacional de cada país africano. Foram utilizadas as rodadas 3, 4, 5, 6 e 7 do *Afrobarometer*, relativas aos anos de 2005 a 2018. Por outro lado, foram utilizados dados de nível macro construída com base em diversas fontes tais como: *African Elections Database* (2023); *Electoral Institute for Sustainable Democracy in Africa* (EISA, 2023); database do *World Bank* (2023); *World Factbook* (CIA, 2023); *Internacional Institute for Democracy and Electoral Assistance* (IDEA, 2023). A base final contou com 130.161 casos, referentes a 91 eleições em 36 países.

Para testar essa combinação de variáveis do modelo do voluntarismo cívico e variáveis de nível institucional e conjuntural utilizou-se a modelagem de regressão logística multinível, pois ela permite integrar em um único modelo analítico variáveis de dois níveis distintos (macro e micro), buscando estabelecer uma relação causal entre os preditores e um fenômeno que adquire concretude operacional em uma variável, critério, “*dummy*” ou escala. Sendo assim, para rodar o modelo hierárquico foi utilizado o software *R*, no qual se aplicou o modelo de regressão logística multinível.

A modelagem multinível rompe com a dicotomia macro/micro, permitindo que um fenômeno seja analisado, tomando o indivíduo como referência, porém, integrando-o ao ambiente ou ao contexto em que ele se encontra inserido. Incluem-se nas análises não apenas a heterogeneidade do micro, mas também a do macro, captando, assim, as relações diretas desses níveis com a explicação dos fenômenos, o que possibilita ao pesquisador não incorrer nas falácias, quer ecológica (deduzir o comportamento individual a partir de resultados agregados), quer atomística (produzir conclusões sobre o contexto/coletivo mediante uso de dados de nível individual).

A existência de mais de um nível de análise deixa as estimativas do modelo mais conservadores, pois o efeito das variáveis individuais que, em uma análise estritamente de nível individual, seriam fortes, no modelo multinível podem ser neutralizadas pelo contexto e apresentar efeitos mais próximos dos reais. Esse raciocínio vale para o sentido oposto, quando se trabalha com variáveis de nível macro que apresentam maiores robustez explicativa (CRUZ, 2010).

Importa frisar que, tradicionalmente, as análises do comportamento eleitoral são feitas de duas formas isoladas: nível macro e nível micro (BLAIS, 2007). A análise

de nível macro inclui variáveis como Produto Interno Bruto (PIB) e aquelas que traduzem a situação econômica dos países, sistema eleitoral, liberdades políticas e individuais, dentre outras. Já a análise de nível micro inclui as seguintes variáveis: educação, renda, estado civil, crenças e valores que os cidadãos nutrem para com o regime democrático (RIBEIRO; BORBA; SILVA, 2015).

Desta forma, este trabalho busca romper com essa dicotomia baseada em dois níveis de análise isolados para compreender o comportamento do eleitor. Ele integra em um único modelo variáveis de níveis analíticos distintos, mas de grande relevância no que concerne aos condicionantes do comportamento eleitoral. Apesar do avanço dos estudos sobre comportamento eleitoral que buscam romper com a dicotomia macro *versus* micro, esse avanço não é verificado nos estudos sobre comportamento eleitoral nos países africanos.

Atendendo à complexidade do fenômeno em análise, espera-se que, a partir do modelo do “voluntarismo cívico”, seja possível fornecer elementos explicativos sobre a sua ocorrência nos países africanos. E, de igual forma, possa dar a conhecer quais preditores explicam melhor a afluência do comparecimento eleitoral na região. Importa referir que não se busca uniformemente explicar qual melhor teoria se adequa ao estudo, pois se acredita que não existem monocausalidades e nem explicações únicas sobre tal fenômeno.

Neste sentido, a relevância desse trabalho para Ciência Política, assim como para o continente africano no específico, reside no fato de poder dar visibilidade aos estudos sobre comportamento eleitoral nas democracias da terceira onda democrática, no caso concreto, nas do continente africano. Na mesma medida, a pesquisa pode trazer mais elementos que possibilitam explicar os condicionantes que incidem sobre a participação eleitoral, assim como romper com a dicotomia macro *versus* micro nos estudos sobre comportamento eleitoral no continente africano, e por fim, por pretender fazer uma análise comparada.

Apresentados esses pontos, passa-se a discorrer mais detalhadamente sobre o problema que estrutura e dá sentido à tese. A recente vida democrática é uma marca indelével do continente africano, incorporada, em sua maioria, no final do século XX. De acordo com Huntington (1996), o processo de democratização ao redor do mundo se aprofundou de forma significativa no final do século XX, impulsionado por eventos como o colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e das Europas do Leste e Central, bem como pelo advento de regimes democráticos em

países da América Central e da África Subsaariana. Posto isso, ocorre um processo de transição política no continente africano em larga escala, designado por Huntington (1996) de terceira onda de democratização, que possibilitou a introdução de processos eleitorais e multipartidários por quase toda a África Subsaariana.

Assim, a década de 1990 caracterizou-se pelo início de um processo de transições democráticas no continente, que ficou conhecido por primavera africana (KOUAWO, 2001). Deste modo, as recentes democracias africanas se encontram na fase de consolidação, tendo sido até então realizadas em média quatro ou cinco eleições democráticas e multipartidárias, em um intervalo que varia entre quatro ou cinco anos entre cada pleito. Neste sentido, as recentes democracias têm despertado interesse por parte dos estudiosos em explicar esses fenômenos políticos que, outrora, eram basicamente estudados nas democracias industriais desenvolvidas.

A África é um continente marcado por um histórico de lutas pelo alcance das independências. Posteriormente, ficou marcada pela introdução de sistemas políticos monopartidários, por inúmeras instabilidades políticas, guerras civis, golpes de estados e ditaduras. Ainda assim, encontram-se regimes democráticos consolidados, em via de democratização, regimes semiautoritários e autocracias⁴.

Por um lado, os processos eleitorais no continente africano têm sido constantemente vencidos pelos partidos históricos tradicionais⁵. Por outro, os resultados eleitorais são caracterizados por protesto levado a cabo pela oposição alegadamente por ocorrência de inúmeras irregularidades, tais como: incremento de eleitores, adulteração do registro eleitoral, enchimento de urnas, uso excessivo da força policial.

Apesar da importância desses acontecimentos, importa referir que esse trabalho apenas se foca em analisar os condicionantes que incidem sobre a participação e a abstenção eleitoral. O Quadro 1 apresenta de forma sucinta o ano da independência e a língua oficial de cada país em análise.

⁴ Baseado na categorização tripartida das classificações da democracia pela *Polity IV* e do índice das liberdades civis e dos direitos políticos agregados da *Freedom House*. Para mais detalhes, ver: Siegle (2008).

⁵ Refere-se aos movimentos de luta pela Independência que, após a conquista da mesma, tornaram-se partidos políticos.

Quadro 1: Data da independência e língua oficial dos países africanos analisados na tese

País	Independência (ano)⁶	Língua oficial
África do Sul	1910	Isizulo, IsiXhona, Afrikaans, Inglês
Argélia	1962	Árabe
Benin	1960	Francês
Botsuana	1966	Inglês
Burkina Faso	1960	Inglês
Burundi	1962	Inglês
Cabo Verde	1975	Português
Camarões	1960	Inglês e Francês
Costa do Marfim	1960	Francês
Egito	1922	Árabe
Gabão	1960	Francês
Gâmbia	1965	Inglês
Gana	1957	Inglês
Guiné	1958	Francês
Ilhas Maurício	1968	Inglês
Lesoto	1966	Inglês
Libéria	1847	Inglês
Madagascar	1960	Malgache e Francês
Malawi	1964	Inglês
Mali	1960	Francês
Marrocos	1956	Árabe
Moçambique	1975	Português
Namíbia	1990	Inglês
Níger	1960	Francês
Nigéria	1960	Inglês
Quênia	1963	Inglês
São Tomé e Príncipe	1975	Português
Senegal	1960	Francês
Serra Leoa	1961	Inglês
Sudão	1956	Árabe e Inglês
Tanzânia	1961	Swahili e Inglês
Togo	1960	Francês
Tunísia	1956	Árabe e Francês
Uganda	1962	Inglês
Zâmbia	1964	Inglês
Zimbábue	1980	Inglês

Fonte: Mazrui (2010); CIA (2023). Elaborado pelo autor da tese

⁶ Para mais detalhes ver: Mazrui (2010), p. 128-131.

Após o fim do regime colonial, que culminou com a proclamação da independência, os países africanos vivenciaram por vários anos um regime de exclusão de outros atores políticos, isto é, regimes políticos de um único partido. Posto isso, o continente africano vivenciou um período de democratização, impulsionado por fatores externos, como o colapso do comunismo na URSS e o fim da guerra fria, que criou mecanismos para transição democrática no continente. Eles tiveram seu auge na década de 1990, resultado da terceira onda de democratização.

Portanto, as eleições fundadoras nos países africanos foram caracterizadas por uma maior afluência dos eleitores. A explicação para maior afluência nas primeiras eleições centra-se na ideia de que, para além de terem vividos momentos de guerra colonial, guerra civil, regimes monopartidários e ditaduras, as eleições fundadoras são tidas como uma novidade no seio da sociedade que pode exercer o seu direito de escolha, bem como eram vistas como meio de reconciliação e anseio de melhorias das condições sociais (MAZULA, 1995; BRITO, 2005; SITOIE, 2006; NUVUNGA; SALIH, 2010).

Embora as eleições fundadoras tenham sido marcadas por maiores taxas de participação eleitoral, esse cenário tomou o sentido inverso com a realização frequente das eleições nos anos seguintes, reduzindo o nível de participação eleitoral. Há um consenso na literatura sobre o decréscimo da participação eleitoral nas democracias representativas, quer nas consolidadas, quer nas democracias emergentes, o que leva ao aumento da abstenção eleitoral (JUSTEL, 1995; PEREA, 1999; FREIRE; MAGALHÃES, 2002; RIBEIRO; BORBA; SILVA, 2015).

Após três décadas de eleições ininterruptas na maioria dos países africanos, e apesar das claras consequências normativas e políticas da participação eleitoral e da abstenção (LIJPHART, 1997), ainda pouco se sabe sobre os fatores que afetam a propensão dos indivíduos em votar.

Importa frisar que esta tese não se trata de primeiro estudo interessado em compreender esses fenômenos em países africanos. Ao longo da última década têm-se desenvolvido estudos do gênero, os quais demonstraram uma série de fatores socioeconômicos e atitudinais que impactam na participação eleitoral.

Estudos que analisaram a influência da identificação partidária no comportamento eleitoral concluíram que a forte identificação partidária com o ANC⁷

⁷ Partido histórico e libertador da luta contra o apartheid – regime de segregação racial implementado na África do Sul, em 1948.

(*African National Congress*) é situacional e que deve ser compreendida em conjunto com fatores de ordem socioeconômica e clivagens sociais (SCHOEMAN; PUTTERGILL, 2007). Enquanto Bratton, Bhavnani e Chen (2012) argumentam que a identificação partidária no contexto sul-africano é mais uma estratégia, visando à obtenção de benefícios ou evitar sanções. As clivagens sociais, concretamente o voto étnico, tendem em larga escala a assumir um papel preponderante nas escolhas eleitorais no continente africano (KEULDER, 2000; BRITO, 2005; LINDBERG; MORRISON, 2008).

Outros estudiosos analisaram as diferenças no comportamento eleitoral dos eleitores em Gana e África do Sul, demonstrando que a avaliação do desempenho econômico do governo é crucial nas escolhas eleitorais (YOUDE, 2005; FRIDY, 2007; SCHOEMAN; PUTTERGILL, 2007; LINDBERG; MORRISON, 2008). Porém, os autores observaram que a insatisfação com o desempenho econômico do governo tende a gerar um aumento da abstenção nas eleições.

Esses estudos eleitorais buscaram uniformemente explicar qual teoria se aplica à realidade africana, o que resulta em explicações monocausais, nas quais são analisados de forma isolada os níveis micro e macro, em uma modelagem estatística que não possibilita agregar os dois níveis em um único modelo, assim como comparar a motivações dos eleitores em diferentes países.

Assim sendo, a combinação dos modelos teóricos, o uso de uma modelagem hierárquica, assim como uma análise comparada entre os países africanos, possibilita captar a complexidade dos fenômenos. Levando em consideração outras variáveis de análise, que permitam explicar de forma robusta porque os eleitores se fazem presente nos pleitos eleitorais, não se restringindo somente em buscar uniformemente explicar qual teoria se aplica melhor ao continente africano.

Portanto, sendo o voto um elemento crucial no processo democrático, a redução da participação coloca em dúvida a legitimidade dos governos, bem como do processo eleitoral. É nessa perspectiva que se busca analisar os fatores que incidem sobre a participação eleitoral na África.

Observando esses pressupostos, a pesquisa busca responder a seguinte pergunta: “**quais os fatores condicionantes da participação eleitoral nos países africanos?**”. Em síntese, o estudo se baseou em uma hipótese geral que agrega os três fatores de ordem do modelo do “voluntarismo cívico” combinado com variáveis de nível institucional e conjuntural, assim, considera-se que os eleitores que possuem

maiores níveis de recursos, assim como disposições psicológicas e que se encontram inseridos em redes de mobilização, estão mais sujeitos a participarem nas eleições nos países africanos, essas predisposições pode ser potencializada ou não pelo sistema eleitoral, sistema de governo, reeleição, eleições simultânea, assim como o percentual da população urbana, PIB per capita e efetividade governamental. Entretanto para cada variável que compõe cada uma das dimensões foi formulada uma hipótese como forma de facilitar a análise e essas hipóteses estão discriminadas no capítulo 4.

Nesses termos, a tese possui como objetivo geral: analisar quais os fatores condicionam a participação eleitoral nos países africanos. E traz como objetivo específico analisar o impacto dos recursos, disposições psicológicas e redes de mobilização na participação eleitoral no continente africano combinado com fatores de nível contextual (sistema eleitoral, sistema de governo, reeleição, eleições simultâneas, percentagem da população urbana, PIB per capita e efetividade governamental), visando observar o impacto sobre as variáveis de nível micro.

Portanto, para cumprir com os objetivos propostos, a tese foi estruturada em quatro capítulos, além dessa Introdução e das Considerações finais. No capítulo 1 são debatidos os pressupostos sobre a participação eleitoral, de forma a possibilitar montar um quadro analítico sobre as principais condicionantes da participação eleitoral no nível micro e macro, assim como indicar os principais trabalhos que já lançaram luzes sobre a participação eleitoral. Isto se torna pertinente para compreender de que forma esse fenômeno tem sido estudado e quais as descobertas já foram apresentadas pelos estudiosos.

No capítulo 2 são analisados os condicionantes da participação eleitoral no continente africano, de forma a entender a evolução dessa participação eleitoral após a democratização. De igual medida, indica os principais trabalhos que lançaram luz sobre a participação eleitoral no continente africano. Essa discussão se torna relevante por conduzir a compreender como esse tema tem sido abordado e os resultados alcançados por essa literatura especializada.

A partir desse ponto, chega-se às partes mais específicas da tese e que configuram a contribuição e a inovação que ela se propôs a desenvolver. No capítulo 3 é apresentada a metodologia que orientou a tese, sendo descritos em aspectos gerais: os tipos de dados e de técnica que foram utilizados na análise; as hipóteses de pesquisas e suas respectivas operacionalizações. Na sequência, no capítulo 4 são

apresentadas as análises dos resultados obtidos, nas quais se procurou confirmar (ou refutar) as hipóteses inicialmente definidas como elementos explicativos da participação eleitoral no continente africano.

Por derradeiro, espera-se que esta tese forneça, mesmo que de forma inicial, alguns elementos que permitam compreender a participação eleitoral na África, a partir das lentes da crítica científica. E, da mesma forma, que a partir dela outros trabalhos possam ser desenvolvidos sobre a participação eleitoral em geral e nesse continente em particular, com vistas a ampliar e a aperfeiçoar o entendimento sobre esse tema.

2 Debate sobre a participação eleitoral

A participação eleitoral está no centro da democracia, pois esta é impensável sem a capacidade dos cidadãos de participar livremente no processo governamental (VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995). Por meio da participação, os cidadãos expressam suas queixas e fazem suas demandas serem ouvidas ao grande público, assim como também fazem com que os governos sejam responsáveis e políticos, responsivos. Os cidadãos podem votar no dia da eleição, fazer campanhas, participar de marcha de protesto. Às vezes, a expressão de sua vontade é mais sutil, como quando doam dinheiro para organizações sem fins lucrativos, tais como organizações não governamentais, de caridade e lobby.

Ela é considerada um elemento *sine qua non* de qualquer tipo de democracia. Em sistemas representativos, a participação popular é exercida por meio da votação nas eleições, mas também é necessário a existência de um leque de candidatos e de partidos para que os cidadãos possam decidir qual deles é a melhor alternativa (LINDBERG, 2004).

Contudo, a participação eleitoral é apenas uma das várias formas pelas quais os cidadãos podem influenciar as decisões políticas. Na década de 1950, os estudos sobre o tema eram tratados exclusivamente sob ponto de vista eleitoral (SABUCEDO; ARCE, 1991). Não obstante, os estudos sobre a participação política têm demonstrado um aumento de formas de ação política que são alternativas à participação eleitoral (MILBRATH, 1981).

Neste capítulo, busca-se fazer um breve resumo sobre as dimensões da participação política, porém, o foco está na participação eleitoral. Ele se estrutura da seguinte forma: apresenta esta introdução, duas seções e respectivas conclusões. A primeira seção versa sobre aspectos micro da participação eleitoral. A segunda faz menção sobre aspectos macro da participação eleitoral. Para a construção do capítulo foi utilizada a revisão da literatura sobre a participação eleitoral, evidenciando as principais teorias sobre o assunto.

2.1 Participação política e sua amplitude conceitual

A definição clássica dada por Milbrath (1965) indica a participação política como o conjunto de atividades exclusivamente do momento eleitoral. Verba e Nie (1972, p.

2) ampliam essa definição, considerando que “a participação política se refere às atividades de cidadãos privados que visam mais ou menos influenciar diretamente a seleção de pessoal governamental e/ou as ações que tomam”. Essa visão tem sido realizada pela maioria dos estudos de participação em larga escala até o momento. Antes do estudo seminal de Verba e Nie (1972), a participação política era direcionada exclusivamente para participação eleitoral, a seleção de pessoal governamental (TEORELL; TORCAL; MONTERO, 2007).

Verba, Nie e Kim (1978) admitem que essas definições de participação política eram centradas nas elites políticas, sendo que os atores privados e da sociedade civil poderiam preencher essa função. A preocupação nessa época não estava realmente no engajamento cívico em sentido mais amplo ou em como os cidadãos agiram em relação às elites sociais fora do domínio político, mas sim era uma questão de apontar que os cidadãos também poderiam, além de votar, participar das decisões políticas.

Essa forma de pensar a participação política se abriu, pelo menos implicitamente, para análises de atividades que incluíam não apenas a participação eleitoral, mas também manifestações, greves, boicotes e outras formas de comportamento de protesto (EKMAN; AMNÅ, 2012). Assim, as ações dirigidas contra todos os atores políticos, sociais, mediáticos ou econômicos poderiam ser analisadas como “participação política” (TEORELL; TORCAL; MONTERO, 2007; NORRIS, 2002).

Definições mais recentes de participação política tendem a ser mais amplas, pois é vista como uma das formas mais acessíveis de concretizar o envolvimento dos cidadãos no processo de decisão política, correspondendo a “[...] relações que decorrem sob formas, modalidades, frequências e intensidades diversas entre indivíduos, grupos, associações e instituições” (PASQUINO, 2002, p. 49).

Nessa linha, Brady (1999, p. 737) a indica como “ação de cidadãos comuns direcionada para influenciar alguns resultados políticos”. De acordo com Brady (1999), essa definição consiste em quatro pilares cruciais. Em primeiro lugar, implica ações ou atividades manifestas e observáveis que as pessoas realizam voluntariamente. Em segundo, os indivíduos não são da elite, mas sim cidadãos comuns. Não são consideradas as ações tomadas pelos políticos ou pelos funcionários públicos. Em terceiro, a ação é dirigida a uma tentativa deliberada de influenciar as pessoas no poder para fazer a diferença. Isso exclui o debate sobre política entre parentes, amigos e colegas. E, por último, essa “outra pessoa” não precisa do pessoal do governo, nem mesmo de um agente do Estado. O alvo do ato deve ser qualquer “resultado político”.

Estar interessado em política e questões sociais ou mesmo discutir política com frequência não é suficiente (BRADY, 1999).

Brady (1999) oferece, assim, uma definição mais ampla de participação política. Não obstante, tende a colocar mais peso em ações dirigidas às elites políticas do que aquelas dirigidas a outras elites. De acordo com Ekman e Amnå (2012), esta tem sido, de fato, uma das características típicas do campo de pesquisa. Mesmo que os estudiosos tenham sugerido definições cada vez mais amplas de participação política, o foco tem permanecido em um conjunto mais confinado de atividades cidadãos.

Como se pode observar, Parry, Moyser e Day (1992, p. 16 [tradução do autor da tese]) definem a participação política como "ação dos cidadãos que visa influenciar decisões que são, na maioria dos casos, tomadas por representantes públicos e funcionários". Na mesma linha de pensamento, Pasquino (2002, p. 50) aponta a participação política como

[...] conjunto de ações e de comportamentos que aspiram a influenciar de forma mais ou menos direta e mais ou menos legal as decisões dos detentores do poder no sistema político ou em organizações políticas particulares, bem como a própria escolha daqueles, com o propósito de manter ou modificar a estrutura (e, conseqüentemente, os valores) do sistema de interesses dominante.

A partir das definições de Verba e Nie (1972); Brady (1999); Teorell, Torcal e Montero (2007) desenvolveram recentemente o que talvez seja a definição mais abrangente de participação política, englobando ações ou atividades de cidadãos comuns que, de alguma forma, são direcionadas para influenciar os resultados políticos na sociedade. Em consonância, Lane (1959); Milbrath (1965); Milbrath e Goel (1977); Huntington e Nelson (1976); Verba, Nie e Kim (1978) introduziram uma tipologia mais ampla do que a encontrada em pesquisas anteriores¹.

Verba e Nie (1972) utilizaram quatro dimensões de participação em sua tipologia: (1) votação; (2) atividades de campanha (incluindo adesão ou trabalho para partidos e organizações políticas, bem como doação de dinheiro para os partidos); (3) entrar em contato com dirigentes políticos e partidários (o que acaba por reduzir a percepção sobre as formas de intervir politicamente); (4) atividades cooperativas ou

¹ Para aprofundar a classificação das formas de participação política, ver também: Rose; Mackie (1980); Barbagli; Macelli (1985); Verba; Nie; Kim (1978); Pasquino (2002).

comunitárias (compreendida como todas as formas de engajamento que se concentraram em questões da comunidade local).

Bratton, Mattes e Gyimah-Boadi (2005) agruparam essas formas de participação em três dimensões. A primeira diz respeito à participação após as eleições, que inclui frequentar reuniões comunitárias, atuar em um esforço de lobby, engajar-se em uma manifestação, escrever carta, contatar líderes e filiar-se a um grupo comunitário. A segunda dimensão diz respeito à participação no dia da votação, isto é, votar. A última dimensão é a participação antes do dia da eleição, que inclui atividades de campanha eleitoral e trabalhar para um candidato.

Teorell, Torcal e Montero (2007) sugerem uma tipologia mais extensa, abrangendo cinco dimensões. A participação eleitoral é a primeira delas. A seguir, a participação do consumidor, o que abrange a doação de dinheiro para caridade, boicote e consumo político, além de assinar petições. A terceira dimensão é atividade partidária (ser membro ativo, fazer trabalho voluntário ou doar dinheiro para um partido). A quarta dimensão é atividade de protesto, que abrange participar de manifestações, greves e outras atividades de protesto. A última dimensão é entrar em contato com organizações, partidos ou funcionários públicos (atividade de contato).

Considerando o caráter multidimensional do conceito, assim como as múltiplas interpretações e formas de abordagem, verifica-se que ele varia de acordo com o grau e o âmbito da participação. Como bem colocam Huntington e Nelson (1976, p. 14), o conceito de participação política nada mais é do que um conceito guarda-chuva, que acomoda formas de ação muito diferentes, constituindo fenômenos diferenciados, e para o qual é necessário buscar explicações de naturezas diferentes.

Do mesmo modo, tem sido proposta a tipificação das formas de participação política em: convencionais e não convencionais. Milbrath e Goel (1977) consideram convencionais: atividades comunitárias, colaboração em atividades partidárias e eleitorais, de comunicação e contato especializados e não convencionais, como ações de protesto. De acordo com Linssen *et al.* (2018, p. 4 [tradução do autor da tese]), participar de eleições, discutir política, contatar funcionários e/ou partidos são expressões de participação política convencional porque são "atividades legalmente incorporadas destinadas a influenciar diretamente os funcionários públicos". Ações como assinatura de petições, participação de manifestações, greves, boicotes ou ocupações de edifícios "não estão estruturalmente embutidas no sistema político"

(LINSSEN *et al.*, 2018, p. 4 [tradução do autor da tese]) e, portanto, são expressões de participação política não convencional.

Verba e Nie (1972) destacam quatro fatores distintos que compõem a participação política convencional, tais como: votação, atividades envolvidas como campanha eleitoral, atividades comunitárias e contato com a administração política.

De acordo com Teorell, Torcal e Montero (2007), devido ao caráter multidimensional do conceito, pode-se perceber alguns limites nas definições, pois elas variam de acordo com o grau e o âmbito da participação. Porém, o mais importante é que essas definições implicam a existência de um sistema representativo, no qual um conjunto de atores políticos (elite) toma decisões e outros (cidadãos) tentam influenciar essas decisões.

Em relação ao caráter ativo e passivo da participação política, Almond e Verba (2015) destacam a existência de um comportamento dual entre os indivíduos, pois ambos são desempenhados na sociedade. Em relação ao papel ativo, destacam a rede de interesses pessoais – o que leva ao estabelecimento de grupos formais ou informais de ação – focada no apoio explícito a partidos ou candidatos, nomeadamente o ato de votar ou a participação em campanha eleitoral e no processo decisório, quando os cidadãos tomam parte ativa em instituições do poder local. Em relação ao papel passivo, destacam o fato de os cidadãos serem contribuidores diretos da sustentação do Estado (por meio dos impostos), serem receptores diretos dos seus recursos e das suas políticas, cumprirem e respeitarem as normas e valores instituídos na sociedade.

Conforme Ekman e Amnå (2012), a participação latente (passiva) pode ser baseada na observação de que as ações dos cidadãos não são diretamente classificadas como participação política, mas que, ao mesmo tempo, essas ações produzem um impacto nas futuras atividades políticas convencionais. Neste sentido, os autores sugerem a necessidade de distinção entre “participação política latente” e “manifesta”, em um contexto de formas individuais e coletivas de participação política.

No Quadro 2.1 figuram todas as atividades sob a liderança da participação política latente e participação política manifesta.

Quadro 2.1: Participação política latente e manifesta

Participação Cívica (participação latente)		Participação Política Manifesta (participação ativa)		
Envolvimento (atenção)	Engajamento cívico (ação)	Participação política formal	Ativismo (participação extraparlamentar)	
			Legal	Illegal
Formas Individuais				
Interesse pessoal por questões políticas e sociais; Acompanhamento de questões políticas.	Atividades baseadas no interesse pessoal e no acompanhamento das questões políticas e sociais	Participação eleitoral e atividades de contato	Formas de participação extraparlamentar : fazer ouvir a sua voz ou fazer a diferença por meios individuais (assinar petições)	Atos ilícitos realizados por motivações políticas em de forma individual
Formas Coletivas				
O sentimento de pertença a um determinado grupo ou coletivo com um perfil político distinto ou agenda própria. Estilo de vida relacionado com política (identidade, roupa, música, alimentação, valores)	Trabalho voluntário para melhoria das condições de vida da comunidade local ou ações de solidariedade (fora do círculo familiar ou amigos)	Participação política organizada; filiação partidária, sindicato e organização civil	Formas livremente organizadas ou participação política baseada em rede: novos movimentos sociais, manifestações, greves, protestos	Atividades e protestos ilegais e violentos: manifestações , motins, danificação de propriedade, invasões de edifícios, confrontos com a polícia ou oponentes políticos

Fonte: Ekman e Amnå (2012, p. 292). Adaptado pelo autor da tese

Ekman e Amnå (2012) também identificam formas de não participação entre os cidadãos. Em primeiro, a forma passiva de não participação seria encontrada entre aqueles que percebem a política como não interessante. Estes cidadãos não sentem necessidade particular de fazer suas vozes serem ouvidas (não seguem assuntos políticos e cívicos, e normalmente não têm opiniões sobre política) e a política é simplesmente deixada para outros. Em segundo, a forma ativa de não participação seria encontrada entre a orientação desengajada. Por esta categoria, pretendem afirmar que os cidadãos não só estão desinteressados na política, mas também se sentem enjoados com essas questões, pois políticos são vistos como bandidos. Para estes, as discussões política são fortemente evitadas e votar está fora de questão.

2.2 Participação eleitoral: delimitando o campo

Como observado, o conceito de participação política pode assumir múltiplas dimensões. Assim, olhando a participação política como um mecanismo que os cidadãos dispõem para intervir na vida pública e política, buscando influenciar as decisões tomadas, concentra-se a atenção exclusivamente na participação eleitoral.

De acordo com Freire e Magalhães (2002), a participação eleitoral é a forma de participação que mais afeta diretamente quem assume o poder e que afeta de forma mais abrangente a sociedade por permitir o controle do exercício do poder político. Mediante essa definição, pode-se perceber a dinâmica que a participação eleitoral imprime sobre o funcionamento do sistema político.

Pasquino (2002) considera a participação eleitoral como um dos métodos mais importantes da participação política, e talvez não o mais importante, embora provavelmente seja o mais difundido universalmente, isto é, o mais praticado em diferentes sistemas políticos. Além disso, a participação eleitoral pode ser tanto o culminar de um conjunto de outras atividades de participação política quanto o momento inicial, quase uma pré-temporada.

A participação eleitoral é o meio de participação mais comum em uma democracia. Embora ela seja uma medida simples, reflete-se na preocupação com os resultados, a satisfação dos eleitores, as atitudes políticas, a distribuição partidária do voto, assim como outros indicadores de eficácia democracia (YOUNG, 2004). Para Dahl (1971), a participação eleitoral desempenha um papel importante na consolidação da democracia.

Tal participação é levada a cabo por um conjunto de indivíduos em idade eleitoral, que mediante o exercício do seu direito de voto escolhem os representantes políticos a cada eleição (FREIRE; MAGALHÃES, 2002). Assim, a participação eleitoral implica influência no processo de decisão política (MARTINS, 2010). De acordo com Pasquino (2002), os efeitos da participação eleitoral são imediatos em relação à influência sobre a seleção os governantes nos diversos níveis.

De acordo com Lindberg (2004), a participação eleitoral é um indicador clássico da participação popular e é geralmente entendido como uma dimensão importante da qualidade da democracia, assim como pode ser utilizada como uma medida indireta de legitimidade popular. Apesar da influência do contexto, uma maior participação

eleitoral é preferível em relação a uma baixa, sob ponto de vista da qualidade democrática.

Apesar da redução da intensidade da participação eleitoral nas últimas décadas nas democracias ocidentais, ela continua sendo uma das mais importantes formas de participação política, não podendo ser equacionada a realização da eleição sem a participação (MARTINS, 2010).

De acordo com Pasquino (2002), a redução da participação depende das especificidades de cada sistema político e eleitoral, assim como das características políticas e institucional de cada sistema, o que não retira o fato de a participação eleitoral continuar a ser uma das mais importantes formas de participação política.

Embora a participação eleitoral seja muito simples em sua efetivação, o seu significado é complexo, visto que um conjunto de pesquisa busca compreender quem vota e por quê, a forma como a participação eleitoral é tratada varia de um estudo para outro.

O estudo de comportamento eleitoral tem sido fortemente influenciado pela pesquisa norte-americana, concretamente por meio dos modelos: sociológico de Columbia, com ênfase em processos de influência social; sociopsicológico de Michigan, com ênfase na identificação partidária e no "funil de causalidade"; e escolha racional, inspirado na economia de Anthony Downs (1957). O modelo psicossociológico tem sido particularmente influente na exportação dos estudos eleitorais dos Estados Unidos para diversas democracias (HEATH, 2007).

De acordo com Blais (2006), a participação eleitoral pode ser analisada a partir de duas perspectivas: agregada e individual. Na individual, os estudos buscam compreender as características e atitudes dos indivíduos diante do sistema político. Na perspectiva macro, os estudos buscam compreender a influência dos arranjos institucionais, fatores de ordem econômica e política sobre a participação eleitoral.

2.2.1 Condicionantes da participação eleitoral de nível Individual ou micro

Na perspectiva individual, as pesquisas buscam compreender a decisão de votar ou não. Então, as perguntas são: quem vota e por quê o faz. Schlozman, Brady e Verba, no livro "*Unequal and unrepresented political: inequality and the people's voice in the new gilded age*", publicado em 2018, apresentam uma estrutura teórica fundamental para explicar a participação política. Essa estrutura foi publicada

inicialmente no livro dos autores “*Voice and equality: civic voluntarism in american politics*”, lançado em 1995 (VERBA; SCHOLZMAN; BRADY, 1995).

Os autores iniciam a obra com a inversão da pergunta tradicional, “por que as pessoas são ativas na política?”, para “por que as pessoas não participam na política?”. Posto isso, apresentaram três respostas: porque não podem, porque não querem ou porque ninguém perguntou. Essas três ordens de fatores, constituem o modelo do voluntarismo cívico.

“Porque não podem” gerou o modelo de recursos. Esse modelo sugere que o determinante mais crucial para atividade política são os recursos, concretamente dinheiro, tempo e habilidades cívicas (SCHLOZMAN; BRADY; VERBA, 2018). De acordo com Blais (2006), o modelo inicialmente foi desenvolvido para explicar a participação política no geral, mais ou menos relevante no caso da votação, o que é uma atividade bastante fácil, exigindo pouco tempo e recurso. Schlozman, Brady e Verba (2018) reconhecem, afirmando que o interesse político é muito mais importante do que os recursos, se o objetivo é explicar a participação eleitoral, e o que mais importa para o eleitor se fazer às urnas não são os recursos à disposição, mas, sim, suas orientações cívicas, especialmente seu interesse pela política.

A segunda resposta – “porque não querem” – gerou o modelo de engajamento psicológico. Esse modelo sugere que a preocupação e o conhecimento suficiente sobre questões políticas são importantes para explicar a participação eleitoral (SCHLOZMAN; BRADY; VERBA, 2018). Esse modelo de engajamento psicológico é ao mesmo tempo atraente e decepcionante.

Conforme Blais (2006), existem fortes evidências de que o interesse político está intimamente associado à participação eleitoral, isto é, quanto mais interessado for o cidadão, maior a probabilidade de votar. Cidadãos que desenvolvem um gosto pela política são propensos a votar e os que não têm gosto, estão inclinados a abster-se.

Existem dois problemas relacionados com essa interpretação. Por um lado, a explicação parecer trivial. Seria bastante surpreendente descobrir que os indivíduos menos interessados em políticas estão mais dispostos a se envolver em atividades políticas. Por outro lado, o desafio passa a ser explicar porque algumas pessoas estão mais interessadas do que outras na política.

Schlozman, Brady e Verba (2018), ao examinarem os fatores responsáveis pelo desenvolvimento do interesse político, concentraram-se em dois: educação e

influência parental. A educação tem uma forte ligação com o interesse político, mas tem ligações indiretas porque fomenta o envolvimento em organizações não políticas, o que, por sua vez, fomenta o interesse político. Enquanto a exposição política dentro de casa influenciada pelos pais é um dos mais fortes preditores do interesse político.

Blais (2006) argumenta que são necessárias análises mais profundas do que leva as pessoas a se sintonizarem ou saírem da política, mas as evidências disponíveis sugerem que a posse de recursos básicos, como habilidades de vocabulário, é importante para o desenvolvimento do interesse político. Neste sentido, a votação pode ser mais fácil, mas a política não é algo fácil e o modelo de recursos alerta para antecedentes cruciais das motivações que alimentam a vontade de ir às urnas.

Por fim, a resposta “ninguém pediu” gerou o modelo de mobilização. Ele sugere que o isolamento das redes de recrutamento pelas quais os indivíduos são mobilizados para a política explica a participação eleitoral (SCHLOZMAN; BRADY; VERBA, 2018). Este último modelo foi fortemente desenvolvido por Rosenstone e Hansen (1993), o qual propõe que a decisão de votar ou não depende do ambiente do indivíduo. Espera-se que o indivíduo participe nas eleições se for convidado, perguntado ou pressionado, caso contrário ele não participa nas eleições. De uma perspectiva estreitamente individualista, não faz muito sentido votar porque o voto não fará diferença e, portanto, a explicação “deve ir além dos mundos dos indivíduos para incluir familiares, amigos, vizinhos e colegas de trabalho, além de políticos, partidos, ativistas e grupos de interesse” (ROSENSTONE; HANSEN, 1993, p. 23 [tradução do autor da tese]).

Schlozman, Brady e Verba (2018) desenvolveram o modelo do “*voluntarismo cívico*”, composto por três componentes. Os recursos – em particular, o tempo e o dinheiro – e as habilidades que tornam possível participar. O conjunto de orientações psicológicas para política, tais como: interesse pela política, informação e eficácia política, assim como a identificação partidária, que predispõem o cidadão em querer participar. E, finalmente, pelas redes de recrutamento, que servem como catalisador para a participação. Esse modelo pode ser considerado o maior esforço teórico e metodológico no âmbito da construção de uma teoria da participação política empiricamente orientada (RIBEIRO; BORBA; SILVA, 2015).

Importa frisar que a estratificação em relação às características demográficas – tais como: idade, raça, etnia e gênero –, são cruciais para compreender a

distribuição desigual dos recursos que tem uma forte ligação como o engajamento psicológico, assim como na inserção em redes de mobilização.

2.2.1.1 Recursos e capacidades do eleitor

Schlozman, Brady e Verba (2018) consideram que votar é única forma de engajamento político que exige menos recursos do que trabalhar em campanhas, resolver problemas da comunidade ou doar dinheiro para atividades partidárias. Ainda que a votação exija menos tempo e dinheiro do que outras atividades políticas, os cidadãos precisam de um mínimo de habilidades cívicas² e de recursos para entender o que está em jogo e para ganhar interesse no resultado da eleição. Assim, quando os insumos de tempo e dinheiro são acoplados às habilidades cívicas, os cidadãos se tornam não apenas mais propensos a participar, mas também a serem eficazes quando o fazem.

A presença ou a ausência de recursos contribui substancialmente para as diferenças individuais na participação. Os recursos são, por sua vez, distribuídos de uma maneira não igual, pois alguns grupos socioeconômicos são mais privilegiados do que outros. Assim, o modelo de recursos se torna útil não apenas para explicar as diferenças individuais na atividade política, mas para explicar as diferenças de atividades entre os grupos sociais politicamente significativos, concretamente: as diferenças ao longo da estratificação do status socioeconômico (VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995).

Fatores como tempo, dinheiro e habilidades são distribuídos de forma diferenciada na sociedade, resultando em um engajamento distinto na política por parte dos cidadãos. O tempo e o dinheiro diferem não apenas na medida em que eles estão disponíveis aos cidadãos, mas também na forma como estão relacionados a outras características. Por um lado, existe uma estratificação quando se trata de renda, pois é esperado que os cidadãos com alto grau de instrução e que ocupam empregos que exigem altos níveis de conhecimento apresentem níveis mais elevados de renda familiar. Por outro lado, não existe nenhum padrão de estratificação, quando se trata de tempo livre em relação a outras características socioeconômicas (idade,

² Os autores consideram como habilidades cívicas, a capacidade organizacional e de comunicação que o cidadão possui.

renda, raça, etnia e gênero), mas sim, as circunstâncias de vida determinam³ a variação do tempo livre do cidadão para o engajamento político (SCHLOZMAN; BRADY; VERBA, 2018).

Fatores como ter trabalho (especialmente em tempo integral), um cônjuge com um emprego, e filhos (especialmente crianças em idade pré-escolares) reduzem a quantidade de tempo livre disponível para utilizar na atividade política em diversas formas tais como: campanhas eleitorais, reuniões da comunidade (VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995). Lipset (1959) aponta que quanto maior tempo disponível o indivíduo dispõe, maiores são as taxas de participação eleitoral.

A renda é tida como um preditor forte na participação política dos indivíduos, neste caso, a eleitoral. Porém, diferenças na renda acabam representando diferenças na participação. Mas, a questão é: “como a desigualdade de renda pode afetar a escolha dos eleitores? Esse é um problema mais sutil. A desigualdade não é algo que os eleitores observam diretamente, e menos ainda fazem julgamentos comparativos consistentes a respeito. É, antes, uma condição do eleitorado” (GALBRAITH; HALE, 2008, p. 888 [tradução do autor da tese]).

O aumento da desigualdade não só reduzirá a renda das famílias de classe baixa, mas também mudará as circunstâncias políticas desse grupo, podendo levar a um engajamento político, visando a resolver a situação. Não obstante, o aumento da desigualdade pode levar ao desengajamento político à medida que os ricos perdem o interesse e os pobres perdem a “fé” na capacidade do governo em solucionar os problemas sociais. Nesse sentido Widestrom (2006, p. 6) argumenta que

[...] à medida que a desigualdade econômica se torna cada vez mais concentrada e segregada, o trabalho desaparece, as organizações voluntárias desaparecem, as redes comunitárias desmoronam, os líderes param de se mobilizar e, portanto, a participação dos eleitores diminui [tradução do autor da tese].

A teoria relativa do poder, afirma que a desigualdade econômica deve ter um efeito negativo sobre o engajamento político em geral, e na participação eleitoral em particular, assim como entre os indivíduos mais pobres devido às suas consequências para a distribuição do poder. O dinheiro pode ser utilizado para influenciar os outros, se a renda e a riqueza de um país estão mais concentradas, o poder dentro do país

³ Para mais detalhes de como as circunstâncias da vida determinam a disponibilidade de tempo livre para política, ver: Schlozman; Brady; Verba (2018, p. 53).

também será mais concentrado (GOODIN; DRYZEK, 2009). Assim, os cidadãos mais pobres, confrontados por um sistema político que não consegue sequer desenvolver alternativas em relação a muitas questões importantes para eles, pode-se esperar que se tornem cada vez mais propensos a concluir racionalmente que há pouco sentido em se engajar na política (GAVENTA, 1980).

A teoria dos conflitos apresenta uma posição oposta, esperando que a desigualdade de renda aumente o engajamento dos indivíduos na política. Os níveis mais elevados de desigualdade causam divergências em relação às preferências políticas, as quais alimentam debates sobre o curso adequado da política. E isso torna as políticas redistributivas mais atraentes para os pobres como meio de melhorar as suas circunstâncias (MELTZER; RICHARD, 1981). Porém, à medida que a desigualdade aumenta, a redistribuição se torna mais cara para o bem-estar, o que leva os mais ricos a irem contra a essas políticas, gerando conflito. As políticas mais conflituosas presentes quando a desigualdade é maior devem, por sua vez, estimular mais interesse e participação no processo político.

A teoria dos recursos sustenta que a relação positiva ou negativa que a desigualdade econômica tem com o engajamento político depende da renda de cada indivíduo. Estar engajado na política requer recursos, como: “[...] tempo para participar, dinheiro para contribuir com campanhas e outras causas políticas, e habilidades para usar tempo e dinheiro efetivamente” (VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995, p. 16 [tradução do autor da tese]). Espera-se que os indivíduos tomem a decisão sobre o engajamento na política assim como tomam decisões para consumir qualquer outro bem, ou seja, eles buscarão na medida em que estiverem dispostos a arcar com os custos. Como consequência, buscarão fazer mais à medida que sua renda aumenta (ANSOLABEHERE; FIGUEIREDO; SNYDER JUNIOR, 2003).

De acordo com Verba, Schlozman e Brady (1995), a renda pode ser considerada o mais importante determinante individual da participação política, pois todas as atividades políticas são despendidas porque os recursos (como tempo, dinheiro e habilidades) devem ser investidos para realizá-las. Logo, as pessoas mais ricas têm maior chance de estar envolvidas em atividades políticas convencionais e não convencionais. A distribuição de renda do país tem impacto na votação (ANSOLABEHERE; FIGUEIREDO; SNYDER JUNIOR, 2003).

Cicatiello, Ercolano e Gaeta (2015) argumentam que o envolvimento dos indivíduos na participação política convencional e não convencional é positivamente

afetada pela renda individual, uma vez que as atividades políticas são caras e exigem o investimento de recursos privados, como dinheiro, habilidades e tempo. Porém, apesar da desigualdade econômica não apresentar qualquer efeito direto sobre o envolvimento político, ela fortalece o efeito positivo da renda sobre a participação convencional e enfraquece o efeito positivo da renda sobre a participação não convencional.

Goodin e Dryzek (2009), ao analisarem 38 democracias no final da década de 1950, bem como 42 áreas metropolitanas nos EUA no início da década de 1960, descobriram que as relações entre a desigualdade de renda e participação nas eleições eram fortemente negativas. No entanto, suas análises não incluíram as características individuais e nacionais que também são pensadas para afetar a participação eleitoral. Oliver (2000) constatou que a desigualdade de renda municipal⁴ e o engajamento político local nos EUA em 1990 era positivo.

A renda do eleitor faz parte do conjunto de recursos individuais que permitem a minimização dos custos relacionados à participação eleitoral. Porém, essa relação não é linear, como apontam: Lipset e Rokkan (1967); Verba, Schlozman e Brady (1995); Carreras e Castañeda-Angarita (2014); Geys (2006b). De acordo com Carreras e Castañeda-Angarita (2014), existe pouca diferença entre as categorias de renda e participação, porém os eleitores extremamente carentes são mais propensos a se absterem do que os demais localizados nos diversos níveis de rendimentos, pois votar exige recursos monetários mínimos, concretamente, quando ir ao local de votação exige que o cidadão pegue alguma forma de transporte público. De acordo com Lipset (1959), indivíduos que vivem sob condições precárias não têm geralmente muita disponibilidade mental para se dedicar às atividades políticas, pois a luta pela sobrevivência absorve a maior parte das suas energias.

A educação tem sido considerada como o indicador mais importante na explicação do comportamento eleitoral ao nível individual (BLAIS, 2000). De acordo com Schlozman, Brady e Verba (2018), as habilidades cívicas dos cidadãos são adquiridas ao longo do ciclo de vida que inicia em casa e, principalmente, na escola. A educação possibilita o desenvolvimento das habilidades relevantes para a política, como a capacidade de ler e escrever, o conhecimento de como se comportar em ambientes organizacionais, assim como transmite um conjunto de informação sobre o

⁴ De acordo com o autor é importante não tirar conclusões gerais devido ao caráter distinto da desigualdade nos municípios norte-americanos.

governo e a política, incentiva atitudes de responsabilidade cívica que predisõem o cidadão ao envolvimento político. Além disso, a educação afeta a atividade indiretamente: aqueles que têm altos níveis de escolaridade são muito mais propensos a comandar empregos lucrativos e a desenvolver habilidades politicamente relevantes no trabalho, na igreja e em organizações voluntárias.

Indivíduos mais educados são propensos a compreender as questões em jogo nas eleições e a se tornar politicamente interessados (VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995). Sob ponto de vista individual, a educação fornece as habilidades intelectuais e cognitivas que reduzem os custos de participação, deslocando os incentivos em favor do engajamento individual (DOWNS, 1957).

Cidadãos com alto grau de instrução são mais propensos a possuir uma base de conhecimento que facilita a compreensão do processo político, e são mais propensos a possuir habilidade cognitivas que facilitam a absorção e o processamento de informações políticas complexas (ROSENBERG, 1988).

Como afirma Becker (1964), a educação cria os recursos de capital humano que levam ao engajamento sem esforço dentro do sistema político. De acordo com La Due Lake e Huckfeldt (1998), o conhecimento e a expertise individual são, inegavelmente, aspectos importantes do engajamento do cidadão, e a relação entre a educação e participação é uma evidência importante nesse aspecto.

A participação eleitoral está dependente de um maior nível de recursos, sobretudo educacionais, que possibilitam a compreensão do universo político por parte do indivíduo com maior facilidade. Assim, o maior nível de instrução está geralmente associado a mais participação eleitoral (LIPSET, 1959; WOLFINGER; ROSENSTONE, 1980; FREIRE; MAGALHÃES, 2002).

Outra constatação é de que o maior nível de instrução permite maior integração social, quer em termos de prestígio social, quer em termos de maior propensão ao associativismo para defesa dos interesses coletivos (LIPSET, 1959; VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995). De acordo com Lazarsfeld, Berelson e Gaudet (1944), ainda que a educação impacte positivamente na participação, ela é mediada pelo interesse na campanha eleitoral.

As diferenças no grau de instrução dos cidadãos também diferem no engajamento político. Quanto maior o nível de escolaridade do indivíduo, maior a capacidade de compreensão das fontes de informações políticas e, por sua vez, a visão sobre a política é mais específica. O indivíduo com alto grau de escolaridade

difere dos outros, não apenas no que diz respeito aos fatos sobre a política que tem a seu comando, mas também no uso sofisticado dos termos e conceitos dentro do campo político (CAMPBELL *et al.*, 1960).

Os cidadãos com alto grau de instrução educacional são mais propensos a votar do que os com baixo grau de instrução educacional (MILLER; SHANKS, 1996; LYONS; ALEXANDER, 2000; BLAIS; GIDENGIL; NEVITTE, 2004). Campbell *et al.* (1960) apontaram para o fator escolaridade como importante na participação eleitoral. Ao observarem a participação eleitoral, assim como o envolvimento e a eficácia política, constaram que eram elevados na parcela dos indivíduos com altos níveis de escolaridade. Filer, Kenny e Morton (1993) argumentam que alto nível de escolaridade aumenta os níveis de habilidade política dos eleitores e baixa os custos de votação, facilitando, assim, a participação.

Almond e Verba (2015); Leighley e Nagler (1992); Nevitte *et al.* (2009) constataram que os indivíduos mais escolarizados são mais propensos a participarem nas eleições em detrimento dos menos escolarizados nas democracias industrializadas. Este achado é corroborado por Carreras e Irepoğlu (2013); Carreras e Castañeda-Angarita (2014); Ribeiro, Borba e Silva (2015), ao analisarem a participação eleitoral nas democracias não-industrializadas.

O aumento global da realização educacional tem contribuído para amortecer o declínio da participação. A implicação é que a participação diminuirá acentuadamente a menos que os níveis de educação formal continuem a aumentar (BLAIS; GIDENGIL; NEVITTE, 2004).

Mueller (2003) argumenta que o maior grau de instrução do indivíduo está relacionado com um aumento da participação por dois motivos. Primeiro, o maior nível de escolaridade incute no indivíduo o sentido de dever e faz com que ele sinta e reconheça as recompensas de seguir as regras e fazer o que é esperado. Maior nível de escolaridade torna o indivíduo mais capaz de estabelecer e compreender os debates políticos, estimulando o interesse pela política.

Os indivíduos com alta renda e maior grau de instrução são mais prováveis a participarem nas eleições. Por sua vez, os indivíduos com status socioeconômico (SES) mais elevados tendem a ter mais tempo livre para participar em atividades políticas e são mais bem informados (VERBA; NIE; KIM, 1978; WOLFINGER; ROSENSTONE, 1980; POWELL, 1986).

2.2.1.2 Disposições psicológicas do eleitor

De acordo com Schlozman, Brady e Verba (2018, p. 58 [tradução do autor da tese]), “a falta de recursos pode explicar por que alguém não participa da política. No entanto, ter recursos não se traduz automaticamente em participação, pois os recursos que facilitam a atividade política podem ser colocados para outros fins”.

Os indivíduos que comprometem recursos para fins políticos provavelmente estão psicologicamente engajados com a política – isto é, estão interessados em debates políticos e tem conhecimento político suficiente para compreender o que está em jogo – são mais propensos a participar nas eleições (SCHLOZMAN; BRADY; VERBA, 2018).

Campbell *et al.* (1960) ponderam que as questões atitudinais são preditoras fundamentais para compreender o comportamento eleitoral dos indivíduos:

[...] a distribuição de características sociais em uma população varia lentamente ao longo de um período de tempo. No entanto, flutuações cruciais na votação nacional ocorrem de uma eleição para outra. Tais flutuações não podem ser contabilizadas por variáveis independentes que, ao longo curto tempo, não variam. A abordagem atitudinal direcionou mais atenção a objetos políticos de orientação, como os candidatos e questões, que mudam no curto prazo. Parecia claro que a chave para a dinâmica mais fina do comportamento político estava nas reações do eleitorado a essas mudanças no cenário político (CAMPBELL *et al.*, 1960, p. 17, tradução do autor da tese].

A ênfase nas atitudes políticas não deprecia a importância de outras variáveis, ao contrário, o modelo psicossociológico buscou esclarecer a relação das influências psicológicas em relação aos fenômenos políticos, como fatores sociológicos e históricos (CAMPBELL *et al.*, 1960). Neste modelo, para desvendar plenamente o comportamento do eleitor, é necessário que se tenha informações sobre o indivíduo. Ou seja, o indivíduo é a unidade de análise.

De acordo com Figueiredo (2008), a orientação em direção às questões políticas é anterior à idade eleitoral dos indivíduos. Elas são, em grande medida, reflexos do ambiente imediato no qual se encontra inserido. Neste caso, a família é o ambiente preponderante. Por isso, diz que “as atitudes políticas se formam e se integram no sistema político por meio de um ‘sistema de personalidade’ no sentido parsoniano” (FIGUEIREDO, 2008, p. 25-26).

As atitudes que o indivíduo adquire, juntamente com outros aspectos provenientes da socialização, passam a integrar a estrutura de personalidade dele. Portanto, as atitudes políticas fazem parte da psicologia humana, que se consolida

pela socialização política, tornando-se meio de formação de opiniões, autoavaliação e propensões para a ação frente ao cenário político mais abrangente (FIGUEIREDO, 2008).

Almond e Verba (2015), no seu livro "*The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*", originalmente lançado em 1963, demonstram que as atitudes políticas dos indivíduos têm uma relação significativa com o modo como o sistema político opera. A forma como se encontra distribuída na sociedade a crença da legitimidade do sistema político, que funciona de forma efetiva, que é passível dos homens comuns influenciar, ou a frequência de atividades como filiação organizacional ou participação política. Todos esses aspectos têm efeitos importantes no modo que o sistema político opera.

Schlozman, Brady e Verba (2018) são cautelosos ao considerarem o engajamento com a política como a causa da participação devido a quatro fatores. Primeiramente, ser politicamente interessado, conhecedor ou eficaz pode aumentar a probabilidade de um indivíduo estar ativo; mas, ser ativo pode aumentar o interesse, a informação e a eficácia. A causalidade pode vir do ativismo ao engajamento, assim como do engajamento ao ativismo. Em segundo, o engajamento político é mais próximo da participação política por considerar que indivíduos politicamente interessados são politicamente ativos do que uma explicação baseada em recursos, que tem suas origens em compromissos e envolvimento mais afastados da política. Em terceiro, há mais confiança em medir recursos, que são concretos e baseados em unidades métricas padrão, do que em mensurar o engajamento político, com a possível exceção da informação política, os demais aspectos do engajamento político são mais ambíguos. Por fim, as explicações de participação baseadas em recursos são relevantes para questões reais da política: os conflitos entre ricos e pobres (SCHLOZMAN; BRADY; VERBA, 2018).

Apesar disso, é importante prestar atenção a esses fatores subjetivos, pois os indivíduos que optam por dedicar recursos escassos à atividade política, e não a outras atividades, seriam, presumivelmente, distintos em sua orientação à política. Buscando mensurar o engajamento político, Schlozman, Brady e Verba (2018) concentraram-se em quatro medidas que parecem conceitualmente distintas: interesse político, eficácia política, informação política e identificação partidária.

O interesse político é definido como o "[...] grau em que a política desperta a curiosidade de um cidadão" (DETH, 1990, p. 278 [tradução do autor da tese]). Não é

um modo de comportamento político nem sinônimo de sentimentos positivos em relação à política. Um indivíduo pode estar muito interessado em política e ainda assim rejeitar o mundo político real, quando perguntado como se sente em relação à política. Nesse sentido, o interesse político equivale apenas a um pré-requisito para aprender ou debater qualquer assunto sobre a política que possibilita que os indivíduos possam ter oportunidade de participar em processos democráticos de tomada de decisão (LUPIA; MCCUBBINS, 1998). O interesse é com a disposição dos cidadãos de tomar conhecimento da política como um pré-requisito básico para a participação eleitoral.

Os indivíduos que estão interessados em debates políticos, que seguem e que se preocupam com quem vence ou perde são mais ativos politicamente (SCHLOZMAN; BRADY; VERBA, 2018). As atitudes políticas se consolidam através da socialização política, tornando-se meio de formação de opiniões, autoavaliação e propensões para a ação frente ao cenário político mais abrangente, resultando no engajamento no processo da votação (FIGUEIREDO, 2008).

De acordo com Campbell *et al.* (1960), os indivíduos que desenvolvem níveis de interesse político e de envolvimento em assuntos políticos em detrimento de outros, são mais estáveis em campanhas eleitorais sucessivas. Assim, as atitudes políticas que descrevem a orientação do indivíduo podem ser categorizadas em função das eleições por meios de: (a) interesse das campanhas; (b) percepção dos resultados eleitorais, e em função da orientação política e eleição; (c) eficácia política; (d) dever cívico. Deste modo, muitos incentivos da participação eleitoral são incentivos da participação extraeleitoral, isto é, os condicionantes da participação eleitoral estão associados a outros modos de participação política.

Campbell *et al.* (1960) constataram uma relação positiva entre os eleitores e o alto envolvimento político dos indivíduos. Para os autores, existem três tipos de eleitores: (1) os que apresentam alto grau de interesse pela política; (2) os periféricos, cuja participação depende de fatores endógenos e exógenos; (3) os que não possuem nenhuma motivação para participar nos pleitos eleitorais. Assim, de acordo com Campbell, Gurin e Miller (1954); Figueiredo (2008); Carreras e Castañeda-Angarita (2014), a proximidade do eleitor com o mundo político, o interesse por questões que norteiam o debate político, discutindo-as no dia a dia, demonstram um grau elevado de cidadania e, com isso, torna-os mais propensos a participarem nas eleições.

Denny e Doyle (2008), ao analisarem as eleições britânicas, demonstram que a capacidade cognitiva e a personalidade são determinantes significativas da

participação eleitoral. Destacam, ainda, que o interesse pela política influencia na participação eleitoral. Por sua vez, indivíduos com alta capacidade de compressão dos fenômenos políticos e uma personalidade agressiva são mais propensos a votar e ter alto interesse pela política.

O conceito de eficácia política emergiu diretamente da teoria psicológica desenvolvido, em meados do século XX, pelos pesquisadores do Centro de Pesquisa da Universidade de Michigan. O conceito foi definido como o “sentimento de que a ação política individual tem, ou pode ter, um impacto sobre o processo político, ou seja, que vale a pena desempenhar seus deveres cívicos” (CAMPBELL; GURIN; MILLER, 1954, p. 187 [tradução do autor da tese]).

A eficácia política tornou-se uma das medidas mais utilizadas das atitudes políticas no geral. Craig, Niemi e Silver (1990) consideram a eficácia política como um indicador-chave da saúde dos sistemas democráticos, uma vez que tem sido associado ao sentimento de confiança nas autoridades políticas. A legitimidade democrática e a estabilidade dependem do apoio do cidadão ao governo, pois à medida em que os cidadãos se sentem ineficientes, a legitimidade e a estabilidade tendem a decrescer (MILLER, 1974). A estabilidade do regime é reforçada por “induzir os cidadãos a acreditar que o governo está respondendo às suas próprias necessidades e desejos” (GINSBERG, 1982, p. 182 [tradução do autor da tese]).

As pesquisas têm demonstrado que a eficácia política não se trata de uma construção unidimensional, mas sim consiste em duas construções relacionadas, embora distinguíveis. Por um lado, a eficácia política interna refere-se os sentimentos de competência pessoal para compreender e participar efetivamente na política. Representa crenças sobre o impacto que um indivíduo pode ter na política e no processo político como resultado de suas próprias habilidades e confiança (CRAIG; NIEMI; SILVER, 1990). Por outro lado, a eficácia externa refere-se às percepções sobre a capacidade de resposta do sistema político, tanto as autoridades governamentais quanto a instituição, às demandas dos cidadãos. É a crença de que o sistema político é receptivo e responsivo aos interesses e ações dos cidadãos (CRAIG; NIEMI; SILVER, 1990). As eficácias políticas interna e externa têm sido consideradas um dos principais mediadores entre a democracia e a participação política e importante preditores de participação política (PATEMAN, 1970; CONWAY, 2000).

De acordo com Schlozman, Brady e Verba (2018), a eficácia política é um preditor importante na participação eleitoral, pois a percepção que os cidadãos têm de serem capazes de fazer diferença na atividade política, influencia no engajamento eleitoral. Os cidadãos eficazes percebem que são capazes de influenciar o governo e a política, e, como resultado, eles podem estar mais motivados para comparecer às urnas no dia da eleição (CRAIG; MAGGIOTTO, 1982). Coleman e Davis (1976) argumentam que um baixo senso de eficácia política pode ser em função da incapacidade pessoal de obter uma resposta de um sistema que responde a um determinado grupo de indivíduos, ou da incapacidade compartilhada de obter uma resposta de um sistema inoperante.

Os cidadãos participam nos processos eleitorais quando percebem que seu voto pode ter um impacto sobre os resultados das eleições e os resultados da política que resultam da eleição (FRANKLIN, 2004). Estudos comparativos levados a cabo por Norris (2002); Karp e Banducci (2008) demonstram efetivamente que os eleitores mais eficazes são mais propensos a votar.

Mensurando a variável eficácia política, Carreras e Castañeda-Angarita (2014) argumentam que a percepção de que o governo responde às preocupações dos indivíduos na América Latina apresenta uma relação negativa, ou seja, os indivíduos que percebem que o governo está mais atento às suas aspirações podem se tornar paradoxalmente mais apáticos.

Os cidadãos que não confiam nas instituições políticas têm menos chances de se engajarem em atividades políticas convencionais (NORRIS, 2002). Estudos desenvolvidos por Carlin (2006) e Smith (2009) demonstram que os cidadãos com níveis mais elevados de confiança nas instituições democráticas têm maior probabilidade de votar.

A exposição a uma série de irregularidades nos processos eleitorais pode se refletir na participação eleitoral. Assim, quando os cidadãos percebem que as eleições são injustas, eles podem preferir se abster, pois acreditam que o seu voto não terá impacto sobre os resultados eleitorais e sobre a direção das políticas públicas. Ou seja, a baixa confiança nas eleições tem um impacto negativo sobre a participação eleitoral (CARRERAS; CASTAÑEDA-ANGARITA, 2014).

De acordo com Franklin (2004), os cidadãos participam apenas quando percebem que seu voto pode ter um impacto sobre as eleições e os resultados da política que resultam da eleição. Deste modo, a participação eleitoral não é “[...] sobre

como os cidadãos se aproximam das eleições, em vez disso, é principalmente sobre como as eleições aparecem para as eles” (FRANKLIN, 2004, p. 6 [tradução do autor da tese]). Assim, quando os cidadãos percebem as irregularidades eleitorais, eles podem preferir ficar em casa no dia das eleições, pois acreditam que o seu voto não terá impacto sobre os resultados eleitorais e sobre a direção das políticas.

Embora os cidadãos não possam influenciar diretamente nas decisões políticas do governo ao longo do período pós-eleitoral, as eleições servem como um mecanismo fundamental de responsabilização política (MANIN; PRZEWORSKI; STOKES, 1999). Neste sentido, quando os cidadãos não confiam nas eleições, são menos propensos a se sentirem politicamente eficazes, uma vez que as eleições são o principal meio de influenciar as decisões políticas nas democracias representativas modernas. Os cidadãos que percebem que as eleições são manipuladas estão menos inclinados a pensar que as instituições respondem às exigências dos cidadãos. Por sua vez, os cidadãos que não se sentem eficazes são menos propensos a ir votar (NORRIS, 2002; KARP; BANDUCCI, 2008).

A atividade política não pode ser significativa a menos que seja informada, e o custo da informação é um custo primário de participação política (FIORINA, 1990). A informação ou conhecimento sobre os políticos ou partidos políticos pode afetar a motivação dos cidadãos para participarem nas eleições. A informação política difere dos demais componentes do engajamento político por ser objetiva e não subjetiva (SCHLOZMAN; BRADY; VERBA, 2018). O acesso à informação proporciona uma explicação parcial sobre as políticas governamentais (LIPSET, 1959).

De acordo com Downs (1957), a informação é um elemento fundamental para uma participação “ótima” no processo eleitoral, pois os eleitores decidem racionalmente através de recursos escassos de informação que otimizam o processo de tomada de decisão. Matsusaka (1995) argumenta que os indivíduos têm uma predisposição natural para votar, porém, essa predisposição aumenta na medida em que ele busca por informação.

Ghirardato e Katz (2002) demonstram que os indivíduos são avessos à ambiguidade, ou seja, eles somente votam quando tem certeza de quem apoiam. Assim, os indivíduos mais informados são mais propensos a participar nas eleições, pois se sentem mais confiantes em relação às suas escolhas eleitorais. Esse achado é constatado por Carreras e Castañeda-Angarita (2014) no estudo comparado sobre América Latina.

Em relação às atitudes políticas, a identificação partidária tem desempenhado um papel crucial na explicação da maior participação eleitoral entre os indivíduos, fator que tem um papel central no “modelo psicossociológico do voto”. A identificação partidária, embora seja geralmente utilizada para prever a direção do voto, também tem se mostrado uma variável motivacional que desempenha um papel importante na participação eleitoral (SCHLOZMAN; BRADY; VERBA, 2018). Campbell *et al.* (1960) utilizaram o conceito de “identificação partidária” (IP)⁵, no qual estabelece uma ligação psicológica estável a longo prazo entre o eleitor e o partido.

Como colocam Campbell *et al.* (1960, p. 121-122), tal conceito foi originalmente utilizado para,

[...] caracterizar a orientação afetiva do indivíduo a um importante grupo e objeto em seu ambiente. Tanto a teoria de grupo de referência quanto os estudos de influência de pequenos grupos convergiram sobre a qualidade de atração ou repulsão do grupo como a dimensão generalizada mais crítica na definição da relação entre indivíduo e grupo, e é essa dimensão que chamaremos de identificação. [...] o partido político serve como o grupo para o qual o indivíduo pode desenvolver uma identificação, positiva ou negativa, de algum grau de intensidade [tradução do autor da tese].

A identificação partidária é decorrente do processo de formação das atitudes⁶ dos indivíduos em relação à política, neste caso, em relação ao partido. Esse processo se dá em função do ambiente cultural, familiar, histórico, social e do sistema de valores e crenças em que ocorre a socialização na fase de aprendizado do eleitor e vai se intensificando ao longo da vida. Esse processo de transmissão de base, que em muitas das vezes se encontra relacionado a um determinado partido ou ideologia, possibilita com que o indivíduo desenvolva maior ou menor identificação com determinada força política (CAMPBELL *et al.*, 1960; HARROP; MILLER, 1987).

A IP influencia substancialmente as cognições políticas, atitudes e comportamentos dos eleitores, assim como simplifica um processo bastante complexo e oneroso em termo de recolha e processamento de informação. Desta forma, ela conecta o eleitor ao mundo político, imprimindo uma estabilidade ao sistema político “[...] caracterizado mais pela estabilidade do que pela mudança não por fixação rígida e imutável em uma parte e não na outra, mas por uma adesão persistente e uma

⁵ Esse conceito foi discutido pela primeira vez por Belknap; Campbell (1951-1952).

⁶ De acordo com Figueiredo (2008, p. 25), “o processo de formação de atitudes é chamado de socialização política”.

resistência à influência contrária” (CAMPBELL *et al.*, 1960, p. 146 [tradução do autor da tese]).

A identificação partidária é uma variável motivacional importante. De acordo com Achen e Sinnott (2007, p. 9 [tradução do autor da tese]), “os eleitores têm um senso de agir em conjunto com os outros em nome de um objetivo compartilhado, e eles obtêm satisfação em fazê-lo”. Desta forma, os indivíduos que nutrem identificação com um determinado partido político são mais expressivos nas eleições do que aqueles que não conseguem formar preferências políticas. Além disso, a identificação partidária funciona em muitas das vezes como um “atalho” para os eleitores, ajudando-os a compreender os debates políticos e a escolher dentre várias opções eleitorais (CAMPBELL *et al.*, 1960).

Assim, a intensidade da identificação partidária do eleitor possibilita que ele se engaje no processo de votação. Ou seja, quanto maior a intensidade partidária, maior a probabilidade de o eleitor se fazer presente no ato de votação (CAMPBELL *et al.*, 1960). O aumento dos níveis de identificação partidária pode tanto influenciar na participação eleitoral como ser influenciada por ela, isto é, a identificação partidária pode crescer ou decrescer como resultado da participação eleitoral ou da abstenção (FREIRE, 2001).

Conforme Freire (2001), o nível de participação eleitoral tem aumento na medida em que os indivíduos concebem o voto como um dever cívico, assim como quando relevam simpatia por um certo partido político. Essas determinações atitudinais continuam significativas, quando controlamos as determinações sociológicas (recursos materiais, educacionais, habitat, religião etc.).

Estudo levado a cabo por Carreras e Castañeda-Angarita (2014) sobre a participação eleitoral na América Latina demonstrou que a componente identificação partidária possui um efeito significativo e positivo. Ou seja, os indivíduos que apresentam uma preferência partidária são mais propensos a participar nas eleições.

2.2.1.3 Redes de mobilização

De acordo com Morales e Geurts (2007, p. 135 [tradução do autor da tese]), “o direito dos cidadãos de se reunir e se unir em associações é um pré-requisito bem reconhecido e citado para a democracia”. Por um lado, o envolvimento em associações pode ter efeitos sobre o conjunto de atitudes e orientações que os cidadãos mantêm. Por outro lado, pode ter efeitos no comportamento dos indivíduos.

As associações promovem discussão política e participação, uma vez que tendem a politizar os membros mediante as oportunidades de troca de informação que propiciam e, ao mesmo tempo, fornecem as habilidades e conhecimentos necessários para interagir com as instituições políticas. Além disso, na medida em que as associações podem ser utilizadas como recursos para mobilização, os cidadãos envolvidos nelas são mais propensos a participar da política (VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995; LEIGHLEY, 1996; DETH, 1997).

Rosenstone e Hansen, no seu livro *“Mobilization, participation, and democracy in América”*, publicado em 1993, ao tentarem resolver o “quebra-cabeça” sobre o declínio da participação eleitoral, chegaram à conclusão de que a mobilização tem diminuído ao longo dos anos e, portanto, a participação tem se reduzido. Mais especificamente, o declínio do envolvimento dos cidadãos em organizações, clubes e partidos políticos é responsável pela desaceleração da participação eleitoral. Tal se dá porque a participação eleitoral não se deve tanto às características pessoais, como as escolhas políticas e incentivos oferecidos a eles, mas sim à eficácia da mobilização dos cidadãos pelos candidatos, partidos e grupos de interesse.

A mobilização política dos partidos e de outros grupos reduz os custos de participação, particularmente os custos de informação e de decisão. Os grupos fornecem informações gratuitas e facilmente compreensíveis que são úteis para tomar decisões políticas. Os cidadãos com baixo grau de instrução escolar enfrentam maiores custos de informações e de decisão quando se confrontam com ir votar. Por sua vez, esses custos são subsidiados pelas organizações, a lacuna resultante nas taxas de participação de diferentes grupos educacionais desaparece (ROSENSTONE; HANSEN, 1993).

A mobilização também funciona no lado beneficiário da participação, tanto instrumental quanto não instrumental. No lado instrumental, certos grupos são capazes de mudar de posição política e aumentar os benefícios derivados do fato de que o candidato preferido ganha em vez de outro. No lado não instrumental, as organizações e a mobilização em grupo promovem um senso de solidariedade e identidade de grupo que leva as pessoas a ir às urnas a fim de declarar expressivamente seus compromissos com o grupo (MORTON, 1991). Mais uma vez, isso é crucial para pessoas com poucos recursos.

Os cidadãos que optam por ingressar em organizações e associações voluntárias têm a oportunidade de conhecer mais pessoas, desenvolver sistemas mais

extensos de relações sociais e, portanto, tornarem-se mais engajados na vida civil (SCHLOZMAN; BRADY; VERBA, 2018). Ao mesmo tempo, alguns indivíduos são mais propensos a serem organizacionalmente engajados do que outros. Os indivíduos se tornam politicamente ativos mais ou menos quando as questões conectam a política a seus compromissos e preocupações básicas ou mesmo quando se envolvem por um senso de dever cívico. Em muitos casos, tornam-se ativos porque alguém perguntou, seja por meio de uma campanha eleitoral para apoiar um determinado candidato, do pastor na igreja, de oficiais de uma organização da qual é membro, seja diretamente por intermédio de um vizinho ou colega de trabalho (SCHLOZMAN; BRADY; VERBA, 2018).

Sidney Verba, Kay L. Schlozman e Henry E. Brady (1995) desenvolvem o modelo de Voluntarismo Cívico com a finalidade de explicar a participação política. Demonstram que as instituições não políticas desempenham um papel importante no desenvolvimento de habilidades cívicas. Tais habilidades seriam recursos que facilitam a participação política, no caso concreto, a eleitoral, quando empregadas em favor de suas causas. As instituições não políticas da vida adulta promoveriam a chance de praticar tais habilidades, isto é, seriam lugares onde os cidadãos desenvolveriam características que poderiam torná-los ativos politicamente.

Os indivíduos que pedem para que os outros participem na política não tem incentivo para desperdiçar seus esforços em perspectivas improváveis que foram inativos no passado. Os pedidos de participação não são feitos de forma dispersa, mas sim estruturados pelo *status* socioeconômico (SES) e por características relacionadas. Assim, a probabilidade de ser solicitado a se envolver politicamente não é distribuída aleatoriamente, mas sim é feita aos indivíduos que estão socialmente ligados à família, vizinhos, colegas de trabalho ou de organização voluntária ou membro da igreja. Os indivíduos que mobilizam outros para participar concentram seus esforços nessa perspectiva, solicitando amigos, colegas de trabalho ou de associação com propósito de um engajamento em massa (SCHLOZMAN; BRADY; VERBA, 2018).

As instituições não políticas da vida adulta – como local de trabalho, associações voluntárias e as igrejas –, são cruciais no desenvolvimento de habilidades cívicas que melhoram a atividade na política, pois as discussões políticas ocorrem frequentemente nesses meios, o que, por sua vez, pode nutrir o interesse político e aumentar a conscientização sobre as questões em jogo nas eleições,

tornando o cidadão mais propenso a se engajar politicamente (SCHLOZMAN; BRADY; VERBA, 2018). Além disso, estudos mostram que grandes redes sociais produzem capital social politicamente relevante, ou seja, indivíduos que pertencem às organizações são mais propensos a interagir com outros membros dessas organizações. E, na medida em que os membros das organizações são mais propensos a se envolver em questões políticas, eles também são mais propensos a interagir com indivíduos que estão mais engajados na política (LA DUE LAKE; HUCKFELDT, 1998; SCHLOZMAN; BRADY; VERBA, 2018).

De acordo com Lipset (1959), a difusão de normas, valores e padrões de comportamento encontram-se estreitamente vinculadas à escola, aos meios de comunicação, serviços religiosos, trabalho, família, amigos, organizações. Quanto mais homogêneo for o ambiente social, maior será a tendência de afluência às urnas. Por isso, a participação eleitoral individual encontra-se fortemente associada com a participação eleitoral dos seus familiares, amigos e colegas de trabalho (LAZARFELD; BERELSON; GAUDET, 1944).

As instituições não políticas não apenas contribuem para o desenvolvimento de habilidades cívicas como também funcionam como lugar de recrutamento e estímulo para o engajamento político. Por meio de rede de contato, os indivíduos seriam recrutados para a participação. Assim, o envolvimento em instituições não políticas traria também a exposição aos debates políticos, mesmo em contextos institucionais que não tenham uma conexão direta com a política (VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995).

Apesar da filiação em associações voluntárias e a participação eleitoral tenderem a estar empiricamente relacionadas, esse cenário parece resultar não apenas do fato de os indivíduos ocuparem posições favoráveis para a obtenção de benefícios seletivos que aumentam a utilidade do voto, mas também da forma como o envolvimento dos indivíduos na vida profissional, comunitária, igreja e associativa fornece oportunidades para o desenvolvimento de atitudes favoráveis à participação política, em particular à eleitoral (PUTNAM, 2000). Assim como, do treinamento de atividades participativas no domínio social e cívico, permitindo aquisição de competências políticas na vida adulta, que seria mobilizada para participação política (VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995).

A ocupação profissional individual, geralmente associada a diferentes níveis de instrução, contribui para uma maior ou menor proximidade com o mundo político, por

via da natureza do trabalho. Assim, profissões ligadas à recolha, processamento e difusão de informação facilitam a proximidade ao universo abstrato das ideias políticas, levando o indivíduo a estar mais propenso a participar nas eleições (LIPSET, 1959; WOLFINGER; ROSENSTONE, 1980). A associação dos indivíduos em organizações profissionais para defesa dos seus respectivos interesses funciona como elemento mediador da participação eleitoral, pois essas instituições funcionam como agências de socialização na participação (LIPSET, 1959).

De acordo com Rosenstone e Hansen (1993), os eleitores que são contactados pelos partidos são mais propensos a votar. Esses achados foram replicados em estudos levados a cabo por Rallings e Trasher (1990); Wielhouwer e Lockerbie (1994); Clarke *et al.* (2004). Ao mesmo tempo, é difícil acreditar que a mobilização ou a falta dela seja o fator mais poderoso que impulsiona a decisão de se fazer às urnas ou não (BLAIS; LAGO, 2009).

Segundo Verba, Schlozman e Brady (1995), dentre as diversas instituições da vida adulta, a religião tem como diferencial o fato de não ser estratificada por renda, etnia ou gênero, o que permite que a divisão de oportunidades para o desenvolvimento de habilidades cívicas seja relativamente igual entre os membros. Neste sentido, é esperado que as instituições religiosas reforcem os recursos políticos disponíveis nos cidadãos desprivilegiados. Porém, as características organizacionais de cada igreja podem gerar uma diferença comportamental nos cidadãos, ou seja, o tipo de igreja que o indivíduo frequenta afeta a aquisição de habilidades cívicas, tendo assim um efeito mediado sobre o seu padrão de atuação política.

Como coloca Patterson (2005), as instituições não políticas da vida adulta, em concreto a igreja, devido às suas estruturas e atividades, são mais democráticas do que outras, visto que fornecem aos seus membros maiores oportunidades de desenvolvimento de habilidades cívicas, tornando-os mais propensos a participar na política. Djupe e Grant (2001); Campbell (2004) argumentam que a igreja influencia no engajamento político, tanto na participação eleitoral como na participação extraeleitoral. De acordo com Norris (2002); Franklin (2004), o pertencimento a sindicatos e a prática religiosa parecem produzir efeitos estatisticamente significativos na participação eleitoral, apesar de ter uma dimensão relativamente modesta.

A presença da igreja parece ser relevante como um fator que aumenta o engajamento político de cidadãos com baixo grau de instrução no contexto norte-americano (SCHLOZMAN; BRADY; VERBA, 2018). Kuenzi e Lambright (2010)

argumentam que adesão a organizações voluntárias tem um impacto positivo na participação eleitoral nos países africanos. Klesner (2007); Carreras e Castañeda-Angarita (2014) demonstram que o maior envolvimento dos cidadãos em organizações não políticas também leva a um aumento na participação nos países da América Latina. Assim, a probabilidade de votar deve aumentar quando o indivíduo tem um emprego formal e estável, participa de organizações voluntárias e frequenta com regularidades a igreja. Neste mesmo sentido, os indivíduos envolvidos em grandes redes sociais são mais propensos a ser politicamente engajados e a participar nos processos eleitorais (CARRERAS; CASTAÑEDA-ANGARITA, 2014).

As diferenças entre o nível de participação de diferentes grupos sociais parecem dar pistas significativas para compreensão da política dentro da sociedade moderna, sem mesmo implicar maior avaliação no sentido do ato de votar. Neste sentido, Lipset (1959, p. 183) encontrou um diagnóstico sobre a participação eleitoral:

Os padrões de participação na votação são notavelmente os mesmos em vários países: [...]. Os homens votam mais do que as mulheres; o melhor educado, mais do que o menos educado; residentes urbanos, mais do que rural; aqueles entre 35 e 55, mais do que os jovens ou eleitores mais velhos; pessoas casadas, mais do que as solteiras; pessoas com estatuto mais elevado, mais do que inferiores; membros de organizações, mais do que os não membros^[7] [tradução do autor da tese].

Essas constatações em relação às diferenças de participação eleitoral podem ser resumidas em quatro proposições explicativas. Um grupo terá elevadas taxas de votação, quando: 1) os seus interesses não forem fortemente afetados pela política governamental; 2) tiver acesso à informação sobre a relevância das decisões políticas para o seu interesse; 3) se encontra exposto a pressões múltiplas⁸, exigindo votação; 4) não é pressionado para votar em diferentes partidos políticos (LIPSET, 1959, p. 184)⁹.

2.2.1.4 Variáveis de controle apontadas pela literatura

A literatura avança também um conjunto de variáveis que impactam na participação eleitoral. Atributos individuais – como idade, sexo, avaliação econômica

⁷ Cf. Lipset (1959, p.184), Tabela I.

⁸ O conceito “pressões múltiplas” se refere às múltiplas pertencas sociais dos indivíduos e às diferentes influências políticas que derivam dela (LAZARSEFELD; BERELSON; GAUDET, 1944; LIPSET; ROKKAN, 1967).

⁹ Cf. Lipset (1959, p. 185), Tabela II.

dos cidadãos, local de residência (rural ou urbano), confiança institucional, satisfação com o funcionamento da democracia e apoio à democracia – são considerados por diversos pesquisadores como cruciais para a participação eleitoral. De acordo com Justel (1995), as características individuais dos cidadãos são decisivas na explicação do seu comportamento eleitoral, nomeadamente o habitat, o sexo, a idade e o estado civil.

2.2.1.4.1 Idade

A socialização política leva tempo. Os eleitores novos podem ser desorientados pelas opções eleitorais diferentes, preferindo desse modo não votar. A experiência política é adquirida ao longo do tempo, conforme os cidadãos enfrentam questões políticas concretas (por exemplo, habitação, tributação, saúde, benefícios sociais), discutem sobre a política no local de trabalho ou em suas redes sociais e aprendem sobre o que propõem os diferentes programas partidos políticos para resolver os problemas que enfrentam (CARRERAS; CASTAÑEDA-ANGARITA, 2014). Desta perspectiva, a idade é uma variável importante. Cidadãos mais velhos tendem a votar mais que seus homólogos mais jovens (WOLFINGER; ROSENSTONE, 1980; NIEMI; BARKAN, 1987; LEIGHLEY; NAGLER, 1992).

A explicação teórica para a baixa participação eleitoral na camada jovens e para o seu aumento ao longo que a idade vai aumentando está relacionada com os custos de votar e com a formação de hábito de participar nas decisões da sociedade (PLUTZER, 2002). Segundo Plutzer (2002, p. 42),

À medida que os jovens cidadãos enfrentam sua primeira eleição, todos os custos de votação são ampliados: eles nunca passaram pelo processo de registro, podem não saber a localização de seu local de votação, e podem ainda não ter desenvolvido um entendimento das diferenças partidárias e questões-chave. Além disso, seu grupo de pares consiste quase inteiramente de outros não-eleitores: seus amigos não podem assegurar-lhes que a votação tem sido fácil, agradável ou satisfatória [tradução do autor da tese].

No entanto, os jovens que se engajam na participação eleitoral o fazem presumivelmente porque suportam custos mais baixos do que outros. Esse diferencial no custo se deve aos recursos familiares do jovem que se manifestam no estatuto socioeconômico e no envolvimento político dos pais e familiares mais próximos, e os recursos individuais associados às suas próprias realizações (WOLFINGER; ROSENSTONE, 1980; PLUTZER, 2002).

Verba, Schlozman e Brady (1995) distinguem entre o status socioeconômico dos pais e o envolvimento político dos pais como cruciais para que os jovens participem nas eleições pela primeira vez. A educação parental promove a educação dos filhos e o conhecimento político dos filhos, incluindo informações mundanas, como se registrar e onde votar. Assim, o conhecimento político é um ativo que pode compensar diretamente os custos de participação inicial. O envolvimento político dos pais pode fornecer tanto comportamento para modelar quanto informações relevantes para a campanha que as crianças raramente obtêm da escolaridade formal.

Os recursos parentais associam-se com os próprios êxitos dos jovens cidadãos antes da sua primeira eleição. Embora não tenham ainda concluído a educação formal, podem já ter adquirido um conjunto de conhecimento político e podem ter desenvolvido interesse em assuntos públicos. Eles também podem ter alguns anexos partidários, embora estes provavelmente sejam maleáveis a longo prazo e, portanto, podem ter efeitos fracos (NIEMI, JENNINGS, 1991). Porém, à medida que passa o tempo, a propensão para votar vai aumentando nos jovens que suportam altos custos de votação no início da sua vida eleitoral, e eventualmente, a maior parte deles cria hábito de ir às urnas (PLUTZER, 2002).

Os jovens podem superar o hábito de não votar, se os custos de votação permanecerem relativamente constante ao longo da vida. Contudo, os recursos para superar esses custos aumentam. A renda, por exemplo, tende a aumentar na idade adulta jovem, e isso pode aumentar a probabilidade de ser recrutado para a política eleitoral (VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995). Os recursos cognitivos, especialmente o conhecimento político, devem aumentar com a idade (WOLFINGER; ROSENSTONE, 1980). Eventos da vida adulta, como casamento, compra da casa própria e ter filhos em idade escolar muitas vezes aumentam os laços com a comunidade, aumentando a relevância das eleições locais e as apostas percebidas dos resultados eleitorais (VERBA; NIE, 1972). Espera-se, assim, que esses recursos acelerem a predisposição do jovem adulto a votar nas eleições subsequentes.

Segundo Lipset (1959), a baixa participação eleitoral é observada nos indivíduos muito mais velhos. Isto ocorre devido ao seu distanciamento social, que é gerado por aposentadoria, enfermidade e morte dentro da sua faixa etária. Assim como os idosos, os jovens apresentam maior desintegração social e profissional, o que explica essa tendência a baixos índices de participação eleitoral. Na mesma concepção, estudos têm apontado que o declínio da participação eleitoral seria maior

entre grupos etários mais jovens em detrimento do eleitor adulto, revelando uma dimensão geracional do fenômeno (LIPSET; ROKKAN, 1967; BLAIS; DOBRZYNSKA, 1998; WATTENBERG, 2007; DALTON, 2008; CARRERAS; CASTAÑEDA-ANGARITA, 2014).

Franklin (2004) argumenta que a variação geracional desempenha um papel significativo na participação eleitoral ao longo do tempo. Os eleitores mais jovens são particularmente responsáveis por alteração das taxas de abstenção. O autor chama atenção para existência de diferenças entre as taxas de participação dos jovens e as de outras faixas mais idosas quando eram a faixa mais jovem, visto que cada geração tem suas características. A redução da idade de votação traz consigo um grupo de indivíduos ao sistema democrático com participação abaixo da média, o que se deve aos problemas de afirmação do jovem como um adulto, o que resulta na baixa participação nesta faixa etária.

2.2.1.4.2 Gênero

A posição assumida historicamente pelas mulheres (casada, dona de casa e mãe) as coloca em situação subalterna e afastada das questões políticas. Não obstante, a libertação de alguns encargos deve aproximá-las mais ao cenário político (LIPSET, 1959). Os padrões de votação diagnosticado por Lipset (1959) demonstravam maior participação dos homens em relação às mulheres. Já estudos levados a cabo por Carreras e Castañeda-Angarita (2014), em relação à participação do gênero na América Latina, constataram que as mulheres tendem a votar mais que os homens.

Estudos sobre a participação política são unânimes em afirmar que a inclusão do gênero no governo tende a gerar um maior envolvimento das mulheres no engajamento político. De acordo com Kittilson e Schwindt-Bayer (2012); Desposato e Norrander (2009), a presença de mulheres nos cargos políticos pode incentivar a participação ao nível das massas, concretamente entre as mulheres. Por um lado, isso ocorre por razões racionais, pois a mulher tem interesse em ter alguém com quem se identifique e que represente seus interesses no governo. Por outro lado, ocorre por razões simbólicas, pois a presença de mulheres na política pode simbolizar a igualdade e fornece um conjunto de papéis para as mulheres na sociedade.

De acordo com Burns, Schlozman e Verba (2001), a existência de mulheres em cargos políticos pode significar a responsividade do governo com a questão de gênero, o que pode gerar maior envolvimento político das mulheres. De fato,

Schwindt-Bayer e Mishler (2005) argumentam que os cidadãos encontram confiança em sistemas políticos em que a taxa de ocupação de cargos políticos por mulheres é elevada (concretamente no legislativo). Campbell e Wolbrecht (2006) afirmam que a visibilidade de mulheres em cargos políticos através dos meios de comunicação é fundamental para capacitar a participação delas.

2.2.1.4.3 Economia

As flutuações econômicas de curto prazo que ocorrem ao longo do período governamental são importantes sob duas medidas: a recuperação econômica beneficia o partido governamental e o declínio econômico beneficia a oposição. Kramer (1971) considerou as seguintes variáveis para mensurar a questão econômica: renda real, desemprego, taxa de inflação e custo de vida. Neste sentido, o eleitor tenderá a votar na oposição na medida em que ele se encontra insatisfeito com o desempenho econômico do partido governamental e tenderá a se manter fiel ao partido governamental, quando estiver satisfeito com o seu desempenho econômico. Há consenso nos teóricos sobre o voto econômico no que se refere à votação retrospectiva. Para eles, as condições econômicas influenciam as decisões do voto do eleitor na medida em que atribuem a responsabilidade das flutuações econômicas ao partido governamental (TUFTE, 1975, 1978; FIORINA, 1978; KINDER; KIEWIET, 1979; MONROE, 1979; HIBBING; ALFORD, 1981).

De acordo com Feldman (1982), as decisões dos eleitores nas eleições refletem o estado das finanças familiares, havendo uma responsabilidade (econômica, governamental) social para o bem-estar financeiro. Sob a mesma concepção retrospectiva do voto, Fiorina (1981) argumenta que, independentemente do grau de informação que o eleitor dispõe sobre o processo político, ele é sensível ao impacto da atividade governamental em relação à melhoria do seu bem-estar social, e toma isso como guia para decisão do voto.

A questão econômica pode levar ao engajamento na participação eleitoral, embora seja geralmente utilizado para prever a direção da votação. Kinder e Kiewiet (1981) argumentam que a influência das questões econômicas na decisão do voto ocorre devido a uma análise econômica sociotrópica, ou seja, uma análise econômica nacional, e não por meio de políticas de bolso – como a colocada por Kramer (1971). De acordo com os autores, os eleitores desenvolvem avaliações ásperas das condições econômicas nacionais, o que possibilita creditar ou culpar o partido

governamental ou *incumbent*. Os motivos que sustentam o voto sociotrópico não são assim transparentes, mas podem se considerar aspectos, como preocupação altruísta pelo bem-estar social, pode ser totalmente autointeressado, interpretação da gestão da economia como um bem público.

A distinção entre a economia de “bolso” e a política sociotrópica não é equivalente à distinção entre um self-interessado e uma política altruísta, pois é difícil imaginar um motivo diferente de preocupação como o interesse próprio dirigido às preferências dos eleitores que escolhem entre candidatos alternativos com base em suas próprias circunstâncias económicas. Assim, a diferença entre a economia de “bolso” e sociotrópica não deve ser considerada como uma motivação, mas como uma informação. A votação de economia de “bolso” reflete as circunstâncias e os predicamentos da vida econômica pessoal e o voto sociotrópico, as circunstâncias e os predicamentos da vida econômica nacional (KINDER; KIEWIET, 1981).

Na medida em que as pessoas localizam as causas de seus problemas econômicos, seja no ambiente imediato, seja em suas próprias falhas, é improvável que o descontentamento pessoal tenha consequências políticas. Assim, as crenças sobre as causas dos problemas econômicos-pessoais e nacionais podem canalizar o descontentamento econômico, no qual as ramificações de problemas econômicos pessoais são geradas para dentro da política; as condições econômicas nacionais são dirigidas ao sistema político (KINDER; KIEWIET, 1981).

As avaliações da situação econômica nacional, da ação governamental no desemprego e da inflação possuem um impacto sobre o voto do eleitor. Essas avaliações retrospectivas constituem indicadores para uma avaliação prospectiva sobre a capacidade do governo em resolver os problemas econômicos (LEWIS-BECK, 1988)¹⁰.

2.2.1.4.4 Motivacionais

A motivação é um fator explicativo para explicar a participação eleitoral. Como ponderaram Verba, Schlozman e Brady (1995), o interesse que os indivíduos têm em

¹⁰ Lewis-Beck (1988) introduziu a dimensão afetiva nas avaliações das políticas econômicas governamentais. Neste sentido, o voto econômico não tem apenas uma dimensão racional, como também pode ser movido pela “raiva”. Em alguns casos, a insatisfação pelas políticas econômicas governamentais gera maior apatia política (LIPSET, 1959; DALTON, 1988; FREIRE, 2001).

debates políticos e o seu conhecimento político suficiente para entender o que realmente está em jogo os tornarão propensos a se fazer presente nas urnas.

De acordo com Norris (2002), diversos estudos demonstraram que os indivíduos que não confiam nas instituições políticas têm menos chances de se engajarem em atividades convencionais. Booth e Seligson (2009); Smith (2009), ao analisarem o efeito da satisfação com a democracia e da confiança nas instituições política na América Latina, constaram que indivíduos com altos níveis mais elevados de apoio as instituições democráticas têm maior probabilidade de comparecer ao pleito eleitoral.

Essa mesma observação foi constatada no cenário africano. De acordo com as autoras, os eleitores africanos que expressam maior apoio á democracia e apresentam níveis mais elevados de confiança nas instituições políticas são mais propensos a irem a urnas (KUENZI; LAMBRIGHT, 2010).

Outro fator motivacional crucial é a percepção da integridade eleitoral. A maioria das eleições africanas são descritas como razoavelmente livres e justas por estudiosos e equipes de observadores nacionais e internacionais (BURCHARD, 2015; BRATTON, 2013). Entretanto, diversos processos eleitorais no continente africano ainda são marcados por uma seria de irregularidade. Um dos principais problemas é uso na máquina estatal em favor ao governo no poder o que resulta em uma concorrência desproporcional com seus opositores. Além disso, as instituições eleitorais que têm como objetivo supervisionar as eleições são, em muito dos casos, são controladas pelo executivo (BRATTON; MATTES; GYIMAH-BOADI, 2005). De acordo com Birch (2010), as irregularidades sobre o processo eleitoral têm um impacto negativo na propensão dos cidadãos para votar, visto que estes percebem o resultado das eleições mediante uma conclusão precipitada.

2.2.1.5 Síntese

Ficou evidente que a variação da participação eleitoral entres os países é influenciando por um conjunto de variáveis de nível socioeconômicas, políticas e institucionais. Deste modo, os pressupostos teóricos e empíricos, são fundamentais para mobilização de um conjunto de variáveis para este estudo, na medida em que possibilitaram responder o questionamento sobre o impacto de uma variável de nível agregado na participação eleitoral, neste caso em concreto nos países africanos.

Como se pode notar, buscou-se apresentar os principais pressupostos teóricos e empíricos dos fatores de nível individual que impactam na propensão dos cidadãos para votar. Para tal foram mobilizadas três perspectivas teóricas para compreender o que leva o indivíduo a se engajar na eleição, nomeadamente: recursos dos eleitores, motivações dos eleitores e redes de mobilização.

Constatou-se que a distribuição dos recursos, as atitudes dos cidadãos em relação ao sistema político e a inserção em redes de mobilização são cruciais para compreender a variação da participação eleitoral entre os indivíduos. Importa salientar que a distribuição dos recursos tem um impacto no desenvolvimento das capacidades cognitivas dos indivíduos, assim como na inserção em redes de mobilização que são cruciais para o engajamento eleitoral.

Por fim, no Quadro 2.2 foram sintetizados os argumentos recorrentes nos estudos sobre a participação eleitoral ao nível individual, síntese essa que servira de fio condutor para formulação das hipóteses que serão testadas neste trabalho.

Quadro 2.2: Síntese das variáveis levantadas pela literatura

Nível	Classificação	Variáveis
Individual	Recursos e capacidades do eleitor	Renda, tempo e escolaridade
	Disposições psicológicas do eleitor	Interesse por política, eficácia política, informação política e Identificação partidária
	Redes de Mobilização	Instituições religiosas, associações voluntárias, partidos políticos, emprego
	Demográfica	Idade, local de residência, gênero
	Atitudes e comportamentos	Avaliação econômica pessoal, avaliação econômica do país, apoio à democracia, satisfação com a democracia, confiança nas instituições políticas, confiança nas eleições

Fonte: Compilação da literatura elaborada pelo autor da tese

2.2.2 Condicionantes da participação eleitoral de nível macro

Na perspectiva agregada as pesquisas buscam comparar o nível de participação eleitoral no espaço e ao longo do tempo. Então, as perguntas são mais

descritivas de porquê a participação é maior em alguns países do que em outros. De igual modo, questionam: por que ela aumenta ou diminui com o tempo? (BLAIS, 2000).

Geys (2006a) faz uma análise comparada de estudos empíricos sobre a participação eleitoral. Ele observa que algumas variáveis socioeconômicas, políticas e institucionais vêm sendo associadas às diferenças das taxas de participação entre os países.

As instituições políticas moldam a distribuição de incentivos para os atores políticos, se eles são candidatos a cargo ou simplesmente cidadãos contemplados a votar. De acordo com Jackman (1987), quando há incentivos institucionais para que os candidatos e os partidos mobilizem mais eleitores, eles o farão, e isso aumentará a participação. Ao mesmo tempo, os arranjos institucionais influenciam o grau em que os eleitores potenciais pensam que seu voto fará a diferença tanto para o próprio desfecho eleitoral quanto para a subsequente formação de um governo. Ou seja, o tipo de arranjo institucional pode aumentar o incentivo para votar e outros podem inibir esse incentivo.

Assim, as probabilidades de os cidadãos votar variam com os incentivos estruturas que enfrentam. Além disso, as variações de participação em diversos países são impulsionadas pelos diferentes arranjos institucionais. Então, as elevadas taxas de participação eleitoral não podem ser tomadas em si mesmas como evidências de normais participativas. Contudo, quando as instituições geram incentivos para votar, o nível de participação tende a crescer, mas quando as instituições geram desincentivos para votar, a participação tende a decrescer (JACKMAN, 1987).

Jackman observa, no artigo "*Political institutions and voter turnout in industrial democracies*", publicado em 1987, a participação média em 19 países na década de 1970, com ênfase nas instituições. Os resultados sustentam que cinco variáveis institucionais afetam a participação eleitoral: sistema eleitoral, distritos nacionalmente competitivos, desproporcionalidade eleitoral, multipartidarismo, unicameralismo e a votação obrigatória. Esse conjunto de variáveis levantadas por Jackman definiram a agenda de pesquisa que buscam compreender o efeito das instituições na participação eleitoral.

Blais e Aarts (2006) fizeram um apanhado da literatura que aborda porque a participação é maior em determinados países do que em outros. Os autores observaram que as variáveis institucionais estavam dentre os principais fatores que

afetam as variações da participação eleitoral. Posto isso, enumeram as principais variáveis institucionais que afetam o comparecimento eleitoral, tais como: magnitude dos círculos eleitorais, fórmula eleitoral adotada, grau de desproporcionalidade, número de partidos com assento no parlamento, voto obrigatório e sistema eleitoral. Para os autores, esses elementos são centrais para compreender a variabilidade das taxas de participação eleitoral entre os países ao longo do tempo.

Dettrey e Schwindt-Bayer (2009) fazem referência às nuances das instituições exclusivas das eleições presidenciais que têm sido largamente negligenciadas, apesar dos diferentes incentivos que oferecem aos eleitores para participarem nas eleições. Para tal, os autores apontaram quatro variáveis: sincronismo das eleições (se são simultâneas ou não-simultâneas entre cargos do executivo e do legislativo); o poder do presidencialismo; regra eleitoral para eleição presidencial (existência ou não de um 2º turno); e regras de reeleição.

As medidas socioeconômicas têm sido utilizadas por muito tempo no nível individual e no nível agregado para prever a participação eleitoral (WOLFINGER; ROSENSTONE, 1980). As variáveis socioeconômicas podem ser descritas como de nível individual, quando a propensão à participação eleitoral está associada a uma série de características sociodemográficas, particularmente idade e educação (BLAIS, 2000). Não obstante, as variáveis socioeconômicas podem expressar as características nacionais de um determinado país, que podem influenciar a decisão do eleitor em votar, tais como: tamanho da população, concentração populacional, estabilidade populacional, homogeneidade populacional, PIB *per capita*, urbanização, alfabetização (FORNOS; POWER; GARAND, 2004; GEYS, 2006a). Neste sentido, é natural supor que as variações de taxa de participação nacional estejam associadas com as diferenças socioeconômicas entre os países (BLAIS; AARTS, 2006).

Fatores de ordem política também têm um efeito sobre a participação eleitoral, isto é, os contextos macropolíticos onde as eleições ocorrem influenciam a participação eleitoral dos países. Fornos, Power e Garand, no artigo "*Voter turnout in Latin America - explaining voter turnout in Latin America, 1980 to 2000*", publicado em 2004, consideram as seguintes três variáveis políticas como prováveis de afetar a participação eleitoral: democracia e liberdade; eleições fundadoras e competição eleitoral. A proximidade eleitoral; despesas de campanha eleitoral e a fragmentação partidária também são consideradas variáveis explicativas chaves na compreensão da participação eleitoral (GEYS, 2006a).

O'Donnell e Schmitter (1986), ao analisarem a democratização nos anos 80 e 90, destacaram o papel do processo político como um fator crucial no incentivo ou não da participação. E consideram a democracia não apenas como uma variável categórica, mas como uma variável contínua, ou seja, dentro do conjunto das democracias políticas, há uma variação considerável na robustez da intensidade da poliarquia (DAHL, 1971). Assim, as democracias com os compromissos mais inequívocos e de maior intensidade para com as liberdades civis e políticas podem gerar condições mais favoráveis à participação (FORNOS; POWER; GARAND, 2004).

De acordo com Fornos, Power e Garand (2004), as abordagens institucionais, políticas e socioeconômicas do processo de participação eleitoral são intuitivas e sustentam argumentos teóricos bastantes convincentes. Essas abordagens são muitas vezes representadas como rivais, mas, de acordo com os autores, elas devem ser vistas como complementares. Assim, o modelo de participação que incorpora percepções-chaves de cada uma das abordagens funciona melhor do que os modelos baseados exclusivamente em apenas um foco analítico.

2.2.2.1 Abordagem institucional

A importância das instituições para a política tem sido bem estabelecida e está fundamentada em estudos de Riker (1980) e North (1990). As instituições afetam um vasto leque de fenômenos políticos, que vão desde a natureza do sistema partidário ao comportamento dos eleitos, bem como às normas, atitudes e comportamentos dos cidadãos (REILLY, 2001).

Como bem coloca Pierson (1996, p. 152),

[...] As instituições estabelecem as regras do jogo para lutas políticas influenciando as identidades do grupo, as preferências políticas e as escolhas de coalização, e reforçando o poder de negociação de alguns grupos, enquanto desvalorizam o de outros. As instituições também afetam as capacidades governamentais seus recursos administrativos e financeiros que viabilizam as intervenções políticas [tradução do autor da tese].

De acordo com Steinmo, Thelen e Longstreth (1992), os institucionalistas estão interessados em todos os tipos de instituições – quer societárias, quer estatais – que moldam a atuação dos atores políticos em relação à maneira como definem seus interesses e estruturam as relações de poder com diversos grupos. Essa visão inclui características do contexto institucional, como as regras da competição eleitoral, a

estrutura dos sistemas partidários, as relações entre os vários setores governamentais e a estrutura e a organização de atores econômicos.

Conforme Peres (2008), cultura, crenças, valores (instituições sociais), questões econômicas passam a ser elementos exógenos, dentro das variáveis explicativas dos fenômenos políticos. Assim, a visão básica epistemológica e metodológica do neoinstitucionalismo aplicada aos fenômenos políticos constata que,

[...] os atores respondem estratégica ou moralmente a um conjunto de regras formais ou informais que são circunscritas às instituições. Estas moldam, condicionam ou induzem os atores a agirem e a decidirem de determinada maneira e acabam, assim, explicando grande parte do que ocorre na dinâmica política (PERES, 2008, p. 65).

Como coloca Nascimento (2009, p. 98-99), “as instituições importam”. Face a esse “*slogan*” do neoinstitucionalismo, o autor faz um resumo dessa perspectiva:

Os agentes individuais e os grupos perseguem seus projetos em um contexto coletivamente constrangido (*constraints*); estas restrições tomam de instituições, padrões organizados de normas e papéis socialmente construídos, e condutas socialmente prescritas, os quais são criados e recriados continuamente; tais restrições são em algum aspecto vantajosas para os indivíduos e grupos para a persecução de seus projetos particulares; os mesmos fatores contextuais que constroem as ações dos indivíduos e dos grupos também moldam seus motivos, desejos, preferências; estas restrições podem ser o produto de raízes históricas, resíduos de ações e decisões pensadas; as restrições preservam, representam e distribuem diferentes recursos de poder a diferentes grupos e indivíduos; e as ações individuais e coletivas, contextualmente constrangidas e socialmente modeladas são o motor que conduz a vida social.

Assim, é importante analisar os efeitos que as variáveis institucionais podem causar na participação eleitoral. Estudos levados a cabo por Shepsle (1986); Powell e Dimaggio (1991); Riker e Ordeshook (1968) sobre o funcionamento do sistema político e eleitoral tornaram-se procedimento obrigatório para compreender as tendências de participação eleitoral nos países.

As instituições eleitorais estruturam as ligações entre os cidadãos e o processo democrático. As “instituições não são simplesmente objetos desencarnados externos aos eleitores, e sim fatores que ajudam a moldar e dar sentido às atitudes políticas” (ANDERSON *et al.*, 2005, p. 192). De acordo com Miller (1994), a influência das instituições sobre o comportamento político tem sido uma questão central nos estudos de comportamento de massas há décadas. Assim, as instituições têm um impacto na decisão dos eleitores, pois a votação é um ato político, onde a participação não

depende somente de fatores sociais e econômicos, mas também de como as eleições e a política são estruturadas de forma mais ampla, na qual as características institucionais afetam o comportamento dos eleitores (JACKMAN, 1987; BLAIS; CARTY, 1990; BLAIS; DOBRZYNSKA, 1998).

Entre os critérios mais importantes para julgar as instituições eleitorais está sua capacidade de "maximizar as oportunidades de participação" e "permitir a plena participação" entre os cidadãos (GALLAGHER; MITCHELL, 2005, p. 569 [tradução do autor da tese]). Porém, são poucos estudos que examinam como as instituições eleitorais conectam diferentes tipos de indivíduos ao processo democrático (SCHWINDT-BAYER; MISHLER, 2005; DALTON; ANDERSON, 2011).

As instituições eleitorais possuem efeitos para os cidadãos a nível individual. Ao mesmo tempo, as regras eleitorais podem ter efeitos condicionais com base nas características de um indivíduo (ANDERSON; SINGER, 2008). Assim, a partir da concepção de que as instituições eleitorais moldam atitudes e comportamentos dos indivíduos no processo democrático, buscou-se trazer os principais achados sobre o efeito das instituições eleitorais no comportamento dos eleitores.

O sistema eleitoral é um conjunto de normas pela qual os votos são traduzidos em assentos ou mandato no processo de eleger os políticos para o cargo (TAAGEPERA; SHUGART, 1989; FARRELL, 2001; NICOLAU, 2012). No entanto, o sistema eleitoral envolve um conjunto de regras (magnitude e delimitação distrital, fórmula eleitoral, limiares eleitorais, projeto de cédula), que é complicado de compreender e suas consequências políticas – tanto mecânicas como psicológicas – não são fáceis de antecipar. Em relação à conversão dos votos obtidos pelos partidos políticos em assentos parlamentar, existem diferentes fórmulas, cada uma produz um impacto diferente na distribuição dos assentos parlamentares, um dos efeitos é o Índice de Desproporcionalidade (NICOLAU, 2012).

Kittilson e Schwindt-Bayer (2012) argumentam que as instituições afetam sistematicamente o engajamento político e a participação por razões racionais e simbólicas. De acordo com Duverger (1954), as regras eleitorais de pluralidade levam a sistemas bipartidários, enquanto os sistemas de representação proporcional levam a sistemas multipartidários precisamente por causa dos incentivos racionais que oferecem aos partidos e aos eleitores. A concepção de Duverger (1954) tem sido seguida por uma infinidade de estudos sobre os efeitos das regras eleitorais em

partidos e eleitores, e todos mergulham na lógica da racionalidade¹¹ (KITILSON; SCHWINDT-BAYER, 2012).

As teorias proeminentes sugerem dois tipos principais de instituições democráticas: as que são mais inclusivas e as que são mais exclusivas¹². As regras eleitorais inclusivas são mergulhadas em ideais democráticos de ampla representação e visam à geração de governos representativos de um vasto leque de grupos sócio-políticos. Caracterizam-se por representação proporcional¹³, grandes magnitudes distritais, baixos limiares eleitorais e fórmulas eleitorais mais proporcionais (LIJPHART; GROFMAN, 1984). Em contrapartida, as regras eleitorais exclusivas priorizam regras majoritárias, produzindo um vencedor em uma dada eleição, são projetadas para gerar uma regra de maioria eficiente e responsável (LIJPHART, 1999; NOHLEN, 1984; POWELL, 2000).

As regras eleitorais inclusivas têm sido ligadas empiricamente a uma maior afluência eleitoral (POWELL, 1986; JACKMAN, 1987; BLAIS; CARTY, 1990; BLAIS; DOBRZYNSKA, 1998; FRANKLIN, 2002). Porém, as regras eleitorais exclusivas têm sido associadas à produção de alguns distritos não competitivos em que os cidadãos percebem seu voto como desperdiçado no processo eleitoral, criando, assim, uma concepção precipitada em relação aos resultados eleitorais e que reduz a afluência eleitoral (KITILSON; SCHWINDT-BAYER, 2012).

Como bem apontam Kittilson e Schwindt-Bayer (2012, p. 15),

No entanto, regras eleitorais inclusivas podem estar ligadas ao envolvimento eleitoral através de mecanismos simbólicos também. As regras eleitorais muitas vezes encapsulam os valores e normas democráticas da sociedade, e os cidadãos aprendem sobre esses ideais através do contexto das eleições nacionais. Nos sistemas de RP, os partidos oferecem cédulas com uma lista de candidatos aos eleitores no dia da eleição, com o número de candidatos apresentados dependendo do tamanho da magnitude distrital (ou seja, o número de representantes a serem eleitos em cada distrito) [tradução do autor da tese].

¹¹ Ver: Lakeman (1974); Powell (1980); Crewe (1981); Jackman (1987); Black (1991); Mackie; Rose (1991).

¹² Lijphart (1999) utiliza os termos consenso e democracias majoritárias para se referir a esses arranjos institucionais. Powell (2000) usa os termos proporcionais e visões majoritárias das democracias e Norris (2008) se refere a esses sistemas como compartilhamento de energia e concentração de energia.

¹³ As regras eleitorais proporcionais tornaram-se as instituições mais proeminentes de inclusão de grupos sociais na democracia e foram adotadas por governos que desejam enfatizar a representatividade, a inclusão política e o governo de consenso (LIJPHART, 1999; POWELL, 2000).

Assim, por um lado, as instituições eleitorais oferecem incentivos racionais para a participação política; por outro lado, simbolizam o compromisso do governo com a democracia, a partilha de poder, a representação e a inclusão. Ao fazê-lo, desencadeiam respostas emotivas que atraem os indivíduos para a política (KITTLSON; SCHWINDT-BAYER, 2012). Os sistemas majoritários distorcem a relação voto-assento parlamentar e isso pode reduzir a afluência eleitoral. Apesar dos sistemas proporcionais favorecerem o multipartidarismo, a formação das coligações pode também distorcer a relação voto-assento parlamentar (COLOMER, 1991). A lógica é que muitas vezes as regras mais proporcionais estimulam a participação porque fazem eleições mais competitivas e reduzem a alienação devido a "votos desperdiçados".

A participação eleitoral tende a ser maior nos sistemas de representação proporcional (RP) do que em qualquer pluralidade das eleições de regras majoritárias. A representação proporcional amplia o número de partidos, aumentando assim a competitividade e reduzindo as distorções (JACKMAN, 1987; BLAIS; CARTY, 1990; JACKMAN; MILLER, 1995; NORRIS, 2002; FRANKLIN, 2002). O sistema de representação proporcional, além de aumentar o número de partidos e a variedade de opções entre as quais os indivíduos podem escolher, tende a tornar os indivíduos menos alienados e mais inclinados a votar, bem como a existência de vários membros a serem eleitos em cada distrito eleitoral, onde a maioria dos partidos tem a chance de ganhar pelo menos um assento no legislativo, tem por consequência a mobilização dos eleitores em todo o país¹⁴ (BLAIS; DOBRZYNSKA, 1998; SCHWINDT-BAYER; MISHLER, 2005).

A proposição de que um sistema mais proporcional com grande magnitude distrital promove a participação eleitoral tem sido apoiada por cerca de todos estudos relativos a democracias desenvolvidas (POWELL, 1986; JACKMAN, 1987; BLAIS; CARTY, 1990; FRANKLIN, 1996). No entanto, esse padrão parece não se manter na América Latina (FORNOS; POWER; GARAND, 2004) e, quando a análise inclui uma vasta gama de países, o impacto do RP parece bastante limitado (BLAIS; DOBRZYNSKA, 1998).

¹⁴ Em sistemas de representação proporcionais, as elites políticas visualizam seu apoio em termo de grupos sociais, em detrimento dos interesses paroquiais geograficamente baseados (MILNOR, 1969).

De acordo com Blais e Lago (2009), não está claro, de fato, porque a RP contribuirá para uma maior participação eleitoral. O impacto mais direto da RP é o aumento de números de partidos (TAAGEPERA; SHUGART, 1989; BLAIS; CARTY, 1991; COX, 1997). No entanto, as evidências disponíveis sugerem em certa parte que a participação diminui quando há muitos partidos.

Para Blais e Lago (2009), a visão de que a participação é maior sob RP precisa ser questionada. Para o autor, faz sentido assumir que quanto mais importante a eleição, maior será a participação eleitoral, isto é, a participação tenderá a ser maior na eleição para a instituição mais poderosa de um determinado país.

Entretanto, os sistemas menos proporcionais incentivam partidos políticos mais difusos, com grande capacidade de mobilizar determinados grupos demográficos identificáveis facilmente (POWELL, 1980). A desproporcionalidade eleitoral impacta na redução da participação eleitoral.

De acordo com Rae (1967), os sistemas eleitorais produzem um viés a favor dos grandes partidos, dando-lhes um lugar maior do que a sua cota de voto. Assim, uma maior desproporcionalidade eleitoral deve reduzir a participação eleitoral, uma redução dos benefícios para os adeptos dos partidos menores, fortemente sub-representados no legislativo¹⁵.

Os sistemas altamente desproporcionais exigem que os partidos políticos menores acumulem muitos mais votos para conseguir representação legislativa. Deste modo, quanto maior for a desproporcionalidade, mais provável que os votos de partidos menores sejam desperdiçados (JACKMAN, 1987).

Gallego, Rico e Anduiza (2012) argumentam que a desproporcionalidade dos sistemas eleitorais possui efeito negativo sobre a participação eleitoral em democracias estabelecidas, mas não em novas democracias, visto que a desproporcionalidade eleitoral não está relacionada com a participação dos eleitores nas eleições após o processo de democratização, e sim a medida em que as democracias envelhecem.

Conforme Gosnell (1930), em distritos eleitorais onde a competitividade é baixa, os eleitores tendem a não se engajar na votação, pois consideram inútil votar, devido à certeza da vitória de um determinado partido. Assim, os distritos competitivos nacionais são fundamentais para a participação, visto que oferecem incentivos para

¹⁵ Este fato é também corroborado por Jackman (1987), que constatou uma relação negativa entre a desproporcionalidade eleitoral e a participação eleitoral.

que os partidos e os candidatos mobilizem os eleitores, aumentando, assim, a participação. A competitividade eleitoral estimula a afluência às urnas quando as chances de suplantar a oposição do governo parecem fortes, assim como quando estas são baixas, tendem a reduzir a afluência dos eleitores, isto é, quanto maior a lacuna de voto entre os dois principais partidos, menor será o nível de afluência às urnas eleitorais (CREWE, 1981; BLAIS; CARTY, 1990).

Tanto Jackman (1987) quanto Kedar (2005) argumentam que os sistemas multipartidários produzem governos de coalizão. Assim, a incerteza na formação de coalizão pode deixar os eleitores se sentindo desconectados do processo de formação do governo, tornando-os menos engajados e menos propensos a participar nas eleições.

Blais e Carty (1990); Blais e Dobrzynska (1998) relatam um padrão semelhante de que a participação tende a reduzir na medida em que aumenta o número dos partidos, mas não acham que a participação aumente quando há um governo de maioria partidária. Porém, Black (1991) argumenta que não existe nenhuma relação entre o número de partidos e a participação eleitoral. Assim, a presença de um governo majoritário de um só partido – para ser mais preciso, de uma maioria partidária no legislativo – tende a fomentar maior participação (JACKMAN, 1987).

A formação do governo é a questão decisiva nas eleições. Assim, o unicameralismo é importante na produção de governos decisivos, pois os governos compostos por uma casa não têm que competir e se comprometer com a outra casa legislativa. Em contrapartida, onde há um forte bicameralismo, a legislação só pode ser produzida por compromisso entre os membros das duas casas. Assim, as eleições para a casa inferior desempenham um papel menos decisivo na produção legislativa, onde o bicameralismo é forte. Contudo, o unicameralismo deve fomentar a participação eleitoral (JACKMAN, 1987). Jackman utilizou uma escala com maior pontuação para os países unicameral e menor pontuação para os países em que a casa superior é tão poderosa quanto a casa inferior, essa medida foi proposta por Lijphart e Grofman (1984).

O impacto do unicameralismo na participação é relatado de forma positiva por Jackman e Miller (1995); Fornos, Power e Garand (2004) para eleições legislativas e presidencial. Ao observar o bicameralismo na América Latina (Argentina, Brasil e México), Fornos, Power e Garand argumentam que os países que mantêm os senados para representar suas unidades federais, essa segunda câmara é menos

importante para a manutenção da comunidade política do que no caso dos Estados Unidos. No entanto, Blais e Carty (1990); Black (1991); Radcliff e Davis (2000) não indicam nenhum efeito sobre o unicameralismo na participação eleitoral.

A participação nas eleições legislativas é menor quando há um presidente “relevante”, governos regionais fortes ou onde a responsabilidade parlamentar é enfraquecida (SIAROFF; MERRER, 2002; FRANKLIN, 2004).

As instituições federais tendem a reduzir o nível de participação, pois a assembleia legislativa nacional tem menos poder do que aquelas em sistemas unitários, visto que a autoridade é dividida e compartilhada com as assembleias legislativas estaduais. As eleições nacionais em um país federal são conseqüentemente menos decisivas para a mesma razão que não podem ser menos decisivas em um sistema bicameral (BLAIS; CARTY, 1990). Assim, “[...] os arranjos institucionais que permitem que as eleições tenham um papel mais decisivo na formação do governo e que permitem que os governos sejam mais decisivos tendem a fomentar maior afluência do eleitor” (JACKMAN, 1987, p. 408 [tradução do autor da tese]).

Blais e Carty (1990); Black (1991) indicam que a participação é menor em países federados. Outro fator para a redução da participação no sistema federalista, é que este tem inúmeras eleições, o que desgasta o interesse do eleitor em participar (CREWE, 1981).

O tipo de sistema político que parece oferecer ao eleitor uma escolha mais definitiva entre as políticas aumenta a participação eleitoral. De acordo com Downs (1957), as eleições que desempenham um papel menos decisivo na formação governamental dentro dos sistemas multipartidários devem afrouxar a participação eleitoral, pois os indivíduos têm menos incentivo para votar. Não obstante, as eleições que desempenham um papel mais decisivo na formação do governo e que permitem que os governos sejam mais decisivos devem aumentar a afluência eleitoral. Assim, os sistemas presidencialistas, pela menor complexidade, favorecem a participação eleitoral, em comparação com o parlamentarista. De acordo com Jackman (1987), as eleições presidenciais diretas aumentam a frequência de participação.

As regras eleitorais para eleição presidencial podem afetar a participação. As regras de eleição presidencial tomam uma de duas formas amplas, pluralidade e majoritária. As regras de pluralidade, os eleitores participam apenas de uma rodada de votação, onde o candidato que recebe o maior número de votos vence. As regras

majoritárias, o candidato deve ganhar uma determinada porcentagem dos votos no primeiro turno para evitar o segundo turno (DETTREY; SCHWINDT-BAYER, 2009). Os sistemas majoritários amortecem os incentivos para os eleitores se envolvam em comportamentos de voto estratégicos, por ter várias rodadas de eleições, a votação estratégica torna-se mais complicada, e a possibilidade de uma segunda rodada eleitoral incentiva os eleitores a lançar um voto sincero ao seu candidato preferido na primeira rodada (COX, 1997; PÉREZ-LIÑÁN, 2006).

Os votos sinceros são menos propensos a ser desperdiçados na primeira rodada, pois a votação serve para selecionar os dois candidatos que vão para o segundo turno da eleição. Assim, no primeiro turno, os eleitores buscam selecionar dois vencedores, em vez de um, a probabilidade de quem votou vai ajudar um vencedor é maior. Mesmo que o candidato preferencial do eleitor não passe para o segundo turno, a votação tem uma segunda chance. Assim, os partidos que não vencem, mas têm apoio eleitoral, são cortejados por partidos vencedores para a segunda rodada. Desta forma, a eleições de primeiro turno são mais propensas a incentivar a participação eleitoral do que eleições de segundo turno (DETTREY; SCHWINDT-BAYER, 2009).

Ainda observando os efeitos das instituições presidenciais sob a lógica da teoria da escolha racional, quando há a regra da reeleição para o Chefe do Executivo nacional, os custos de participação são menores, pois, para além do reconhecimento dos candidatos, há uma redução dos custos de informação, visto que o eleitor não precisa gastar recursos aprendendo sobre o candidato em exercício (DETTREY; SCHWINDT-BAYER, 2009).

Além da questão relacionada à redução dos custos de informação, reconhecimento dos candidatos, há o fator "avaliação do *incumbent*", que permite responsabilizar o presidente pelo seu desempenho ao longo do mandato presencial. Fiorina (1981) e Jones (2004) argumentam que a limitação dos presidentes a um mandato torna mais difícil para os eleitores os responsabilizarem, pois os eleitores são menos propensos a serem indiferentes em relação aos *incumbents* devido à existência de um histórico estabelecido, o que permite que a eleição seja o momento para o eleitor responsabilizar o titular pelo desempenho. Assim, os eleitores são mais propensos a ir para as urnas expressar suas opiniões, especificamente segurando o Presidente responsável pelo desempenho do seu trabalho governamental. Em

contrapartida, a ausência de um *incumbent* na eleição aumenta a ambiguidade de quem responsabilizar pelo desempenho prévio.

De acordo com Blais e Lago (2009), não sabemos o que é preciso para “convencer” os eleitores de que eles devem votar mesmo que não estejam predispostos, mais precisamente, não sabemos se são necessárias sanções, quão duras elas precisam ser e quão estritamente devem ser aplicadas. Blais, Massicotte e Dobrzynska (2003) relatam que a votação obrigatória sem sanções não tem impacto, mas não indicam quais sanções funcionam e não funcionam, nem se as sanções precisam ser devidamente aplicadas. Fornos, Power e Garand (2004) consideram que quanto mais forte as sanções, maior o impacto da legislação eleitoral obrigatória, mas não verificam o efeito da aplicação como tal.

Segundo Geys (2006a), o voto obrigatório é suscetível de aumentar os custos esperados de não votar, pois a multa por desobediência à lei pode reduzir o prestígio social, na medida em que ser conhecido como descumpridor da lei reduz o nível da sua confiança no geral. A votação compulsória tem um grande impacto na participação eleitoral. Países que adotam o voto obrigatório tendem a ter mais participação eleitoral (POWELL, 1982; JACKMAN, 1987; BLAIS; CARTY, 1990; BLAIS; DOBRZYNSKA, 1998), isto porque “[...] as leis de voto obrigatório aumentam muito efetivamente a participação, mas essas leis não são uma condição necessária para altos níveis de participação” (HIRCZY, 1994, p. 64 [tradução do autor da tese]).

A força do impacto da obrigatoriedade do voto depende do contexto, assim como do tempo. Por isso, e devido à sua gênese multicausal, o voto obrigatório não explica na totalidade o aumento da participação. Porém, Hirczy (1994) considera que ele produz um incremento considerável à participação eleitoral, mesmo em cenários em que a participação é elevada. Em outras palavras, a votação obrigatória funciona como incentivo à participação eleitoral¹⁶.

Power e Roberts (1995), em “*Compulsory voting, invalid ballots, and abstention in Brazil*”, fazem uma análise sobre o impacto do voto compulsório na emancipação eleitoral entre 1945-1990. Neste estudo, constataram que o voto compulsório tende a aumentar a emancipação do eleitor em comparecer no ato eleitoral, permitindo que os analfabetos se façam presentes nas urnas tão frequentemente quanto os eleitores alfabetizados.

¹⁶ Segundo Haerper (1985), a cultura política pode induzir o cidadão a considerar o ato de votar como um dever.

O efeito da votação obrigatória sobre a participação é um dos resultados mais sólidos nos estudos comparados sobre a variação dos eleitores em uma eleição (BLAIS, 2000). Assim, o aumento da participação eleitoral é significativo nos países que adotam as leis de voto obrigatório (BROCKINGTON, 2004). Jackman (1987, p. 409 [tradução do autor da tese]) argumenta que “[...] a presença de leis de votação obrigatória fornece um desincentivo à não votação que deve aumentar a participação, não há razão para antecipar que tais leis geram total conformidade”.

A existência de requisitos para o registro eleitoral cria custos monetários diretos ao eleitor, bem como custos adicionais de informação. De acordo com Rosenstone e Wolfinger (1978), os requisitos de inscrição tornam o ato da votação mais difícil do que normalmente seria, e são suscetíveis a reduzir o número de pessoas a aflúem. Assim sendo, Geys (2006a) argumenta que o registro automático, o registro no dia da eleição e a ausência da exigência de alfabetização e impostos de sondagem levam a um aumento significativo nas taxas de participação. Todavia na medida em que as pessoas não se inscrevem porque não estão interessadas em votar, a remoção dos obstáculos de registro terá pouco impacto sobre a participação.

O registro na maioria dos países democráticos é da responsabilidade do Estado e é automático para o cidadão que legalmente reside nele, seja ele cidadão nativo, seja de nacionalidade adquirida. Porém, em determinados países, o registro é por aplicação dos cidadãos¹⁷, ou seja, o registro é efetuado na mesma mesa governamental onde o cidadão tem de obter o seu cartão de identidade obrigatório (o que poderia ser considerado um incentivo para se registrar). O registro voluntário produz um custo, pois é como se o leitor tivesse que votar duas vezes. Por isso, é de se esperar que o eleitorado diminuirá em relação à população em idade de voto e a aflúência diminuirá (COLOMER, 1991).

Em diversos países, várias eleições são organizadas em simultâneo. De acordo com Wuffle (1984), é esperado que a realização de eleições em simultâneo afete o cálculo do eleitor. Por duas razões positivas. A primeira é a diversidade de partidos e candidatos aumenta a probabilidade de que os meios de comunicação prestem atenção a pelo menos uma das eleições e aumente a quantidade de dinheiro gasto em campanhas eleitorais (COX; MUNGER, 1989). Em seguida, o custo de ir à cabine de votação é fixo e não está relacionando com o número de eleições que o eleitor

¹⁷ Austrália, Chile, Costa Rica, França, Jamaica, Nova Zelândia, Estados Unidos, Uruguai e Venezuela, são exemplos de países em que o registro eleitoral é por aplicação do cidadão.

precisar exercer o voto. Ou seja, uma eleição adicional na cédula não amplia o custo de votação, isso pode levar a altas taxas de participação (CARTER, 1984).

De acordo com Fornos, Power e Garand (2004), as eleições simultâneas são mais suscetíveis de ter alta intensidade, eventos políticos de alta informação, e isso serve para reduzir os custos de informação e de votação, deixando o eleitorado mais atento e motivado. Neste sentido, as eleições simultâneas geram níveis mais elevados de participação nas eleições presidenciais e legislativas.

A eleição simultânea reduz o custo da votação, pois o eleitor se desloca uma vez para votar em duas eleições. As eleições simultâneas esclarecem as consequências políticas da votação, aumentando os benefícios percebidos da votação. Nestas eleições, os partidos políticos montam com frequência seus discursos atrelados ao candidato presidencial, o que resulta em maiores ganhos em assentos parlamentares do que em uma eleição não simultânea (SHUGARTY; CAREY, 1992; JONES, 1994).

De acordo com Dettrey e Schwindt-Bayer (2009), as eleições simultâneas facilitam o governo majoritário, situação em que o partido vencedor é mais capaz de implementar sua agenda política. Para os eleitores, a perspectiva de governo majoritário significa que eles podem ver claramente as consequências políticas de seu voto para o Presidente. Consequentemente, eles podem ser mais propensos a ir votar do que quando o resultado de seu voto é obstruído pela fragmentação partidária, que muitas das vezes resulta de eleições não simultâneas. Assim, a redução dos custos de ir às urnas uma vez para participar em eleições múltiplas e o aumento da compreensão da política de eleições simultânea devem conduzir a uma afluência mais elevada do eleitor.

A participação eleitoral tende a ser menor nas eleições em que o poder executivo não está em jogo (FRANKLIN, 1996). Assim, pode-se esperar que a participação eleitoral seja maior naqueles anos em que a eleição para o legislativo seja realizada em simultâneo com a eleição para o executivo do que quando elas se dão em anos diferentes (GARAND; SHARPE, 2000).

Estudos de participação eleitoral em eleições legislativas mostram que, quando as eleições presidenciais são realizadas em simultâneo com as eleições legislativas, a participação é maior do que quando as eleições legislativas são realizadas isoladamente (JACOBSON, 2000; FORNOS; POWER; GARAND, 2004; KUENZI; LAMBRIGHT, 2007). Para Dettrey e Schwindt-Bayer (2009) fica difícil saber, no

entanto, se a razão é que as eleições simultâneas reduzem os custos de votação e clarificam as implicações políticas ou se as eleições presidenciais carregam maior importância aos olhos dos eleitores, levando, assim, as legislativas a serem realizadas em simultâneo com as presidenciais.

2.2.2.2 Abordagem política

Nas democracias pluralistas, a existência de partidos é fundamental. Porém, há um conjunto de predições contraditórias em relação ao efeito do número de partidos políticos na participação eleitoral. Por um lado, a existência de vários partidos enriquece a escolha eleitoral, aumentando a possibilidade dos eleitores se identificarem com uma determinada legenda, o que também aumenta a competitividade do sistema partidário (MULLER; OPP, 1986; BLAIS; CARTY, 1990; HANSEN, 1994). Por outro lado, a existência de vários partidos complica o raciocínio do eleitor, aumenta os custos de informação, a confusão em relação às siglas partidárias e torna a escolha mais custosa (JACKMAN, 1987; BLAIS; CARTY, 1990; HOFFMANN-MARTINOT, 1994; BLAIS; DOBRZYNSKA, 1998; DETTREY; SCHWINDT-BAYER, 2009).

A fragmentação partidária pode aumentar ou diminuir a afluência. O efeito positivo da fragmentação partidária centra-se na ideia de que um número maior de partidos enriquece a escolha oferecida ao eleitorado, aumentando a possibilidade dos eleitores se identificarem com um determinado partido, bem como aumenta a competitividade do sistema partidário e, assim, os benefícios dos eleitores selecionarem a “boa política” (MULLER; OPP, 1986; BLAIS; CARTY, 1990; HANSEN, 1994).

O efeito negativo está ligado à ideia de que o aumento de números de partidos é suscetível de ampliar a necessidade de formação de coalizão, o que diminui a influência direta do eleitor na escolha do governo, assim como o aumento do número de partidos políticos pode complicar o raciocínio do eleitor, aumentando os custos de informação, reduzindo sua probabilidade de se fazer presente nas urnas (JACKMAN, 1987; BLAIS; CARTY, 1990; HOFFMANN-MARTINOT, 1994; BLAIS; DOBRZYNSKA, 1998).

Em relação ao número de partidos efetivos, estes são computados com a fórmula de Laakso e Taagepera (1979) que dá maior peso aos partidos maiores (JACKMAN, 1987; BLAIS; CARTY, 1990). Pode-se prever que quanto maior o número

de partidos, maior é o leque de opção dos eleitores, o que cria incentivo para uma maior afluência. Porém, há de se considerar que a existência de maior número de partidos torna o sistema mais complexo, e, por isso, mais difícil pode ser para os eleitores organizarem suas preferências, optando assim por não participar.

De acordo com Przeworski (1985), quanto maior as incertezas no jogo eleitoral, maior são os incentivos de participação. Neste sentido, quanto maior a disputa eleitoral ou incerteza de quem será vencedor do pleito, maiores são os incentivos para a participação. Conforme Geys (2006a), a competitividade eleitoral é um importante fator destacado pelo modelo de escolha racional como de grande influência na decisão do voto, visto que atinge decisivamente a expectativa do indivíduo de afetar o resultado final da eleição.

Esta variável pode ser mensurada em estudos posteriores à eleição, com base nos resultados eleitorais, ou estimada antes mesmo da eleição, com base em pesquisas de opinião e resultados de eleições prévias. Os estudos “ex post” se baseiam em resultado real da eleição com base na variável proximidade. Estudos “ex ante” buscam estimar a proximidade da eleição através de resultados eleitorais anteriores, sondagens de opinião e relatórios de jornais. As teorias racionais do voto apontam que o uso de medidas de proximidade “ex ante”, argumentando que a probabilidade de ser decisivo é determinada pela estimativa subjetiva do indivíduo de quão perto os candidatos estão na corrida (MUELLER, 2003).

Apesar desse argumento teórico, a abordagem “ex post” tornou-se mais ou menos o modelo padrão para analisar a proximidade eleitoral (GEYS, 2006a). Quando as chances de suplantar a oposição do governo parecem fortes, os eleitores se sentem mais motivados em participar do que quando as chances são menores. Assim, é esperado que a competitividade eleitoral seja um fator importante para o aumento da participação eleitoral (CREWE, 1981).

Posto isso, quanto mais próxima a eleição estiver, maior será a probabilidade de que um voto afete o desfecho eleitoral, aumentando a utilidade esperada da votação e, desse modo, a participação eleitoral (MATSUSAKA; PALDA, 1993). A proximidade do resultado eleitoral provoca mais mobilização política. Essa mobilização permite equilibrar os partidos concorrentes na direção adequada, o que levam a taxas de participação mais elevadas (DENVER; HANDS, 1974, COX; MUNGER, 1989). Desta forma, quanto menor a lacuna entre os principais candidatos eleitorais, mais competitiva será a eleição e as taxas de participação serão elevadas

(GEYS, 2006a). “Há fortes razões para crer que, como previsto pela teoria da escolha racional, mais pessoas votam quando a eleição está próxima” (BLAIS, 2000, p. 60 [tradução do autor da tese]).

As campanhas eleitorais podem ter um efeito positivo na taxa de participação. Por um lado, elas aumentam os níveis de informação e de sensibilização e diminuem os custos de aquisição de informação (CHAPMAN; PALDA, 1983). Por outro, buscam levar as pessoas às urnas mais ou menos independentemente de sua consciência das questões políticas, a esse fenômeno é designado “get-out-the-vote” (COX; MUNGER, 1989). Esses dois fatores não necessariamente buscam fornecer informações sobre os candidatos, mas tentar ampliar o sentimento de “dever cívico” do eleitor.

Certamente, cada centavo extra despendido em uma campanha eleitoral não é proporcional a tornar o indivíduo engajado a ir às urnas. Desta forma, espera-se que a participação eleitoral aumente com a despesa da campanha, mas que os níveis do efeito dependerão dos esforços de campanha (GEYS, 2006a). Em contrapartida, nem todas as campanhas têm efeito positivo nas taxas de participação – algumas podem até mesmo conduzir os eleitores potenciais a não se fazerem presentes no ato de votação. De acordo com Ansolabehere *et al.* (1994), de um lado, os anúncios negativos podem reduzir o suporte para o candidato atacado, o que pode reduzir a afluência de seus apoiantes. De outro lado, o conteúdo da campanha negativa pode criar uma visão negativa, assim como o ataque pode gerar uma visão negativa sobre a política em geral.

Finkel e Geer (1998) argumentam que a participação eleitoral pode ser reforçada por campanhas negativas, na medida em que elas fornecem uma carga de informações de desempenho sobre os candidatos e partidos, aumentando o nível de informação do eleitorado, que, por sua vez, são suscetíveis a facilitar a diferenciação de imagem do candidato. Consequentemente, eles tendem a produzir respostas afetivas mais fortes.

Em relação à democratização, O'Donnell e Schmitter (1986) argumentam que as primeiras eleições após a transição democrática são marcadas por uma grande participação eleitoral. Isso se deve às regras autoritárias que inicialmente impediam esse ato ao longo do tempo, gerando, assim, uma enorme expectativa em relação ao novo regime democrático. Porém, a medida em que esses processos vão se tornando

rotineiros e as expectativas do eleitor em relação ao novo regime não são supridas, observa-se um declínio da participação eleitoral.

De acordo com Fornos, Power e Garand (2004), as eleições fundadoras apresentam altas taxas de participação em relação às eleições pós-fundação democrática. Os problemas pós-transição, especialmente a combinação de crescentes aspirações de bem-estar econômico e desigualdade persistente, levaram a uma erosão do apoio democrático e à diminuição das taxas de participação. Ou seja, após a transição para democracia, a maioria das novas democracias experimentaram uma fase pós-lua de mel de desilusão com a democracia, na qual a ação política direta declinou.

Para Inglehart e Catterberg (2002), o declínio atual da ação política nas novas democracias pode ser um efeito temporário, o que chamaram de efeito “pós-lua de mel”. Supondo que essas sociedades restabeleçam o crescimento econômico, preveem que, a longo prazo, experimentarão os níveis gradualmente crescentes de ação política levando assim ao aumento da participação eleitoral, como tem sido o caso em praticamente todas as democracias estabelecidas.

2.2.2.3 Abordagem socioeconômica

Apesar de o voto ser considerado um ato individualista, as características sociais – como integração social, clivagens sociais e condições socioeconômicas – são determinantes na estruturação das preferências eleitorais dos indivíduos. Ou seja, as ações individuais do eleitor derivam da densidade das interações sociais. Porém esses fatores, apesar de explicarem a estabilidade do comportamento do eleitor, não conseguem explicar as variações que ocorrem de um pleito para outro, assim como o sentido de voto igualitário de grupos diferentes.

Como bem sintetizou Antunes (2008, p. 27)

[...] Os fatores sociais de longo prazo podem explicar a estabilidade do comportamento eleitoral, mas não explicam as variações que ocorrem no comportamento dos eleitores entre diferentes atos eleitorais, da mesma forma que não explicam as razões pelas quais sujeitos que pertencem a determinados grupos sociais votam de acordo com o que seria de esperar de sujeitos pertencentes a grupos sociais deferentes.

Segundo a teoria da escolha racional, o tamanho da população tem um impacto na probabilidade de o voto ser decisivo ou não. De acordo com Geys (2006a), existe

uma relação negativa entre o tamanho da população e a taxa de participação eleitoral. Assim, quanto maior o tamanho populacional, menor o “valor” do voto e mais difícil é a possibilidade de um eleitor mudar o curso dos resultados eleitorais, o que reduz a utilidade esperada de votar e aumenta a probabilidade de ele se abster. Dos estudos empíricos desenvolvidos por Mueller (2003); Geys (2006a), os autores observaram que o efeito produzido pelo tamanho populacional sobre a participação eleitoral é negativo e estatisticamente significativo.

A concentração populacional é frequentemente utilizada em estudos empíricos como uma “proxy” para as diferenças entre as áreas urbanas e rurais. Os teóricos da modernização argumentavam que a urbanização provavelmente facilitaria a participação política, incentivando maiores taxas de participação nas cidades. Outros observaram que nas grandes cidades a falta de conexão entre os cidadãos os desencoraja a se engajar em esforços coletivos, incluindo participar da política (ASHER; RICHARDSON; WEISBERG, 1984).

O local de residência do indivíduo influencia seu comportamento eleitoral. A pressão social para participar pode ser sentida com maior intensidade em áreas rurais, além disso, as condições para a mobilização política através de redes de políticas clientelistas são mais favoráveis em áreas rurais, de acordo com Hoffmann-Martinot (1994); Kuenzi e Lambright (2010).

Deste modo, as eleições são consideradas mais pessoais em áreas de baixa densidade populacional (DAVIS, 1991). Apesar de baixa, estudos mostram que existe uma relação entre a concentração populacional e a participação eleitoral na medida em que a maior incidência da primeira reduz a afluência eleitoral (GEYS, 2006a). A urbanização conduz a um enfraquecimento dos vínculos interpessoais, das estruturas sociais primárias, ou seja, o individualismo urbano reduz a pressão social de votar, em oposição ao sentimento coletivo existente em pequenas cidades (HOFFMANN-MARTINOT, 1994; GEYS, 2006a).

Não obstante, contextos urbanos diminuem os custos para o comparecimento eleitoral, pois colocam à disposição dos seus moradores diversos serviços que no espaço rural são quase inexistentes ou precários. Sendo que o acesso a eles é mais custoso (RIBEIRO; BORBA; SILVA, 2015; SILVA, 2016). Dentre esses serviços estão: a facilidade de acessar meios de informação, postos de recenseamento eleitoral para regularização eleitoral, serviços de transporte, permitindo que o eleitor se desloque até as urnas com mais facilidade (SILVA, 2016).

Os moradores urbanos recebem mais informações políticas das mídias porque eles são expostos com frequência aos candidatos e as questões políticas, e porque a mobilidade do eleitor é mais fácil em áreas mais densamente povoadas. Assim, é de esperar que a concentração populacional na região urbana impacta positivamente nos níveis de participação eleitoral (FILER, KENNY; MORTON, 1993).

De acordo com Geys (2006a), a estabilidade populacional fomenta a participação eleitoral. Em relação a essa variável, o autor se refere à quantidade de indivíduos que permanecem na mesma região por um longo período de tempo. A estabilidade populacional é considerada fator crucial no aumento das taxas de participação eleitoral devido a três pontos. Em primeiro, uma população estável aumenta o sentimento de identificação e solidariedade grupal e, assim, a pressão social para votar. Em segundo, residir na mesma área eleitoral por longos períodos de tempo permite conhecer os problemas locais e os candidatos, reduzindo o custo de informação. E, por fim, maior migração pode indicar a redução da afluência eleitoral, pois os potenciais eleitores podem viver em outros lugares no futuro próximo e não são afetados pelas políticas locais (HOFFMANN-MARTINOT, 1994; FILER; KENNY; MORTON, 1993; ASHWORTH; HEYNDELS; SMOLDERS, 2002; GEYS, 2006a).

Nos trabalhos empíricos desenvolvidos por Geys (2006a), os efeitos da estabilidade populacional foram estimados pela mobilidade populacional; crescimento populacional e proprietários legítimos dos imóveis. A ideia por trás da última medida é que os proprietários são mais prováveis em residir na mesma área por um longo período de tempo do que locatários, o que aumenta a estabilidade populacional. O autor encontra um resultado positivo significativo entre a estabilidade populacional e a participação eleitoral.

De acordo com Cohen (1982, p. 259 [tradução do autor da tese]), “planejadores que estão preocupados com a construção de comunidades [...] aceitaram o fato de que a homogeneidade social é um pré-requisito necessário para a coesão comunitária”. Uma vez que a coesão aumenta a solidariedade grupal e a pressão social, o que provavelmente aumentaria a participação política em comunidades com alto grau de homogeneidade populacional mais do que em áreas mais heterogêneas. Porém, estudos mostram que a heterogeneidade aumenta a afluência eleitoral em detrimento da homogeneidade populacional, isso se deve aos *modus operandi* das

ações redistributivas dos governos, que são maiores para o grupo com mais poder político (ZIMMER, 1976).

As análises levadas a cabo por Geys (2006a) demonstram existir uma associação entre a homogeneidade populacional e a participação eleitoral, apesar do resultado ter se mostrado mais próximo ao modelo sugerido por Zimmer (1976), é fraco e inconclusivo.

Estudos iniciais sobre o efeito da situação econômica levados a cabo por Key Júnior (1966); Kramer (1971); Tufte (1975, 1978); Monroe (1979); Kinder e Kiewiet (1981), assim com atuais abordagens de Camargos (2003); Ribeiro, Borba e Silva (2015), consideram as seguintes variáveis para mensurar a questão econômica: o PIB *per capita*, desemprego, taxa de inflação, custo de vida e PIB.

O desenvolvimento socioeconômico na participação pode ser visto como multifacetada. O PIB *per capita* mais elevado permite que os indivíduos alcancem níveis de instrução maior e mais acesso à informação política, facilita o elemento do tempo de lazer que é necessário para a participação política, e os recursos econômicos aumentam a capacidade dos indivíduos em ir às urnas (FORNOS; POWER; GARAND, 2004). Os modelos socioeconômicos de participação enfatizaram o nível agregado de desenvolvimento econômico em vez de desempenho econômico em si.

De acordo com Radcliff (1992), o desempenho macroeconômico, medido pela mudança no PIB, afeta as taxas de participação em países menos desenvolvidos diferentemente do que ocorre nas democracias industrializadas. Em países em desenvolvimento, o desempenho econômico é “[...] inversamente relacionado com a participação de modo que, quando as coisas são más, os cidadãos tendem a votar em grande número” (RADCLIFF, 1992, p. 445 [tradução do autor da tese]). Nas democracias industrializadas, os resultados macroeconômicos baixos reduzem a participação, o que se deve à previdência social avançada, que serve para “amortecer” o efeito das quedas econômicas. Enquanto em países em desenvolvimento, a ausência de provisões de segurança deixa o descontentamento econômico ser politizado. Esses achados são também sustentados por Aguilar e Pacek (2000), o que sugere que a participação aumenta nos países da América Latina, quando estes enfrentam uma crise macroeconômica.

Por fim, Powell (1982), argumenta que o desenvolvimento econômico impacta na taxa de participação eleitoral dos países. Este achado foi corroborado por Blais e

Dobrzynska (1998); Norris (2002); Fornos, Power e Garand (2004), relatando uma associação positiva entre o desenvolvimento econômico e a participação eleitoral. Enquanto Radcliff (1992) argumenta que esta relação será negativa nos países em desenvolvimento, logo, pode-se supor que o crescimento econômico será inversamente relacionado à participação em países africanos.

2.2.2.4 Síntese

Nessa seção se buscou apresentar os pressupostos teóricos e empíricos de nível agregado, nomeadamente variáveis socioeconômicas, políticas e institucionais que tem impacto na variação da participação eleitoral entre os países. Ficou evidente que a variação da participação eleitoral entre os países é influenciada por um conjunto de variáveis de nível socioeconômicas, políticas e institucionais. Deste modo, os pressupostos teóricos e empíricos são fundamentais para mobilização de um conjunto de variáveis para este estudo, na medida em que possibilitaram responder o questionamento da tese sobre o impacto de uma variável de nível agregado na participação eleitoral, neste caso em concreto, nos países africanos. É necessário encarar as variáveis dos diferentes níveis agregados como complementares, pois interagem dentro do mesmo contexto.

Por fim, no Quadro 2.3 foram sintetizados os argumentos recorrentes nos estudos sobre a participação eleitoral ao nível agregado, síntese essa que servirá de fio condutor para formulação das hipóteses que serão testadas neste trabalho.

Quadro 2.3: Síntese das variáveis levantadas pela literatura

Nível	Classificação	Variáveis
Contexto	Institucional	Voto obrigatório, sistema proporcional, unicameralismo, eleições simultâneas, idade mínima para votar, desproporcionalidade, presidencialismo, reeleição, existência de 2º turno para o Executivo.
	Conjuntura	Gasto com campanha eleitoral, vida da democracia, número de partidos políticos, tamanho da população, concentração populacional nas áreas urbanas, migração, estabilidade populacional, homogeneidade populacional, eleições competitivas, PIB <i>per capita</i> , efetividade governamental.

Fonte: Compilação da literatura elaborada pelo autor da tese

3 Da participação eleitoral no continente africano

O capítulo anterior se iniciou com a frase: a participação eleitoral está no centro da democracia. E, a partir dela, procurou mapear o que a literatura especializada afirma sobre as razões que levam ou afastam o cidadão das urnas. Este, está focado em como esse mesmo fenômeno se manifesta na África, o objeto principal da tese. E, assim como o anterior, procura montar o mais amplamente possível o estado da arte sobre como essa questão se apresenta no continente – ou, ao menos, nos países do continente selecionados para serem analisados.

Porém, antes de cumprir essa parte relevante do trabalho, torna-se preciso atentar para o contexto histórico dos processos eleitorais a serem abordados. Isso por conta das peculiaridades das eleições em África e da vinculação desses processos eleitorais com a democracia ou com uma forma de organização política que assim se apresenta. Trata-se de um período de tempo muito mais curto e recente do que o da maioria dos países abordados pela literatura comentada no capítulo anterior. E essa juventude das eleições no continente é fator relevante para a investigação.

Desse modo, o capítulo foi elaborado por meio de revisão de literatura, compondo uma nova e importante etapa na construção do arcabouço da tese. Ele se organiza em cinco seções, sendo a última uma síntese ou fechamento dos principais achados. As duas primeiras versam sobre o processo eleitoral na África, começando pelas chamadas eleições fundadoras (3.1), seguindo a discussão sobre a participação eleitoral nos processos subsequentes (3.2), quando a decisão por meio das urnas deixa de ser um marco na construção das democracias nesses países. As seções seguintes estão focadas nos elementos macro (3.3) e micro (3.4) que, conforme a literatura especializada, influenciam a participação eleitoral no continente, em um modelo semelhante ao adotado no capítulo precedente.

3.1 As eleições fundadoras

O voto é um elemento importante no continente africano, assim como no resto do mundo. Logo, entender os fatores que afetam a participação eleitoral na África é fundamental.

Ao logo das últimas décadas, diversos estudos sobre o tema têm sido elaborados em diversas partes do mundo, incluindo nas democracias emergentes.

Porém, poucos são os estudos sistemáticos sobre os fatores que influenciam a participação eleitoral na África a nível individual e contextual¹ (KUENZI; LAMBRIGHT, 2007).

Até o final da década de 1980, dos 47 dos regimes do continente, 42 eram autocracias fechadas ou regimes socialistas com eleições não competitivas e unipartidárias. Ao fim da Guerra Fria, o continente africano vivenciou um início de transição rápida, a partir do qual alguns ou quase todos os regimes autocráticos começaram a realizar eleições multipartidárias (BRATTON; WALLE, 1997). Entretanto, em muitos desses países, a introdução de eleições multipartidárias não marcou o momento de transição para a democracia, mas indicou um ponto de partida de transições lentas, prolongadas e com resultados incertos (HAM; LINDBERG, 2015).

O continente africano verificou no início da década de 1990 uma onda de eleições multipartidárias, que podem ser descritas como “fundadoras”² do processo de transição do regime autoritário para o democrático. Todavia, esse processo não ocorreu de forma linear em todos países, pois, enquanto uns realizavam as primeiras eleições, outros estavam atrasados na reforma política. Entretanto, nos países que sofreram uma transição precoce de regime, a ineficácia dos ciclos eleitorais deu origem a uma “segunda” onda de eleições menos glamorosas que as eleições fundadoras (BRATTON, 1998).

Para Bratton e Walle (1997, p. 195 [tradução do autor da tese]), “[...] o processo de democratização começa com os desafios políticos a regimes autoritários, avança através das lutas políticas sobre a liberalização e exige a instalação de um governo livremente eleito”. Os autores acrescentam que esse processo termina apenas quando as regras democráticas são efetivamente institucionalizadas, assim como valorizadas pelos atores políticos em geral. A democratização é, portanto, um processo prologando que se desdobra ao longo de várias gerações.

¹ Posner; Simon (2002); Youde (2005); Kuenzi; Lambright (2010) são estudos que buscam examinar a participação eleitoral no contexto africano, utilizando dados de nível individual.

² A eleição fundadora ocorre quando “pela primeira vez, após um regime autoritário, posições eleitas de significância nacional são disputadas em condições razoavelmente competitivas” (O’DONNELL; SCHMITTER, 1986, p. 57). Bratton e Walle (1997, p. 196 [tradução do autor da tese]), acrescentam que, para regimes neopatrimoniais, “o cargo superior do chefe do executivo político deve estar aberto a vários candidatos”, isto porque, logo depois das independências africanas, em diversos países o cargo de chefe de governo foi abertamente contestado após um período na qual a política multipartidária havia sido rejeitada.

O fim da transição de um regime é marcado pela cessão de disputas sobre as regras do jogo político e o estabelecimento de um novo equilíbrio processual. Um novo regime é instalado após eventos marcantes, como uma eleição fundadora (para regimes democráticos) ou uma intervenção militar ou repressão civil (para os autoritários). A transição democrática só ocorre quando um regime foi instalado com base em uma eleição competitiva, livre e justa, conduzida dentro de uma matriz de liberdades civis, com resultados aceitos por todos os participantes. A aceitação dos resultados das eleições fundadoras por parte dos partidos políticos é crucial, pois marca o primeiro consenso provisório sobre as regras democráticas (BRATTON; WALLE, 1997).

A princípio, a alternância dos principais líderes não é uma condição *sine qua non* para a transição democrática. Uma transição para a democracia é melhor distinguida de acordo com os mecanismos de instalação do regime e não pela exigência adicional da alternância de líderes.

Para estabelecer quais países africanos passaram por uma transição democrática até o final de 1997, estabeleceu-se concretamente na abertura e probidade do processo eleitoral e na disposição dos perdedores eleitorais (titulares ou desafiantes) para respeitar a vontade do povo expressa nas urnas (BRATTON; WALLE, 1997).

Segundo Bratton e Walle (1997, p. 195)

Além da instalação de uma democracia frágil, as transições africanas terminaram em uma série de resultados alternativos. Estes incluíam regimes de anarquia (onde as transições eram 'impedidas' pela violência), a oligarquia militar (onde as transições 'foram bloqueadas' pela coerção estatal) e as autocracia liberalizada (eleições 'competitivas' falhas) [tradução do autor da tese].

Alguns países no processo de transição democrática convocaram um referendo constitucional, visando à liberalização política e, subsequentemente, a convocação de eleições fundadoras. O referendo constitucional estabeleceu as regras básicas sobre a qual as eleições de fundação seriam realizadas, embora tenham obtido uma presença institucional generalizada nas transições dos países africanos, alcançaram apenas um registro misto de sucesso na abertura do caminho para eleições competitivas.

Além disso, o referendo constitucional não era uma pré-condição para a realização das eleições de fundação, pois alguns países apenas fizeram a revisão das regras constitucionais e eleitorais, sem necessariamente convocar um referendo constitucional e, posteriormente, convocaram as eleições de fundação após a criação das condições institucionais necessárias. Esse é o caso de: Moçambique, Camarões, Zâmbia e Cabo Verde³.

Na África, as eleições de fundação anunciavam um processo de transição de regime no sentido de que se estabeleciam novos procedimentos de concorrência política que rompiam com antecedentes autoritários monopolistas e estabeleceram o potencial governo democrático.

No início da década de 1990, as eleições de fundação geralmente tomavam a forma de uma disputa pela presidência, embora as eleições legislativas pudessem se qualificar para tal, se o chefe do governo fosse escolhido por meios diferentes de uma eleição direta para presidente (WISEMAN, 1992).

De acordo com Bratton e Walle (1997), 29 países realizaram eleições de fundação na África durante um intervalo de cinco anos (1989-1994)⁴. Do total, na grande maioria (26) as eleições foram presidenciais diretas e multipartidárias, realizadas de acordo com um sistema de pluralidade em único turno ou majoritário de dois turnos (este último mais comum em países de colonização francesa). Conforme Bratton e Walle (1997), apenas no sistema parlamentar do Lesoto o primeiro ministro foi retirado da maioria legislativa; e apenas na Namíbia e na África do Sul, os presidentes foram eleitos indiretamente pelo legislativo. Dos 26 regimes presidencialistas que já haviam realizado eleições de fundação até 1994, 25 já haviam realizados eleições legislativas durante o mesmo período⁵.

Apenas cinco dos 36 países que serão analisados nesta tese não tinham realizados eleições fundadoras até 1994 (Tanzânia, Uganda, Sudão, Serra Leoa e Libéria), sendo que eles as realizaram de 1995 a 1997, por meio de eleições presidenciais e legislativas em simultâneo.

³ Para mais informações sobre os países que convocaram o referendo constitucional, consultar: African Elections Database (2023), assim como para os países que realizaram as eleições de fundação sem promover um referendo constitucional.

⁴ Para mais detalhes ver: African Elections Database (2023).

⁵ A única exceção foi a Guiné, onde, em dezembro de 1992, o governo militar de Lansana Conte anunciou o adiamento indefinido das eleições legislativas.

Alguns países africanos não vivenciaram um sistema monopartidário, mantendo o sistema democrático e multipartidário colonial herdado pós-independência (Botsuana, Ilhas Maurício, Senegal, Zimbábue e Gâmbia). Em relação a esses países, considera-se como eleição de fundação a 1ª realizada depois da independência.

O quadro abaixo descreve as eleições fundadoras em 36 países do continente africano em ordem cronológica (países referências da análise de pesquisa).

Quadro 3.1: Eleições fundadoras (África, 1969-1997^a)

País	Ano	Livre e Justa?	Incumbent desposto?	Perdedor aceita?
Botsuana	1969	Sim	Não	Sim
Marrocos**	**	**	**	**
Gâmbia	1972	Sim	Não	Sim
Ilhas Maurício	1976	Sim	Sim	Sim
Egito**	**	**	**	**
Senegal	1978	Sim	Não	Sim
Zimbábue	1980	Sim	Sim	Sim
Tunísia**	**	**	**	**
Namíbia	1989	Sim	Sim ^c	Sim ^e
Costa do Marfim	1990	Sim ^b	Nao	Nao
Argélia**	**	**	**	**
Zâmbia	1991	Sim	Sim	Sim ^e
São Tomé e Príncipe	1991	Sim ^b	Sim ^c	Sim ^e
Burkina Faso	1991	Não	Não	Sim ^d
Benin	1991	Sim	Sim	Sim ^e
Cabo Verde	1991	Sim	Sim	Sim ^e
Camarões	1992	Não	Não	Nao
Gana	1992	Sim ^b	Não	Sim ^e
Quênia	1992	Não	Não	Sim
Mali	1992	Sim	Sim ^c	Sim ^e
Burundi	1993	Sim	Sim	Não
Gabão	1993	Não	Não	Não
Guiné	1993	Não	Não	Não
Lesoto	1993	Sim	Sim	Sim ^e
Madagascar	1993	Sim	Sim	Sim ^e
Níger	1993	Sim	Sim	Sim ^e
Nigéria	1993	Não	Não	Não
Togo	1993	Não	Não	Não

Quadro 3.1: Eleições fundadoras (África, 1969-1997^a) [cont.]

País	Ano	Livre e Justa?	Incumbent desposto?	Perdedor aceita?
Moçambique	1994	Sim	Não	Sim
África do Sul	1994	Sim	Sim	Sim ^e
Malawi	1994	Sim	Sim	Sim ^e
Tanzânia	1995	Sim	Não	Sim
Uganda	1996	Não	Não	Não
Sudão	1996	Não	Não	Não
Serra Leoa	1996	Não	Sim	Não
Libéria	1997	Não	Sim	Não

Fonte: African Elections Database (2023); IDEA (2023). Adaptação de Bratton e Walle (1997).

** Sem dados oficiais.

^a “as eleições de fundação são definidas como eleições nas quais o cargo de chefe de governo é contestado após um período durante o qual a concorrência política multipartidária foi negada” (BRATTON; WALLE, 1997, p. 198). A amostra (n= 36) inclui todas eleições realizadas na África a partir do pleito eleitoral de 18 de outubro de 1969 a 31 de dezembro de 1997.

^b foram reportadas inúmeras violações nas eleições pelos observadores, mas julgaram que não eram tão severas a ponto de mudar os resultados eleitorais.

^c os titulares não concorreram a sua sucessão nas eleições de fundação.

^d a oposição somente aceitou os resultados após a realização das eleições parlamentares em 24 de maio de 1992.

^e revela uma transição democrática

Mais da metade dessas eleições (30 de 54) refletiram a vontade do eleitorado, na medida em que os observadores eleitorais as consideraram livres e justas. E foi marcada por uma participação relativamente alta, com uma média de 64,1% dos eleitores registrados, bem como registrou vitórias convincentes, com vencedores obtendo uma média de 63,4% dos votos validos nas eleições presidenciais.

Não obstante os experimentos democráticos no continente africano, a ruptura com os padrões passados de sucessão de liderança, no qual as disputas resultam na retirada pacífica de presidentes é o mais importante. Em 11 países, apenas três dos detentores do cargo se recusaram a concorrer. Por fim, não menos importante, o processo democrático na África colocou à prova a geração pós-colonial dos líderes políticos que se fizeram ao poder após a independência e introduziram um regime monopartidário, mostraram-se incapaz de sobreviver as eleições verdadeiramente democráticas (BRATTON; WALLE, 1997).

No entanto, atualmente, quase todos os países africanos realizam eleições multipartidárias. A qualidade dessas eleições varia amplamente, desde eleições atormentadas por violências e fraudes⁶ até aquelas “livres e justas”⁷ (HAM; LINDBERG, 2015).

⁶ Como foi o caso das eleições de 2007, no Quênia, e de 2011, na República Democrática do Congo.

⁷ É a situação das eleições de 2008, em Gana, e de 2011, em Cabo verde.

Após três décadas de experiências democráticas no continente africano, a maioria dos países não se moveu linearmente para a democracia, apenas alguns passaram para uma democracia liberal e estão vivendo uma consolidação democrática. Alguns países têm observado o progresso democrático, outros tendem a recuar para o autoritarismo, mas a maioria permanece estagnado como “regimes híbridos”, ou seja, não são totalmente democráticos e nem puros autoritários (LYNCH; CRAWFORD, 2011).

No trabalho seminal de Lindberg (2006), intitulado “*The surprising significance of African elections*”, ele argumenta que a realização das eleições ininterruptas nos novos regimes eleitorais em África fomenta e desenvolve as qualidades democráticas. Apesar de as eleições serem marcadas por repetidas irregularidades, promoveriam qualidades democráticas ao longo do tempo, visto que transformam os cidadãos em eleitores que exigem respostas e responsabilizam os seus representantes. Não obstante, Bogaards (2013) reconhece que as eleições⁸ multipartidárias na África ajudaram a perpetuar líderes não democráticos.

Em relação à participação eleitoral nas eleições fundadoras na África, Bratton e Walle (1997, p. 206-207) afirmaram que,

Os resultados das eleições de fundação na África sugerem que as elites políticas eram muitas vezes capazes de controlar o processo de competição política para que saíssem no topo. Mesmo quando as eleições resultaram na expulsão de homens fortes entrincheirados, novos líderes rapidamente entraram nas práticas autocráticas e patrimoniais de seus antecessores. De fato, os vencedores nas eleições fundadoras da África eram muitas vezes simplesmente políticos da velha guarda que escolheram o momento certo para romper com o passado [tradução do autor da tese].

De acordo com Bratton e Walle (1997), as eleições fundadoras nos países africanos ofereceram aos eleitores uma escolha genuína entre candidatos de diferentes partidos políticos, muitas vezes pela primeira vez em uma geração ou, no caso da África do Sul, em uma vida. Desta forma, pode-se prever que o interesse do eleitor nestas eleições seria intenso e que a participação eleitoral seria consideravelmente alta.

Entretanto, as eleições de fundação nos países africanos apresentaram uma variação considerável nas taxas de participação eleitoral, como se pode observar no Quadro 3.2. Em diversos países, os cidadãos africanos cumpriram a previsão de alta

⁸ Bogaards (2013) analisa 324 eleições multipartidárias realizadas em 43 países da África subsaariana.

taxa de participação, ao se fazerem às urnas com muita euforia e em determinados países, a taxa de participação excedeu os 80%. Não obstante, outros registaram uma baixa participação eleitoral, cujas taxas não excederam os 40%.

As eleições de fundação em que as taxas de participação excederam os 80% ocorreram nos seguintes países: (1) em 1989, na Namíbia, onde cerca de 97% dos eleitores registrados teriam se feito nas urnas; (2) em 1993, no Burundi, com cerca de 97,3%; (3) em 1993, no Gabão com cerca de 88,1%; (4) em 1994, em Moçambique, com cerca de 87,9%; (5) em 1994, na África do Sul, com cerca de 86,9%; (6) em 1994, no Malawi, com 80,6% da participação eleitoral.

Por outro lado, as eleições de fundação em que as taxas de participação não ultrapassaram os 40% ocorreram nos seguintes países: (1) em 1991, no Burkina Faso, onde apenas 27,3% dos eleitores registrados se fizeram as urnas; (2) em 1992, no Mali, com cerca de 20,9%; (3) em 1993, no Níger, com cerca de 35,2%; (4) em 1993, na Nigéria, com cerca de 30,1%; e, por fim, (5) em 1993, no Togo, onde a participação eleitoral foi de 39,5%.

Quadro 3.2: Participação eleitoral nas eleições fundadoras africanas

País	Ano	Participação eleitoral (% de eleitores registrados)	Vencedor (% de votos validos)
Botsuana ^a	1969	54.7	68.42
Marrocos ^{**}	**	**	**
Gâmbia ^a	1972	**	62.96
Ilhas Maurício ^a	1976	**	**
Egito ^{**}	**	**	**
Senegal	1978	63.1	82.20
Zimbábue ^a	1980	**	63.01
Tunísia ^{**}	**	**	**
Namíbia ^a	1989	97.0	57.33
Costa do Marfim	1990	69.2	81.68
Argélia ^{**}	**	**	**
Zâmbia	1991	46.0	75.81
São Tomé e Príncipe	1991	61.8	81.80 ^d
Burkina Faso	1991	27.3	86.42 ^d
Benin	1991	64.0 ^b	67.73 ^b
Cabo Verde	1991	61.3	73.29
Camarões	1992	71.9	39.98
Gana	1992	50.2	58.40

Quadro 3.2: Participação eleitoral nas eleições fundadoras africanas [cont.]

País	Ano	Participação eleitoral (% de eleitores registrados)	Vencedor (% de votos válidos)
Quênia	1992	66.8	36.35
Mali	1992	20.9 ^b	69.01 ^b
Burundi	1993	97.3	65.68
Gabão	1993	88.1	51.18
Guiné	1993	78.5	51.71
Lesoto	1993	**	74.78
Madagascar	1993	79.6 ^c	66.74
Níger	1993	35.2 ^b	54.42 ^b
Nigéria	1993	30.1 ^c	58.36
Togo	1993	39.5	96.42
Moçambique	1994	87.9	53.30
África do Sul ^a	1994	86.9	62.65
Malauí	1994	80.6	47.15
Tanzânia	1995	76.7	61.82
Uganda	1996	72.9	74.33
Sudão	1996	72.1	75.68
Serra Leoa	1996	60.2 ^c	59.49
Libéria	1997	**	75.33

Fonte: African Elections Database (2023). Elaborado pelo autor da tese

**Sem dados oficiais.

a) Os dados são referentes as eleições legislativas, todos os outros são referentes as eleições presidenciais.

b) Os dados são referentes aos resultados do segundo turno, todos os outros são referentes ao primeiro turno.

c) Percentual não especificado (Isto é, se foi calculado com base nos eleitores registrados ou elegíveis).

d) A oposição boicotou a eleição se retirando da corrida eleitoral.

Em países onde as eleições de fundação foram marcadas por baixa participação eleitoral, os eleitores ficaram longe das urnas porque os concorrentes usaram a violência durante a campanha eleitoral ou ameaçaram fazê-lo no dia da votação. De igual modo, a percepção de que as eleições seriam fraudadas, constrangidas ou predeterminada levaram os eleitores a ficarem em casa (BRATTON; WALLE, 1997).

Por exemplo, a eleição de 1993, na Nigéria, o processo eleitoral foi tão circunscrito por decretos militares para limitar o número de partidos na disputa, para controlar o conteúdo do debate eleitoral, para atrasar repetidamente as datas das eleições, e até mesmo para suspender os resultados das primárias anteriores, que muitos eleitores concluíram que não seriam capazes de exercer uma escolha livre. A baixa participação na disputa presidencial nigeriana também pode ser atribuída à confusão criada por um processo que garantiu uma liminar contra a realização da

eleição e foi anulada em recurso apenas um dia antes da votação (BRATTON; WALLE, 1997).

As experiências de Namíbia, Moçambique, Malawi e África do Sul, onde as taxas de participação eleitoral foram altas, sugeriram que os cidadãos que estavam inscritos para exercer o direito ao voto não foram dissuadidos por ameaças de extremistas. A intimidação violenta aparentemente dissuadiu a participação apenas quando os eleitores perceberam que a eleição era ilegítima. Onde uma escolha genuína estava disponível, os cidadãos estavam dispostos a assumir riscos pessoais a fim de exercer o seu direito político pela primeira vez (BRATTON; WALLE, 1997).

Por exemplo, a eleição de 1994, em Moçambique, tinha uma grande significância na efetivação do processo de paz, ou seja, havia uma enorme conscientização coletiva de que a eleição colocaria por definitivo o cenário bélico que assolou o país por cerca de 16 anos. Assim como, havia um entusiasmo no seio do povo moçambicano, pois era a primeira vez que exerciam o seu direito político privado desde que o país se tornou independente, em 1975 (MAZULA, 1995; BRITO, 2005).

Para Almeida e Sanches (2010), a alta taxa de participação eleitoral nas primeiras eleições presidenciais de Moçambique foi motivada pelos seguintes fatores: por ser a primeira vez na história que os moçambicanos tiveram o direito de eleger os seus líderes políticos; por se tratar de um escrutínio eleitoral que envolvia a disputa principalmente dos dois partidos beligerantes nas urnas; e, por fim, as eleições tinham um peso na manutenção do acordo de paz e acarretavam um risco de retorno à guerra civil. De acordo com Cahen (1998), as primeiras eleições de Moçambique podem ser qualificadas como: eleições do silêncio, reconciliação e revitalização do Estado moçambicano.

Segundo Bratton e Walle (1997), a competição eleitoral deve ser observada sob duas teses: a de “Horserace” e a de “Bandwagon”. A tese de “Horserace” centra-se no argumento de que a participação eleitoral aumenta à medida em que as eleições se tornam mais competitivas, pois os eleitores estão mais motivados a se envolver à medida que as escolhas eleitorais aumentam, à medida em que as corridas eleitorais se tornam mais apertadas e os resultados mais incertos. Enquanto que a tese de “Bandwagon” centra-se no argumento de que a participação eleitoral aumenta na medida em que ocorre a presença de candidatos dominantes que parecem certos a ganhar à corrida eleitoral, pois os eleitores estão mais motivados a votar em um

vencedor certo, especialmente como uma forma de se associar com os sedimentos da vitória.

Neste sentido, Bratton e Walle (1997) afirmam que a introdução da competição multipartidária na política tem diferentes efeitos em todas regiões mundiais. Nas sociedades ocidentais, a concorrência política aumenta a participação política, mas nas sociedades africanas, a concorrência política a reduz. Os autores ponderam esse argumento com base na constatação de taxas de participação eleitoral inferiores às esperadas em várias eleições fundadoras no continente africano.

De acordo com Collier (1982), a herança colonial determinou os efeitos da concorrência à participação na época das eleições pré-independência: por um lado, os partidos dominantes foram capazes de mobilizar a participação eleitoral em massa nas colônias francesas (efeito Bandwagon); por outro lado, a fragmentação multipartidária levou à participação eleitoral nas colônias britânicas (efeito Horserace).

Yves Fauré (1993), em seu artigo "*Democracy and realism: reflections on the case of Cote D'Ivoire*", defendeu a tese de "Bandwagon" para o cenário eleitoral da Costa do Marfim, onde as eleições competitivas registaram sistematicamente taxas de participação mais baixas do que as eleições organizadas sob um único partido. Constatou que a participação eleitoral foi menor tanto em períodos de intensa concorrência (1946/57 e 1980/90), assim como em círculos eleitorais com vários candidatos (nas eleições municipais de 1985 e nas legislativas de 1985 e de 1990). De acordo com autor, esse cenário reflete uma cultura política enraizada que valoriza a liderança e antiguidade na qual os eleitores podem ser indecisos quando confrontados com um leque de alternativa de escolha.

O quadro acima apresenta dados sobre o percentual de votos obtidos pelos candidatos vencedores nas eleições presidenciais, uma medida *proxy* utilizada para mensurar a competição eleitoral: quanto menor o percentual de votos obtidos pelo vencedor, maior o grau de competição eleitoral. Olhando por esse critério, as eleições de fundação mais competitivas na África foram aquelas realizadas no Quênia em 1992, quando reconduziu o Daniel Arap Moi ao cargo presidencial com uma pequena pluralidade de 36,35%, onde o candidato derrotado obteve 26% dos votos válidos. Outras eleições de fundação com maior grau de competição eleitoral foram as realizadas em Camarões, em 1992, quando reconduziu o presidente o Paul Biya ao cargo presidencial com uma margem apertadíssima em relação ao seu oponente, onde com cerca de 39,98% o candidato a sua sucessão derrotou Jhon Fru Ndi, que

obteve 35,97% dos votos validos nas eleições. E, finalmente, a eleição de fundação do Malawi realizada em 1994, que conduziu Bakili Muluzi ao cargo de presidente com 47,15%, derrotando o candidato a sua sucessão Hastings Banda, que obteve 33,44% dos votos validos.

As eleições de fundação menos competitivas foram aquelas realizadas no em Burkina Faso, em 1991, onde o presidente em exercício Blaise Compaoré alegou ter conquistado 86,42% dos votos válidos, em um cenário onde a oposição boicotou a eleição. Assim como a do Togo, realizada em 1993, onde o presidente em exercício Gnassingbé Eyadéma alegou ter conquistado 96,42% dos votos também em um contexto onde a oposição boicotou a eleição.

3.2 O pós-eleições fundadoras: a evolução da participação eleitoral nos países africanos

O estudo comparativo sobre participação eleitoral foi elaborado por Bratton (1998), em "*The second election in Africa*", no qual buscou comparar as taxas de participação eleitoral nas eleições fundadoras e nas segundas eleições realizadas. A participação eleitoral na África se assemelha à registrada em outras regiões que recentemente passaram por transições democrática⁹.

Em relação à participação eleitoral no contexto africano, é necessário ter em conta dois fatores iniciais. Por um lado, ela está relacionada com a novidade democrática, pois, após a realização das primeiras eleições multipartidárias, começa a vivenciar uma redução da participação eleitoral ao longo que a democracia se prolonga. Por outro lado, as dificuldades administrativas, devido às comissões eleitorais inexperientes, assim como a manipulação dos resultados, reduzem a participação eleitoral até mesmo dos cidadãos que desejam se registrar para poder participar (YOUNG, 2004).

As eleições africanas são rodeadas de particularidades. Aquelas realizadas na década de 1900 estavam muita das vezes entre as primeiras eleições multipartidárias na história de muitos países africanos, e tipicamente, o sufrágio universal veio com a democracia. No entanto, os padrões de desigualdade na participação eleitoral que se

⁹ Para mais detalhes, ver: Kuenzi; Lambright (2007, p. 675).

desenvolveram nas democracias ocidentais não tiveram oportunidade de se desenvolver na África¹⁰ (YOUNG, 2004).

A participação estável ou moderada não é destacada, mas a baixa participação é digna de notícia. Por isso, diversos debates são levantados quando a participação eleitoral é mais baixa do que esperado. De acordo com Franklin (2004), esse fato se deve pela razão de que a redução da participação nas urnas permite aos analistas pontificar o terrível estado da democracia no país em causa. É mais frequente observarmos histórias que expressam preocupação com o fato de que a participação é menor do que esperado.

A baixa participação eleitoral é muitas das vezes considerada ruim para democracia, seja inerentemente, seja porque questiona a legitimidade ou sugere a falta de representação de determinados grupos e políticas desigualitárias (PATTERSON, 2002; WATTENBERG, 2002). A baixa participação também levanta questionamento sobre a mentalidade cívica dos cidadãos de um determinado país e seu compromisso com as normas e deveres democráticos. De acordo com Dalton (1998) e Norris (1999), a queda da participação é diversas vezes vista como uma marca de desengajamento, se não de descontentamento.

Nesta seção, busca-se descrever a evolução da participação eleitoral nas 36 democracias em análise do continente africano. O Quadro 3.3 documenta informações básicas dos procedimentos eleitorais de cada país. O Quadro 3.4 fornece a média da participação eleitoral por décadas. O Quadro 3.5 fornece a média da participação eleitoral por período. O Quadro 3.6 apresenta a média da participação eleitoral por países tendo em conta o número de eleições já realizadas. O Quadro 3.7 fornece a variação eleitoral dos países. As fontes dadas sob cada tabela mostram onde podem ser obtidas as informações atualizadas.

Em relação aos procedimentos eleitorais nas 36 democracias africanas em estudo, pode-se observar no Quadro 3.3 que 94,4% dos países em análise não apresentam como procedimento eleitoral o voto compulsório, enquanto os 5,6% restantes têm como regra procedimental o voto obrigatório. Em relação à idade de

¹⁰ Apesar de existir desigualdade de gênero em África, os padrões que se formaram a partir de sufrágio nos países industriais, não tiveram a oportunidade de se formar em África. Além disso, fatores demográficos, como educação e a riqueza, não assumem um leque significativo em África (YOUNG, 2004).

sufrágio, 94,4% têm 18 anos como a idade para o cidadão participar nos pleitos eleitorais, 2,8% a têm como a faixa de 21 anos e outros 2,8%, como 17 anos.

Observou-se que em países africanos em estudo, 55,6% das eleições são realizadas nos dias de semana laboral (de segunda a sexta-feira), 41,7% são realizadas em dias de repouso (sábado e domingo) e 2,8% são realizadas em ambos os dias. A abertura das urnas de votação e o fechamento são procedimentos vitais nas eleições, sendo assim, observou-se que 94,4% têm as suas eleições realizadas em apenas um dia, 2,8% em apenas dois dias e 2,8% em apenas três dias.

Quadro 3.3: Procedimentos eleitorais nos países analisados pela tese

País	Voto compulsório	Idade mínima de sufrágio	Votação (em dia de)	Dias de votação
África do Sul	Não	18	Trabalho	1
Argélia	Não	18	Trabalho	1
Benin	Não	18	Repouso	1
Botsuana	Não	18	Trabalho	1
Burkina Faso	Não	18	Repouso	1
Burundi	Não	18	Trabalho	1
Cabo Verde	Não	18	Repouso	1
Camarões	Não	20	Repouso	1
Costa do Marfim	Não	18	Repouso	1
Egito	Sim	18	Trabalho	3
Gabão	Sim	18	Repouso	1
Gâmbia	Não	18	Repouso	1
Gana	Não	18	Trabalho	1
Guiné	Não	18	Repouso	1
Ilhas Maurício	Não	18	Trabalho	1
Lesoto	Não	18	Ambos	1
Libéria	Não	18	Trabalho	1
Madagascar	Não	18	Trabalho	1
Malawi	Não	18	Trabalho	1
Mali	Não	18	Repouso	1
Marrocos	Não	18	Trabalho	1
Moçambique	Não	18	Trabalho	1
Namíbia	Não	18	Trabalho	1
Níger	Não	18	Repouso	1
Nigéria	Não	18	Repouso	1
Quênia	Não	18	Trabalho	1
São Tomé e Príncipe	Não	18	Repouso	1
Senegal	Não	18	Repouso	1
Serra Leoa	Não	18	Trabalho	1
Sudão	Não	17	Trabalho	2
Tanzânia	Não	18	Trabalho	1
Togo	Não	18	Repouso	1
Tunísia	Não	18	Repouso	1
Uganda	Não	18	Trabalho	1
Zâmbia	Não	18	Trabalho	1
Zimbábue	Não	18	Trabalho	1

Fonte: CIA (2023); IDEA (2023). Elaborado pelo autor da tese

No Quadro 3.4, a seguir, apresenta-se a participação eleitoral por década nas 36 democracias emergentes no continente africano. Os números das colunas correspondem aos níveis médios de participação de 1960 a 2020, e as entradas entre parênteses correspondem ao número de eleições nas quais as médias foram baseadas. Os níveis de participação eleitoral refletem a participação dividido pelo total dos votantes. Os números totais são relativos às eleições presidenciais, com sete¹¹ exceções, que se referem à eleições legislativas.

Até a década de 1960, dois países já realizavam eleições multipartidárias (Botsuana e Lesoto). Além disso, na década de 1970, três novos países também realizam suas eleições multipartidárias sendo eles: Ilhas Maurício, Marrocos e Nigéria. Na década de 1980, mais quatro países realizam eleições multipartidárias (Camarões, Gabão, Senegal e Tunísia). Entretanto, desde a década de 1990, as eleições multipartidárias se tornaram comuns no continente africano, onde a maioria dos países africanos realizaram suas primeiras eleições multipartidárias (N=29), experimento esse que Michael Bratton e Nicolas van de Walle (1997) chamaram de eleições “antecipadas”.

Os países africanos que experimentaram a transição “antecipada”, até o final da década de 1990 realizaram duas eleições multipartidárias (Argélia, Benin, Burkina Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gana, Guiné, Quênia, Madagascar, Malawi, Moçambique, Namíbia, Níger, São Tomé e Príncipe, África do Sul, Zâmbia e Zimbábue). Enquanto os que vivenciaram uma transição “tardia”, experimentaram apenas uma eleição multipartidária nessa década (Burundi, Gâmbia, Mali, Serra Leoa, Sudão, Tanzânia, Togo e Uganda). Por fim, Egito e Libéria, tiveram suas primeiras eleições multipartidárias na década de 2000.

A década de 1990 caracterizada pela “terceira onda” da democratização no continente africano, onde aos eleitores foi oferecida pela primeira vez uma escolha genuína entre os candidatos dos diferentes partidos. Pode-se prever nessa década um maior interesse dos eleitores pelos pleitos eleitorais e que a participação eleitoral seria consideravelmente alta, onde em determinados países os cidadãos cumpriram a previsão de alta participação, se fazendo as urnas em massa e em taxas superiores às democracias industrializadas. Por exemplo, na década de 1990, cerca de 90% dos eleitores registrados teriam participado nas eleições na Tunísia e Burundi. Assim

¹¹ Botsuana, Cabo Verde, Lesoto, Ilhas Maurício, Marrocos. África do Sul e Tunísia.

como: Gâmbia, Ilhas Maurício e África do Sul, tiveram um percentual de cerca de 80% do eleitorado registrado que exerceu seu direito de voto na década de 90.

Por outro lado, em quase meia dúzia dessas eleições realizadas na década de 1990, menos da metade do eleitorado registrado exerceu o seu direito de voto: por exemplo, apenas cerca de 28% compareceram no Mali e aproximadamente menos de 50% dos eleitores inscritos compareceram nas eleições realizadas na década de 1990, na Zâmbia, Zimbábue, Nigéria, Níger e Burkina Faso.

Quadro 3.4: Média da participação eleitoral nos países africanos por década (1960-2020)

País	1960	1970	1980	1990	2000	2010	2020
África do Sul	--	--	--	88,07 (2)	77,01 (2)	69,76 (2)	--
Argélia	--	--	--	68,30 (2)	66,31 (2)	44,65 (2)	--
Benin	--	--	--	70,83 (2)	61,85 (2)	75,47 (2)	50,63 (1)
Botsuana	64,66 (2)	43,23 (2)	72,91 (2)	76,83 (2)	76,45 (2)	84,13 (2)	--
Burkina Faso	--	--	--	45,66 (2)	57,66 (1)	57,41 (2)	50,79 (1)
Burundi	--	--	--	97,31 (1)	--	75,21 (2)	87,71 (1)
Cabo Verde	--	--	--	75,89 (2)	54,16 (2)	70,97 (2)	57,46 (1)
Camarões	--	--	91,40 (1)	79,43 (2)	79,52 (1)	61,06 (2)	--
Costa do Marfim	--	--	--	57,66 (2)	37,42 (1)	66,99 (2)	53,90 (1)
Egito	--	--	--	--	22,95 (1)	46,80 (3)	--
Gabão	--	--	99,95 (1)	70,95 (2)	53,88 (2)	59,46 (1)	--
Gâmbia	--	--	--	80,00 (1)	74,14 (2)	70,95 (2)	89,34 (1)
Gana	--	--	--	64,18 (2)	73,24 (3)	74,38 (2)	78,89 (1)
Guiné	--	--	--	74,14 (2)	82,76 (1)	68,11 (2)	78,88 (1)
Ilhas Maurício	--	80,88 (1)	87,34 (3)	81,88 (2)	81,06 (2)	76,41 (3)	--
Lesoto	62,32 (1)	81,90 (1)	--	72,05 (2)	57,84 (2)	47,67 (3)	--
Libéria	--	--	--	--	61,04 (1)	56,89 (2)	--
Madagascar	--	--	--	68,03 (3)	64,39 (2)	57,75 (2)	--

Quadro 3.4: Média da participação eleitoral nos países africanos por décadas (1960-2020) [cont.]

País	1960	1970	1980	1990	2000	2010	2020
Malawi	--	--	--	87,15 (2)	70,93 (2)	72,52 (2)	64,81 (1)
Mali	--	--	--	28,41 (1)	37,40 (2)	44,24 (2)	--
Marrocos	--	83,85 (2)	67,43 (1)	60,52 (2)	44,30 (2)	44,19 (2)	50,86 (1)
Moçambique	--	--	--	78,77(2)	40,52 (2)	50,24 (2)	--
Namíbia	--	--	--	68,12 (2)	77,10 (2)	66,29 (2)	--
Níger	--	--	--	46,24 (2)	44,98 (1)	54,37 (2)	66,29 (2)
Nigéria	--	35,25 (1)	--	46,86 (2)	63,28 (2)	44,02 (3)	--
Quênia	--	--	--	75,33 (2)	63,13 (2)	82,59 (2)	--
São Tomé e Príncipe	--	--	--	68,64 (2)	67,75 (2)	69,20 (2)	67,76 (1)
Senegal	--	--	58,45 (2)	51,50 (1)	65,68 (2)	61,69 (2)	--
Serra Leoa	--	--	--	68,59 (1)	75,02 (2)	87,62 (2)	--
Sudão	--	--	--	72,20 (1)	70,63 (1)	59,20 (2)	--
Tanzânia	--	--	--	76,67 (1)	78,33 (2)	55,09 (2)	50,72 (1)
Togo	--	--	--	69,81 (1)	67,78 (2)	62,81 (2)	92,28 (1)
Tunísia	--	--	81,31 (3)	93,49 (2)	87,90 (2)	67,22 (3)	--
Uganda	--	--	--	72,60 (1)	69,75 (2)	63,45 (2)	59,35 (1)
Zâmbia	--	--	--	49,98 (2)	61,33 (3)	47,48 (3)	70,61 (1)
Zimbábue	--	--	--	43,10 (2)	48,35 (2)	70,61 (2)	--

Fonte: IDEA (2023). Elaborado pelo autor da tese

Obs: o número entre parênteses significa número de eleições realizadas por década.

Dos 36 países, apenas Moçambique, Cabo Verde, Gabão, Costa do Marfim e Marrocos apresentaram uma redução significativa na participação eleitoral entre as décadas de 1990 e 2000, embora Cabo Verde e Gabão tenham registrado na década de 2000 uma média de 50% na participação eleitoral. Por exemplo, Moçambique passou de uma média de 78,77% para 40,52%; Cabo Verde, de 75,89% para 54,16%; Gabão passou de uma média na década de 1990 de 70,05% para 57,84% na década de 2000. Importa salientar que o voto no Gabão é obrigatório.

Apesar de uma ligeira evolução na média da participação eleitoral, países como Mali e Zimbábue registaram uma média participação abaixo dos 50% nas eleições realizadas na década de 1990 e 2000. Por exemplo, a participação eleitoral no Mali passou de 28,41% para 37,40%, Zimbábue de 43,10% para 48,35 e para o Níger, a participação passou de 46,24% para 44,98%. Entretanto, países como a Nigéria, Zâmbia e Burkina Faso registraram um crescimento que superou a média baixa de 50% na primeira década das eleições multipartidárias, passando para uma média de cerca de 50% na década seguinte. Por exemplo, Nigéria passou de um total de 46,86% dos eleitores inscritos que participaram nas eleições para 63,28% na década de 2000. Gana, Guiné, Senegal, Serra Leoa também tiveram incremento no nível da participação eleitoral da década de 1990 para década de 2000.

Países com certa estabilidade¹² na participação eleitoral entre a década de 1990 a 2000 são: São Tomé e Príncipe, que passou de 68,64% para 67,75%; Togo, de 69,81% para 67,78%; Tanzânia, de 76,67% para 78,33%; Camarões, de 79,43% para 79,52%. Sudão, Madagascar, Camarões, Uganda, Argélia mantiveram uma estabilidade em relação à participação eleitoral nessas duas décadas, importa referir que todos esses países o voto é facultativo.

Dos 36 países, pelo menos desde a década de 1990, 23 têm mantido uma média de cerca de 50% da participação eleitoral nas décadas subsequentes, o que significa afirmar que, no mínimo, a metade dos eleitores tem participação nos escrutínios eleitorais.

A participação média em todas as eleições no conjunto de dados é de 66,06%. A participação eleitoral no continente africano teve um aumento entre o período das independências e da introdução dos regimes democráticos. Em média, 64,38% nas eleições ao longo do processo das independências dos países africanos, no período da introdução dos regimes democráticos na maioria dos países africanos a participação eleitoral teve uma média de 70,04%, o que representa um crescimento 5,66% (Quadro 3.5). Existem diferenças consideráveis entre os países no que diz respeito à participação eleitoral. A maior participação em média é encontrada em Burundi com 83,86%, e a menor no Mali, com 38,34% (Quadro 3.6). A maioria dos países viu a participação variar em mais ou menos 12% da média. Com efeito, apenas em nove países (Botsuana, Gabão, Libéria, Marrocos, Moçambique, Zimbábue, Costa

¹² Considera-se como estabilidade eleitoral, os países cuja diferença entre a média as eleições da década de 1990 e 2000 não é inferior a 10%.

do Marfim, Tunísia e Tanzânia) a participação revela um desvio-padrão tão grande, e estes são todos os países que viram tendências que envolvem uma mudança de mais de 15% na participação ao longo do período.

Quadro 3.5: Participação eleitoral por período nos países africanos

Período	Média (participação eleitoral)	Erro de média padrão	Desvio padrão	N
1965 - 1979	64,38	6,3	19,93	10
1980 - 1999	70,04	1,89	16,32	74
2000 - 2021	63,6	1,18	14,83	158

Fonte: IDEA (2023). Elaborado pelo autor da tese

Quadro 3.6: Participação eleitoral por países africanos

País	Média (participação eleitoral)	Erro de média padrão	Desvio padrão	Número de eleições
África do Sul	78,28	3,51	8,61	6
Argélia	59,75	5,71	13,99	6
Benin	66,7	4,57	12,09	7
Botsuana	69,7	4,44	15,41	12
Burkina Faso	52,43	3,65	8,96	6
Burundi	83,86	5,41	10,82	4
Cabo Verde	65,64	3,93	10,4	7
Camarões	75,32	5,58	13,67	6
Costa do Marfim	56,77	6,57	16,1	6
Egito	40,83	6,36	12,72	4
Gabão	68,18	8,71	21,35	6
Gâmbia	76,58	5,78	14,16	6
Gana	71,97	4,05	11,45	8
Guiné	74,36	2,62	6,42	6
Ilhas Maurício	81,64	1,38	4,57	11
Lesoto	60,78	4,4	13,22	9
Libéria	58,27	10,65	18,45	3
Madagascar	64,05	2,5	6,61	7
Malawi	75,16	3,92	10,37	7
Mali	38,34	2,97	6,66	5
Marrocos	58,4	5,12	16,22	10
Moçambique	56,51	7,72	18,92	6
Namíbia	70,5	3,68	9,02	6
Níger	53,13	4,48	12,69	8
Nigéria	48,45	4,18	11,85	8
Quênia	73,68	4,55	11,15	6
São Tomé e Príncipe	68,42	2,26	5,99	7

Quadro 3.6: Participação eleitoral por países africanos [cont.]

País	Média (participação eleitoral)	Erro de média padrão	Desvio padrão	Número de eleições
Senegal	60,45	2,37	6,28	7
Serra Leoa	78,77	4,43	9,92	5
Sudão	65,3	6,31	12,62	4
Tanzânia	65,7	6,48	15,89	6
Togo	70,54	4,65	11,4	6
Tunísia	80,84	5,05	15,99	10
Uganda	66,39	2,33	5,71	6
Zâmbia	55,22	4,37	13,11	9
Zimbábue	54,02	7,49	18,35	6

Fonte: IDEA (2023). Elaborado pelo autor da tese

Já tem sido apontado pela literatura que o declínio da participação eleitoral não é onipresente. O Quadro 3.7 apresenta a variação eleitoral entre a 1ª e a 2ª eleição realizada nas últimas três décadas no continente africano. Considerando a 1ª geração de eleições africanas, as eleições da década de 1990 como o marco principal das realizações das eleições multipartidárias, observou-se que as primeiras eleições realizadas nos países desse continente foram de um enorme êxito na adesão às urnas pelos eleitores.

Entretanto, a maioria deles viu a participação variando na década de 1990 de forma positiva e negativa. A variação entre a primeira e a segunda eleição realizada na década de 1990 em alguns países foi bastante significativa. Por exemplo: Zimbábue teve uma variação negativa entre a primeira e a segunda eleição de cerca de 40,07%, ou seja 40 a cada 100 eleitores não compareceu nas segundas eleições multipartidárias, quando comparado com os dados da participação eleitoral das primeiras eleições. Gabão observou uma queda de 38,89% do eleitorado nas segundas eleições multipartidárias. Enquanto Moçambique e Costa do Marfim observaram uma queda de 21,04% e 35,24% respectivamente do eleitorado nas segundas eleições multipartidárias.

Não obstante as variações negativas, alguns países vivenciaram uma variação positiva entre as primeiras eleições multipartidárias e as segundas eleições realizadas na década de 1990. Por exemplo, Níger teve uma variação positiva de cerca de 82%. Burkina Faso observou uma variação positiva de 59,09%. Outros países, como Camarões, Quênia, Nigéria, São Tomé e Príncipe, também observaram um aumento de acima de 20% nas segunda eleições multipartidárias.

A 2ª geração¹³ de eleições no continente africano, apesar de apresentar variações significativas, a maioria viu a participação variando de forma negativa em comparação com a primeira realizada nessa década em cerca de mais ou menos 6% a 17% (Togo, Tanzânia, Serra Leoa, São Tomé e Príncipe, Nigéria, Madagascar, Mali). Entretanto, países como Gâmbia tiveram a sua participação eleitoral dessa década diminuindo em 34,70%, Gabão observou uma redução de 30,22%. Enquanto Lesoto, Marrocos e Zimbábue tiveram uma variação negativa de cerca de mais de 20%. Com exceção a Uganda e Tunísia, tiveram uma variação negativa de cerca de 2%.

Determinados países observaram um aumento na participação na década de 2000, quando comparado à variação entre a primeira eleição realizada nessa década e a segunda. Com efeito, seis países tiveram um aumento de cerca de mais ou menos 20% a 28% (Senegal, Namíbia, Moçambique, Malawi, Quênia, Benin, Argélia). Com exceção de Gana, a participação teve variação positiva de 37,87%.

¹³ Considera-se como a 2ª geração de eleições no continente Africano como as eleições realizadas na década de 2000.

Quadro 3.7: Variação eleitoral entre a 1ª e a 2ª de cada década por país africano

Pais	1990	2000	2010
África do Sul	2,77	0,74	-10,11
Argélia	-19,53	28,40	-19,30
Benin	21,12	28,37	-22,03
Botsuana	0,73	0,67	-1,46
Burkina Faso	59,09	**	9,45
Burundi	*	*	-4,60
Cabo verde	1,66	0,07	-13,26
Camarões	21,05	*	-21,13
Costa do Marfim	-35,24	*	-34,84
Egito	**	*	-8,39
Gabão	-38,89	-30,22	*
Gâmbia	*	-34,70	-28,10
Gana	55,92	37,87	-14,39
Guiné	-11,00	*	0,72
Ilhas Maurício	-5,22	0,47	-4,38
Lesoto	-0,62	-26,53	-6,85
Libéria	**	*	94,79
Madagascar	-8,28	-7,36	-12,36
Malawi	16,41	23,10	5,22
Mali	0	-6,04	-6,73
Marrocos	-7,09	-28,31	-5,33
Moçambique	-21,04	22,54	6,58
Namíbia	-16,34	24,36	-15,25
Níger	82,00	*	22,12
Nigéria	26,05	-16,78	-18,68
Quênia	25,52	20,83	-7,24
São Tomé e Príncipe	28,82	-7,94	-13,20
Senegal	*	16,25	16,02
Serra Leoa	*	-15,74	-7,52
Sudão	*	*	-35,56
Tanzânia	*	-14,45	57,19
Togo	*	-11,68	-5,78
Tunísia	-5,48	-2,26	-8,47
Uganda	*	-1,59	14,03
Zâmbia	24,93	4,37	-39,68
Zimbábue	-40,07	-22,01	59,69

Fonte: IDEA (2023). Elaborado pelo autor da tese

*Apenas uma eleição foi realizada nessa década

**Não foi realizada nenhuma eleição nessa década

Nota: O % de Variação é igual ao $\Delta\% = 100 \cdot [(AT / AN) - 1]$; onde AT (Valor Atual) e NA (Valor Anterior).

A variação eleitoral da 3ª geração¹⁴ das eleições multipartidárias africanas não foi diferente das demais. Entretanto, observou-se que ocorreu uma variação negativa em quase 22 países dos 36 em análise, o que, em comparação à 2ª geração, significa um aumento de oito países e em relação à 1ª geração, o aumento foi de 10 países com variação negativa. Sendo que o país com a maior variação negativa foi a Zâmbia com a participação diminuindo em 39,68%. Enquanto o país que observou a menor variação negativa foi o Botsuana, com uma redução na participação de 1,46% na segunda eleição realizada na década de 2010.

Apesar de um aumento em termos de países com uma variação negativa na participação eleitoral, pode-se observar que certos países tiveram uma variação positiva nessa 3ª geração de eleições multipartidárias. Por exemplo, a participação subiu da primeira para segunda eleição realizada na década de 2010 na Libéria, com um aumento de cerca de 94,79% do eleitorado. A participação também aumentou acentuadamente na Tanzânia em cerca de 57,19%.

Apenas 11 países (Argélia, Burkina Faso, Camarões, Costa do Marfim, Gabão, Gana, Quênia, Moçambique, Níger, São Tomé e Príncipe, Zimbábue) a participação eleitoral na década de 1990 revela um desvio padrão tão grande, isto é, acima de 10%. Todos estes países viram tendências que envolvem uma mudança de mais de 10 pontos percentuais na participação na década de 1990. Na década de 2000, apenas 10 países (Argélia, Benin, Gabão, Gâmbia, Gana, Lesoto, Malawi, Marrocos, Namíbia, Zâmbia) a participação eleitoral revel um desvio padrão acima de 10%. Enquanto que na década de 2010, esse número se mantém em dez países (Benin, Camarões, Costa do Marfim, Gâmbia, Libéria, Sudão, Tanzânia, Tunísia, Zâmbia, Zimbábue) onde a participação revela um desvio padrão acima de dez pontos percentuais.

Sendo que a maioria dos países africanos realizaram as primeiras eleições multipartidárias e competitivas na década de 1990, busca-se na tabela abaixo demonstrar como tem variado a média da participação eleitoral de 1990 a 2020.

Tomamos com base a média da participação eleitoral década de 1990, e se comparou com as demais décadas. Nos 14 países com uma tendência negativa na participação eleitoral ao longo das décadas, apenas seis tiveram viram uma queda de menos de 10%, quando comparado a variação entre 1990 e 2000, o que implica que

¹⁴ Considera-se como a 3ª geração de eleições no continente africano as eleições realizadas na década de 2010.

todos esses países, exceto seis, poderiam observar uma queda de pelo menos 10 pontos percentuais ou mais na participação em um período de 20 anos. Quando comparado a variação entre a década de 1990 e 2010, se observa que apenas dois países se mantêm abaixo de uma queda de 10%, ou seja, os todos esses países, exceto dois deles, observaram uma queda de dez ou mais pontos percentuais em 30 anos. Assim, a pequena quantidade de declínio de participação que observamos nos últimos anos poderia pressagiar quedas de participação muito maiores.

Nos seis países com uma tendência positiva na participação ao longo das décadas, exceto um país teve um aumento abaixo de 10% em 20 anos. Entretanto, quando comprado com a década, observa-se que todos esses tiveram um aumento de mais de dez pontos percentuais na participação eleitoral em 30 anos. Por fim, além dos países com variação positiva e negativa, pode notar que determinados países oscilaram entre variação positiva em uma década e negativa em outras décadas.

Quadro 3.8: Variação da participação eleitoral por década (África, 1990-2020)

País	1990	2000	2010	2020	1990/ 2000	1990/ 2010	1990/ 2020
África do Sul	88,07	77,01	69,76	--	-12,56	-20,79	--
Argélia	68,3	66,31	44,65	--	-2,91	-34,63	--
Benin	70,83	61,85	75,47	50,63*	-12,68	6,55	-28,52
Botsuana	76,83	76,45	84,13	--	-0,49	9,50	--
Burkina Faso	45,66	57,66*	57,41	50,79*	26,28	25,73	11,24
Burundi	97,31*	--	75,21	87,71*	-100,00	-22,71	-9,87
Cabo Verde	75,89	54,16	70,97	57,46*	-28,63	-6,48	-24,29
Camarões	79,43	79,52*	61,06	--	0,11	-23,13	--
Costa do Marfim	57,66	37,42*	66,99	53,9*	-35,10	16,18	-6,52
Egito	--	22,95*	46,8**	--	--	--	--
Gabão	70,95	53,88	59,46*	--	-24,06	-16,19	--
Gâmbia	80*	74,14	70,95	89,34*	-7,33	-11,31	11,68
Gana	64,18	73,24**	74,38	78,89*	14,12	15,89	22,92
Guiné	74,14	82,76*	68,11	78,88	11,63	-8,13	6,39
Ilhas Maurício	81,88	81,06	76,41	0	-1,00	-6,68	--
Lesoto	72,05	57,84	47,67**	--	-19,72	-33,84	--
Libéria	--	61,04*	56,89	--	--	--	--
Madagascar	68,03**	64,39	57,75	--	-5,35	-15,11	--
Malawi	87,15	70,93	72,52	64,81*	-18,61	-16,79	-25,63
Mali	28,41*	37,4	44,24	--	31,64	55,72	--
Marrocos	60,52	44,3	44,19	50,86*	-26,80	-26,98	-15,96
Moçambique	78,77	40,52	50,24	--	-48,56	-36,22	-100,00
Namíbia	68,12	77,1	66,29	--	13,18	-2,69	--
Níger	46,24	44,98*	54,37	66,29	-2,72	17,58	43,36
Nigéria	46,86	63,28	44,02**	--	35,04	-6,06	--
Quênia	75,33	63,13	82,59	--	-16,20	9,64	--
São Tomé e Príncipe	68,64	67,75	69,2	67,76*	-1,30	0,82	-1,28
Senegal	51,5*	65,68	61,69	--	27,53	19,79	--
Serra Leoa	68,59*	75,02	87,62	--	9,37	27,74	--
Sudão	72,2*	70,63*	59,2	--	-2,17	-18,01	--
Tanzânia	76,67*	78,33	55,09	50,72*	2,17	-28,15	-33,85
Togo	69,81*	67,78	62,81	92,28*	-2,91	-10,03	32,19
Tunísia	93,49	87,9	67,22**	--	-5,98	-28,10	--
Uganda	72,6*	69,75	63,45	59,35*	-3,93	-12,60	-18,25
Zâmbia	49,98	61,33**	47,48**	70,61*	22,71	-5,00	41,28
Zimbábue	43,1	48,35	70,61	--	12,18	63,83	--

Fonte: IDEA (2023). Elaborado pelo autor da tese

Parece ser consensual na literatura sobre o tema que, nas últimas décadas, a redução da participação eleitoral nas democracias, seja nas consolidadas, seja naquelas em processo de consolidação. Entretanto, apesar da queda na participação eleitoral, pode-se observar, ainda, que uma boa parte do eleitorado africano se faz presente as urnas. Por esta razão, o trabalho buscará um conjunto de quebra-cabeças buscando explicar quem é esse eleitor que ainda se faz presente nas eleições africanas.

3.3 Condicionantes macro da participação eleitoral em África

De acordo com Bratton e Walle (1997), as instituições ligam o cidadão ao Estado, o que molda a participação eleitoral. Para Young (2004), as regras institucionais influenciam substancialmente a proximidade que o cidadão sente com o seu governo, o que resulta em uma expectativa positiva sobre adesão política na África. Assim, Kuenzi e Lambright (2007) esperam que os fatores institucionais afetem o comportamento eleitoral dos cidadãos no continente africano, assim como tem ocorrido em diversas democracias.

O contexto institucional parece influenciar as decisões dos eleitores africanos em se fazer às urnas (KUENZI; LAMBRIGHT, 2010). Os eleitores africanos se mostram mais propensos a votar em eleições que são realizadas sob fórmulas eleitorais mais proporcionais. Assim, a participação eleitoral é consistente menor nas eleições africanas realizadas usando a fórmula eleitoral majoritárias. Os achados sobre o impacto das fórmulas eleitorais constatados pelas autoras no contexto africano se assemelham mais com os achados observados por Jackman (1987) nas democracias industriais avançadas do que com os achados de Fornos, Power e Garand (2004), realizados nas democracias não industriais, em concreto na América latina.

De acordo com Kuenzi e Lambright (2007), a marginalização das legislaturas na África pode atuar como uma característica institucional que deprime as motivações dos indivíduos em participar nas eleições legislativas. Foi constatado que as eleições realizadas com regras majoritárias reduzem a participação em 17%¹⁵. As eleições realizadas sob a fórmula proporcional tiveram uma média de participação de 71% em

¹⁵ Dentre as 32 eleições realizadas recentemente na África, 18 foram sob regras proporcionais ou mistas, e 14 sob regras eleitorais majoritárias (KUENZI; LAMBRIGHT, 2007).

comparação com a média de 59% das realizadas com regras majoritária (KUENZI; LAMBRIGHT, 2007).

Conforme Walle (2003, p. 302 [tradução do autor da tese]), “os partidos que não ganharam o controle da presidência na eleição de fundação logo estavam em desvantagem em termos de recursos, mesmo que estivessem bem representados nas bancadas do legislativo”. Esse cenário enfraqueceu os partidos políticos não vencedores no contexto africano aliadas as regras presidencialistas que são adotadas na maioria dos países africanos, acabam ofuscando o real papel do legislativo.

A maioria dos países africanos é altamente presidencial, com várias regras que enfraquecem o lado legislativo e permitem que o presidente tome as principais decisões sem aprovação legislativa. O poder é intensamente personalizado em torno da figura do presidente (WALLE, 2003). As eleições legislativas no contexto africano devem ser compreendidas sobre esse drama da centralidade do poder no presidente. Embora as eleições presidenciais tenham uma maior compreensão do eleitor no contexto africano, as legislativas desempenham várias funções úteis, tais como: servem para aplacar doadores ocidentais e torná-los mais propensos a aceitar a ausência de concorrência real na disputa presidencial mais importantes, assim como servem para o presidente disciplinar a maioria presidencial (WALLE, 2003).

A visão do Estado como o prêmio final do esforço dos partidos políticos no contexto africano coloca um enorme desempenho dos partidos políticos na concorrência para a presidência, deixando o poder legislativo em segundo plano. A principal ambição dos partidos políticos no contexto africano é ganhar o controle do Estado ou ganhar vantagem sobre aqueles que o têm. A luta por assentos legislativos é, naturalmente, uma luta pelo status de maioria, mas também é uma luta pela atenção do Executivo. Isso é particularmente verdadeiro para os pequenos partidos, muitas vezes de minorias étnicas, que sabem que não podem aspirar ao status de maioria. Para eles, as eleições legislativas são uma forma de ser identificada como uma comunidade distinta que precisa ser acomodada. Desta forma, os potenciais eleitores provavelmente perceberão que as eleições presidenciais são mais significativas do que as eleições legislativas e terão mais chances de votar nas eleições presidenciais (WALLE, 2003).

No trabalho da Kuenzi e Lambright (2007), no qual examinaram a participação eleitoral nos países africanos, as autoras constatam que fatores institucionais como fórmula eleitoral e ocorrência de eleições simultâneas afetam positivamente na

participação eleitoral no contexto africano. Em relação às eleições simultâneas, foi constatado que a participação aumenta em torno de 16% quando as eleições presidenciais são conjugadas com as eleições legislativas.

Outro fator examinado foi o bicameralismo. De acordo com a Kuenzi e Lambright (2007), o bicameralismo não exerce muita influência sobre a participação eleitoral na África. Essa influência limitada pode ser resultado da natureza do bicameralismo fraco na África. Como bem coloca Lijphart (1999), o poder dos órgãos legislativos nas legislaturas bicamerais africanas tende a ser assimétrico. De acordo com Kuenzi e Lambright (2007), a marginalização das legislaturas na África pode atuar como uma característica institucional que deprime a motivação dos cidadãos para participar das eleições legislativas.

A idade da democracia é também outro fator a se ter em conta na participação eleitoral no contexto africano. De acordo com Young (2004), o tempo em que os países africanos têm realizado eleições multipartidárias é considerado um influenciador negativo para participação eleitoral, isto é, a participação eleitoral reduz à medida que o tempo da democracia se prolonga.

A ideia fomentada de que o desenvolvimento econômico estimula a participação também merece atenção no contexto africano. De acordo com Kuenzi e Lambright (2010), é provável que os cidadãos sejam especialmente sensíveis ao desempenho econômico, dado que a África é a região mais pobre do mundo. Bratton e Walle (1997), impulsionado pela crise econômica que afetou o continente na década de 1990 e que resultou em protestos contra os governos autoritários na África esperam que o desempenho econômico negativo no contexto africano aumente a probabilidade do eleitor se fazer às urnas.

Posner e Simon (2002) demonstram que o baixo desempenho econômico reduz o apoio aos governos detentor do poder no continente africano, e essa insatisfação política é expressa por meio da abstenção, e não por um voto na oposição. Assim, pode-se esperar que a participação eleitoral apresente taxas de crescimento estagnadas ou negativas em situação de baixo desempenho econômico no continente africano. Em relação ao PIB *per capita*, uma das principais medidas de desempenho econômico. Kuenzi e Lambright (2007) constataram que os eleitores africanos não são sistematicamente motivados a votar em tempos de prosperidade e declínio econômico.

3.4 Condicionantes micro da participação eleitoral em África

As questões atitudinais no contexto africano são abordadas por meio do “neopatrimonialismo”, uma teoria ampla que surgiu após a era colonial, com as eleições e governos representativos. Um dos principais princípios do neopatrimonialismo é que a democracia é um mecanismo pela qual os bens são entregues (YOUNG; TURNER, 1985; WALLE, 2001). O compromisso com ideais de participação democrática, assim como interesse pelos resultados das políticas, não é das características da democracia de acordo com esta teoria, mas sim a rede de entrega de bens entre os funcionários do governo e seus membros (YOUNG, 2004).

A ideia de que uma maior adesão política conduzirá a uma maior participação eleitoral, manter-se-ia certamente em África e, de fato deveria assumir um significado maior. Mas, considerando o papel do neopatrimonialismo, se os cidadãos africanos vêem a democracia como instrumental, então o fator adesão política é suscetível de refletir em que medida os cidadãos participam nestas redes instrumentais. Assim, quando o benefício oferecido pelo detentor do cargo for maior para sua manutenção no cargo, a participação eleitoral será elevada (YOUNG, 2004).

“A votação não está apenas intimamente ligada a outros comportamentos participativos, mas pode ser parcialmente incentivado por eles” (BRATTON; MATTES; GYIMAH-BOADI, 2005, p. 299 [tradução do autor da tese]). Determinados indivíduos que participam de comícios políticos, reuniões comunitárias, eventos partidários, que entram em contacto com funcionários do governo, tendem a participar mais das eleições. Outros cidadãos são motivados a participar nas eleições devido às experiências com ações coletivas e lobby político (BRATTON; MATTES; GYIMAH-BOADI, 2005).

Bratton, Mattes e Gyimah-Boadi (2005) argumentam, ainda, que os atos participativos são mutuamente reforçados, o simples ato de participar de uma determinada reunião comunitária pode atrair os cidadãos a votar. Porém, os indivíduos que evitam reuniões comunitárias e contacto com funcionários do governo provavelmente continuarão completamente marginalizados de todos aspetos da vida política, inclusive a votação. De acordo com Young (2004), na África, os cidadãos politicamente envolvidos são mais propensos a votar, tanto pela sua motivação pessoal como pelos seus laços com a política.

O fator idade no contexto africano apresenta uma relação positiva com a participação eleitoral. Ou seja, as pessoas mais velhas são mais propensas a votar em países africanos, assim como em outros países do resto do mundo (KUENZI; LAMBRIGHT, 2010). Esse achado corrobora com o do Bratton, Mattes e Gyimah-Boadi (2005), que consideram que os jovens africanos que atingiram a idade de votação desde a transição democrática são menos propensos a votar, pois estes encontram obstáculos institucionais, especialmente o registro eleitoral.

A participação eleitoral pode ser prevista a partir do hábito de participar da política no geral. Bratton, Mattes e Gyimah-Boadi (2005) descobriram que o ato de participar na política após as eleições, contactando e comunicando, levou os cidadãos africanos a participarem no dia das eleições e mesmos em outras formas de participação política, tal como protestar.

Em diversos países, a divisão urbano/rural é uma clivagem significativa e conseqüentemente afetará a forma como os partidos fazem campanhas e mobilizam os eleitores para uma eleição (YOUNG, 2004). A teoria da modernização sugere que os cidadãos residentes em áreas urbanas são mais propensos a participar em eleições, visto que estão expostos à informação necessária para conhecer o papel das eleições. Entretanto, no contexto africano, os cidadãos residentes em áreas rurais são mais propensos a votar e o fazem votando no partido no poder (BRATTON; MATTES; GYIMAH-BOADI, 2005).

De acordo com Bratton, Mattes e Gyimah-Boadi (2005), esse fato tem duas interpretações. Por um lado, isso demonstra que os cidadãos residentes nas áreas urbanas não monopolizam a escolha dos líderes. Por outro lado, a participação dos cidadãos residentes nas zonas rurais é tão importante quanto a sua quantidade. Porém, os eleitores rurais em comparação aos urbanos são desfavorecidos em todos aspectos cognitivos, o que os torna suscetíveis à manipulação e propensos a votar como um bloco, na medida em que estes são mal informados, assumem a liderança dos outros, tomando assim sua participação eleitoral mais mobilizada do que autônoma.

Kuenzi e Lambright (2007) constataram que o tamanho da população urbana não influencia sistematicamente no nível da participação eleitoral na África. Isso deve-se, por um lado, devido ao grande apoio que os partidos governantes da África frequentemente recebem nas áreas rurais do que nas áreas urbanas e, portanto, concentram seus esforços e recursos para as áreas rurais. Por outro lado, a

capacidade dos partidos africanos de mobilizar os eleitores pode ser mais fácil em zonas rurais, onde a ameaça de sanções por não votar pode ser mais eficaz e a escassez de recursos aumenta o impacto dos esforços partidários para compra de voto (KUENZI; LAMBRIGHT, 2007). Outro fator levantado pela Kuenzi e Lambright (2010) sobre as porque as áreas rurais no contexto africano participam mais do que as zonas urbanas, centra-se na facilidade de monitoramento e punição que as áreas rurais oferecem devido a sua maior coesão social.

Conforme Lehoucq (2007, p. 42 [tradução do autor da tese]) “[...] as condições mais auspiciosas estão em comunidades de malha apertada tipicamente encontradas em áreas rurais e tradicionais”. Nesse contexto, é possível punir os desertores. Na mesma linha de pensamento, Conry-Krutz (2009), afirma que a mobilização nos países africanos é mais fácil em áreas rurais, pois a compra de voto é mais cara com mecanismos de aplicação mais fracos em áreas urbanas.

Para Kuenzi e Lambright (2010), a facilidade de monitoramento e punição não podem ser vistas como as únicas razões pelas quais as áreas rurais são lugares ideais para a mobilização. Assim como em outros contextos do mundo, na África, a coesão social tende a ser muito forte em áreas rurais do que nas áreas urbanas.

A pressão para se conformar e mostrar solidariedade com o grupo é maior no contexto rural africano do que em qualquer parte do mundo, assim um dos benefícios a serem alcançados pelo voto é o benefício psicológico de demonstrar lealdade aos notáveis da aldeia ou membros da família (SCHAFFER, 1998). Os eleitores africanos residentes em áreas rurais são mais propensos a se comportar de acordo com os desejos dos notáveis ou o chefe do que os eleitores residentes em áreas urbanas onde os líderes comunitários são quase inexistentes (BRATTON; MATTES; GYIMAH-BOADI, 2005).

De acordo com Kuenzi e Lambright (2010), os eleitores africanos que expressam maior apoio à democracia e níveis elevados de confiança nas instituições políticas são mais propensos a irem às urnas. Não obstante, a confiança generalizada não parece estar relacionada com a votação, mas esses achados são consistentes com a noção de que um benefício psicológico do voto está mostrando o compromisso com a democracia.

Outra medida importante levada no estudo das autoras é a medida de eficácia política. Essa medida se mostrou como não sendo forte preditor da participação eleitoral. O preditor sobre a capacidade de entender o governo apresentou resultados

distintos nos modelos testados pelas autorias. Porém, consideram que a capacidade de entender os assuntos políticos é uma medida comumente usada de eficácia e a eficácia está regulamente ligada à participação política (KUENZI; LAMBRIGHT, 2010). De acordo com Bratton, Mattes e Gyimah-Boadi (2005), os eleitores africanos não são mais propensos a serem informados sobre questões políticas do que os não-eleitores.

Os cidadãos na África muitas vezes votam em um bloco e fortemente influenciados pelas lideranças comunitárias, concretamente nas zonas rurais, onde os partidos políticos são frequentemente ligados a esses líderes (BRATTON; MATTES; GYIMAH-BOADI, 2005). Nas comunidades rurais, a mobilização feita pelos partidos políticos é bastante forte, o que resulta no maior engajamento dos cidadãos residentes nessas áreas para votar. Em muitas das vezes essa mobilização partidária resulta na votação em massa em um único partido (KUENZI; LAMBRIGHT, 2010).

Os partidos africanos são recentes, mesmo os mais antigos laços políticos da região, datados da época dos movimentos nacionalistas, não têm menos de meio século de vida (KUENZI; LAMBRIGHT, 2001). A maioria dos partidos africanos surgiu depois transição política de regime visando competir pelo poder. Esses novos partidos em muitos dos casos tinham origem na sociedade civil que era permitido existir durante o período autoritário. Suas raízes organizacionais estavam nos sindicatos, associações empresariais, grupos estudantis, sociedade de direito e organizações da igreja, que emergiram depois do declínio dos regimes unipartidários (WALLE, 2003).

Em relação à participação das mulheres no contexto africano, é necessário levar em conta os seguintes fatores. Por um lado, os encargos econômicos que colocam as mulheres africanas como as responsáveis pelo bem-estar familiar, colocam as em uma situação sem escolha, a não ser adotar uma estratégia consciente de se concentrar nas questões de sobrevivência, e não na política (GEISLER; HANSEN, 1994). Por outro lado, os persistentes valores culturais da desigualdade de gênero, dentro do domicílio, onde os homens ainda são geralmente considerados como chefes de família; fora de casa, a política, particularmente a busca e exercício do cargo, ainda é amplamente vista como uma preservação masculina. Esses fatores podem influenciar de forma direta ou indiretamente na participação eleitoral das mulheres no cenário africano.

De acordo com Bratton (1999), apesar dos homens na África dominarem a esfera política, é necessário ter em conta o contexto e a particularidade de cada país africano ao analisar a participação eleitoral tendo em como recorte do gênero.

Kuenzi e Lambright (2010) constaram que, na África, as mulheres são menos propensas a votar. Não obstante dos homens votarem mais do que as mulheres em determinados países, tais como Lesoto e Zimbábue, no contexto africano, as mulheres são significativamente mais propensas a votar do que os homens. Isso revela que a relação entre a participação e gênero é moldada pelo contexto.

Assim, os partidos políticos na África são o elo institucional mais forte entre o centro político e o eleitoral. Os partidos políticos podem servir de agentes de mobilização nos sistemas multipartidários menos democráticos, como é o caso dos países africanos (KUENZI; LAMBRIGHT, 2007). Embora os partidos africanos sejam fracos, eles ainda podem ser agentes de mobilização¹⁶ eficientes (BRATTON; WALLE, 1997; KUENZI; LAMBRIGHT, 2001).

De acordo com Erdmann (2007), os partidos políticos africanos apresentam características típicas, tais como: programas poucos distinguíveis, organização burocrática fraca, funcionalismo, informalidade e personalismo. Em suma, os partidos africanos são caracterizados por uma fraca institucionalização (BRATTON; WALLE, 1997).

Os partidos políticos desempenham um papel crucial como agências de mobilização no contexto africano. Na obra seminal, "*Public opinion, democracy, and market reform in Africa*", Bratton, Mattes e Gyimah-Boadi (2005) argumentam que, apesar de serem fracos, continuam sendo os agentes chave de mobilização, pois, em comparação as outras instituições, os partidos podem parecer relativamente fortes.

De acordo com Kuenzi e Lambright (2010), em ambientes de baixa informação, espera-se que os partidos políticos desempenhem um papel crucial na mobilização dos indivíduos para participação eleitoral. Embora os partidos africanos cumpram muitas funções associadas aos partidos na literatura política, eles desempenham funções que afetam o cálculo eleitoral. Como bem colocam Kuenzi e Lambright (2010, p. 771)

¹⁶ Bratton, Mattes e Gyimah-Boadi (2005) consideram que existe uma tradição política de mobilização eleitoral no continente africano, em especial em países com um legado de governo unipartidário. Executada por agentes partidários, ou em casos extremos, gangues da ala jovem do partido, que de porta em porta se fazem para persuadir, incentivar ou ameaçar os eleitores a votar em determinado partido.

[...] os partidos na África esclarecem e simplificam as escolhas perante os eleitores, e, portanto, a identificação partidária pode mitigar os custos associados à coleta de informações sobre os candidatos que disputam a eleição. Os partidos podem fornecer um símbolo de lealdade na África, e, portanto, os eleitores. Além, disso os esforços de mobilização dos partidos africanos reduzem o tempo que os eleitores precisam dedicar à logística do voto, e aqueles que se identificam com um partido são mais propensos a serem alvos de esforço de mobilização do que aqueles sem identificação partidária [tradução do autor da tese].

De acordo com Bratton (1999), as democracias africanas emergiram de um período prologando de governo unipartidário, onde o partido político era a principal instituição de ligação entre o cidadão e o Estado. Com isso, é de se esperar que, em uma nova democracia na África, o papel dos partidos mostraria continuidades significativas. “[.] os partidos políticos continuariam a ser o principal mecanismo através do qual as elites políticas mobilizam apoio em nível de massa, especialmente durante as eleições” (BRATTON, 1999, p. 554-555 [tradução do autor da tese]).

Deste modo, filiação e adesão partidária estão relacionadas positivamente à participação eleitoral e outros aspectos da participação política no contexto africano; por outro lado, os cidadãos com nenhum apego aos partidos políticos apresentam um baixo comportamento participativo¹⁷ (BRATTON, 1999).

De acordo com Kuenzi e Lambright (2010), existem vários mecanismos que fundamentam a relação entre a identificação partidária e participação no contexto africano. Esses mecanismos podem ser através de benefícios materiais, redes clientelistas, benefícios expressivos e até preocupações programáticas parecem desempenhar um papel na capacidade dos partidos mobilizar os cidadãos. Em algumas situações, os partidos podem oferecer dinheiro ou algum tipo de benefício específico pelo voto.

Segundo Wang e Kurzman, (2007), em determinados países africanos os partidos políticos contam com redes clientelistas a nível local para compra de votos. Para Bratton (2008), a compra de votos aumenta a lealdade partidária no contexto africano, o autor constatou que um quinto dos eleitores nigerianos estão expostos à compra de voto. A identificação partidária é um importante preditor para participação eleitoral no contexto africano, apesar da fraqueza¹⁸ e a falta de institucionalização dos

¹⁷ Esse achado foi constatado na trajetória de democratização da Zâmbia.

¹⁸ De acordo com National Democratic Institute for International Affairs (NDI), quase todos os partidos políticos da Zâmbia têm um nível de organização muito fraca ou quase inexistente, com grandes dificuldades internas de comunicação partidária, esse fator também é observado em outros países africanos (NDI, 1996).

partidos políticos na África, a identificação 'e alta, devido a novidade do multipartidarismo (KUENZI; LAMBRIGHT, 2010).

Apesar do vínculo entre os partidos políticos e as organizações da sociedade civil seja considerado fraco na África, as ligações entre algumas dessas instituições têm raízes profundas, oriundas dos regimes unipartidários, onde as únicas organizações da sociedade civil sancionadas foram aquelas ligadas ao partido no poder, mesmo com a transição política, essas ligações ainda permanecem (ERDMANN, 2007). Conforme Bratton (1999), a adesão a determinados grupos da sociedade civil tem uma relação positiva com a participação eleitoral nos países africanos¹⁹.

De acordo com Kuenzi e Lambright (2010), a adesão a associações voluntárias aumenta as habilidades cívicas dos cidadãos africanos, o que reduz os custos e aumenta a satisfação ao voto. Além disso, os membros das associações são propensos a serem alvos de esforços de mobilização partidária, pois os partidos buscam maximizar os resultados de seus esforços focando em potenciais blocos de votação. No entanto, as organizações religiosas no contexto africano não apresentam uma relação positiva em relação a participação eleitoral, mas outros tipos de organizações apresentam uma relação positiva.

Os africanos mais pobres podem ser mais susceptíveis as promessas clientelistas dos partidos e candidatos devido à situação econômica precária, assim como podem ser alvos de esforço de mobilização por parte dos partidos. Assim sendo, no contexto africano, a renda²⁰ não está relacionada com a participação eleitoral, como acontece em outras partes do mundo de acordo com o modelo SES (KUENZI; LAMBRIGHT, 2010).

Bratton, Mattes e Gyimah-Boadi (2005) consideram que os cidadãos africanos que não têm nenhuma fonte de renda, incluindo os que estão temporariamente desempregados, e os que nunca tiveram emprego, assim como os estudantes, as donas de casa e os aposentados são menos propensos a votar. Em contrapartida, os trabalhadores formais e informais são mais propensos a votar, pois estes sentem que têm um impacto nos resultados eleitorais. Outra variável que precisa ser considerada é a escolaridade. De acordo com Kuenzi e Lambright (2010), a educação tem uma relação positiva com a participação eleitoral nos 10 países analisados pelas autoras.

¹⁹ Esse achado foi observado pelo autor na Zâmbia.

²⁰ Para aferir a renda as autoras utilizaram uma medida proxy para esta variável, ver o Apêndice I.

A violência eleitoral afeta na participação eleitoral, no contexto africano se pode destacar estudos elaborados por Burchard (2015) e Bratton (2008). Um estudo transversal feito por Bratton (2008) revelou que os eleitores que sofreram ameaças de violência eleitoral nas urnas eram menos propensos na Nigéria. Em outro estudo transnacional, elaborado por Burchard (2015, p. 143 [tradução do autor da tese]), demonstrou que “a violência eleitoral afeta a vontade de [não] votar, mas este efeito difere por apego partidário e contexto eleitoral”. Em situações em que os eleitores da oposição foram expostos à violência eleitoral, estavam mais dispostos a votar, em contrapartida, os eleitores apoiantes que foram a expostos a violência, estes se demonstraram menos expostos a votar (BURCHARD, 2015).

Da identidade dos autores e ou da mensagem que se destina a transmitir aos eleitores e de como afeta diretamente os indivíduos, a violência eleitoral pode ser usada para mobilizar os eleitores a votar, para os impedir de participar ou punir os vencedores (BURCHARD, 2015).

Utilizando a mesma perspectiva²¹ que Bratton (2008); Burchard, (2015); Shenga e Pereira (2019) buscaram analisar o efeito da violência eleitoral na participação eleitoral na África e constataram que os cidadãos africanos que perceberam a violência eleitoral eram mais propensos a assistir a um comício de campanha eleitoral e votar. De acordo com Shenga e Pereira (2019), isso pode estar associado ao clima de medo que persiste de décadas de regras autoritários coloniais e pós-coloniais. Entretanto, a violência em geral tem um efeito negativo na participação eleitoral. Embora a violência eleitoral é utilizada para mobilizar os eleitores que participam nas eleições, esta negligência não é propícia para consolidação da democracia.

O acesso à comunicação social também é outro preditor crucial na participação eleitoral no contexto africano. Bratton, Mattes e Gyimah-Boadi (2005) demonstraram que a exposição mediática tem um impacto considerável no comportamento de votação, dir-se-ia que os cidadãos que muitas vezes acedem aos meios de comunicação social estarão mais envolvidos na participação eleitoral do que outros. A exposição às mídias também tem um efeito significativo e positivo na participação eleitoral no contexto africano, pois indivíduos com acesso regular a rádios serão mais

²¹ Bratton (2008); Burchard (2015), utilizaram uma abordagem sistémica para analisar o efeito da violência eleitoral, na qual constataram que a violência tende afastar os africanos da participação eleitoral.

conhecedores das campanhas eleitorais, o que os tornará mais informados sobre o tempo e a logística da eleição assim como onde e quando votar. No contexto africano, o número de rádios está altamente correlacionado com os diferentes indicadores de desenvolvimento econômico, como o PIB *per capita* (KUENZI; LAMBRIGHT, 2007). Importa frisar que as autoras substituíram a taxa de alfabetização por número de rádios que os indivíduos possuem.

3.5 Síntese

Os achados centrais da literatura sobre a votação no contexto africano por meio de análise contextual evidenciam a importância das instituições políticas na formação do comportamento eleitoral na África. Assim, a participação eleitoral é sistematicamente maior quando as eleições são realizadas em simultâneas, sobre fórmula proporcional.

Não obstante aos fatores institucionais, fatores socioeconômicas e políticas também influencia na participação eleitoral no contextos africano, os estudos demonstraram o PIB *per capita* e a idade da democracia tem um impacto no engajamento do eleitor africano no dia das eleições, em relação ao PIB *per capita* é esperado que o crescimento desse indicador económico tenha um efeito positivo sobre a participação, enquanto a idade da democracia, os estudos demonstraram que quanto aumenta a idade do regime democrático, a participação tende a reduzir.

Em relação aos achados sobre a votação no contexto africano por meio de análises individuais, os achados da literatura demonstraram que as decisões dos cidadãos africanos são influenciadas na maioria das vezes por fatores que também tem influenciados eleitores de outra parte do mundo. Assim, como em outras regiões do mundo, as decisões dos eleitores africanos são afetadas pelos custos e benefícios associados ao voto.

Devido à baixa informação, neopatrimonialismo, os partidos políticos desempenham um papel crucial no engajamento de quem vota. Outra variável crucial apontada como influenciadora na probabilidade do eleitor se fazer as urnas no dia das eleições na África é a adesão a associações voluntárias. Alguns fatores atitudinais, como adesão política, interesse pela política, apoio a democracia, confiança nas instituições políticas, eficácia política, violência eleitoral, percepções sobre a

economia e avaliação de desempenho governamental, influenciam na participação eleitoral na África.

Por outro lado, a varável do modelo de votação da SES, a educação que tem se mostrado como um preditor consistente na participação eleitoral, se mostrou relevante no contexto africano. A idade e o acesso à informação, se mostraram relevante na literatura sobre a participação eleitoral no contexto africano.

Outro fator que se mostrou relevante é o local de residência, entretanto no contexto africano parece funcionar de forma oposta ao esperado, baseado na teoria da modernização, isto é residir no rural no contexto africano impacta na participação eleitoral do que residir no urbano.

A figura abaixo apresenta as variáveis levantadas na literatura sobre a participação eleitoral no contexto africano.

Quadro 3.9: Síntese das variáveis da participação eleitoral na África

Nível	Variáveis
Contextual	Representação proporcional, fórmula eleitoral, eleições simultâneas, bicameralismo, idade da democracia, PIB <i>per capita</i> .
Individual	Adesão à associação comunitária ou voluntária, Idade, local de residência (rural ou urbano), apoio à democracia, confiança nas instituições políticas, eficácia política, partidos políticos, identificação partidária, sexo, renda, violência eleitoral, exposição às mídias, escolaridade.

Fonte: Compilação da literatura elaborada pelo autor da tese

4 Desenho da pesquisa

Até então, além do panorama da África, foco da tese, foi apresentada a estrutura teórica que embasa o estudo, demonstrando que fatores, tais como: recurso, disposição psicológicas, redes de mobilização, desenho institucional, a conjuntura política e fatores econômicos têm influenciado na participação eleitoral. Não obstante, de acordo com Baquero (2010), para o desenvolvimento de uma pesquisa isso não é suficiente, sendo necessário a interação entre a teoria e o método, visto que os fatos precisam ser organizados e submetidos a um teste de validade.

Nessa perspectiva, passa-se à descrição da metodologia que será utilizada na sistematização das informações, com vista a entender melhor quais são os condicionantes da participação eleitoral nos países africanos. O capítulo inicia pela apresentação da técnica estatística de análise que será empregada, o modelo de regressão logística multinível. Em seguida, destaca como foram construídas as bases de dados de nível micro (indivíduo) e de nível macro (contexto), ou seja, apresenta as informações a respeito da base empírica selecionada para os dois níveis de análise.

4.1 Regressão logística multinível

Os modelos estatísticos permitem analisar o padrão de associação e interação entre uma variável de interesse e um conjunto de variáveis explicativas. Nesse sentido, a escolha do modelo adequado para análise é um fator crucial. Para esse estudo, será utilizada a modelagem multinível. Ela representa um dos métodos de análises quantitativas mais interessantes desenvolvidos nos últimos tempos, representa uma extensão do modelo tradicional de regressão (linear e logístico) e sua lógica de análise é similar (MAIA *et al.*, 2003; CRUZ, 2010). Esse tipo de modelagem envolve dois níveis, porém, permite a inserção de um terceiro nível, sempre que forem obedecidas as exigências mínimas, intrínsecas ao modelo.

De acordo com Hox (2010), o objetivo da análise multinível é determinar o efeito direto das variáveis explicativas dos níveis micro e macro, e identificar se as variáveis explicativas do nível macro servem como moderadores das relações em nível micro. Essa técnica se aplica a estruturas de dados hierárquicos, utilizada para examinar as relações entre variáveis de níveis distintos, permitindo investigar relações que

envolvem o indivíduo e o contexto no qual estão inseridos, pois entende que os indivíduos interagem e são influenciados por esse contexto.

A modelagem multinível rompeu com a oposição macro/micro, indivíduo/contexto, possibilitando que um único fenômeno social fosse analisado, tomando em conta a interação dos dois níveis, tendo o indivíduo como referência e levando em conta o contexto onde se encontra inserido (CRUZ, 2010). Por meio da correlação intraclasse de fatores homogêneos do macro e fatores heterogênicos do micro são captadas as relações diretas existentes entres esses contextos e o fenômeno em análise. Essa interação entre os níveis possibilita a correção dos erros padrão, fazendo com que o pesquisador não caia na chamada falácia ecológica, na qual se atribuem incorretamente as características do contexto aos indivíduos (GOLDSTEIN, 2003). Por outro lado, evita com que se caia na chamada falácia atomística, na qual se produzem conclusões sobre o contexto a partir do indivíduo (HOX, 1998).

A técnica multinível leva em consideração múltiplos níveis na sua análise em simultâneo, tornando mais precisos os erros padrão, intervalos de confiança e testes de hipóteses (MURILLO TORRECILLA, 2008). Essa melhor precisão ocorre devido à decomposição da variância dos erros nos diversos níveis, assim como a existência de correlação intraclasse, o que torna as estimativas mais conservadoras (FERRÃO; BELTRÃO; SANTOS, 2002).

Para além de tornar as estimativas mais conservadoras, a modelagem neutraliza os efeitos de cada um dos níveis se eles fossem analisados de forma isolada. E, dessa forma, apresenta efeitos mais próximos aos reais (CRUZ, 2010). A análise multinível permite que sejam observados os efeitos dentro de determinado grupo (ou *cluster*) e entre os diferentes grupos (HOX, 2010; SOMMET; MORSELLI, 2017).

Como frisado acima, é necessário que haja interação entre a teoria e o método. Olhando para o problema de pesquisa, que é saber quais os condicionantes da participação eleitoral nos países africanos, o modelo multinível se mostra adequado, pois problema dessa natureza precisa ser explicado levando em conta o contexto onde os indivíduos se encontram inseridos. Assim, ele permite verificar a existência ou não de interação entre as variáveis explicativas de diferentes níveis.

A utilização da regressão logística multinível nesta tese se justifica pelo fato de que, ao estudar a participação eleitoral, é necessário ter em conta a possibilidade de

se deparar com respondentes muito similares entre si, visto que indivíduos de mesmo grupo tendem a ter características iguais devido ao ambiente na qual estão inseridos. Em outros termos: há uma maior probabilidade dos indivíduos que estão inseridos no mesmo ambiente se comportem da mesma forma do que os indivíduos pertencentes a grupos diferentes. A existência de similaridade entre os respondentes dentro do mesmo grupo faz com que não haja independência entre os indivíduos. Assim sendo, a utilização do modelo multinível permite lidar com essa peculiaridade.

O modelo é construído de forma que a variável resposta esteja no nível mais baixo, assumindo-se, assim, que a variável resposta medida no primeiro nível possui variáveis explicativas em todos os níveis. A estrutura hierárquica dá-se da seguinte maneira: nível macro (País ou Contexto) e nível micro (Indivíduo).

O modelo multinível estabelece um conjunto de exigências para sua aplicabilidade, sendo a mais basilar de todas a presença de uma variável critério, oriunda do nível micro. A primeira exigência consiste na existência de níveis hierárquicos que apresentam relação de inclusão entre eles, a qual deve ser bem descrita e apresentada com vista a estabelecer os segmentos entre os dois níveis. Em seguida, é necessário estabelecer quais variáveis de cada nível serão investigadas e como se encontram organizadas dentro da estrutura, sendo que as escolhas das variáveis devem possuir evidências teóricas e empíricas, contidas em todos os níveis do modelo. Isso evita com que sejam inseridas no modelo variáveis espúrias, que, por uma ou outra razão, apresentam efeitos na variável critério. A terceira exigência consiste na especificação das variáveis preditoras de cada nível e a sua relação ou efeito que ela desempenha sobre a variável critério. A quarta exigência é o estabelecimento de interação entre as variáveis de diferentes níveis e seu efeito conjunto sobre a variável critério, esse tipo de combinação é conhecido por interação *Cross-Level*, e traduz a presença de uma variável com efeito moderador esperado. Por fim, deve-se respeitar a regra da parcimônia, a simplificação dos modelos tornando-os mais enxutos, optando por modelos que conjuguem um número razoável de variáveis e que permitam obter um maior grau de explicabilidade da variável critério (PUENTE PALACIOS; LAROS, 2009).

Na modelação multinível, o número de aglomerados é mais importante do que o número de observações por agrupamento (SWAMINATHAN; ROGERS; SEN, 2011). Em modelação linear multinível, estudos de simulação mostram que 50 ou mais unidades de nível 2 são necessárias para estimar erros-padrão (MAAS; HOX, 2005).

Não obstante, em vários modelos de modelagem logística multinível, Schoeneberger (2016) mostrou que um mínimo de 50 unidades de nível 1 e 40 unidades de nível 2 são necessários para estimar com precisão os pequenos efeitos fixos (ficados em $OR = 1.70$) quando a variância de intercepção é pequena (fixadas em $\text{var}(u_{0j}) \approx 0.1$), enquanto 100 unidades de nível 1 e 80 unidades de nível 2 são necessários ao estimar efeitos de interação a vários níveis e/ou quando a variância de intercepção é grande (fixada em $\text{var}(u_{0j}) \approx 0.5$).

O tamanho insuficiente da amostra reduz obviamente a estatística (a probabilidade de “detectar” um verdadeiro efeito), além disso, a dimensão insuficiente de amostra no nível 2 aumenta as taxas de erro de tipo 1 relativas ao efeito fixo de nível 2 (o risco de “detectar” um efeito falso). Para detectar mais precisamente o enviesamento nos coeficientes de regressão e erros padrão devido ao tamanho da amostra em ambos os níveis, é necessário considerar fazer um estudo Monte Carlo (MUTHÈN; MUTHÈN, 2002).

Ter dois níveis tem duas implicações. Primeiro, o (*log-*) probabilidade de que a variável de resultado seja igual a um em vez de zero será permitido variar entre agrupamentos. Especificamente, se irá diferenciar entre os *log-odds* médios que a variável de resultado é igual a uma amostra global (mais tarde referido como intercepção fixa) e a variação de este *log-odds* de um aglomerado específico para outro (mais tarde referida como variância de intercepção aleatória).

Em segundo lugar, o efeito de uma variável de nível inferior sobre o (*log-*) probabilidade de que a variável de um resultado seja igual a um em vez de zero também será permitido variar entre agrupamentos. Especificamente se irá diferenciar entre o efeito médio da variável de nível inferior na amostra global (mais tarde referida como inclinação fixa) e a variação deste efeito a partir de um aglomerado específico para outro (mais tarde referido como inclinação aleatória da variância).

O *log-odds* da variável de resultado igual a um em vez de zero é permitida variar de um agrupamento para outro. Este modelo visa estimar os *log-odds* de participar nas eleições africana, embora não inclua quaisquer preditores. A equação deste modelo da regressão logística multinível vazio é mostrada abaixo (Eq: 1)

$$\text{Logit (odds)} = B_{\infty} + u_{0j}$$

Logit (odds) é o *log-odds* que o resultado variável é igual a um em vez de zero (ou a chance de um cidadão i de um país j participar nas últimas eleições), e B_{∞} é a intercepção fixa, enquanto u_{0j} é o desvio do intercepto específico do cluster em relação ao fixo interceptar (ou o nível 2 residual).

Em primeiro lugar, deve-se recordar que não se está a tentar prever a *log-odds* de participarem nas eleições para um simples cidadão i ; está-se a tentar prever tais *log-odds* para um cidadão i em um país j . Em segundo lugar, está-se agora a estimar dois tipos de parâmetros relativo à intercepção: a intercepção fixa e a variância de intercepção aleatória. A intercepção fixa e B_{00} é um termo constante geral. Uma vez que aqui não há preditores, a intercepção e B_{∞} corresponde os *log-odds* gerais de votar nas eleições africanas (em vez de não votar) para cada cidadão pertencente a um país específico. Ainda, é preciso ter em mente que ainda se estima os *log-odds* (ou *logit* das probabilidades).

Como já foi referido, os *log-odds* podem variar de um agrupamento para outro. Ou seja, a intercepção não é a mesma em todos agrupamentos. O u_{0j} residual de nível 2 irá fornecer informação sobre a extensão da variação da intercepção. Uma vez que aqui não há preditores, o nível 2 u_{0j} residual corresponde ao desvio do específico *log-odds* de participar nas eleições em um determinado país dos *log-odds* gerais de participar nas eleições em todos países africanos em análise (a média destes desvios é assumida a ser zero). A componente de variância de um tal desvio é a variância de intercepção aleatória $\text{var}(u_{0j})$. Este é o elemento chave: quanto maior for a variação da intercepção aleatória, a maior variação dos *log-odds* de participar nas eleições de um agrupamento para outro; isto indica que os cidadãos tem mais hipótese de participar nas eleições em alguns países do em outros.

O efeito de uma variável de nível inferior pode variar de um *cluster* para outro. Deve-se distinguir entre variáveis de nível 1 (x_{ij}), e variáveis de nível 2 (x_j). Por um lado, as variáveis de nível 1 são características de observação do nível inferior (ex: idade do eleitor). O valor de uma variável de nível de nível 1 pode mudar dentro de um determinado grupo (podem existir eleitores de diferentes idades dentro do país). Por outro lado, as variáveis de nível 2 não podem mudar dentro de grupos (o tamanho da população é igual para todos os cidadãos dentro de um país).

Pode-se compreender que o efeito de uma variável de nível, 1 mas não a de uma variável de nível 2 pode variar de um aglomerado para outro. Por exemplo, o efeito do interesse por política sobre alguma variável de resultado pode ser positiva

em algum país e negativo em outros. Isto também significa que o efeito médio poderia ser estatisticamente não significativo porque é positivo em metade dos países e negativo em outra metade. Deste modo, considerar apenas o efeito fixo na presença das diferenças entre os países pode conduzir erradamente a uma conclusão que o efeito é insignificante, quando na realidade o efeito é positivo (ou mais forte) em alguns aglomerados e negativo (ou mais fraco) em outros. Este modelo tem como objetivo estimar a chance de o eleitor participar nas eleições usando *Grade Point Average* (GPA) como o único preditor. Esta equação de regressão logística multinível é apresentada abaixo (Eq.2):

$$\text{Logit (odds)} = B_{\infty} + (B_{10} + U_{1j}) * X_{ij} + U_{0j}$$

X_{ij} é o valor observado da variável preditora para um cidadão i num país (o seu GPA); B_{10} é a inclinação fixa, enquanto U_{1j} é o desvio da inclinação específica do aglomerado a partir da inclinação fixa (ou seja, o termo residual associado a variável do nível 1).

A inclinação fixa B_{10} é o efeito geral da variável do nível 1 X_{ij} . A interpretação é semelhante ao caso de uma variável de análise de regressão logística de nível único: um aumento no GPA resulta numa mudança de B_{10} no *log-odds* global de participar nas eleições para um cidadão pertencente a um país específico. Mas uma vez, a fim de interpretar B_{10} , eleva-lo ao expoente para obter o *odds ratio*.

Tal como para intercepção, este efeito pode variar de um agrupamento para outro. O termo residual associado com o preditor de nível 1 U_{1j} fornecerá informações sobre a extensão da variação do efeito. Especificamente, este residual U_{1j} corresponde ao desvio dos efeitos específicos de variável de nível 1 X_{ij} em um determinado país do conjunto efeito da variável de nível 1 X_{ij} em todos os países (a média destes desvios é assumido como sendo zero). A componente da variância de tal desvio é a variância de inclinação aleatória $\text{var}(u_{1j})$. Este é elemento primordial aqui: a mais alta variação da inclinação aleatória, quanto maior for a variação do efeito GPA de um agrupamento para outro. Nota-se que uma variação de inclinação aleatória não significativa, significaria que a variação do efeito do GPA é muito próxima de zero e que B_{10} é praticamente o mesmo em todos os países¹.

¹ Para mais detalhes sobre a regressão multinível ver: Heck; Thomas; Tabata (2013); Snijders; Bosker (2004).

Optou-se por construir o modelo da tese com a regressão logística multinível, utilizado quando se pretende explicar uma variável categoria, binária, em função de variáveis explicativas qualitativas e quantitativas (ROCHA, 2014). Esse tipo de regressão permite estimar as probabilidades de ocorrência de um determinado evento, levando em consideração a dependência dos dados. Ele permite estimar, não o valor correto, mas a probabilidade de um indivíduo participar nas eleições. Com base nas variáveis do nível individual e de contextual e a interação entre ambos (SOMMET; MORSELLI, 2017).

A modelagem multinível, se utilizada corretamente, permite obter melhores estimativas dos coeficientes de regressão e da sua variação, e possibilita a modelação da estrutura da variância dos dados em função das variáveis explicativas, o que viabiliza analisar os dados nos quais a variância não é homogênea. Ela também explora com maior detalhe o comportamento da variância, a existência de variáveis correlacionadas, características comuns dentro de cada nível, dissimilaridades entre níveis, aninhamento² entre níveis (CRUZ, 2010).

Dentre os diversos software disponíveis para análise de regressão logística multinível, optou-se por construir os modelos utilizando o ambiente de programação R, pois possibilita análises de valores preditos e gráficos de interações *cross-level*.

4.2 Da definição dos casos à construção das bases de dados

Esta subseção é reservada para o detalhamento dos procedimentos que levaram às escolhas dos casos e à construção da base de dados que serão utilizados na análise empírica.

O estudo apresenta duas bases de dados para cada nível de análise (micro e macro). Cada base de dados foi construída de forma distinta, sendo a base micro a fundamental por determinar quais países estão presentes na base de nível macro.

Os dados de nível individual para a análise empírica foram extraídos do *Afrobarometer*, que é uma empresa conjunta do Centro para o Desenvolvimento Democrático (CDD-Gana), do Instituto para a Democracia na África do Sul (IDASA) e do Instituto de Investigação Empírica em Economia Política (IREEP - Benin). A Universidade Estadual de Michigan e a Universidade da Cidade do Cabo prestam

² Na linguagem computacional, o aninhamento é onde as informações são organizadas em camadas.

serviços de apoio técnico e consultivo. O trabalho de campo, lançamento de dados, a análise preliminar e a divulgação dos resultados da pesquisa são conduzidas por organizações nacionais em cada país africano. As entrevistas são conduzidas presencialmente na linguagem de escolha do entrevistado³.

O *Afrobarometer* busca com regularidade inquirir os indivíduos africanos em relação às questões sobre a democracia, governança e sociedade, com um núcleo de questionário comum e módulos específicos para cada país, desenvolvido em diversos idiomas locais e nacional de cada país africano.

Os *surveys* do *Afrobarometer* apresentam uma padronização dos designs e métodos, com amostras revisadas por pares e parcerias com empresas e pesquisadores conceituados no continente africano e dos Estados Unidos. O *Afrobarometer* utiliza uma metodologia rigorosa, visando garantir altos padrões de qualidade dos seus dados: os questionários aplicados são pré-testados, no intuito de evitar os erros de coleta; processamento dos dados são utilizados meios eletrônicos e para análise dos dados são utilizados software estatísticos.

Afrobarometer utiliza amostras de probabilidade nacional projetadas, que visam gerar uma maior representatividade de todos os cidadãos em idade de votar nos países africanos, dando, assim, a cada cidadão uma chance igual e conhecida de ser selecionado na entrevista. Para tal, são utilizados métodos de seleção aleatória em cada estágio da amostragem, probabilidade proporcional ao tamanho populacional sempre que possível para garantir que unidades geográficas maiores tenham uma probabilidade proporcional de serem escolhidas na amostra. São excluídas pessoas que vivem em ambientes institucionalizados⁴, assim como aquelas que vivem em áreas consideradas inacessíveis devido a conflitos ou inseguranças⁵.

A amostra agrupada, *cross-country* é igualmente ponderada para padronizar amostras nacionais em $n=1.200$, gerando um tamanho de amostra ponderada de $n=24.000$. Por um lado, uma amostra de $n=1.200$ casos permitem inferências a populações adultas nacionais com margem de erro amostral de no máximo ± 2.8 , com nível de confiança de 95%. Por outro lado, uma amostra de $n= 2.400$ casos, a margem de erro reduz para ± 2.0 , com nível de confiança de 95%.

³ É Para mais detalhes: Afrobarometer (2023a).

⁴ Estudantes em residências universitárias, pacientes em hospitais e pessoas em presídios ou asilos.

⁵ Tal exclusão é observada no relatório de informações técnicas que acompanha cada conjunto de dados.

O desenho da amostra é uma amostra de probabilidade de área agrupada, estratificada e multiestágio. Isto é, a amostra é estratificada de acordo com a principal unidade subnacional de governo (Estado, província, região) e por localização urbana ou rural. Essa estratificação da área reduz a probabilidade de grupos étnicos ou linguísticos distintos sejam deixados de fora da amostra⁶.

O *Afrobarometer* ocasionalmente supera certas populações que são politicamente significativas dentro de um país para garantir que o tamanho da sub-amostra seja maior que o suficiente para análise. Assim, a base de dados micro utilizada é uma compilação de rodadas realizadas de 2005 a 2018 e disponibilizada pelo site (AFROBAROMETER, 2023b). As respectivas amostras nacionais são apresentadas abaixo.

⁶ Mais detalhes sobre a metodologia de pesquisa estão disponíveis em: Afrobarometer (2023b).

Quadro 4.1: Tamanho da amostra do *Afrobarometer* por país (2005-2018)

País Round	Tamanho da Amostra				
	Round 3	Round 4	Round 5	Round 6	Round 7
África do Sul	2.400	----	2.399	2.390	----
Argélia	----	----	1.204	1.200	
Benin	1.198	1.200	1.200	----	1.200
Botsuana	1.200	----	1.200	1.200	----
Burkina Faso	----	1.200	1.200	1.200	----
Burundi	----	----	1.200	----	----
Cabo Verde	----	1.264	1.200	----	1.200
Camarões	----	----	1.200	----	1.204
Costa do Marfim	----	----	1.200	----	1.200
Egito	----	----	1.190	1.198	----
Gabão	----	----	----	1.198	1.199
Gâmbia	----	----	----	----	1.200
Gana	1.197	1.200	2.400	----	2.400
Guiné	----	----	1.200	1.200	----
Ilhas Maurício	----	----	1.200	1.200	
Lesoto	----	1.200	1.197	----	1.200
Libéria	----	1.200	1.199	----	1.200
Madagascar	1.350	1.350	1.200	----	1.200
Malawi	1.200	----	2.407	2.400	----
Mali	----	1.232	1.200	----	----
Marrocos	----	----	1.196	----	1.200
Moçambique	1.198	----	2.400	2.400	----
Namíbia	1.200	----	1.200	1.200	----
Níger	----	----	1.199	----	1.200
Nigéria	----	2.324	2.400	----	1.600
Quênia	----	1.104	----	2.397	----
São Tomé e Príncipe	----	----	----	1.196	1.200
Senegal	----	1.200	1.200	----	----
Serra Leoa	----	----	1.190	----	1.200
Sudão	----	----	1.199	1.200	----
Tanzânia	1.304	----	2.400	----	2.400
Togo	----	----	1.200	1.200	----
Tunísia	----	----	1.200	1.200	----
Uganda	----	2.431	2.400	----	1.200
Zâmbia	----	1.200	1.200	1.199	1.200
Zimbábue	1.048	1.200	----	2.400	----

Fonte: Afrobarometer (2023b). Elaborado pelo autor da tese

Nota: os espaços em tracejados são referentes as rodadas que não serão utilizadas na análise para cada país.

Para algumas pesquisas nacionais, os dados são ponderados⁷ para corrigir para uma maior ou menor amostragem ou para tamanho domiciliar. “*Withinwt*” deve ser ligado para todas as estatísticas descritivas nacionais em países que contenham essa variável de ponderação. Para conjunto de dados mesclados, “*Combinwt*” deve ser ligado para comparações internacionais de estatísticas descritivas.

Na análise multinível, o tamanho da amostra é uma das principais indicações da qualidade da pesquisa. De acordo com Sommet e Morselli (2017), em análise multinível, o número de *cluster* do nível macro é de extrema relevância que o número de observações por *clusters* do nível micro, pois o tamanho da amostra insuficiente reduz o poder estatístico e a probabilidade de se detectar um efeito verdadeiro. Observa-se na tabela acima que o número de nível micro tem um *N* adequado, e é preciso que o isso se repita no nível macro.

Sendo os *surveys* do *Afrobarometer* a principal base de dados do nível primário, fez-se a primeira definição acerca dos países a serem analisados com base naqueles que constam nas rodadas do *Afrobarometer*⁸, e, em seguida, os que são presidencialistas, semipresidencialista e parlamentaristas, excluindo assim os que não compreendem nenhuma dessas possibilidades⁹. A grande vantagem dos *surveys* do *Afrobarometer* para compreender as tendências da opinião pública no continente africano é a sua maior comparabilidade. As mesmas questões são replicadas em diversos países, o que facilita uma análise comparativa.

Usam-se dados das rodadas 3 a 7 para examinar a participação eleitoral, servindo-se de dados individuais de 36 países africanos. A adoção desses dados se dá porque a variável votação não foi incluída no conjunto dos dados da rodada 2. Além disso, a rodada 1 é substancialmente diferente das subsequentes e a formulação das perguntas difere. Devido às diferenças em algumas medidas entre as rodadas de pesquisa, seria muito difícil agrupar os dados, mesmo simplesmente por país. Por fim, excluiu-se a rodada 8 por não constar uma variável relevante para a pesquisa¹⁰.

Assim, as rodadas 3, 4, 5, 6 e 7, fornecem os melhores dados para explorar a correlação da participação eleitoral na África. A rodada 3 foi realizada entre 2005 a

⁷ A variável de ponderação padroniza cada amostra nacional como se fosse igual em tamanho.

⁸ Em relação aos países que não apresentam *surveys* no *Afrobarometer* foram excluídos 15 (República Centro-Africana; Chade; Comores; República Democrática do Congo; República do Congo; Djibouti; Guiné Equatorial; Eritrea; Guiné-Bissau; Líbia; Mauritânia; Ruanda; Seychelles; Somália; Sudão do Sul).

⁹ Eswatini (Monarquia Absoluta) e Líbia (regime em transição).

¹⁰ Adesão às associações voluntárias.

2007; a rodada 4 entre 2008 a 2010; a rodada 6 entre 2014 a 2015 e, por fim, a rodada 7 foi realizada de 2016 a 2018.

Dos 39 países pesquisados pelo *Afrobarometer*, foram excluídos três da análise: (1) Etiópia, por recomendação dos pesquisadores, que aconselham analisar o conjunto de dados desse país apenas em um ambiente autônomo ou limitar sua análise comparativa a itens que não estão focados na democracia¹¹; (2) Eswatini, que já havia sido excluído por ser uma monarquia absoluta; (3) Angola, por apenas constar na pesquisa da rodada 8.

Devido à existência de rodadas que fazem menção a mesma eleição, observou-se o critério da proximidade entre a rodada e a eleição de referência, excluindo as restantes. Um exemplo hipotético para compreender esse procedimento de exclusão das rodadas é o caso do Zimbábue. As rodadas 6 e 7 fazem menção à eleição de 2013, e as rodadas 4 e 5 fazem menção à de 2008. Deixou-se a rodada mais próxima à eleição de referência, neste caso: para eleição de 2013, a rodada 6 e para eleição de 2008, a rodada 4. Esse procedimento foi feito para todos os países em análise¹².

Após todas as exclusões, o número de casos para os 36 países é de 130.161, referentes a 91 eleições, conforme a descrição no Quadro abaixo.

¹¹ Para mais detalhes, ver: Mattes; Teka (2016).

¹² Para realização do procedimento foram consultados todos os questionários e livros de codificação dos surveys, disponíveis em: *Afrobarometer* (2023b).

Quadro 4.2: Eleição de referência e rodada do *Afrobarometer* por país

País	Eleições de referência	Rodada
África do Sul	2004, 2009, 2014	2004, 2011, 2015
Argélia	2009, 2014	2013, 2015
Benin	2001, 2006, 2011, 2016	2005, 2008, 2011, 2017
Botsuana	2004.2009.2014	2005, 2012, 2014
Burkina Faso	2005, 2010, 2015	2008, 2012, 2015
Burundi	2010	2012
Cabo Verde	2006, 2011, 2016	2008, 2011, 2017
Camarões	2011, 2018	2013, 2018
Costa do Marfim	2010, 2015	2013, 2017
Egito	2012, 2014	2013, 2015
Gabão	2009, 2016	2015, 2017
Gâmbia	2016	2018
Gana	2004, 2008, 2012, 2016	2005, 2008, 2012, 2017
Guiné	2010, 2015	2013, 2015
Ilhas Maurício	2010, 2014	2012, 2014
Lesoto	2007, 2012, 2017	2008, 2012, 2017
Libéria	2005, 2011, 2017	2008, 2012, 2018
Madagascar	2001, 2006, 2013, 2018	2005, 2008, 2013, 2018
Malawi	2004, 2009, 2014	2005, 2012, 2014
Mali	2007, 2013	2008, 2013
Marrocos	2011, 2016	2013, 2018
Moçambique	2004, 2009, 2014	2005, 2012, 2015
Namíbia	2004, 2009, 2014	2005, 2012, 2014
Níger	2011, 2016	2013, 2018
Nigéria	2007, 2011, 2015	2008, 2012, 2017
Quênia	2007, 2013	2008, 2014
São Tomé e Príncipe	2011, 2016	2015, 2018
Senegal	2007, 2012	2008, 2013
Serra Leoa	2012, 2018	2012, 2018
Sudão	2010, 2015	2013, 2015
Tanzânia	2005, 2010, 2015	2005, 2012, 2017
Togo	2010, 2015	2012, 2015
Tunísia	2011, 2014	2013, 2015
Uganda	2006, 2011, 2016	2008, 2012, 2017
Zâmbia	2008, 2011, 2015, 2016	2009, 2013, 2015, 2018
Zimbábue	2002, 2008, 2013	2005, 2009, 2014

Fonte: Afrobarometer (2023b). Elaborado pelo autor da tese

Nota: Optou-se por trabalhar com eleições de primeiro turno para todos sistemas de governo.

Apresentada a forma como foi construído o banco de nível individual e justificado seu uso e escolha, indicam-se agora as fontes de dados do nível macro.

A base de dados de nível macro foi construída com base em diversas fontes. Os resultados eleitorais que permitiram observar a existência ou não de reeleição e de eleições simultâneas foram coletados juntos a *Electoral Institute for Sustainable Democracy in Africa* (EISA, 2023) e *African Elections Database* (2023). Os dados referentes ao PIB *per capita*, % da população urbana e efetividade governamental foram coletados juntos a World Bank (2023). Em relação aos sistemas de governo, os dados foram coletados juntos ao *World Factbook* (CIA, 2023). Os dados referentes às regras eleitorais, foram coletados no *Internacional Institute for Democracy and Electoral Assistance* (IDEA, 2023). Por fim, essa compilação de dados será utilizada para rodar os modelos multiníveis.

4.3 Hipóteses: fundamentação e operacionalização das variáveis

Nesta seção será apresentado um conjunto de variáveis que permitirá mensurar as hipóteses. A inclusão das variáveis obedece aos argumentos teóricos apresentados anteriormente e às possibilidades analíticas fornecidas pelo banco de dados. Em seguida, será indicada a sua operacionalização, o que permitirá realizar os respectivos testes e chegar a algumas conclusões sobre a relação entre as variáveis independentes e a variável critério levantada na pesquisa. Assim, será adota a seguinte estrutura: primeiro será apresentada a fundamentação, em seguida a operacionalização metodológica da variável.

4.3.1 Variáveis da dimensão de recursos e capacidade

A dimensão dos recursos permite captar a capacidade de voto dos cidadãos. Essa capacidade é determinada pela quantidade de recursos disponíveis para os potenciais eleitores. Os principais determinantes da capacidade individual do voto são os atributos socioeconômicos, tais como renda e educação.

4.3.1.1 Renda

A renda do eleitor faz parte do conjunto de recursos individuais que permitem a minimização dos custos relacionados à participação eleitoral. Porém, essa relação

não é linear, como apontam: Lipset e Rokkan (1967); Verba, Schlozman e Brady (1995); Carreras e Castañeda-Angarita (2014); Geys (2006b).

A votação exige menos tempo e dinheiro em relação a outras atividades políticas, entretanto os indivíduos necessitam um mínimo de habilidade cívicas e de recursos para entender o que está em jogo e para ganhar interesse no resultado da eleição. Desta forma, quando os fatores tempo e dinheiro são acoplados às habilidades cívicas, os cidadãos se tornam não apenas mais propensos a participar, mas também a serem eficazes quando o fazem (SCHLOZMAN; BRADY; VERBA, 2018).

De acordo com Galbraith e Hale, (2008), a diferença na renda pode significar diferença na participação política dos indivíduos, neste caso, eleitoral. Estar engajado na política requer recursos como “[...] tempo para participar, dinheiro para contribuir com campanhas e outras causas políticas, e habilidades para usar tempo e dinheiro efetivamente” (VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995, p. 16 [tradução do autor da tese]).

Espera-se que os indivíduos tomem a decisão sobre o engajamento na política assim como tomam decisões para consumir qualquer outro bem, ou seja, eles buscam fazer na medida em que estavam dispostos a arcar com os custos. Como consequência, buscam fazer mais à medida que sua renda aumenta (ANSOLABEHERE; FIGUEIREDO; SNYDER JUNIOR, 2003).

O nível de renda não está diretamente associado à participação eleitoral, pois a votação exige recursos monetários mínimos. Mesmo que o deslocamento às seções de votação exija que o cidadão tome algum tipo de transporte, essas despesas são mínimas para que possa impossibilitar o eleitor a votar, concretamente quando o seu local de votação não é perto da sua residência. Desde modo, espera-se que haja uma diferença na probabilidade de voto entre os eleitores pobres e os não pobres. Entretanto, não se espera uma relação linear entre a renda e a participação eleitoral.

H1: Apesar da renda não ter uma relação linear com a participação eleitoral, eleitores pobres ou de renda baixa são menos propensos a participarem nas eleições.

Para captar a renda dos eleitores no continente africano, utiliza-se a pergunta sobre “acesso aos alimentos”: “*Over the past year, how often, if ever, have you or*

*anyone in your family: Gone without enough food to eat?”*¹³. O ideal seria usar a renda ou uma escala de renda, mas, na ausência de variáveis objetivas sobre a renda, está se valendo dessa *proxy*.

Essa variável foi recodificada para que os valores altos correspondem à presença frequente de alimentos. Assim, a variável final resultou em um escalonamento, na qual: 4 (quatro) são os indivíduos que responderam que a sua família “sempre tem alimentos”, enquanto os que relataram que “nunca tem alimentos” receberam a pontuação 0 (zero).

4.3.1.2 Escolaridade

A educação possibilita o desenvolvimento das habilidades relevantes para a política, como a capacidade de ler e escrever, o conhecimento de como se comportar em ambientes organizacionais, assim como transmite um conjunto de informações sobre o governo e a política, incentiva atitudes de responsabilidade cívica que predispoem o cidadão ao envolvimento político (SCHLOZMAN; BRADY; VERBA, 2018). A educação sob ponto de vista individual fornece as habilidades intelectuais e cognitivas que reduzem os custos de participação (DOWNS, 1957).

As diferenças no grau de instrução dos indivíduos também diferem no engajamento político. Quanto maior o nível de escolaridade, maior a capacidade de compreensão das fontes de informações políticas, por sua vez, a visão sobre a política é mais específica. O indivíduo com alto grau de escolaridade difere dos outros, não apenas no que diz respeito aos fatos sobre a política que tem a seu comando, mas também no uso sofisticado dos termos e conceitos dentro do campo político (CAMPBELL *et al.*, 1960).

A educação é um determinante clássico e poderoso da participação eleitoral. Os cidadãos com alto grau de instrução educacional são mais propensos a votar do que os com baixo grau de instrução educacional (MILLER; SHANKS, 1996; LYONS; ALEXANDER, 2000; BLAIS; GIDENGIL; NEVITTE, 2004).

H2: *Os indivíduos mais educados são mais propensos a compreender as questões em jogo nas eleições e se tornar politicamente interessados. Desta forma, a expectativa é encontrar maior probabilidade de participação eleitoral entre os eleitores com alto grau de instrução.*

¹³ “Durante o ano que passou, quantas vezes, se é que alguma vez, você ou alguma pessoa da sua família ficou sem o seguinte: Alimentos suficientes para comer?” [tradução do autor da tese].

O nível de escolaridade foi medido por meio de uma pergunta de pesquisa feita aos entrevistados sobre o seu nível de escolaridade. Assim, os valores mais elevados correspondem aos níveis mais elevados de escolaridade. Para construção dessa variável foi utilizada a própria variável bruta disponível no banco de dados do *Afrobarometer* (“*What is your level of education*”)¹⁴, onde a escala de anos varia de 0 (sem escolaridade) a 9 (pós-graduação).

Controle: *Escolaridade como fator que potencializa o efeito da predisposição psicológica e a inserção em redes de mobilização.*

Indivíduos mais educados são propensos a compreender as questões de jogo nas eleições e a se tornar politicamente interessados (VERBA; SCHLOZMAN; BRADY, 1995). De acordo com Campbell *et al.* (1960), quanto maior o nível de escolaridade, maior a capacidade de compreensão das fontes de informação política, por sua vez, a visão sobre a política é mais específica. Para Mueller (2003), o maior grau de instrução torna o indivíduo mais capaz de estabelecer e compreender os debates políticos, estimulando assim o interesse pela política. Campbell *et al.* (1960) observaram que o envolvimento e a eficácia política eram mais elevados na parcela dos indivíduos com altos níveis de escolaridade. Desta forma, espera-se que a educação potencialize o interesse pela política e eficácia política nos cidadãos africanos.

De acordo com Lipset (1959); Verba, Schlozman e Brady (1995), maior nível de instrução permite maior integração social, quer em termos de prestígio social, quer de maior propensão ao associativismo para defesa dos interesses coletivos. Segundo Schlozman, Brady e Verba (2018), a educação afeta a atividade indiretamente: aqueles que têm altos níveis de escolaridade são mais propensos a comandar empregos lucrativos e desenvolver habilidades politicamente relevantes no trabalho na igreja e em organizações voluntárias.

Para Kuenzi e Lambright (2010), nos sistemas partidários clientelísticas da África, aqueles que não são tão educados são provavelmente mais propensos a deixar os partidos políticos guiarem seu comportamento do que aqueles com mais educação. Desta forma, espera-se que a escolaridade potencialize as agências mobilizadoras.

¹⁴ “Qual o nível mais alto de educação que completou?” [tradução do autor da tese].

4.3.2 Variáveis da dimensão de disposição psicológicas

As variáveis motivacionais medem o interesse dos indivíduos por questões políticas e a sua capacidade de compreender o que está em jogo no processo eleitoral. Este conjunto de variáveis inclui questões sobre Interesse por política e eficácia política.

4.3.2.1 Interesse por política

O interesse político é definido como o “[...] grau em que a política desperta a curiosidade de um cidadão” (DETH, 1990, p. 278 [tradução do autor da tese]). O interesse por política equivale apenas a um pré-requisito para aprender ou debater qualquer assunto sobre política que possibilita com que os indivíduos possam ter oportunidade de participar em processos democráticos de tomada de decisão (LUPIA; MCCUBBINS, 1998).

De acordo com Schlozman, Brady e Verba (2018), indivíduos que estão interessados em debates políticos, que seguem e se preocupam com quem vence ou perde as eleições são mais ativos politicamente. Assim, de acordo com Campbell, Gurin e Miller (1954); Figueiredo (2008); Carreras e Castañeda-Angarita (2014), a proximidade do eleitor com o mundo político, o interesse por questões que norteiam o debate político, discutindo-as no dia a dia, fazem com que demonstrem um grau elevado de cidadania e, com isso, tornem-se mais propensos a participarem nas eleições.

H3: Indivíduos que estão mais interessados em debates políticos e que têm conhecimento político suficiente para entender o que está em jogo são mais propensos a participar nas eleições.

O interesse por política é um componente central para o eixo da “predisposição psicológica” na Teoria do Voluntarismo Cívico. Porém, devido à ausência da questão original sobre interesse por política nos dados do *Afrobarometer*, decidiu-se considerar “discutir política” como *proxy* para mensurar o interesse por política. Essa questão é utilizada em todas rodadas.

Para mensurar o interesse por política, utilizou-se a pergunta de pesquisa que busca perceber se, em reuniões de amigos ou familiares, os indivíduos discutem

assuntos políticos como *proxy* para captar o interesse por política: “*When you get together with your friends or family, would you say you discuss political matters?*”¹⁵.

Essa variável foi codificada para que os entrevistados que relataram “com frequência” assumam o valor mais alto 2 (dois) e os que responderam “nunca” assumam o valor 0 (zero).

Controle: *Interesse por política como mecanismo que potencializa o efeito da inserção em redes de mobilização.*

O interesse político equivale apenas a um pré-requisito para aprender a debater qualquer assunto sobre a política que possibilita com que os indivíduos possam ter oportunidade de participar em processos democráticos de tomada de decisão (LUPIA; MCCUBBINS, 1998). De acordo com Figueiredo (2008), as atitudes políticas se consolidam por meio da socialização política, tornando-se meio de formação de opiniões, autoavaliação e propensões para a ação frente ao cenário político abrangente, resultando no engajamento no processo de votação.

Assim sendo, considera-se que o envolvimento em associações voluntárias (ou da vida adulta) tem efeito sobre um conjunto de atitudes e orientações que os cidadãos mantêm, por promoverem discussões políticas assim como troca de informações sobre cenários políticos. Espera-se que o interesse por política potencialize o impacto das redes de mobilização.

4.3.2.2 Eficácia política

A eficácia política é considerada um indicador-chave da saúde dos sistemas democráticos, uma vez que tem sido associada ao sentimento de confiança nas autoridades políticas (CRAIG; NIEMI; SILVER, 1990). A legitimidade democrática e a estabilidade dependem do apoio do cidadão ao governo, pois à medida em que os cidadãos se sentem ineficientes, a legitimidade e a estabilidade tendem a decrescer (MILLER, 1974).

Para Schlozman, Brady e Verba (2018), a eficácia política é um preditor importante para a participação eleitoral, pois a percepção que os cidadãos têm de serem capazes de fazer diferença na atividade política. De acordo com os autores, a

¹⁵ “Quando se junta com os amigos ou a família, discutem assuntos políticos?” [tradução do autor da tese].

eficácia política tem sido medida de diversas maneiras diferentes, tais como: atenção que um funcionário do governo tem para com os cidadãos, assim como a influência que o cidadão tem sobre as decisões do governo.

Importante referir que não se trata de uma construção unidimensional, mas sim consiste em duas construções relacionadas, mas distinguíveis. A primeira se refere à eficácia política interna, que representa crenças sobre o impacto que um indivíduo pode ter na política e no processo político como resultado de suas próprias habilidades e confiança. A segunda se refere à eficácia política externa, que é a crença de que o sistema político é receptivo e responsivo aos interesses e às ações dos cidadãos (CRAIG; NIEMI; SILVER, 1990).

Esse trabalho vai se basear em uma das medidas utilizadas por Schlozman, Brady e Verba (2008), que se refere ao sentimento dos funcionários do governo ouvirem os cidadãos. Essa medida é referente à eficácia interna.

H4: Eleitores que nutrem um sentimento de eficácia política em relação à arena política são mais propensos a participar nas eleições.

Devido ao não uso de um conjunto de perguntas de forma consistente em diferentes rodadas de pesquisa do *Afrobarometer*, assim como a não existência de uma *proxy* razoável para mensurar a variável eficácia política, utiliza-se uma pergunta que apresenta certa proximidade, apesar de se referir à avaliação dos entrevistados sobre a abertura do governo, e não da competência dos cidadãos e muito menos da eficácia do entrevistado. Sendo assim, para mensurar a eficácia política, a pesquisa se baseia na seguinte pergunta feita aos entrevistados (“*How much of the time do you think the following try their best to listen to what people like you have to say? [A - Members of Parliament]*”)¹⁶.

Essa pergunta busca mensurar a capacidade dos membros do parlamento ouvirem os cidadãos. A variável final é escalar, onde 0 (zero) são os indivíduos que responderam que “nunca são ouvidos pelos membros do parlamento” e 3 (três) são os indivíduos que responderam que “sempre são ouvidos pelos membros do parlamento”.

¹⁶ “Com que frequência você acha que as seguintes entidades fazem o melhor para ouvir aquilo que o povo tem para lhes dizer? [A- Deputados da Assembleia da República]” [tradução do autor da tese].

4.3.3 Variáveis da dimensão redes de mobilização

Essa dimensão busca avaliar a importância de diferentes redes de mobilização eleitoral. De acordo com Norris (2002), tanto os partidos políticos quanto as organizações voluntárias constituem o que a autora considera “agências mobilizadoras”. Assim, busca-se avaliar até que ponto a adesão a diferentes organizações políticas e sociais molda a propensão dos cidadãos para votar. Mede-se a imersão dos entrevistados em rede de mobilização, tal como associações voluntárias e partidos políticos.

4.3.3.1 Adesão à associação voluntária e a grupos religiosos

De acordo com Kuenzi e Lambright (2010), a adesão associativa ligada ao capital social centra-se na ideia de que quanto mais os indivíduos estão engajados em suas comunidades, maior a probabilidade de votarem. Para Brady, Verba e Schlozman (1995), a participação em organizações voluntárias aumenta as habilidades cívicas dos indivíduos, o que leva as pessoas a terem uma maior propensão a participar politicamente. Além disso, grupos da sociedade civil são frequentemente ligados a partidos políticos, que, por sua vez, ligam os indivíduos à esfera política.

Para Kuenzi e Lambright (2010), a adesão a associações voluntárias aumenta as habilidades cívicas dos cidadãos africanos, o que reduz os custos e aumenta a satisfação ao voto. De acordo com Bratton (1999), a adesão a determinados grupos da sociedade civil no contexto africano tem uma relação positiva com a participação eleitoral. Segundo Erdmann (2007), as ligações entre algumas organizações da sociedade civil e os partidos políticos africanos têm raízes profundas, oriundas dos regimes unipartidários, onde as únicas organizações da sociedade civil sancionadas foram aquelas ligadas ao partido no poder. Mesmo com a transição política, essas ligações ainda permanecem.

H5: A diferença nos níveis de ativismo na sociedade civil afeta a participação eleitoral, independentemente do tipo de organização a que os cidadãos pertencem. Desta forma, a expectativa é encontrar maior probabilidade de participação eleitoral entre os eleitores que fazem parte de associações voluntárias.

O envolvimento em associações é um componente¹⁷ central para o eixo do “recrutamento” na Teoria do Voluntarismo Cívico. Porém, as questões sobre adesão a essas associações nos dados do *Afrobarometer* apresentam uma diferença na rodada 3 em relação às demais rodadas (4, 5, 6 e 7). A rodada 3 apresenta as seguintes questões: “*Member of religious group; Member of trade union or farmers association; Member of professional or business association; e Member of community development association*”¹⁸. E as rodadas 4, 5, 6 e 7, apresentam duas perguntas centrais sobre associações: “*Member of religious group* e “*member of voluntary association or community group*”¹⁹.

Buscando uniformizar o modelo, decidiu-se manter apenas duas (2) variáveis sobre associações voluntárias que estão presentes em todas as rodadas e que serão utilizadas, sendo elas: “membro de grupo religioso” e “membro de associação voluntária ou grupo comunitário”.

Para medir a adesão a associações voluntárias, optou-se por analisar cada associação de forma autônoma:

A variável adesão à uma associação voluntária ou comunitária foi elaborada com base na seguinte pergunta “*Some other voluntary association or community group?*” As respostas foram dadas em uma escala de 0 a 3, onde 0 = não é membro a 3 = dirigente Oficial.

Por sua vez, a variável adesão a grupos religiosos foi elaborada com base na seguinte pergunta “*A religious group that meets outside of regular worship services?*”²⁰. As respostas foram dadas em uma escala de 0 a 3, onde 0 = não é membro e 3 = dirigente oficial.

Espera-se que a diferença nos níveis de ativismo na sociedade civil afete a participação eleitoral, independentemente do tipo de organização que os cidadãos pertencem.

4.3.3.2 Partidos políticos

De acordo com Dalton e Weldon (2007, p. 182)

¹⁷ Alguma outra associação voluntária ou grupo comunitário?” [tradução do autor da tese].

¹⁸ “Membro de grupo religioso; Membro de associação sindical ou agrícola; Membro de associação profissional ou empresarial; e Membro de associação de desenvolvimento comunitário” [tradução do autor da tese].

¹⁹ “Membro de grupo religioso; e Membro de associação voluntária ou grupo comunitário” [tradução do autor da tese].

²⁰ Um grupo religioso que se reúne fora dos cultos regulares?” [tradução do autor da tese].

[...] A proximidade deve ser uma medida ‘mais suave’ do partidarismo, facilitando a expressão de um apego pelos entrevistados; e esses anexos podem estar intimamente ligados às preferências imediatas de voto, uma vez que não há uma referência direta a lealdade de longo prazo. Ainda assim, a questão da afinidade com um partido político, é separada da escolha imediata do voto, e pode ser usada em diversos sistemas partidários [tradução do autor da tese].

Os partidos políticos podem servir como agentes de mobilização nos sistemas multipartidários menos democráticos, como é no contexto africano. Embora os partidos políticos africanos sejam caracterizados por uma fraca institucionalização, eles ainda podem ser agentes de mobilização mais eficazes²¹ (BRATTON; WALLE, 1997; KUENZI; LAMBRIGHT, 2001).

Walle (2002); Mozaffar, Scarrit e Galaich (2003) observaram que partidos políticos africanos têm sido em grande parte o veículo de políticos individuais ou de mobilização. A filiação partidária reduz os custos e aumenta os benefícios associados ao voto nos países africanos, de acordo com Kuenzi e Lambright (2010). Em “*Who votes in Africa? An examination of electoral participation in 10 African countries*”, as autoras utilizam a medida “identificação partidária” para mensurar os partidos políticos como agentes de mobilização no contexto africano.

H6: *Os partidos políticos podem servir como agentes de mobilização nos sistemas menos democráticos como o caso do continente africano. Espera-se, deste modo, que indivíduos que nutrem um sentimento por um determinado partido participem mais do que aqueles que não nutrem.*

Sendo assim, a variável identificação partidária (IP) será utilizada nesse estudo como *proxy* para mensurar os partidos políticos como agentes de mobilização. A identificação partidária foi captada com a seguinte pergunta feita aos entrevistados (“*Do you feel close to any particular political party?*”²²). Tratando-se de uma pergunta feita em pesquisas pós-eleitorais, ela sacrifica a noção de uma identidade partidária de longo prazo para um sentimento de proximidade com um partido político, isto é, capta a proximidade partidária, em vez de adesão formal ou afiliação a um determinado partido. Assim, a variável IP foi codificada como “*dummy*” que expressa

²¹ Essa constatação é também observada em outros estudos sobre participação política em África. Por exemplo: Mozaffar; Scarrit; Galaich (2003); Walle (2002); Widner (1997) ponderaram que os partidos políticos têm sido em grande parte os veículos de políticos individuais ou de mobilização étnica.

²² “Sente-se próximo de algum partido político em particular?” [tradução do autor da tese].

a existência/ausência do atributo IP: ter uma identificação partidária assume o valor 1 (um) e não ter, o valor 0 (zero).

Controle: *Partidos políticos como mecanismos que reduzem o efeito dos recursos e capacidade e aumentam o impacto da predisposição psicológica.*

Os partidos políticos são o principal elo entre os cidadãos e o governo. Assim, ajudam a esclarecer e simplificar as escolhas dos eleitores, fornecem símbolos de identificação e lealdade, além de educar os eleitores sobre as políticas e o governo e mobilizar os indivíduos para votar (DALTON; WATTENBERG, 2000).

Manning (2005) argumenta que os partidos africanos, além de representarem os recortes sociais, buscam manipular e politizar esses recortes visando seus próprios interesses. Assim, espera-se que os partidos políticos africanos potencializem as disposições psicológicas (interesse por política e eficácia política), uma vez que esclarecem e simplificam as escolhas eleitorais, educam os eleitores sobre as políticas e o governo. Ou seja, ao mesmo tempo que mobilizam os eleitores sobre a importância da votação, os partidos possibilitam uma maior interação entre os membros do governo que fazem parte do partido político com o eleitorado, o que pode resultar em maior interesse por assuntos políticos e uma percepção de que os membros do governo ouvem os problemas dos eleitores.

De acordo com Powell (1986), onde os partidos políticos estão desempenhando vigorosamente suas funções no eleitorado, as características individuais são menos propensas a determinar quem vota. Dado os baixos níveis de educação e de penetração da mídia, como observam Bratton, Mattes e Gyimah-Boadi (2005), muitos dos países de estudo têm o que pode ser chamado de ambientes de "baixa informação". O ambiente de baixa SES²³ torna os partidos políticos uma força vital quando se trata de participação eleitoral.

Em um contexto onde os eleitores vivem dentro de "um ambiente de baixos recursos" como é o continente africano, espera-se que os partidos políticos atenuem o impacto dos recursos (renda e escolaridade) em relação à participação eleitoral, visto que os partidos políticos africanos são fortes agentes de mobilização, servindo como atalhos de informação para tomada de decisão sobre ir às urnas. Então, talvez

²³ Essa sigla é referente ao modelo de status socioeconômica da participação eleitoral (inclui variáveis tais como: renda e escolaridade).

se possa não observar uma relação forte entre a renda e escolaridade em relação à participação eleitoral.

4.3.4 Variáveis de controle de nível micro

Foram incluídas algumas variáveis de controle micro nos modelos, visando a compreender a sua influência na variação das variáveis centrais.

O atributo individual, como idade, é considerado por diversos pesquisadores como crucial na participação eleitoral, sendo que o declínio seria maior nos eleitores mais jovens (BLAIS; DOBRZYNSKA, 1998; BLAIS; GIDENGIL; NEVITTE, 2004; CLARKE *et al.*, 2004).

Adicionou-se também a variável sexo dos entrevistados, pois a literatura tem apontado um possível efeito da componente relacionada ao gênero sobre as diversas modalidades de participação política (LEIGHLEY; NAGLER, 1992; KUENZI; LAMBRIGHT, 2010; KITTILSON; SCHWINDT-BAYER, 2012).

De igual forma, incluiu-se a variável local de residência dos entrevistados (rural ou urbano), visto que a participação eleitoral está relacionada a fatores de natureza ecológica, concretamente relacionados aos custos e oportunidade do voto. Neste sentido, contextos mais urbanizados reduzem os custos para a participação eleitoral, pois colocam à disposição dos seus moradores diversos serviços que nos espaços rurais são quase inexistentes, além de envolverem menores custos de deslocamento e informação (GEYS, 2006a; RIBEIRO, BORBA; SILVA, 2015).

Não obstante, a literatura também avança uma hipótese contrária à urbanização como meio que potencializa a participação, afirmando que a urbanização enfraquece os vínculos interpessoais das estruturas sociais primárias, isto é, o individualismo urbano reduz a pressão social a votar, em oposição ao sentimento coletivo existente em zonas rurais (HOFFMANN-MARTINOT, 1994).

Incluiu-se uma hipótese racionalista²⁴ sobre avaliação produzida pelos indivíduos sobre a saúde econômica nacional e pessoal como mecanismos que impactam na disposição participativa dos cidadãos. A variável inserida buscou

²⁴ O termo “racionalista” segue a definição de racionalidade como eficiência, isto é, maximização de *output* para certo *input*, ou maximização de *input* para um determinado *output*” (DOWNS, 1957, p. 5 [tradução do autor da tese]). Entretanto, os indivíduos buscam minimizar os recursos escassos, visando alcançar um determinado objetivo, ou seja, o indivíduo racional age quando o retorno esperado é maior que o custo.

combinar as duas dimensões. Ainda relacionada com a hipótese racionalista, porém ligada a fatores políticos, foram incluídas: uma variável sobre a satisfação dos entrevistados com a democracia em seus respectivos países e outra sobre a confiança depositada nas instituições políticas. Ainda que indiretamente, a percepção dos eleitores sobre as eleições justas e livres nos seus países também diz respeito a esse nível avaliativo do sistema político (CRAIG; MAGGIOTTO, 1982; CARRERAS; CASTAÑEDA-ANGARITA, 2014).

Por fim, em relação às variáveis de controle micro, considerou-se também a inclusão da medida sobre o apoio à democracia, como objetivo de testar a hipótese derivada da tese da cidadania crítica, que associa o retrocesso do engajamento do cidadão em formas tradicionais de ação política a valores democráticos e a ênfase da autoexpressão (NORRIS, 1999; INGLEHART; WELZEL, 2009).

4.3.4.1 Idade

Controle: *Idade como mecanismo que potencializa o efeito dos recursos e capacidade, as predisposições psicológicas e a inserção em redes de mobilização.*

De acordo com Wolfinger e Rosestone (1980), os recursos cognitivos, especialmente o conhecimento político, devem aumentar com a idade. Desta forma, espera-se que a idade potencialize o interesse do indivíduo por assuntos políticos no contexto africano. Para Verba, Schlozman e Brady (1995), os jovens podem superar o hábito de não votar, se os custos de votação permanecerem relativamente constantes ao longo da vida, mas os recursos para superar esses custos aumentam. Os autores consideram renda e escolaridade como recursos que tendem a aumentar na idade adulta jovem, aumentando a probabilidade de ser recrutado para a política eleitoral. Nessa linha de pensamento, a expectativa é de que a idade potencialize os recursos dos cidadãos africanos (renda e escolaridade).

Por último, a experiência política é, em essência, um recurso individual e a sua aquisição leva tempo. De acordo com Carreras e Castañeda-Angarita (2014), a experiência política é adquirida ao longo do tempo, quando os cidadãos começam a enfrentar questões políticas concretas (habitação, tributação, saúde, benefícios sociais), discutir sobre política no trabalho ou em suas redes de associação, e aprender sobre os diferentes programas partidários e propor soluções para os

problemas, esse processo pode demorar anos. Assim sendo, espera-se que a idade potencialize a inserção dos indivíduos em redes de mobilização.

Desta forma, espera-se que eleitores mais experientes potencializem o impacto dos recursos, das predisposições psicológicas e da inserção em redes de mobilização, visto que estes podem possuir maiores recursos individuais (escolaridade e renda), e se encontrarem inseridos em associações da vida adulta (partidos políticos, associações voluntárias e emprego) nutrem interesse político.

Olhando na perspectiva geracional, na qual eleitores mais jovens são particularmente responsáveis por alteração das taxas de abstenção, a expectativa é encontrar maior probabilidade de participação eleitoral entre os eleitores africanos mais experientes (ou seja, cidadãos mais velhos) em relação aos homólogos menos experientes (ou seja, os cidadãos mais jovens).

Para aferir a idade, optou-se por utilizar a variável na sua forma contínua, ou seja, contando-se os anos de vida dos entrevistados. A variável idade foi medida por meio de uma pergunta feita aos entrevistados sobre “Quantos anos você tem?”. Assim, cada indivíduo (ou unidade) é igual a anos de vida.

4.3.4.2 Residir no meio rural ou urbano

Controle: *Residir no meio rural como fator que potencializa o efeito da inserção em redes de mobilização e reduz o impacto dos recursos e capacidade.*

Os eleitores rurais em comparação aos urbanos são desfavorecidos em todos os aspectos cognitivos, o que os torna suscetíveis à manipulação e propensos a votar como um bloco. Na medida em que estão mal-informados, assumem a liderança dos outros e tornam a participação eleitoral mais mobilizada do que autônoma (BRATTON; MATTES; GYIMAH-BOADI, 2005). Para Bratton, Mattes e Gyimah-Boadi (2005), os cidadãos africanos que residem em zonas rurais são mais propensos a votar e o fazem votando no partido no poder.

A medida em que a participação eleitoral em zonas rurais assume uma característica mais mobilizadora do que autônoma, onde os cidadãos tomam suas decisões mediante as lideranças dos outros, o que resulta em votação em bloco, espera-se que o impacto dos recursos (renda e escolaridade) sejam reduzidos. Conforme Lehoucq (2007, p. 42 [tradução do autor da tese]), “[...] as condições mais

auspiciosas estão em comunidades de malha apertada tipicamente encontradas em áreas rurais e tradicionais”. Nesse contexto, é possível punir os desertores.

Conry-Krutz (2009) afirma que a mobilização nos países africanos é mais fácil em áreas rurais, pois a compra de voto é mais cara com mecanismos de aplicação mais fracos em áreas urbanas. Para Kuenzi e Lambright (2010), a facilidade de monitoramento e punição não podem ser vistas como as únicas razões pelas quais as áreas rurais são lugares ideais para a mobilização.

Assim como em outros contextos do mundo, na África, a coesão social tende a ser muito forte em áreas rurais do que nas áreas urbanas. Os cidadãos na África muitas vezes votam em um bloco e fortemente influenciados pelas lideranças comunitárias, concretamente nas zonas rurais, onde os partidos políticos são frequentemente ligados a esses líderes (BRATTON; MATTES; GYIMAH-BOADI, 2005).

Assim, espera-se que residir em áreas rurais no contexto africano potencialize as agências mobilizadoras, uma vez que a mobilização dos eleitores por parte dos partidos políticos é mais fácil nessas áreas por serem “ambientes de baixa informação”, assim como potencialize a propensão em se comportar de acordo com os desejos dos notáveis ou dos líderes comunitários. A expectativa é que também as zonas rurais potencializem as associações voluntárias ou grupos comunitários e grupos religiosos.

Devido à votação em bloco e fortemente influenciada pelas prescrições de notáveis da aldeia ou líderes comunitários, a coesão social e a capacidade de mobilização dos eleitores por parte dos partidos, a facilidade de monitoramento a punição dos cidadãos nas zonas rurais, a expectativa é encontrar maior probabilidade de participação eleitoral entre os eleitores que residem em zonas rurais no continente africano.

Para permitir a operacionalização, a variável residir em área urbana ou rural foi recodificada e tratada como “*dummy*” para que os entrevistados que residem em áreas rurais sejam codificados como 0 (zero) e os que residem em áreas urbanas como 1 (um).

4.3.4.3 Gênero (ser homem ou ser mulher)

Controle: *Ser homem como mecanismo que potencializa o efeito dos recursos e capacidade, predisposição psicológica e inserção em redes de recrutamento.*

Em determinados contextos africanos, latino-americano e europeu, as mulheres são mais propensas a votar do que os homens (LEIGHLEY; NAGLER, 1992; KUENZI; LAMBRIGHT, 2010; CARRERAS; CASTAÑEDA-ANGARITA, 2014). Estudos desenvolvidos em democracias recentes apontam um cenário no qual as mulheres são menos propensas a votar em relação aos homens (BRATTON, 1999; KRISHNA, 2002; KUENZI; LAMBRIGHT, 2010).

A posição assumida historicamente pelas mulheres (casada, dona de casa e mãe) as coloca em situação subalterna e afastada das questões políticas. Não obstante, a libertação de alguns encargos deve aproximá-las mais ao cenário político (LIPSET, 1959). Assumindo que a construção dos Estados africanos pós-independência teve na sua maioria homens na linha de frente, espera-se que ser homem afete positivamente os recursos individuais, disposições psicológicas e inserção em agências mobilizadoras.

Sendo a esfera política africana dominada por homens, espera-se que as mulheres sejam menos propensas a votar do que os homens nos países de estudo. A variável gênero foi recodificada e tratada como “*dummy*” para que os homens sejam codificados como 0 (zero) e mulheres como 1 (um).

4.3.4.4 Confiança nas instituições democráticas

Controle: *Confiança nas instituições democráticas como mecanismo que potencializa o efeito das predisposições psicológicas.*

Nos seus estudos, Norris (2002); Cox (2003) destacam que indivíduos que têm mais confiança nas instituições políticas ou governamentais tende a votar mais. A confiança nas instituições democráticas gera um sentimento de eficácia política, descrito como a percepção que os cidadãos têm de que são capazes de influenciar o governo e a política (CRAIG; MAGGIOTTO, 1982). Ou seja, a baixa confiança nas instituições democráticas tem um impacto negativo sobre a participação eleitoral.

Espera-se que os cidadãos dos países de estudo com níveis mais elevados de confiança nas instituições políticas sejam mais propensos a votar.

Questões atitudinais são preditores fundamentais para compreender o comportamento eleitoral dos indivíduos (CAMPBELL *et al.*, 1960). Assim, aspectos como confiança do eleitor nas instituições democráticas e a confiança nos processos eleitorais trazem a certeza de que as instituições respondem às exigências dos cidadãos, assim como respeitam os resultados das urnas. Deste modo, espera-se que a confiança nas instituições políticas potencialize as predisposições psicológicas.

A confiança nas instituições democráticas foi captada a partir de duas variáveis. Criou-se um índice de confiança política baseado em respostas a pergunta sobre confiança em diferentes instituições políticas, tais como: governos locais, parlamento e presidente da república. Assim, o índice sobre confiança política foi construído com base nas seguintes perguntas: *“How much do you trust each of the following, or haven’t you heard enough about them to say?: The President of the Republic; Assembly of the Republic; Your Local Government (district or Municipal)”*²⁵. O índice resultou em uma variável escalar de X e Y, onde os valores mais elevados refletem níveis mais elevados de confiança nessas instituições.

No caso da confiança nas eleições, ela foi operacionalizada com base em uma variável fictícia que busca compreender a percepção sobre as eleições justas e livres: *“On the whole, how would you rate the freeness and fairness of the last national election?”*²⁶. As respostas foram dadas com base em uma escala de 0 a 3, onde 0 (zero) indica “nem livre, nem justa” e 3 (três), “completamente livres e justas”.

4.3.4.5 Satisfação com a democracia no país

Controle: *Satisfação com a democracia no país como mecanismo que potencializa o efeito das predisposições psicológicas.*

De acordo com Downs (1957), a recompensa que o cidadão obtém para votar depende do quanto ele valoriza viver em uma democracia e dos benefícios derivados dos governos, a partir da competitividade entre os partidos políticos. Para Carreras e

²⁵ “Até que ponto você confia em cada um dos seguintes, ou não ouviu falar o suficiente deles para dar a sua opinião? Presidente da República; Assembleia da República; Governo local (municipal ou distrital)” [tradução do autor da tese].

²⁶ “Na sua generalidade, como classificaria as últimas eleições gerais, no que respeita a serem livres e justas?” [tradução do autor da tese].

Castañeda-Angarita (2014), a capacidade do indivíduo compreender o que está em jogo no processo eleitoral e o grau em que em que confia no processo eleitoral e no regime democrático afeta o grau de participação nas eleições. Assim, é esperado que a satisfação com o regime democrático potencialize as predisposições psicológicas.

Posto isso, é esperado que a satisfação pelo regime democrático tenha um impacto positivo no engajamento dos cidadãos na participação eleitoral. Ou seja, cidadãos satisfeitos com o regime democrático de seus países tenderiam a ter mais motivação para participar em pleitos eleitorais, em um cenário de voto facultativo como é o da maioria dos países africanos.

A variável bruta escalar “satisfação com a democracia” foi construída com base na seguinte pergunta: “*Overall, how satisfied are you with the way democracy works?*”²⁷. As respostas foram dadas com base em uma escala de 0-4, onde 0 (zero) indica “o país não é uma democracia” e 4 (quatro) indica “muita Satisfação com a democracia”.

4.3.4.6 Apoio à democracia

Controle: *Apoio a democracia como mecanismo que potencializa o efeito das predisposições psicológicas e adesão a associações voluntárias.*

A cidadania crítica associa o retrocesso do engajamento do cidadão em formas tradicionais de ação política à alta adesão aos valores democráticos e à ênfase da autoexpressão (NORRIS, 1999; INGLEHART; WELZEL, 2009). Não obstante, autoras como Kuenzi e Lambright (2010) indicam que a noção de benefício psicólogo do voto mostra o compromisso dos cidadãos com o sistema político que apoiam.

Neste sentido, é esperado que o apoio à democracia em detrimento a qualquer outra forma de governo potencialize as predisposições psicológicas e a adesão às associações voluntárias. Deste modo, o posicionamento de que a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo provavelmente aumente a probabilidade de o eleitor participar nos pleitos eleitorais.

Mediu-se o apoio à democracia usando um item padrão de pesquisa que expressa o posicionamento dos indivíduos em relação a 3 (três) declarações, (“*Which*

²⁷ “Na generalidade, em que grau se sente satisfeito/a com a maneira como está funcionar a democracia?” [tradução do autor da tese].

of these three statements is closest to your own opinion? “STATEMENT 1: Democracy is preferable to any other kind of government”. STATEMENT 2: In some circumstances, a non-democratic government can be preferable”. STATEMENT 3: For someone like me, it doesn’t matter what kind of government we have”²⁸), indicando diferentes preferências pela democracia.

Recodificou-se a variável para que a afirmação que indica a preferência pela democracia corresponda ao valor mais elevado. A variável final resultou, em uma escalar, onde 2 (dois) são os indivíduos que responderam que “preferem a democracia a qualquer outro tipo de governo”, enquanto aos que responderam que “não se importam com o tipo de governo” foi atribuída uma pontuação 0 (zero).

4.3.5 Variáveis de nível macro

No entanto, esse conjunto de variáveis de nível individual seria incompleta se não forem levadas em conta variáveis de nível contextual e que dão forma à participação eleitoral ao nível agregado do país. Por este motivo, são incluídas na análise importantes preditores institucionais e conjunturais que explicam o comportamento eleitoral a nível agregado. Espera-se que os preditores do nível macro impactem nos preditores de nível micro, atuando como potencializadores ou redutores das variáveis micro.

Em consonância com a literatura anterior, considera-se o efeito de sete variáveis que foram identificadas como relevantes na participação eleitoral: (1) sistema ou regras eleitorais; (2) sistema de governo; (3) reeleição; (4) eleições simultâneas; (5) percentual da população urbana, (6) PIB *per capita* e (7) efetividade governamental.

Examinar essas questões no cenário africano se torna pertinente por razões teóricas e práticas, na medida em que testar os achados gerados a partir das democracias industriais avançadas com os dados de políticas africanas permite avaliar a validade externa desses achados.

²⁸ “Qual destas três declarações está mais próxima da sua opinião pessoal? Declaração 1: A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo. Declaração 2: Em algumas circunstâncias, um governo não democrático pode ser preferível. Declaração 3: Para uma pessoa como eu, não importa o tipo de governo que tem” [tradução do autor da tese].

Apesar de a literatura apontar que o voto obrigatório tem um grande impacto na participação eleitoral, essa variável não será utilizada nesse estudo, pois dos 54 países africanos, apenas três apresentam leis de voto obrigatório.

4.3.5.1 Sistema eleitoral

Efeito Cross-Level Esperado: Regras eleitorais proporcionais como mecanismo que potencializam o efeito da inserção em redes de mobilização e reduzem o impacto dos recursos e capacidade.

As regras eleitorais proporcionais tendem a ampliar o número dos partidos políticos, aumentando a competitividade e reduzindo as distorções (JACKMAN, 1987; BLAIS; CARTY, 1990; JACKMAN; MILLER, 1995; NORRIS, 2002; FRANKLIN, 2002). Assim, espera-se que a representação proporcional potencialize os partidos políticos, visto que, além de aumentar o número dos partidos, há a maior probabilidade de eles ganharem pelo menos um assento parlamentar, resultando em uma maior mobilização dos eleitores em todo país e, conseqüentemente, maior participação eleitoral.

Por estarem relacionadas com a complexidade do sistema político e a conseqüente elevação dos custos de informação para tomada de decisão por parte dos eleitores, as regras eleitorais afetam a participação eleitoral. De acordo com Jackman (1987); Fornos, Power e Garand (2004), elas condicionam os cálculos e as decisões dos eleitores sobre voto.

Assim, espera-se que a representação proporcional potencialize os partidos políticos como agentes de mobilização e reduza a importância dos recursos individuais (renda e escolaridade) como fatores cruciais para participação eleitoral.

H7: Países que adotam o sistema proporcional nas eleições legislativas nacionais estimulam a participação eleitoral.

Foi criada uma variável “dummy” para distinguir países com fórmulas eleitorais majoritárias daquele com regras eleitorais proporcionais. As eleições realizadas com fórmulas eleitorais majoritárias foram codificadas como 0 (zero), enquanto as eleições conduzidas por alguma forma de representação proporcional ou fórmula eleitoral mista foram codificadas como 1 (um).

Conforme Norris (2002), a principal diferenciação é entre sistemas de representação proporcional e todos outros. Assim, a forma como se operacionalizou esta variável é em grande parte consistente com Norris. Há apenas cinco sistemas mistos entre os casos analisados, e quase todos eles apresentam elementos muito proporcionais. Por isso, distinguiram-se as fórmulas claramente majoritárias das mais proporcionais.

4.3.5.2 Sistema de governo

Efeito Cross-Level Esperado: *Sistemas presidencialista como mecanismo que reduzem o impacto dos recursos e capacidade; da inserção em redes de mobilização e potencialize o efeito das predisposições psicológicas.*

De acordo com Downs (1957), as eleições que desempenham um papel mais decisivo na formação do governo e que permitem que os governos sejam mais decisivos devem aumentar a afluência eleitoral. Assim, os sistemas presidencialistas, pela menor complexidade, tendem a favorecer a participação eleitoral em comparação com o parlamentarista. Explicações institucionais e de contexto político se concentram em como as regras eleitorais e a estrutura do sistema político condicionam os cálculos decisórios dos eleitores sobre se votarão em uma determinada eleição (BROCKINGTON, 2004; FORNOS; POWER; GARAND, 2004; FRANKLIN, 2004).

O sistema de governo com menor complexidade tende a reduzir os custos de informação para tomada de decisão por parte dos eleitores. Sendo assim, espera-se que os sistemas presidencialistas, pela menor complexidade, o efeito dos recursos seja reduzido. Espera-se que os sistemas presidencialistas potencializem a predisposição psicológicas dos cidadãos.

Devido a uma agenda política centralizada no candidato à presidência, supõe-se que o efeito dos partidos políticos seja reduzido. Logo, espera-se que os sistemas presidencialistas potencializem o interesse do eleitor em relação aos assuntos política assim como na redução do efeito dos recursos e redes de mobilização na participação eleitoral.

H8: *Sistemas presidencialistas, pela menor complexidade, tendem a favorecer a participação eleitoral em comparação ao parlamentarista.*

Criou-se uma variável “*dummy*” para diferenciar países com um sistema presidencialista ou semipresidencialista daqueles com um sistema parlamentarista. Aqueles com um sistema parlamentar foram codificados como 0 (zero), enquanto os países com um executivo eleito independentemente foram codificados como 1 (um).

4.3.5.3 Reeleição

Efeito Cross-Level Esperado: Reeleição como mecanismo que reduz o efeito dos recursos e capacidade e potencializa o impacto das disposições psicológica.

O reconhecimento de nomes reduz o custo de informações dos eleitores. De acordo com Dettrey e Schwindt-Bayer (2009), quando há a regra de reeleição para o Chefe do Executivo nacional, os custos para participação são menores, na medida em que o eleitor não precisa gastar recursos aprendendo sobre o candidato em exercício. Desta forma, espera-se que a reeleição reduza o efeito dos recursos dos indivíduos para participação nas eleições.

Por outro lado, o reconhecimento dos candidatos é um fator de avaliação do detentor do poder, o que permite responsabilizar o presidente pelo seu desempenho ao longo do mandato. Portanto, espera-se que a reeleição potencialize a motivação (interesse por política) dos cidadãos.

Assim, supõe-se que a reeleição reduza o efeito dos recursos e potencialize o efeito da disposição psicológica.

H9: A reeleição permite que o eleitor avalie e responsabilize o incumbent. Nas instituições presidenciais em que vigora a regra da reeleição para o cargo do executivo nacional, os eleitores são mais propensos a se fazer às urnas.

Criou-se uma variável uma variável “*dummy*” para diferenciar as eleições em que o *incumbent* concorre à reeleição e aquelas em que não concorre. As eleições em que o *incumbent* concorre à reeleição foram codificadas como 1 (um), enquanto as eleições em que não concorre a sua reeleição foram codificadas como 0 (zero). Os dados foram coletados em *African Elections Database* (2023).

4.3.5.4 Eleições simultâneas

Efeito Cross-Level Esperado: *Eleições simultâneas como mecanismo que reduz o efeito da inserção em redes de mobilização, e dos recursos e capacidade e potencialize as predisposições psicológicas.*

De acordo com Wuffle (1984), as eleições simultâneas afetam o cálculo do eleitor. No mesmo fio de raciocínio, Jackman (2004) argumenta que as eleições são importantes quando as instituições tornam o voto menos caro para os eleitores e quando deixam clara as implicações políticas dos seus votos, dando, assim, mais incentivo para o eleitor se fazer às urnas.

Para Carter (1984), uma eleição adicional na cédula não espalha o custo de votação, isso pode levar a altas taxas de participação. Desta forma, na medida em que as eleições simultâneas reduzem os custos de votação, espera-se que o efeito dos recursos individuais para se fazer às urnas seja reduzido.

De acordo com Fornos, Power e Garand (2004), as eleições simultâneas são mais suscetíveis de ser de alta intensidade, eventos políticos de alta informação, e isso serve para reduzir os custos de informação e de votação, deixando o eleitorado mais atento e motivado. Mediante essa constatação, espera-se que as eleições simultâneas potencializem o efeito das disposições psicológica dos indivíduos.

Por fim, nas eleições simultâneas, os partidos políticos andam na sombra do candidato presidencial do partido, ou seja, os partidos políticos montam com frequência seus discursos atrelados ao candidato presidencial, o que resulta em maiores ganhos em assentos parlamentares do que em uma eleição não simultânea (SHUGARTY; CAREY, 1992; JONES, 1994). Desta forma, espera-se que as eleições simultâneas reduzam o efeito dos partidos políticos como a agentes de mobilização para a participação eleitoral.

Assim sendo, espera-se que as eleições simultâneas potencializem as disposições psicológicas dos indivíduos e reduzam o efeito dos recursos e redes de mobilização.

H10: *As eleições que permitem que os eleitores votem para presidente e a legislatura ao mesmo tempo tendem a afetar positivamente na participação eleitoral.*

A variável eleições simultâneas é tratada como “*dummy*” codificada como 1 (um) para os países em que as eleições presidenciais e legislativas são realizadas ao mesmo tempo. Eleições realizadas em países com sistemas de governo parlamentar foram também codificadas como 0 (zero) porque o executivo é derivado do parlamento. Países em que as eleições presidenciais e legislativas são realizadas de forma separada²⁹ foram codificados com 0 (zero).

4.3.5.5 Percentual da população urbana

Efeito Cross-Level Esperado: CL: Concentração urbana como mecanismo que reduz o efeito dos partidos políticos, recursos e aumenta as predisposições psicológicas.

Adicionou-se a medida da urbanização dos países. Os teóricos da modernização argumentaram que a urbanização provavelmente facilitaria a participação eleitoral. Neste sentido, busca-se testar a hipótese presente em diversos trabalhos, segundo a qual a participação eleitoral está relacionada a fatores de natureza ecológica, em especial aos custos e oportunidade de voto.

Logo, os contextos de maior urbanização envolveriam menores custos (deslocamento, informação etc.) em detrimento dos contextos menos urbanizados (GEYS, 2006a). Assim como, contextos urbanos reduzem os custos da participação eleitoral, por colocarem a disposição dos seus moradores diversos serviços que, no espaço rural, são quase inexistentes ou são precários (RIBEIRO; BORBA; SILVA, 2015). Dentre esses serviços, estão: a facilidade de acessar meios de informação, postos de recenseamento eleitoral para regularização eleitoral, serviços de transporte, permitindo que o eleitor se desloque até as urnas com mais facilidade (SILVA, 2016).

Os moradores urbanos recebem mais informações políticas das mídias, porque eles são expostos com frequência aos candidatos e as questões políticas, e porque a mobilidade do eleitor é mais fácil em áreas mais densamente povoadas. Não obstante, Hoffmann-Martinot (1994) apresenta uma hipótese contrária, ao analisar dados referentes aos municípios do Reino Unido e da França. De acordo com o autor, a urbanização reduz os níveis de participação eleitoral devido à exacerbação do individualismo e à perda do sentimento de coletividade.

²⁹ As eleições não simultâneas podem ser separadas por um intervalo de meses ou anos.

H11: *Espera-se que a concentração populacional na região urbana impacte positivamente nos níveis de participação eleitoral.*

Em relação à variável concentração populacional em áreas urbanas, foi tomado em referência o ano em que ocorreram as eleições para cada país em análise. Os dados foram coletados no database do World Bank (2023), tendo como indicador a densidade demográfica. Ela foi escolhida por permitir captar a quantidade de indivíduos residentes em um determinado espaço.

4.3.5.6 PIB *per capita*

Efeito Cross-Level Esperado: *PIB per capita como mecanismo que potencializa o efeito dos recursos e capacidade, das predisposições psicológicas e reduz o efeito da inserção em redes de mobilização.*

Incluiu-se a medida do PIB *per capita* com vistas a verificar a relação existente entre o nível de desenvolvimento econômico nacional e a participação eleitoral. Essa medida leva a uma avaliação positiva dos eleitores, assim como está objetivamente ligada à maior circulação de recursos materiais na sociedade.

A variável PIB *per capita* foi incluída em estudos sobre a participação eleitoral no nível contextual desenvolvidos por Nevitte *et al.* (2000); Blais (2006), onde se relaciona à hipótese derivada do nível micro da teoria dos recursos de Verba, Schlozman e Brady (1995). Assim, é esperado que em países com níveis elevados de desenvolvimento econômico, os cidadãos tenham mais acesso à informação, melhores níveis educacionais, maior empregabilidade, entre outros recursos.

Deste modo, espera-se que o PIB *per capita* potencialize os recursos individuais (renda e escolaridade). Além disso, que a medida em que o PIB *per capita* potencializa os recursos individuais como renda e escolaridade, faça o mesmo com a predisposição do cidadão ao envolvimento político, ou seja, potencialize o interesse do cidadão para com assuntos políticos. Entretanto, o maior PIB *per capita* pode reduzir o efeito das redes de mobilização na participação eleitoral.

Assim, espera-se que o PIB *per capita* potencialize os recursos individuais (renda e escolaridade), assim como o interesse do cidadão por assuntos políticos, e reduza o efeito das redes de mobilização.

H12: *Países cujas eleições ocorrem em meio a um período de estabilidade e de crescimento econômico tendem a observar um incremento na participação eleitoral.*

Incluiu-se o PIB *per capita* para captar o desempenho econômico de cada país. Os valores são reportados em dólares (mil US\$) todos os anos, para cada país desse estudo, com base nos dados coletados junto ao Database do World Bank (2023) e são referentes ao ano anterior ao da eleição em análise.

4.3.5.7 Efetividade governamental

Efeito Cross-Level Esperado: *Efetividade Governamental como fator que impacta positivamente na confiança nas instituições e na Percepção de integridade eleitoral.*

A dimensão avaliativa justifica-se em função da possibilidade de testar a hipótese que relaciona que a participação eleitoral possa ser expressão do descontentamento do eleitor (BORBA, 2008). Assim sendo, considerou-se o índice de efetividade governamental proposto pelo Banco Mundial, indicador de governança que avalia, no nível nacional, as percepções sobre a qualidade da formulação e implementação dos serviços públicos, o grau de independência da administração em relação as pressões políticas e a credibilidade das organizações governamentais.

H13: *Espera-se que quanto mais efetivo o governo, maior seja a propensão do indivíduo a participar nas eleições.*

Segue abaixo o quadro síntese das variáveis, descrevendo-as quanto ao nível, à escala e o número de casos em cada uma.

Quadro 4.3: Sínteses das variáveis

Dimensão	Variável	Nível	Escala	N
Recursos e Capacidade	Renda	Micro	0 - 4	129.909
	Escolaridade	Micro	0 - 9	129.729
Disposições psicológica	Interesse por política	Micro	0 - 2	128.869
	Eficácia política	Micro	0 - 3	121.289
Redes de mobilização	Adesão à associação voluntária ou comunitária	Micro	0 - 3	128.746
	Adesão a grupos religiosos	Micro	0 - 3	129.381
	Partidos políticos	Micro	1 (Sim) – 0 (Não)	122.657
Conjuntura	PIB <i>per capita</i>	Macro	Mil US\$	91
	Efetividade governamental	Macro	Escalar	91
	População urbana	Macro	% Hab. Urbana	91
Institucional	Representação proporcional	Macro	1 (Sim) - 0 (Não)	91
	Presidencialismo	Macro	1 (Sim) - 0 (Não)	91
	Eleições simultânea	Macro	1 (Sim) - 0 (Não)	91
	Reeleição	Macro	1 (sim) - 0 (Não)	91
Demográfica	Idade	Micro	Continua	129.154
	Sexo	Micro	1 (mulher) – 0 (homem)	130.161
	Status rural/urbano	Micro	1 (rural) – 0 (urbano)	130.161
Atitudes e comportamentos	Confiança nas inst. políticas	Micro	0 - 15	111.557
	Confiança nas eleições	Micro	0 – 3	118.258
	Satisfação com a democracia	Micro	0 - 4	119.972
	Apoio à democracia	Micro	0 - 2	119.871

Fonte: Elaborado pelo autor da tese

4.4 Da variável dependente (votação) aos modelos de análise

Existe uma discordância sobre a melhor forma de medir a variável critério em estudos sobre a participação eleitoral. Por um lado, autores como Fornos, Power e Garand (2004); Jackman (1987); Powell (1986) defendem que a participação eleitoral deve ser medida a partir da proporção da população em idade de votar. Por outro lado, Powell (1986); Blais e Dobrzynska (1998); Franklin (2004) defendem que a participação eleitoral deve ser medida com base nos eleitores registados que acabam de votar. Dettrey e Schwindt-Bayer (2009) argumentam que ambas as medidas são

imperfeitas, devido às listas imprecisas de registro de eleitores e de estimativas populacionais não exatas. Em relação à comparação entre os países também é questionável devido às diferenças nas leis de registro eleitoral, bem como de exclusão de um determinado grupo da população em idade de votar (BLAIS; MASSICOTTE; YOSHINAKA, 2001).

Assim, buscou-se analisar a participação eleitoral com base na proporção de eleitores registrados, pois é uma medida mais estreita do que os que já estão predispostos a votar. A medida de votação para os 36 países africanos baseia-se na questão sobre se o entrevistado votou na mais recente eleição nacional.

A variável bruta votação “*With regard to the most recent, General elections, which statement is true for you?*”³⁰ foi recodificada para uma variável dicotômica³¹ de quem votou entre os eleitores registrados: 1 (sim, votou); 0 (não, não votou).

As categorias de resposta para a questão original de votação utilizada na pesquisa do *Afrobarometer*, são: (1) Não estava registrado; (2) votei; (3) decidi não votar; (4) não localizei o local de votação; (5) fui impedido de votar; (6) não tive tempo de votar; (7) não votei porque meu nome não constava no registro; (8) não votei por algum motivo; (9) era muito jovem para votar; (10) não me lembro; (11) recusou-se a responder; e (12) dados perdidos.

É difícil saber como os entrevistados e os entrevistadores interpretaram as distinções entre alguns dos itens deste conjunto de respostas porque essas categorias não são mutuamente exclusivas. Por isso, decidiu-se por não incluir: (1) “não estava registrado” (N=10.023) e (9) “era muito jovem para votar” (N=5.326) na categoria de não participação. Também foram excluídos: (12) “dados perdidos” (N=28), as respostas codificadas como (10) “não me lembro” (N=598) e (11) “recusou-se a responder” (N=37). O Quadro abaixo fornece o percentual da participação eleitoral para cada eleição de estudo e a rodada a que faz menção.

Embora seja provável que haja uma lacuna entre as participações real e relatada, quase todos os estudos baseados em dados de pesquisa examinam a participação relatada, uma vez que essas são as informações disponíveis.

³⁰ “Relativamente às eleições gerais mais recentes, qual das seguintes declarações é verdadeira para seu caso?” [tradução do autor da tese].

³¹ Quando a variável critério é dicotômica sendo ela 1 (não votou) e 0 (votou), estamos perante a uma distribuição de Bernoulli.

Quadro 4.4: Percentual da participação eleitoral nas eleições africanas

País	Tipo de eleição	Rodada	Eleições de referência	% participação eleitoral
África do Sul	Parlamentar	2004	2004	76,4
África do Sul	Parlamentar	2011	2009	73,2
África do Sul	Parlamentar	2015	2014	72,0
Argélia	Presidencial	2013	2009	51,1
Argélia	Presidencial	2015	2014	46,8
Benin	Presidencial	2005	2001	89,0
Benin	Presidencial	2008	2006	91,3
Benin	Presidencial	2011	2011	88,3
Benin	Presidencial	2017	2016	76,1
Botsuana	Parlamentar	2005	2004	67,3
Botsuana	Parlamentar	2012	2009	59,3
Botsuana	Parlamentar	2014	2014	61,4
Burkina Faso	Presidencial	2008	2005	72,3
Burkina Faso	Presidencial	2012	2010	67,8
Burkina Faso	Presidencial	2015	2015	67,1
Burundi	Presidencial	2012	2010	85,2
Cabo Verde	Parlamentar	2008	2006	76,6
Cabo Verde	Parlamentar	2011	2011	67,9
Cabo Verde	Parlamentar	2017	2016	71,9
Camarões	Presidencial	2013	2011	50,9
Camarões	Presidencial	2018	2018	43,5
Costa do Marfim	Presidencial	2013	2010	67,9
Costa do Marfim	Presidencial	2017	2015	51,2
Egito	Presidencial	2013	2012	80,4
Egito	Presidencial	2015	2014	68,7
Gabão	Presidencial	2015	2009	38,9
Gabão	Presidencial	2017	2016	54,0
Gâmbia	Presidencial	2018	2016	60,5
Gana	Presidencial	2005	2004	87,2
Gana	Presidencial	2008	2008	80,9
Gana	Presidencial	2012	2012	75,6
Gana	Presidencial	2017	2016	80,3
Guiné	Presidencial	2013	2010	83,5
Guiné	Presidencial	2015	2015	84,1
Ilhas Maurício	Parlamentar	2012	2010	87,2
Ilhas Maurício	Parlamentar	2014	2014	80,3
Lesoto	Parlamentar	2008	2007	61,4
Lesoto	Parlamentar	2012	2012	73,9

Quadro 4.4: Percentual da participação eleitoral nas eleições africanas [cont.]

País	Tipo de eleição	Rodada	Eleições de referência	% participação eleitoral
Lesoto	Parlamentar	2017	2017	71,3
Libéria	Presidencial	2008	2005	78,3
Libéria	Presidencial	2012	2011	88,5
Libéria	Presidencial	2018	2017	83,1
Madagascar	Presidencial	2005	2001	76,3
Madagascar	Presidencial	2008	2006	69,8
Madagascar	Presidencial	2013	2013	64,9
Madagascar	Presidencial	2018	2018	67,3
Malawi	Presidencial	2005	2004	79,3
Malawi	Presidencial	2012	2009	79,7
Malawi	Presidencial	2014	2014	69,8
Mali	Presidencial	2008	2007	77,2
Mali	Presidencial	2013	2013	65,6
Quênia	Presidencial	2008	2007	79,3
Quênia	Presidencial	2014	2013	80,5
Marrocos	Parlamentar	2013	2011	51,7
Marrocos	Parlamentar	2018	2016	44,3
Moçambique	Presidencial	2005	2004	80,2
Moçambique	Presidencial	2012	2009	70,0
Moçambique	Presidencial	2017	2014	75,4
Namíbia	Presidencial	2005	2004	78,9
Namíbia	Presidencial	2012	2009	69,7
Namíbia	Presidencial	2014	2014	64,9
Níger	Presidencial	2013	2011	84,8
Níger	Presidencial	2018	2016	71,3
Nigéria	Presidencial	2008	2007	60,3
Nigéria	Presidencial	2012	2011	76,5
Nigéria	Presidencial	2017	2015	64,9
São Tomé e Príncipe	Presidencial	2015	2011	77,0
São Tomé e Príncipe	Presidencial	2018	2016	76,4
Senegal	Presidencial	2008	2007	79,2
Senegal	Presidencial	2013	2012	73,8
Serra Leoa	Presidencial	2012	2012	73,4
Serra Leoa	Presidencial	2018	2018	88,1
Sudão	Presidencial	2013	2010	52,5
Sudão	Presidencial	2015	2015	41,8
Tanzânia	Presidencial	2005	2005	81,1

Quadro 4.4: Percentual da participação eleitoral nas eleições africanas [cont.]

País	Tipo de eleição	Rodada	Eleições de referência	% participação eleitoral
Tanzânia	Presidencial	2012	2010	80,5
Tanzânia	Presidencial	2017	2015	82,2
Togo	Presidencial	2012	2010	78,8
Togo	Presidencial	2015	2015	81,3
Tunísia	Parlamentar	2013	2011	69,3
Tunísia	Parlamentar	2015	2014	56,8
Uganda	Presidencial	2008	2006	70,0
Uganda	Presidencial	2012	2011	83,3
Uganda	Presidencial	2017	2016	83,5
Zâmbia	Presidencial	2009	2008	58,8
Zâmbia	Presidencial	2013	2011	66,0
Zâmbia	Presidencial	2015	2015	60,3
Zâmbia	Presidencial	2018	2016	71,8
Zimbábue	Presidencial	2005	2002	74,3
Zimbábue	Presidencial	2009	2008	61,3
Zimbábue	Presidencial	2014	2013	71,4

Fonte: Afrobarometer (2023b). Elaborado pelo autor da tese

Os dados sobre a participação eleitoral entre os países africanos estão sumarizados no Quadro 4.4, revelando percentuais elevados e uma média de 71,50% no continente. Importante alertar para possíveis divergências entre as respostas fornecidas pelos entrevistados no *survey* e a participação eleitoral efetiva³².

Para estimar a proporção da variabilidade nas hipóteses de participar nas eleições ou não entre os países africanos, é necessário construir um modelo vazio, ou seja, um modelo que não contém preditores e calcular o coeficiente de correlação intraclasse (CCI). Abaixo figura a fórmula do coeficiente de correlação intraclasse (Eq.3):

$$ICC = \frac{Var(U_{oj})}{Var(U_{oj}) + (\pi^2 / 3)}$$

³² De acordo com diversos autores, existe uma tendência de sobre-representação da participação eleitoral nas respostas à pesquisa de opinião pública. Problema esse que constitui um limite da presente pesquisa, cujas consequências têm sido minimizadas por muitos estudiosos (RENNÓ *et al.*, 2011).

No modelo incondicional,

$$ICC = \frac{0,81}{0,81 + (\pi^2 / 3)} = \frac{0,81}{0,81 + 3,29} = 0,1977$$

$Var(U_{oj})$ é a variância de intercepção aleatória, que é a componente de variação de nível 2: a maior $var(U_{oj})$, maior a variação da média *log-odds* entre os agrupamentos (*clusters*); e $\pi^2 / 3 \approx 3,29$ se fere à distribuição logística padrão, ou seja, à suposta componente de variação de nível 1.

O ICC quantifica o grau de homogeneidade do resultado dentro de aglomerados. O ICC representa a proporção da variação entre os grupos $Var(U_{oj})$ (no caso da tese: a variação entre os países da hipótese participar nas eleições) na variação total (em se tratando da tese: a variação entre os países e a variação dentro dos países da hipótese de participar nas eleições).

O ICC pode variar de 0 a 1. ICC = 0 indica perfeita independência dos resíduos: as observações não dependem da adesão ao *cluster*. A hipótese de participar nas eleições não difere de um país para outro (não há entre países variação). Quando o ICC não é diferente de zero ou insignificante, poder-se-ia considerar executar uma análise de regressão de nível único tradicional.

Neste estudo $Var(U_{oj}) = 0,81$. Assim $ICC = 0,81 / (0,81 + 3,29) \approx 0,1977$. Isto indica que cerca de 20% da variância da probabilidade da participação é explicada por características macro. E, inversamente, aproximadamente 80% é explicado por características micro³³.

4.5 Síntese

O capítulo se dedicou a apresentar o arcabouço metodológico da tese, tendo apontado as razões pelas quais há a opção pelo uso da técnica estatística da regressão logística multinível, bem como indicado a construção do banco de dados (países e eleições a serem analisada; fonte dos questionários a serem utilizados e descrição das perguntas desses questionários e do modo como foram organizadas as respostas para efeito de codificação). Na sequência, apresentou as hipóteses, tanto

³³ Para mais informações detalhas sobre o coeficiente de correlação intraclasse em regressão logística multinível, ver: Wu; Crespi; Wong (2012).

aquelas decorrentes de variáveis macro quanto as micro, e as variáveis de controle de que serviu. Por derradeiro, foi indicado o modelo de análise.

E, tendo chegado a esse ponto, o próximo capítulo traz os resultados alcançados pela tese, obtidos a partir desses referenciais.

5 Resultados e análise dos modelos

Muito do que se sabe sobre a participação eleitoral no continente africano baseia-se em análises de dados de nível macro. Neste estudo, utilizou-se um grande número de pesquisas de diversos contextos nacionais para explorar a variação da participação eleitoral e testar a hipótese de que: os eleitores que possuem maiores níveis de recurso, assim como disposições psicológicas e que se encontram inseridos em redes de mobilização, estão mais sujeitos a participarem nas eleições nos países africanos.

Quais os fatores condicionam a probabilidade de os indivíduos votarem? Como a medida de participação eleitoral da tese é dicotômica, utilizou-se o *logit* para estimar os efeitos das variáveis explicação da votação. A tabela 5.1 apresenta o resultado do modelo composto pela reunião das variáveis individuais e nacionais.

Tabela 5.1: Estimativas da participação eleitoral no continente africano

Comparecimento Eleitoral			
<i>Predictors</i>	<i>Log-Odds</i>	<i>Odds-Ratio</i>	<i>std. Error</i>
(Intercept)	-1.09 **	0.34 **	0.33
Renda – Proxy	-0.02	0.98	0.01
Escolaridade	-0.01	0.99	0.01
Interesse em política	0.19 ***	1.20 ***	0.02
Eficácia política subjetiva	-0.02	0.98	0.01
Associativismo religioso	0.05 ***	1.05 ***	0.01
Associativismo comunitário	0.10 ***	1.11 ***	0.01
Proximidade de partidos: Sim	0.62 ***	1.86 ***	0.02
Idade	0.02 ***	1.02 ***	0.00
Sexo: Mulher	-0.05 *	0.95 *	0.02
Moradia Urbana: Sim	-0.21 ***	0.81 ***	0.02
Confiança nas instituições	0.04 ***	1.04 ***	0.00
Percepção de integridade eleitoral	0.29 ***	1.33 ***	0.01
Satisfação com a democracia	0.05 ***	1.06 ***	0.01
Apoio à democracia	0.14 ***	1.15 ***	0.01
Regime presidencialista: Sim	0.37	1.44	0.31
Candidato à reeleição: Sim	-0.07	0.93	0.18
Eleições simultâneas: Sim	0.26	1.29	0.22
Representação proporcional: Sim	0.26	1.30	0.20
Efetividade governamental	0.02 **	1.02 **	0.01
% População urbana	-0.00	1.00	0.01
PIB <i>per capita</i>	-0.00	1.00	0.00
Random Effects			
σ^2		3.29	
T00 IDENPA		0.69	
ICC		0.17	
N IDENPA		91	
Observations	80839		
Marginal R ² / Conditional R ²	0.164 / 0.309		
* $p < 0.05$ ** $p < 0.01$ *** $p < 0.001$			

Fonte: CIA (2023); IDEA (2023); Afrobarometer (2023b); World Bank (2023); African Elections Database (2023). Elaborado pelo autor da tese

Os achados sobre o efeito dos recursos no comportamento de voto individual dos eleitores africanos são reveladores. O modelo sugere que a renda e a escolaridade não são preditores significativos da participação eleitoral, contrariamente às expectativas do modelo SES de comportamento, que afirma que indivíduos mais educados e com maior renda votam mais que seus homônimos. Assim sendo, no

contexto africano, os indivíduos ricos e mais escolarizados não necessariamente votam mais que do que os indivíduos pobres e com baixa escolaridade.

Analisando os coeficientes das variáveis de disposições psicológicas, os achados da tese ressaltam a importância da variável interesse por política como preditor significativo. Cada aumento no nível de interesse por política eleva em 20% a chance da participação eleitoral. Em contrapartida, a eficácia política não tem efeito na decisão dos indivíduos de votar, pois o coeficiente dessa variável não é significativo.

De acordo com Brady, Verba e Schlozman (1995), indivíduos que demonstram interesse por política tendem a se engajar politicamente, nesse caso, votar. Esse pressuposto teórico corrobora com o achado sobre interesse por política, ou seja, eleitores africanos que desenvolveram um gosto pela política são mais propensos a votar em relação aos seus homônimos. Em contrapartida, a eficácia política não tem efeito na decisão dos indivíduos votar, isto é, a percepção de que o governo responde às preocupações dos indivíduos parece ser um preditor não significativo da participação eleitoral no continente africano.

As variáveis demográficas parecem influenciar a participação eleitoral na África. A idade tem uma relação significativa e positiva, de modo que cada ano de vida aumenta em 2% as chances de o eleitor participar nas eleições. Ou seja, as pessoas mais velhas são mais propensas a votar em países africanos, a exemplo do que se dá em outros lugares do mundo. A idade reflete a influência tanto das diferenças geracionais assim como o efeito do ciclo de vida.

Este achado está em consonância com os achados das democracias industrializadas, bem como na descoberta de Bratton, Mattes e Gyimah-Boadi (2005), que considera que os jovens africanos que atingiram a idade de votação desde a transição democrática são menos propensos a votar. De igual modo, está conforme ao achado de Kuenzi e Lambright (2010), o qual aponta que cidadãos de 50 anos têm quase 15% mais chances de votar do que os jovens de 18 anos na África. Blais (2000) e Norris (2002) também consideram que, dentre as variáveis demográficas, a idade é um preditor mais forte acerca de quem vai votar.

Os resultados apresentados na Tabela 5.1 apoiam a expectativa de que as mulheres seriam menos propensas a votar na África. O coeficiente para gênero é negativo. Deste modo, ser mulher reduz em 5% a chance de participar nas eleições. Bratton (1999) argumenta que é necessário ter em conta o contexto e a particularidade

de cada país africano ao analisar a participação, tendo como recorte o gênero. Os achados da tese corroboram o estudo de Kuenzi e Lambright (2010), o qual, ao analisar 10 países africanos, constatou que o coeficiente para gênero é negativo e estatisticamente significativo. Porém, ao executarem de forma isolada, os autores constaram que em quatro países o coeficiente era positivo.

Estudos levados a cabo na América Latina sobre a relação gênero e voto têm demonstrado essa dualidade. Por um lado, conforme Desposato e Norrander (2009), as mulheres na América Latina têm menor probabilidade de estarem politicamente engajadas. Por outro lado, Carreras e Castañeda-Angarita (2014) constataram que as mulheres votam mais que os homens. De acordo com Desposato e Norrander (2009), esse cenário pode ser explicado quando existe um alto nível de participação das mulheres nos cargos políticos, o que gera um efeito de “representação simbólica”. Assim sendo, pode-se afirmar que, ao analisar a relação entre gênero e voto, é necessário levar em conta o contexto de cada país.

Ao contrário da teoria da modernização, a tese supôs uma relação negativa entre residir em áreas urbanas e votação. O resultado apresentado na Tabela 5.1 corrobora essa hipótese. O coeficiente urbano é negativo e significativo, de modo que cada indivíduo que reside no urbano reduz em 19% nas chances de participar nas eleições. Este achado pode ser explicado pela facilidade de monitoramento e de punição que as áreas rurais oferecem devido a sua maior coesão social. A pressão social a participar pode ser sentida com maior intensidade em áreas rurais. Além disso, as condições para a mobilização política através de redes de políticas clientelistas são mais favoráveis em áreas rurais (BRATTON; CHU; LAGOS, 2010; HOFFMANN-MARTINOT, 1994; KUENZI; LAMBRIGHT, 2010). Outro elemento a acrescentar é o fato de a capacidade dos partidos políticos mobilizar os eleitores pode ser mais fácil em zonas rurais, onde o mecanismo de sanções por não votar pode ser mais eficaz (KUENZI; LAMBRIGHT, 2007).

Analisando os coeficientes das variáveis atitudinais, os achados ressaltam a importância da variável percepção de integridade eleitoral, que representa a percepção dos indivíduos de que as eleições são livres e justas. Ela exerceu um efeito positivo sobre a participação eleitoral: cada acréscimo no nível de integridade eleitoral eleva em 33% as chances de participação eleitoral.

A maioria das eleições africanas são descritas como razoavelmente livres e justas por estudiosos e observadores nacionais e internacionais (BURCHARD, 2015;

BRATTON, 2013). As irregularidades sobre o processo eleitoral têm um impacto negativo na propensão dos cidadãos para votar, visto que percebem o resultado das eleições mediante uma conclusão precipita (BIRCH, 2010). Assim, como a participação eleitoral demanda investimento de recursos mínimos, a percepção de que o processo eleitoral é íntegro parece se tornar uma informação relevante no cálculo do eleitor sobre ir ou não as urnas. Essa percepção corrobora também com a pesquisa feita na América Latina, onde se observou que a integridade eleitoral eleva em 50% as chances do eleitor se fazer presente às urnas (RIBEIRO; BORBA; SILVA, 2015).

A variável apoio à democracia, que representa o posicionamento de que a democracia é preferível a qualquer outra forma de governo, também se mostrou relevante. A cada ponto elevado, ela aumenta em 15% as chances de participação. Esse resultado corrobora os achados de Kuenzi e Lambright (2010), no qual constataram que em 10 países africanos os indivíduos que expressam maior apoio à democracia são mais propensos a votar. Assim como, está conforme com os achados sobre a participação na América Latina, no qual Ribeiro, Borba e Silva (2015) constataram que o democratismo eleva em 40% as chances da participação nessa região. Esse achado pode ser explicado pelo benefício psicológico do voto mostra o compromisso com o sistema político (democracia) que é apoiado (KUENZI; LAMBRIGHT, 2010).

Os resultados apresentados na Tabela 5.1 revelam que a satisfação com a democracia tem uma relação positiva com a participação eleitoral nesses países africanos, pois cada ponto eleva em 6% a chance de votar. Este achado pode simplesmente refletir que os eleitores encantados com a democracia expressam mais suas vontades participando da votação do que os eleitores desencantados, que não o fazem.

Por fim, a confiança nas instituições políticas, dentro do intervalo de significância, a cada eleitor que confia nas instituições políticas eleva em 4% na chance de participação eleitoral. De acordo com Kuenzi e Lambright (2010), a avaliação dos cidadãos sobre o desempenho do governo, parlamento é um preditor robusto da votação. Os achados das autoras corroboram os achados da pesquisa, na medida em que constaram que os eleitores que tem uma avaliação positiva em relação ao sistema político obterá satisfação de “afirmar fidelidade” a esse sistema por meio da votação.

Análise feita por Norris (2002) em relação às democracias industrializadas demonstrou que os cidadãos que não confiam nas instituições políticas têm menos chances de se engajarem em atividades políticas convencionais. No contexto latino-americano, em estudos isolados, relativos a Costa Rica (SELIGSON, 2002), Chile (CARLIN, 2006) e Bolívia (SMITH, 2009), demonstraram que os cidadãos com níveis mais elevados de apoio às instituições democráticas têm maior probabilidade de votar.

O coeficiente para o associativismo se mostrou positivo. Cada acréscimo no nível de adesão a uma organização comunitária eleva em 11% a chance de o eleitor participar nas eleições, enquanto que, cada acréscimo no nível de adesão a associações religiosas, eleva essa chance em 5%.

Bratton, Mattes e Gyimah-Boadi (2005) demonstraram que a adesão às associações voluntárias não tinha efeito sobre a participação no contexto africano. Essa diferença nos achados provavelmente esteja relacionada com as diferenças na operacionalização, especificações de modelos e métodos empregados, pois Kuenzi e Lambright (2010), ao empregarem análise multinível em 10 países africanos, constaram que indivíduos que relataram atuar em maior número de associações voluntárias (ou seja, serem membros de uma associação de trabalho, negócios ou desenvolvimento) são mais propensos a votar. Entretanto, as autoras constataram que adesão a uma organização religiosa não está significativamente relacionada ao voto. Esse achado difere do obtido nesse estudo, no qual a adesão à associação religiosa se mostrou importante na participação eleitoral. Acredita-se que essa diferença provavelmente resulta do número de países e de eleições analisadas em cada uma das pesquisas.

Isso demonstra que o achado desta tese se encontra estreitamente alinhado com o pressuposto teórico sobre as redes de mobilização, no qual a explicação para o indivíduo votar “deve ir além dos mundos dos indivíduos para incluir familiares, amigos, vizinhos, colegas de trabalho, além de políticos, partidos, ativistas e grupos de interesse” (ROSENSTONE; HANSEN, 1993, p. 23 [tradução do autor da tese]).

A Tabela 5.1 mostra que a variável proximidade de partidos políticos, que nesse estudo é considerada como agente de mobilização nos sistemas multipartidários menos democráticos, como é o caso do continente africano, mostrou-se como um preditor importante. O coeficiente para proximidade de partidos políticos é positivo e altamente significativo como se pode observar na Tabela 5.1 Na verdade, a probabilidade de que os indivíduos participem nas eleições africanas aumenta em 86% à medida que se

tornam próximo a partidos políticos. Este achado está em consonância com os achados das democracias industrializado, no qual Norris (2002) observou que, em 22 países, 87% das pessoas que se mostraram próxima a um determinado partido votaram, em comparação com 56% que não se mostraram próximo. Assim como no estudo sobre África, Kuenzi e Lambright (2010) constaram que em 10 países, 83% dos que relataram se sentir próximo de um partido político votaram, em comparação com 62%.

A identificação partidária é um dos mais importantes preditores da votação no continente africano. Apesar da fraqueza institucional dos partidos políticos africanos, a identificação partidária é relativamente alta, dada a novidade do multipartidarismo. A percentagem média dos entrevistados que relatam se sentir próximo a um determinado partido político nos 36 países africanos é de 55,7% (ver Tabela 5.2, a seguir). Os sete países com as maiores taxas de identificação partidária apenas um é parlamentarista. As taxas de identificação partidária para Moçambique, Namíbia, Níger, Serra Leoa, Tanzânia, Uganda, Burundi e Botsuana são de 78,9%, 77,2%, 71,2%, 80,1%, 77,4%, 72,4%, 70%, 72,7% respectivamente, em comparação com média global de 56%. Nesses países, a identificação partidária parece ser uma identidade relativamente estável que influencia a participação eleitoral.

Tabela 5.2: Identificação partidária nos 36 países africanos

País	%
África do Sul	69,9
Argélia	44,8
Benin	34,7
Botsuana	72,7
Burkina Faso	51,8
Burundi	70,0
Cabo Verde	48,6
Camarões	42,1
Costa do Marfim	50,5
Egito	28,6
Gabão	30,4
Gâmbia	55,7
Gana	63,4
Guiné	58,6
Ilhas Maurício	27,8
Lesoto	62,6
Libéria	54,9
Madagascar	44,6
Malawi	66,4
Mali	55,2
Quênia	69,2
Marrocos	17,9
Moçambique	78,9
Namíbia	77,2
Níger	71,3
Nigéria	48,3
São Tomé e Príncipe	51,9
Senegal	59,0
Serra Leoa	80,1
Sudão	44,9
Tanzânia	77,4
Togo	37,4
Tunísia	33,5
Uganda	72,4
Zâmbia	56,6
Zimbábue	65,2
Média geral	55,7

Fonte: Afrobarometer (2023b). Elaborado pelo autor da tese

Em outros países, os anexos partidários são menos estáveis e mais rasos. De acordo com Kuenzi e Lambright (2010), a ideologia significa pouco quando se trata de apegos partidários em muitos dos regimes neopatrimoniais. Não obstante, como observado anteriormente, não existem outras instituições para rivalizar com os partidos políticos africanos nesta área de mobilização, dada os recursos de patrocínio certos que eles oferecem.

As descobertas da tese não apoiam a alegação de Jackman (1987), de que as fórmulas eleitorais importam. Contrariamente às expectativas teóricas do comportamento do voto, no qual a participação nas eleições realizadas em fórmulas proporcionais são mais altas taxas em comparação com a média para as eleições realizadas com regras majoritária. Os achados demonstraram que a representação proporcional não é significativa. Apesar do coeficiente positivos, a representação proporcional não é um preditor significativo da participação eleitoral na África.

Contrariamente aos achados da tese, Kuenzi e Lambright (2007), ao analisarem 32 eleições legislativas, constataram que a média de participação dos sistemas mais proporcionais é de 71%, em comparação com uma média de 59% para as eleições realizadas com regras majoritárias. Nenhuma das eleições com fórmulas proporcionais teve taxas de comparecimento eleitoral inferior a 50% dos eleitores registrados.

Os achados da tese indicam que as instituições não tem um efeito significativo na participação eleitoral no continente africano. Os resultados, demonstram que a realização das eleições presidenciais e legislativas simultâneas não tem um efeito significativo sobre a participação eleitoral. Apesar de apresentar um coeficiente positivo, eleições simultâneas não é um preditor significativo na África. Entretanto, Kuenzi e Lambright (2007) constaram que a participação eleitoral aumenta em 16% quando são realizadas em simultâneas. Assim como em relação à fórmula proporcional, acredita-se que essa diferença nos achados provavelmente resulta de diferença da operacionalização de variáveis, especificações de modelos e métodos empregados entres os dois estudos. Além disso, como observado, a análise da tese inclui 91 eleições.

As regras sobre a reeleição em relação aos achados da tese demonstram que esse preditor não afeta a participação eleitoral no continente africano. A variável reeleição não é estatisticamente significante e seu coeficiente é negativo. Esse achado corrobora os achados de Dettrey e Schwindt-Bayer (2009), cujo trabalho, ao analisar as democracias presidencialistas, constou que a variável reeleição não tem um efeito significativo sobre a participação eleitoral em 52 países. Em relação à variável ser presidencialista, o resultado demonstra que essa variação tem significância sobre a participação eleitoral na África, e seu coeficiente é negativo.

O tamanho da população urbana não influencia sistematicamente no nível de participação eleitoral na África. Kuenzi e Lambright (2007) constataram que a

urbanização não está relacionada com a participação eleitoral em 12 países africanos. Além disso, o sinal do coeficiente é consistentemente negativo, sugerindo que a participação pode realmente ser menor onde as populações são mais urbanizadas. Além do maior apoio dos partidos políticos em áreas rurais, a capacidade dos partidos africanos de mobilizar os eleitores também pode ser mais fácil na África rural, onde a ameaça de sanções por não votar pode ser mais eficaz e a escassez de recursos aumenta o impacto dos esforços partidários para comprar voto. Esses achados corroboram os resultados sobre a participação individual, o que indica que os eleitores rurais são mais propensos a votar que os residentes urbanos (BRATTON; MATTES; GYIMAH-BOADI, 2005; KUENZI; LAMBRIGHT, 2010).

Como se pode observar na Tabela 5.1 uma das principais medidas de desempenho econômico, a variação anual de renda *per capita* não está significativamente relacionada à participação eleitoral no continente africano. O coeficiente para o PIB *per capita* é negativo. Embora os estudos da Kuenzi e Lambright (2005) demonstrem evidência da votação econômica na África a nível individual, os resultados da tese a nível macro sugerem que os eleitores africanos não são sistematicamente motivados a votar em tempos de crescente prosperidade ou períodos de estagnação econômica e de declínio.

A efetividade governamental apresentou um efeito positivo sobre a participação eleitoral, de modo que cada elevação na escala da eficácia governamental (que varia de 0 a 100), aumenta a chance de participação eleitoral em 2%. Esse achado corrobora a literatura que alega que a participação eleitoral pode ser vista como produto de maior previsibilidade e segurança institucional. Então, quando mais efetivo o governo for, maior o comparecimento eleitoral entre os eleitores africanos.

A dimensão avaliativa justifica-se em função da possibilidade de testar a hipóteses que relaciona como a participação eleitoral possa ser expressão do descontentamento do eleitor (BORBA, 2008). Assim sendo, considera-se o índice de efetividade governamental proposto pelo Banco Mundial, indicador de governança que avalia, no nível nacional, as percepções sobre a qualidade da formulação e implementação dos serviços públicos, o grau de independência da administração em relação as pressões políticas e a credibilidade das organizações governamentais. A efetividade varia nesses eixos.

Para explorar melhor o efeito da variável partido político, foi incluído um termo de interação com o local de residência e a idade do eleitor. O coeficiente para partido

político permanece positivo e significativo. A Tabela 5.3 apresenta dois modelos de interação, um para o termo de interação local de moradia e partido político, outro para idade e partido político. A medida da proximidade a um partido também é significativamente relacionada à participação eleitoral quando a análise é realizada apenas com aqueles entrevistados que residem no meio rural. Assim sendo, ter proximidade com partido político e morar em zonas rurais aumenta em 84% a chance de o indivíduo votar. As condições para mobilização política através de redes de patronato são mais favoráveis nas áreas rurais (KUENZI; LAMBRIGHT, 2010). O impacto dos partidos políticos persiste da mesma forma quando é restringida a idade. Ou seja, a proximidade com o partido político aumenta a cada ano de vida dos eleitores africanos.

Em contraste com as situações em que os indivíduos devem pagar quotas (valor monetários) para adquirir status de membro, aqueles que se sentem próximos de partidos políticos no continente africano muitas vezes esperam receber algum tipo de recompensa pessoal pelo seu apoio. Como observado anteriormente, não há outras instituições para rivalizar com os partidos políticos nessa área, e eles são frequentemente capazes de mobilizar as pessoas a votar com uma grande facilidade, dado os recursos de patrocínio.

Tabela 5.3: Condicionantes da participação eleitoral na África (termos de interação)

<i>Predictors</i>	Comparecimento Eleitoral		Comparecimento Eleitoral	
	<i>Odds Ratios</i>	<i>std, Error</i>	<i>Odds Ratios</i>	<i>std, Error</i>
(Intercept)	0,22 **	0,12	0,23 **	0,13
Renda-Proxy	0,98	0,01	0,98	0,01
Escolaridade	0,99	0,01	0,99	0,01
Interesse em política	1,20 ***	0,02	1,20 ***	0,02
Eficácia política subjetiva	0,98	0,01	0,98	0,01
Associativismo religioso	1,05 ***	0,01	1,05 ***	0,01
Associativismo comunitário	1,11 ***	0,01	1,11 ***	0,01
Residência: proximidade de partidos Políticos: Sim	1,73 ***	0,05	1,63 ***	0,10
Idade	1,02 ***	0,00	1,02 ***	0,00
Residência: Sexo: Masculino	0,95 *	0,02	0,95 *	0,02
Residência: Urbana	0,75 ***	0,02	0,81 ***	0,02
Confiança nas instituições	1,04 ***	0,00	1,04 ***	0,00
Percepção de integridade eleitoral	1,33 ***	0,01	1,33 ***	0,01
Satisfação com a democracia	1,06 ***	0,01	1,06 ***	0,01
Apoio à democracia	1,16 ***	0,02	1,15 ***	0,02
PRESDSim	1,68	0,53	1,68	0,53
REESim	0,94	0,17	0,94	0,17
ELESIMSim	1,35	0,30	1,35	0,30
RPSim	1,46	0,29	1,46	0,29
ELECOMPSim	1,26	0,24	1,26	0,24
EFGOV	1,02 **	0,01	1,02 **	0,01
POPURB	0,99	0,01	0,99	0,01
Proximidade de partidosSim:Urbana	1,16 ***	0,05		
Proximidade de partidosSim:Idade			1,00 *	0,00
Random Effects				
σ^2	3,29		3,29	
T ₀₀	0,69 IDENPA		0,69 IDENPA	
ICC	0,17		0,17	
N	91 IDENPA		91 IDENPA	
Observations	80834		80834	
Marginal R ² / Conditional R ²	0,159 / 0,306		0,162 / 0,308	

* $p < 0,05$ ** $p < 0,01$ *** $p < 0,001$

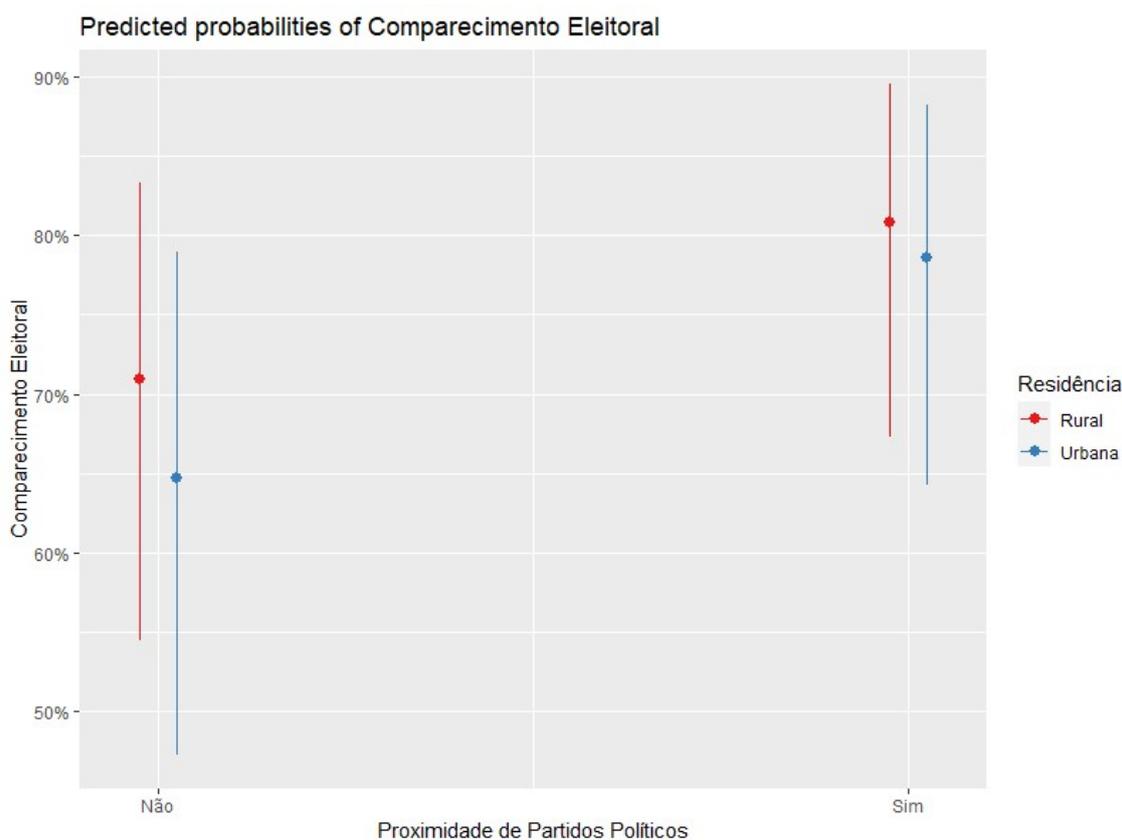
Fonte: CIA (2023); IDEA (2023); Afrobarometer (2023b); World Bank (2023); African Elections Database (2023). Elaborado pelo autor da tese

As interações entre a efetividade governamental e a confiança nas instituições e nas eleições não se mostraram significativas.

O Gráfico 5.1 apresenta a probabilidade prevista de participar nas eleições, a partir da interação entre a proximidade partidária e local de residência (rural ou

urbano). Observam-se os seguintes resultados: ser próximo de partidos políticos mobiliza tanto os eleitores residentes em áreas rurais quanto os de áreas urbanas a participarem nas eleições. Não obstante, os indivíduos que não possuem proximidade com partidos políticos e residem em áreas rurais votam mais que os indivíduos que não possuem proximidade partidária e residem em áreas urbanas.

Gráfico 5.1: Probabilidades previstas para partidos políticos e local de residência



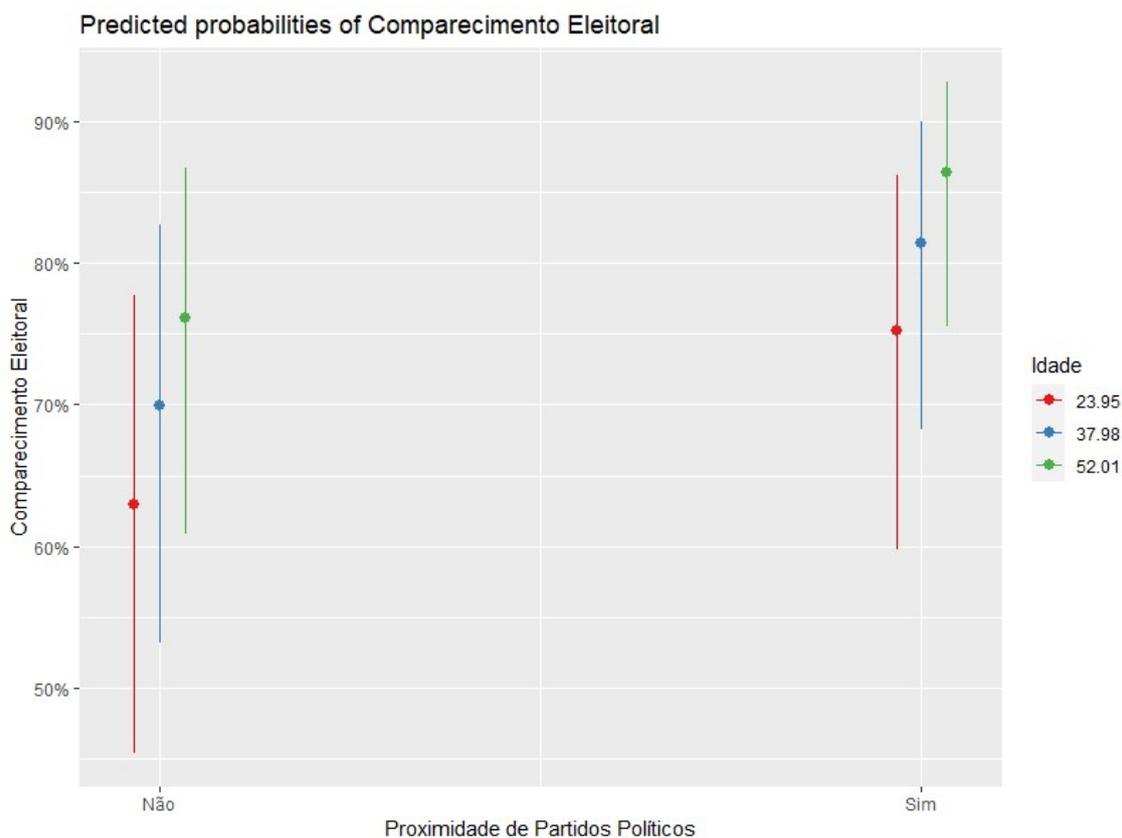
Fonte: Afrobarometer (2023b). Elaborado pelo autor da tese

Assim, a maior probabilidade dos africanos residentes em áreas rurais se sentirem próximos a um determinado partido político pode ser uma clara indicação dos esforços dos partidos para mobilizar os eleitores nessas áreas ou essas áreas facilitam o esforço de mobilização partidária. O que sugere que o esforço para mobilização dos partidos é altamente eficaz para levar o eleitor a participar das eleições nessas áreas.

O Gráfico 5.1 apresenta a probabilidade prevista de participar nas eleições a partir da interação entre a proximidade partidária e idade do eleitor. Observam-se os seguintes resultados: os partidos políticos mobilizam os jovens, de modo que eles

participam tanto quanto os adultos que não são próximos a um partido. Porém, os indivíduos mais velhos e que não possuem proximidade com os partidos tendem a votar mais que seus homônimos mais jovens que não possuem qualquer proximidade com os partidos políticos.

Gráfico 5.2: Probabilidades previstas para partidos políticos e idade



Fonte: Afrobarometer (2023b). Elaborado pelo autor da tese

Como se pode observar, o gráfico acima oferece algum apoio à interpretação de que o impacto dos partidos políticos é maior entre os indivíduos independentemente da idade. A diferença entre indivíduos que relatam estar próximos de um partido e aqueles que não são próximos na faixa de idade maior de 50 anos é menor de 15 pontos percentuais para os africanos com proximidade e sem proximidade na faixa de menor de 36 anos é menor de 15%.

Embora exista o efeito entre as áreas rurais e urbanas, assim como em relação a idade, observa-se que as margens de erro se tocam. Entretanto, valor de p significativo, ou seja, o efeito substantivo existe e vai em direção à hipótese da tese.

5.1 O que explica a participação eleitoral no continente africano

Examinou-se a relevância de três dimensões (recursos, predisposições psicológicas e redes de mobilização) para explicar a participação eleitoral na África. Foram incluídas também variáveis de nível demográfico e motivações. Os resultados mostram o seguinte:

As probabilidades previstas demonstraram claramente que as duas variáveis de “recursos” (renda e escolaridade) não se destacam como os melhores preditores de participação eleitoral no continente africano. Por que as variáveis de “recursos”, que consideram que os indivíduos com alto grau de instrução e ricos votam mais que indivíduos menos instruídos e pobres nas democracias industrializadas e na América Latina, não se mostram significantes no continente africano?

Acredita-se que existem duas razões principais que explicam esse padrão. Em primeiro lugar, a maior parte da população africana reside em áreas rurais, onde a população tem baixo acesso à educação, informação e trabalho formal. Entretanto, a coesão social tende a ser bastante forte. De acordo com Schaffer (1998), em nenhum lugar a pressão para se conformar e mostrar solidariedade com o grupo é maior do que em uma aldeia rural africana, visto que demonstrar lealdade aos notáveis da aldeia ou a membros da família é um dos benefícios a ser alcançado através do voto. O segundo fator indica que a capacidade dos partidos políticos africanos de mobilizarem eleitores é mais fácil onde existe escassez de recursos. Os partidos no continente africano esclarecem e simplificam escolhas perante os eleitores, assim sendo, a identificação partidária reduz os custos associados a recursos para a participação eleitoral. Os partidos podem fornecer símbolo de lealdade na África, fazendo como que o eleitor não gaste muito esforço para decidir em participar nas eleições.

Uma variável de “disposições psicológica” (interesse por política) se destaca como um dos melhores preditores de participação eleitoral no continente africano. Se mostrando, assim, mais relevante que a renda e educação.

No que tange às variáveis de rede de mobilização (associativismo comunitário, associativismo religioso e partido político), a identificação partidária destaca-se como o mais forte preditor de participação eleitoral entre elas. Esse eleitor é muito coerente entre os países: a vinculação a associações comunitárias tem um impacto nas afluências às urnas no contexto africano, entretanto, em relação a associações religiosas o impacto na afluência pode ser considerado moderado, mas significativo.

Embora o vínculo entre partidos políticos e a sociedade civil seja considerado fraco na África (ERDMANN, 2007), as ligações entre algumas organizações da sociedade civil e partidos políticos têm raízes profundas, historicamente, dentro dos regimes unipartidários, onde as únicas organizações da sociedade civil foram alinhadas ao partido no poder. Mesmo como a transição para política multipartidária, essas ligações ainda existem, como é o caso das associações comunitárias em Moçambique, que se encontram alinhadas ao partido governante (FRELIMO).

Em relação às variáveis demográficas (idade, sexo e local de residência), viver em áreas rurais se mostrou como um dos melhores preditores de participação eleitoral no modelo, demonstrando que existe um forte efeito de socialização e pressão social em áreas rurais em detrimento a áreas urbanas.

A idade pode ser considerada como uma *proxy* para experiência política, pois, como esperado, os eleitores mais jovens (18-24 anos) são muito menos propensos a votar que o resto da população. O resultado sugere que os eleitores iniciam sua socialização na política no seu local de trabalho ou em suas redes sociais. A probabilidade de votar continua aumentando à medida que a idade aumenta, mas a diferença entre as diferentes categorias de idade diminui gradualmente, o que é consistente com “*start-up-slow-down-mode*”, desenvolvido por Verba e Nie (1972).

As variáveis motivacionais também têm impacto na probabilidade de participação nas eleições africanas. Quatro variáveis (confiança nas instituições políticas, confiança nas eleições, satisfação com a democracia e apoio à democracia) têm um impacto na participação eleitoral. sendo moderado para confiança nas instituições políticas e satisfação com a democracia, que é entre 4% e 7% respectivamente, o que é um impacto significativo, mas substancialmente menos importante do que o efeito da confiança nas eleições e o apoio à democracia que é de 33% e 15%, respectivamente. Da mesma forma, essas quatro variáveis são preditoras estatisticamente significantes de participação em todos os países africanos.

6 Considerações finais

Esta tese foi impulsionada pela intenção de testar, para o caso africano, a capacidade explicativa de uma série de fatores arrolados pela literatura internacional como influenciadores da participação eleitoral. Seu problema foi formulado nos seguintes termos: “quais os fatores condicionantes da participação eleitoral nos países africanos?”.

A análise empírica recaiu sobre 36 países africanos para os quais havia respostas dos seus cidadãos às rodadas 3 a 7 do *Africabarometer*, o qual se constituiu – ao lado de outras fontes, como EISA (2023), IDEA (2023), *World Bank* (2023), *World Factbook* (2023), *African Elections Database* (2023) – na essencial para testagem das variáveis selecionadas e das hipóteses formuladas.

Em termos mais específicos, a tese seguiu o modelo teórico do voluntarismo cívico, conforme a proposição de Verba, Schlozman e Brady (1995), tendo avaliado a relevância de recursos, predisposições psicológicas e redes de mobilização para explicar a participação eleitoral no continente africano. As variáveis efetivamente testadas, por meio de regressão logística multinível, foram: em termos de recursos, renda e escolaridade; de disposição psicológica, interesse por política e eficácia política); e, de redes de mobilização, adesão a grupos religiosos, a associações voluntárias ou comunitárias e a partidos políticos). Além delas, foram incluídas variáveis: demográficas (sexo, idade, local de residência), motivacionais (confiança nas instituições políticas, confiança nas eleições, satisfação com a democracia e apoio à democracia); conjunturais (PIB *per capita*, efetividade governamental, percentual da população urbana) e institucionais (representação proporcional, presidencialismo, eleições simultâneas, reeleição).

A hipótese geral procurava agregar as três dimensões do modelo do “voluntarismo cívico”, ponderando que os eleitores que possuem maiores níveis de recursos, assim como disposições psicológicas e que se encontram inseridos em redes de mobilização, estão mais sujeitos a participarem nas eleições nos países africanos. Em termos operacional, ela se desdobrou em 13 hipóteses que versavam, cada uma, sobre o efeito esperado de uma das variáveis de análise.

A tese foi organizada em quatro capítulos, dos quais os dois primeiros podem ser considerados de “preparação”. O primeiro expôs os fundamentos teóricos sobre a participação política, conforme a literatura internacional, compondo o quadro analítico

a ser testado. O segundo apresentou mais detalhadamente o espaço político a ser estudado, isto é, a trajetória eleitoral em África e as contribuições específicas sobre a participação eleitoral no continente. Os dois capítulos subsequentes são aqueles mais particulares, ou seja, que desenvolvem a proposta de pesquisa. Logo, o terceiro descreveu a metodologia da investigação e detalhou o campo empírico, as variáveis a serem testadas, os dados a serem utilizados e suas respectivas fontes. E, por fim, o quarto capítulo trouxe os resultados alcançados, bem como a análise desses resultados.

Resgatadas a proposta da tese e narrado o modo como ela se organizou, a seguir, pretende-se resgatar os principais achados e encaminhar alguns debates pertinentes sobre os resultados que ela encontrou. Avalia-se a relevância de três diferentes perspectivas teóricas que compõem o modelo do voluntarismo cívico (recursos, predisposições psicológicas e redes de mobilização) para explicar a participação eleitoral em 36 países do continente africano. Os resultados empíricos não mostram uma das três perspectivas teóricas como uniformemente melhor em explicar a participação eleitoral no continente. Dentro de cada perspectiva, algumas variáveis se mostraram serem fortes preditoras da participação, enquanto outras se mostraram se significância afluência as urnas.

Assim sendo, constatou-se que alguns preditores são aplicáveis ao contexto africano, enquanto outros não. Ou seja, o comportamento político dos cidadãos africanos é também influenciado pelas mesmas forças que influenciam o comportamento político em outros lugares. Como em outras regiões do mundo, as decisões de participar ou não das eleições é influenciada ou afetada pelos custos e benefícios percebidos associados ao voto. Uma vez que se leva em conta a natureza do cenário político e social da África, o comportamento político dos cidadãos é compreensível.

Entendendo que o cenário político africano é de “baixa informação”, onde as questões atitudinais são abordadas em ambientes “neopatrimoniais”, os partidos políticos desempenham um papel vital na determinação de quem vota. Apesar de serem institucionalmente fracos, mostram-se agentes chave de mobilização, visto que, em comparação com outras instituições, parecem relativamente fortes nesse âmbito. Assim sendo, os partidos políticos se mostraram fortes preditores nos modelos da tese. Sendo a África um ambiente de baixa informação política, os partidos políticos reduzem os custos e aumentam os benefícios associados ao voto.

As redes de mobilização (associativismo religiosa e associativismo comunitário) também se mostraram importantes para ativar a afluência no continente africano. Ou seja, a adesão associacional aumenta a probabilidade de os cidadãos votarem na África.

A análise revela também que características motivacionais subjetivas influenciam na afluência às urnas, como de interesse por política, integridade eleitoral, satisfação como a democracia, democratismo e confiança nas instituições políticas. Elas aumentam a probabilidade de o cidadão africano votar. Como bem coloca Blais (2006), questões motivacionais são mais relevantes para a votação, visto que é uma atividade bastante fácil, que exige pouco tempo e recurso. Essa concepção também é reconhecida pelos autores do modelo do voluntarismo cívico (SCHLOZMAN; BRADY; VERBA, 2018), que alegam que o interesse político é mais importante do que o recurso, se o objetivo é explicar a participação eleitoral, e o que mais importa para o eleitor comparecer às urnas não são os recursos à disposição dele, mas sim, suas orientações cívicas, especialmente o interesse pela política.

O resultado da pesquisa demonstra que o interesse por política inspira os cidadãos a ir às urnas. Pode-se considerar que à medida em que esses cidadãos ganham mais experiência com a democracia, é provável que estejam mais inclinados a responsabilizar os líderes e a levar o processo democrático adiante, ainda que a maioria das eleições no continente africano seja caracterizada por irregularidades e questionamento dos resultados. Lindberg (2006, p. 139 [tradução do autor da tese]), ao analisar 200 eleições na África, considerou que “[...] eleições repetidas – independentemente de sua relativa liberdade ou justiça – parecem ter um impacto positivo na liberdade humana e nos valores democráticos”. Assim, em muitos casos, as eleições defeituosas, em vez de desacreditar a democracia, parecem abrir caminho para ganhos democráticos no futuro, à medida que os cidadãos e políticos começam a adotar um novo conjunto de regras por meio das quais eles podem perseguir interesses. Trabalhos baseados nos Estados Unidos apoiaram a ideia de que a votação é “formação de hábitos”, como ponderam Gerber, Green e Green (2003). É neste sentido, que os adultos africanos votam mais que os jovens, pois o a formação de hábitos políticos tende a ser mais consistente à medida em que a pessoa cresce.

Os resultados deste trabalho oferecem um apoio contrário do modelo de votação da SES. A renda e a educação não são preditores significativos da participação eleitoral nos países analisados, contrariamente às expectativas do

modelo SES de votação, que afirma que os indivíduos mais educados e com maior renda votam mais que seus homônimos. Neste sentido, no contexto africano, os indivíduos ricos e mais escolarizados não necessariamente votam mais do que os menos escolarizados e com renda baixa.

Outro fator que parece funcionar de forma oposta ao esperado, baseado na teoria da modernização e nas experiências de outras democracias, é o local de residência. Os cidadãos que residem em áreas rurais votam mais que os que residem em áreas urbanas no contexto africano. Essas descobertas fazem sentido dada a natureza neopatrimonial da maior parte dos países africanos e o papel crucial que os partidos políticos desempenham na mobilização dos eleitores.

Os partidos políticos africanos desempenham um papel crucial na promoção da participação eleitoral na África. Por um lado, ajudam a consciencializar os cidadãos africanos sobre os hábitos cívicos, caso de ir votar. Por outro lado, os partidos utilizam das suas redes de patrocínio para mobilização. De acordo com Bratton (2008, p. 621 [tradução do autor da tese]) “[...] as campanhas eleitorais africanas são principalmente momentos para os políticos se envolverem na mobilização em massa e na manipulação das regras eleitorais”. Para Lipset (1959), os partidos políticos ajudam a vincular os cidadãos às eleições e, assim, ajudam a conduzir o processo de incorporação política. Para Kuenzi e Lambright (2010), em muitos países africanos, os partidos políticos podem ter credenciais democráticas questionáveis, mas, em última análise, servem à função democrática de levar o cidadão às urnas. Em suma, os partidos políticos ajudam a promover a aquisição de hábitos políticos mais importante de uma democracia, a votação. É importante, no entanto, monitorar até que ponto os partidos políticos continuarão a ser preponderantes para votação nos países africanos à medida que os regimes eleitorais multipartidários da África vão amadurecendo.

Imagina-se que as instituições afetam o comportamento político na África da mesma forma que afetam o comportamento em outras partes do mundo. Entretanto, as análises da tese demonstraram o oposto da literatura, ou seja, reeleição, existência de eleições simultânea, regime presidencialista e representação proporcional se mostraram não significantes para a maior participação eleitoral. Entretanto, Kuenzi e Lambright (2007) constataram que a fórmula eleitoral, assim como as eleições realizadas simultaneamente, influenciam na participação eleitoral na África. Posto isso, acredita-se que essa distinção de achados decorra do número de casos, assim

como de diferenças na operacionalização de variáveis e de especificações de modelos e métodos empregados entre os dois estudos.

O tamanho da população não influencia sistematicamente o nível de participação dos eleitores na África. Essa constatação também foi observada por Kuenzi e Lambright (2007), sugerindo assim, que a participação eleitoral pode realmente ser menor onde as populações são mais urbanizadas. Isso porque os partidos africanos recebem sistematicamente maior apoio nas áreas rurais e, assim, concentram seus esforços de mobilização fora das áreas urbanas. A capacidade dos partidos mobilizar os eleitores pode ser mais fácil na África rural, onde as sanções por não votar podem ser mais eficazes e a escassez de recursos aumenta o impacto dos esforços partidários para comprar voto. Esses achados também corroboram os resultados da pesquisa sobre a participação individual, o que indica que os eleitores rurais são mais propensos a votar que os residentes em áreas urbanas (BRATTON; MATTES; GYIMAH-BOADI, 2005).

Uma das principais medidas de desempenho econômico, a variação anual da renda *per capita* não está significativamente relacionada à participação. Isso demonstra que os cidadãos africanos não são motivados a votar em tempos de crescente prosperidade ou períodos de estagnação econômica e declínio. Entretanto, quanto mais efetivo o governo, maior o comparecimento eleitoral entre os africanos.

Desta forma, o que os dados parecem indicar é que a participação eleitoral na África seja “voz” dos cidadãos com interesse por política, que se encontram inseridos em redes de mobilização, que valorizam a democracia, e confiança nas eleições e nas instituições políticas e vivem em contexto de alta efetividade governamental.

A análise da tese indica que é possível testar dentro do contexto africano as teorias gerais para explicar os resultados sobre comportamento político fora da África. Muitas das descobertas centrais da pesquisa sobre a participação eleitoral em outras regiões do mundo reaparecem nessa pesquisa. Alguns achados centrais da literatura sobre a participação eleitoral na África por meio de análises de nível individual são confirmados por este estudo. Mais importante: o estudo fornece evidências da importância das redes de mobilização e predisposições psicológicas subjetivas na formação do comportamento político na África.

Por fim, atendendo à complexidade do fenômeno em análise, espera-se que, a partir do modelo proposto (“voluntarismo cívico”), este trabalho tenha oferecido subsídios relevantes sobre o comportamento político dos cidadãos africanos, assim

como, subsídios para novos questionamentos que possam levar a novas pesquisas sobre esse fenômeno na África. É importante continuar a questionar os motivos que levam os cidadãos africanos a participarem nas eleições, buscando assim oferecer mais respostas para o comportamento político desses cidadãos.

7 Referências

ACHEN, Christopher H.; SINNOTT, Richard. Taking sides: learning and voting. In: **Annual MPSA (Meeting of the Midwest Political Science Association)**. Chicago, 12-15 april 2007. Disponível em: <<https://citeseerx.ist.psu.edu/document?repid=rep1&type=pdf&doi=68da8d810510dbf09a59a04d6fca5087f3649454>>. Acesso em: 20 abr. 2023.

AFRICAN ELECTIONS DATABASE. **A database of election results in Sub-Saharan Africa**. 2023. Disponível em: <<https://africanelections.tripod.com/>>. Acesso em: 20 abr. 2023.

AFROBAROMETER. **About**. 2023a. Disponível em: <<https://www.afrobarometer.org/about/>>. Acesso em: 20 abr. 2023.

AFROBAROMETER. **Survey resources and data**. 2023b. Disponível em: <<https://www.afrobarometer.org/surveys-and-methods/survey-resources/>>. Acesso em: 20 abr. 2023.

AGUILAR, Edwin Eloy; PACEK, Alexander C. Macroeconomic conditions, voter turnout, and the working-class /Economically disadvantaged party vote in developing countries. **Comparative Political Studies**, v. 33, n. 8, p. 995-1017, 2000.

ALMEIDA, Cláudia; SANCHES, Edalina Rodrigues. Das balas aos votos: um estudo comparado das primeiras eleições pós-guerra civil em Angola e Moçambique. In: GRASSI, Marzia (org.). **PALOP: investigação em debate**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2010, p. 116-139.

ALMOND, Gabriel Abraham; VERBA, Sidney. **The civic culture: political attitudes and democracy in five nations**. Princeton: Princeton University Press, 2015.

ANDERSON, Christopher J.; BLAIS, André; BOWLER, Shaun; DONOVAN, Todd; LISTHAUG, Ola. **Losers' consent: elections and democratic legitimacy**. New York: Oxford University Press, 2005.

ANDERSON, Christopher J; SINGER, Matthew M. He sensitive left and the impervious right: multilevel models and the politics of inequality, ideology, and legitimacy in Europe. **Comparative Political Studies**, v. 41, n. 4-5, p. 564-599, 2008.

ANSOLABEHERE, Stephen; FIGUEIREDO, John M.; SNYDER JUNIOR, James M. Why is there so little money in U.S. politics? **Journal of Economic Perspectives**, v. 17, n. 1, p. 105-130, 2003.

ANSOLABEHERE, Stephen; IYENGAR, Shanto; SIMON, Adam; VALENTINO, Nicholas. Does attack advertising demobilise the electorate?. **American Political Science Review**, v. 88, n. 4, p. 829-838, 1994.

ANTUNES, Rui Jorge da Silva. **Identificação partidária e comportamento eleitoral: fatores estruturais, atitudes e mudanças no sentido do voto**. 2008. Tese (Doutorado) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.

ASHER, Herbert B., RICHARDSON, Bradley M.; WEISBERG, Herbert F. **Political participation**. Frankfurt: Campus Verlag, 1984.

ASHWORTH, John; HEYNDELS, Bruno; SMOLDERS, Carine. Redistribution as a local public good: an empirical test for Flemish municipalities. **Kyklos**, v. 55, n. 1, p. 27-56, 2002.

BAQUERO, Marcello. Cultura política e processo eleitoral no Brasil: o que há de nova. **Em Debate**, v. 2, n. 7, p. 6-10, 2010.

BARBAGLI Marzio; MACCELLI Alessandro. **La partecipazione politica a Bologna**, Bologna: Il Mulino, 1985.

BECKER, Gary. S. **Human capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education**. Chicago: University of Chicago Press, 1964.

BELKNAP, George; CAMPBELL, Angus. Political party identification and attitudes toward foreign policy. **The Public Opinion Quarterly**, v. 15, n. 4, p. 601-623, 1951-1952.

BIRCH, Sarah. Perceptions of electoral fairness and voter turnout. **Comparative Political Studies**, v. 43, n. 12, p. 1601-1622, 2010.

BLACK, Jerome H. Reforming the context of the voting process in Canada: lessons from other democracies. In: BAKVIS, Herman (ed.). **Voter turnout in Canada**. Toronto: Dundurn Press, 1991, p. 61-176.

BLAIS, André. **To vote or not to vote: the merits and limits of rational choice theory**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2000.

BLAIS, André. Turnout in elections. In: DALTON, Russell J.; KLINGEMANN, Hans-Dieter (eds.). **The Oxford Handbook of Political Behavior**. New York: Oxford University Press, 2007, p. 621-635.

BLAIS, André. What affects voter turnout?. **Annual Review of Political Science**, n. 9, p. 111-125, 2006.

BLAIS, André; AARTS, Kees. Electoral systems and turnout. **Acta Politica**, v. 41 n. 2, p. 180-196, 2006.

BLAIS, Andre; CARTY, Ken. Does proportional representation foster voter turnout? **European Journal of Political Research**, v. 18, n. 2, p. 167-181, 1990.

BLAIS, André; CARTY, R. K. The psychological impact of electoral laws: measuring Duverger's elusive factor. **British Journal of Political Science**. v. 21, n. 1, p. 79-93, 1991.

BLAIS, André; DOBRZYNSKA, Agnieszka. Turnout in electoral democracies. **European Journal of Political Research**, v. 33, n. 2, p. 239-261, 1998.

BLAIS, André; GIDENGIL, Elisabeth; NEVITTE, Neil. Where does turnout decline come from? **European Journal of Political Research**, v. 43, n. 2, p. 221-236, 2004.

BLAIS, André; LAGO, Ignacio. A general measure of district competitiveness. **Electoral Studies**, v. 28, n. 1, p. 94-100, 2009.

BLAIS, André; MASSICOTTE, Louis; DOBRZYNSKA Agnieszca. **Why is turnout higher in some countries than in others?** Ottawa: Elections Canada, 2003.

BLAIS, André; MASSICOTTE, Louis; YOSHINAKA, Antoine. Deciding who has the right to vote: a comparative analysis of election laws. **Electoral Studies**, v. 20, n. 1, p. 41-62, 2001.

BOGAARDS, Matthijs. Exchange: reexamining african elections. **Journal of Democracy**, v. 24, n. 4, p. 151-160, 2013.

BOOTH, John A.; SELIGSON, Mitchell A. The sources of political legitimacy. In: BOOTH, John A.; SELIGSON, Mitchell A. **The legitimacy puzzle in Latin America: political support and democracy in eight nations**. New York: Cambridge University Press, 2009, p. 105-143.

BORBA, Julian. As bases sociais e atitudinais da alienação eleitoral no Brasil. **Debates**, v. 2, n. 2, p. 134-157, 2008.

BRADY, Henry E. Political participation. In: ROBINSON, John P.; SHAVER, Phillip R.; WRIGHTSMAN, Lawrence S. (eds.). **Measures of political attitudes**. San Diego: Academic Press, 1999, p. 737-801.

BRADY, Henry; VERBA, Sidney; SCHLOZMAN, Kay Lehman. Beyond SES: a resource model of political participation. **American Political Science Review**, v. 89, n. 2, p. 271-294, 1995.

BRATTON, Michael. Political participation in a new democracy – institutional considerations from Zambia. **Comparative Political Studies**, v. 32, n. 5, p. 549-588, 1999.

BRATTON, Michael. Second elections in Africa. **Journal of Democracy**, v. 9, n. 3, p. 51-65, 1998.

BRATTON, Michael. Vote buying and violence in Nigerian election campaigns. **Electoral Studies**, v. 27, n. 4, p. 621-632, 2008.

BRATTON, Michael; BHAVNANI, Ravi; CHEN, Tse-Hsin. Voting intentions in Africa: ethnic economic or partisan?. **Commonwealth & Comparative Politics**, v. 50, n. 1, p. 27-52, 2012.

BRATTON, Michael; CHU, Yun-Han; LAGOS, Marta. Who votes? Implications for new democracies. **Taiwan Journal of Democracy**, v. 6, n. 1, p. 107-136, 2010.

BRATTON, Michael; MATTES, Robert; GYIMAH-BOADI, E. **Public opinion, democracy and market reform in Africa**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

BRATTON, Michael; WALLE, Nicholas van de. **Democratic experiments in Africa: regime transitions in comparative perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

BRITO, Luís de. **Sobre a barreira dos 5% e do método de conversão dos votos em Mandatos**. Maputo: Electoral Institute of Southern África, 2005.

BROCKINGTON, David. The paradox of proportional representation: the effect of party systems and coalitions on individuals' electoral participation. **Political Studies**, v. 52, n. 3, p. 469-490, 2004).

BURCHARD, Stephanie M. **Electoral violence in sub-saharan Africa. Causes and consequences**. Boulder: Lynne Rienner, 2015.

BURNS, Nancy; SCHLOZMAN, Kay Lehman; VERBA, Sidney. **The private roots of public action: gender, equality and political participation**. Cambridge: Harvard University Press, 2001.

CAHEN, Michel. "Dhlakama e Maningue nice!": an atypical former guerrilla in the mozambican electoral campaign. **Transformation: critical perspectives on Southern Africa**, n. 35, p. 1-48, 1998.

CAMARGOS, M. B. Economia e voto: Fernando Henrique versus Lula, 1998. In: TELLES, Helcimara de Souza; LUCAS, João Ignácio (org.). **Da rua às urnas**. Caxias do Sul: Educs, 2003, p. 116-145.

CAMPBELL, Angus; CONVERSE, Philiip E.; MILLER, Warren E.; STOKES, Donald E. **The american voter**. New York: Wiley, 1960.

CAMPBELL, Angus; GURIN, Gerald; MILLER, Warren. **The voter decides**. Evanston, IL: Row, Peterson, 1954.

CAMPBELL, David E. Acts of faith: churches and political engagement. **Political Behavior**, v. 26, n. 2, p. 155-180, 2004.

CAMPBELL, David E.; WOLBRECHT, Christina. See Jane run: women politicians as role models for adolescents. **Journal of Politics**, v. 68, n. 2, p. 233-247, 2006.

CARLIN, Ryan E. The decline of citizen participation in electoral politics in postauthoritarian Chile. **Democratization**, v. 13, n. 4, p. 632-651, 2006.

CARRERAS, Miguel; CASTAÑEDA-ANGARITA, Nestor. Who votes in Latin America? A test of three theoretical perspectives. **Comparative Political Studies**, v. 47, n. 8, p. 1079-1104, 2014.

CARRERAS, Miguel; IREPOĞLU, Yasemin. Trust in elections, vote buying, and turnout in Latin America. **Electoral Studies**, v. 32, n. 4, p. 609-619, 2013.

CARTER, John R. Early projections and voter turnout in the 1980 presidential election. **Public Choice**, v. 43, n. 2, p. 195-202, 1984.

CHAPMAN, Randall G.; PALDA, Kristian S. Electoral turnout in rational voting and consumption perspectives. **Journal of Consumer Research**, v. 9, n. 4, p. 337-346, 1983.

CIA (CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY). **The World Factbook (Africa)**. 2023. Disponível em: <<https://www.cia.gov/the-world-factbook/africa>>. Acesso em: 20 abr. 2023.

CICATIELLO, Lorenzo; ERCOLANO, Salvatore; GAETA, Giuseppe. Income distribution and political participation: a multilevel analysis. **Empirica**, v. 42, n. 2, p. 447-479, 2015.

CLARKE, Harold; SANDERS, David; STEWART, Marianne; WHITELEY, Paul. **Political Choice in Britain**. Oxford: Oxford University Press, 2004

COHEN, G. Community cohesion and space planning. In: FRANKENBERG, Ronald (ed.). **Custom and conflict in British society**. Manchester: Manchester University Press, 1982, p. 258-285.

COLEMAN, Kenneth M.; DAVIS, Charles L. The structural context of politics and dimensions of regime performance : their importance for the comparative study of political efficacy. **Comparative Political Studies**, v. 9, n. 2, p. 189-206, 1976.

COLLIER, Ruth. **Regimes in tropical Africa**. Berkeley: University of California Press, 1982.

COLOMER, Josep M. Benefits and costs of voting. **Electoral Studies**, v. 10, n. 4, p. 313-326, 1991.

CONROY-KRUTZ, Jeffrey. Incumbent advantage and urban-rural geography in sub-saharan Africa. **Working paper**. Michigan: Michigan State University, 2009.

CONWAY, M. Margaret. **Political participation in the United States**. Washington: Cq Press, 2000.

COX, Gary W. **Making votes count: strategic coordination in the world's electoral systems**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

COX, Gary; MUNGER, Michael. Closeness, expenditures, turnout: the 1982 House elections. **American Political Science Review**, v. 83, n. 1, p. 217-232, 1989.

COX, Michaelene. When trust matters: explaining differences in voter turnout. **Journal of Common Market Studies**, v. 41, n. 4, p. 757-770, 2003.

CRAIG, Stephen. C.; MAGGIOTTO, Michael A. Measuring political efficacy. **Political Methodology**, v. 8, n. 3, p. 85-109, 1982.

CRAIG, Stephen C.; NIEMI, Richard G.; SILVER, Glenn E. Political efficacy and trust: a report on the NES pilot study items. **Political Behavior**, n. 12, 289-314, 1990.

CREWE, I. Electoral participation. In: BUTLER, David et al. (ed.). **Democracy at the polls: a comparative study of competitive national elections**. Washington: American Enterprise Institute, 1981, p. 216-262.

CRUZ, Cláudia Catarina Mendes Silva. **Modelos multi-nível: fundamentos e aplicações**. 2010. Dissertação (Mestrado em Estatística, Matemática e Computação) – Universidade Aberta, Lisboa, 2010.

DAHL, Robert A. **Polyarchy: participation and opposition**. New Haven: Yale University Press, 1971.

DALTON, Russell J. **Citizen politics in Western democracies**. Chatham: Chatham House, 1998.

DALTON, Russell J. **Citizen politics: public opinion and political parties in advanced industrial democracies Western democracies**. Chatham: Chatham House, 1988.

DALTON, Russell J. **The good citizen. How a younger generation is reshaping american politics**. Washington: CQ Press, 2008.

DALTON, Russell J.; ANDERSON, Christopher J. **Citizens, context and choice: how institutional structures shape citizen behavior**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

DALTON, Russell J.; WATTENBERG, Martin P. Unthinkable democracy: political change in advanced industrial democracies. In: DALTON, Russell J.; WATTENBERG, Martin P. (ed.). **Parties without partisans: political change in advanced industrial democracies**. Oxford: Oxford University Press, 2000, p. 3-16.

DALTON, Russell J.; WELDON, Steven. Partisanship and system institutionalization. **Party Politics**, v. 13, n. 2, p. 179-196, 2007.

DAVIS, Olethia. **A multivariate analysis of voter turnout in Louisiana contested nonpartisan judicial elections, 1981 e 1988**. Ph.D. dissertation. Ann Arbor, Michigan, 1991.

DENNY, Kevin; DOYLE, Orla. Political interest, cognitive ability and personality: determinants of voter turnout in Britain. **British Journal of Political Science**, v. 38, n. 2, p. 291-310, 2008.

DENVER, D. T., HANDS, H. T. Marginality and turnout in British general elections. **British Journal of Political Science**, v. 4, n. 1, p. 17-35, 1974.

DESPOSATO, Scott; NORRANDER, Barbara. The gender gap in Latin America: contextual and individual influences on gender and political participation. **British Journal of Political Science**, v. 39, n. 1, p. 141-162, 2009.

DETH, Jan W. van. Interest in politics. In: JENNINGS, M. Kent; DETH, Jan W. van (ed.). **Continuities in political action: a longitudinal study of political orientations in three Western democracies**. Berlin: Walter de Gruyter, 1990, p. 275-312.

DETH, Jan W. van. **Private groups and public life: social participation, voluntary associations and political involvement democracies**. London: Routledge, 1997.

DETTREY, Bryan; SCHWINDT-BAYER, Leslie A. Voter turnout in presidential democracies. **Comparative Political Studies**, v. 42, n. 10, p. 1317-1338, 2009.

DJUPE, Paul A., GRANT, J. Tobin. Religious institutions and political participation in America. **Journal for the Scientific Study of Religion**, v. 40, n. 2, p. 303-314, 2001.

DOWNS, Anthony. **An economic theory of democracy**. New York: Harper, 1957.

DUVERGER, Maurice. **Political parties: their organisation and activity in the modern state**. London: Methuen, 1954.

EISA (ELECTORAL INSTITUTE FOR SUSTAINABLE DEMOCRACY IN AFRICA). **EISA's election observation mission briefs, statements and reports**. 2023. Disponível em: <<https://www.eisa.org/eom.php>>. Acesso em: 20 abr. 2023.

EKMAN, Joakim; AMNÅ, Erik. Political participation and civic engagement: towards a new typology. **Human Affairs**, v. 22, n. 3, p. 283-300, 2012.

ERDMANN, Gero. Party research: Western European bias and the "African labyrinth". In: BASEDAU, Matthias; ERDMANN, Gero; MEHLER, Andreas (ed.). **Votes, money and violence: political parties and elections in sub-saharan Africa**. Uppsala: Nordic African Institute; South Africa: University of Kwazulu-Natal Press, 2007, p. 34-64.

FARRELL, David M. **Electoral systems: a comparative introduction**. New York: Palgrave, 2001.

FAURÉ, Yves. Democracy and realism: reflections on the case of Cote D'Ivoire. **Africa Confidential**, v. 63, n. 3, p. 313-329, 1993.

FELDMAN, Stanley. Economic self-interest and political behavior. **American Journal of Political Science**, v. 26, n. 3, p. 446-466, 1982.

FERRÃO, Maria Eugênia; BELTRÃO, Kaizô Iwaami; SANTOS, Denis Paulo dos. Políticas de não-repetência e a qualidade da educação: evidências obtidas a partir

da modelagem dos dados da 4ª série do SAEB-99. **Estudos em Avaliação Educacional**, n. 26, p. 47-74, 2002.

FIGUEIREDO, Marcus. **A decisão do voto: democracia e racionalidade**. Belo Horizonte: UFMG, 2008

FILER, John E.; KENNY, Lawrence W.; MORTON, Rebecca B. Redistribution, income, and voting. **American Journal of Political Science**, v. 37, n. 1, p. 63-87, 1993.

FINKEL, Steven E.; GEER, John G. A spot check: Casting doubt on the demobilizing effect of attack advertising. **American Journal of Political Science**, v. 42, n. 3, p. 573-595, 1998.

FIORINA, Morris P. Economic retrospective voting in american national elections: a micro-analysis. **American Journal of Political Science**, v. 22, n. 2, p. 426-443, 1978.

FIORINA, Morris P. Information and rationality in elections. In FERREJOHN, John A.; KUKLINSKI, James H. (ed.). **Information and democratic processes**. Urbana: University of Illinois Press, 1990, p. 329-342.

FIORINA, Morris P. **Retrospective voting in american national elections**. New Haven: Yale University Press, 1981.

FORNOS, Carolina A.; POWER, Timothy; GARAND, James C. Explaining voter turnout in Latin America, 1980 to 2000. **Comparative Political Studies**, v. 37, n. 8, p. 909-940, 2004.

FRANKLIN, Mark N. Electoral participation. In: LEDUC, Lawrence; NIEMI, Richard G.; NORRIS, Pippa (ed.) **Comparing democracies: elections and voting in global perspective**. Thousand Oaks: Sage, 1996, p. 216-235.

FRANKLIN, Mark N. The dynamics of electoral participation. In: LEDUC, Lawrence; NIEMI, Richard G.; NORRIS, Pippa (ed.). **Comparing democracies 2: new challenges in the study of elections and voting**. London: Sage, 2002, p. 148-168.

FRANKLIN, Mark N. **Voter turnout and the dynamics of electoral competition in established democracies since 1945**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

FREIRE, André. **Modelos do comportamento eleitoral: uma breve introdução crítica**. Lisboa: Celta, 2001.

FREIRE, André; MAGALHÃES, Pedro. **Abstenção eleitoral em Portugal**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

FRIDY, Kevin S. The elephant, umbrella, and quarrelling cocks: disaggregating partisanship in Ghana's fourth republic. **African Affairs**, v. 106, n. 423, p. 281-305, 2007.

GALBRAITH, James K.; HALE, J. Travis. State income inequality and presidential election turnout and outcomes. **Social Science Quarterly**, v. 89, n. 4, p. 888-901, 2008.

GALLAGHER, Michael; MITCHELL, Paul (ed.). **The politics of electoral systems**. New York: Oxford University Press, 2005.

GALLEGO, Aina; RICO, Guillem; ANDUIZA, Eva. Disproportionality and voter turnout in new and old democracies. **Electoral Studies**, v. 31, n. 1, p. 159-169, 2012.

GARAND, James C.; SHARPE, Christine Leveaux. Turnout, economic conditions, and government spending in the American states: a pooled analysis, 1960-1996. In: **Annual meeting of the Southern Political Science Association**. Atlanta, GA, nov. 2000.

GAVENTA, John. **Power and powerlessness: quiescence and rebellion in an Appalachian Valley**. Urbana: University of Illinois Press, 1980.

GEISLER, Gisela; HANSEN, K. Tranberg. Structural adjustment, the rural-urban-interface and gender relations in Zambia. In: ASLANBEIGUI, Nahid; PRESSMAN, Steven; SUMMERFIELD, Gale (ed.). **Women in the age of economic transformation: gender impact of reforms in post-socialist and developing countries**. London: Routledge, 1994, p. 95-112.

GERBER, A. S.; GREEN, D. P.; GREEN, M.. Partisan mail and voter turnout: results from randomized field experiments. **Electoral Studies**, v. 22, n. 4, p. 563-579, 2003.

GEYS, Benny. Explaining voter turnout: a review of aggregate-level research. **Electoral Studies**, v. 25, n. 4, p. 637-663, 2006a.

GEYS, Benny. Rational theories of voter turnout: a review. **Political Studies Review**, v. 4, n. 1, p. 16-35, 2006b.

GHIRARDATO, Paolo; KATZ, Jonathan N. Indecision theory: quality of information and voting behavior. **Social Science Working Paper 1106R**. Pasadena: California Institute of Technology, 2002. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=260580>. Acesso em: 20 abr. 2023.

GINSBERG, Benjamin. **The consequences of consent: elections, citizen control and popular acquiescence**. Reading: Addison-Wesley, 1982.

GOLDSTEIN, Harvey. **Multilevel statistical models**. 3a ed. London: Edward Arnold; New York: Wiley, 2003.

GOODIN, Robert; DRYZEK, John. **Rational participation: the politics of relative power**. Cambridge University Press, 2009.

GOSNELL, Harold F. **Why Europe Votes**. Chicago: University of Chicago Press, 1930.

HAERPFER, Christian. Austria. In: CREWE, Ivor; DENVER, David (ed.). **Electoral change in Western democracies: patterns and sources of electoral volatility**. New York: St. Martin's Press, 1985, p. 264-286.

HAM, Carolien van; LINDBERG, Staffan I. From sticks to carrots: electoral manipulation in Africa, 1986-2012. **Government and Opposition**, v. 50, n. 3, p. 521-548, 2015.

HANSEN, Tore. Local elections and local government performance. **Scandinavian Political Studies**, v. 17, n. 1, p. 1-30, 1994.

HARROP, Martin; MILLER, William L. **Elections and voters: a comparative introduction**. New York: New Amsterdam Books, 1987.

HEATH, Renee Guarriello. Rethinking community collaboration through a dialogic lens: creativity, democracy, and diversity in community organizing. **Management Communication Quarterly**, v. 21, n. 2, p. 145-171, 2007.

HECK, Ronald H.; THOMAS, Scott L.; TABATA, Lynn N. **Multilevel and longitudinal modeling with IBM SPSS**. New York: Routledge, 2013.

HIBBING, John R.; ALFORD, John R. The electoral impact of economic conditions: who is held responsible? **American Journal of Political Science**, v. 25, n. 3, p. 423-439, 1981.

HIRCZY, Wolfgang. The impact of mandatory voting laws on turnout: a quasi-experimental approach. **Electoral Studies**, v. 13, n. 3, p. 64-76, 1994.

HOFFMANN-MARTINOT, Vincent. Voter turnout in French municipal elections. In: LOPEZ NIETO, Lourdes (ed.). **Local elections in Europe**. Barcelona: ICPS, 1994.

HOX, J. Multilevel modeling: when and why. In: BALDERJAHN, Ingo; MATHAR, Rudolf; SCHADER, Martin (ed.). **Classification, data analysis, and data highways**. Berlin: Springer-Verlag, 1998, p. 147-154.

HOX, J. **Multilevel analysis: techniques and applications**. 2 ed.. Hove: Routledge, 2010.

HUNTINGTON, Samuel. Democracy's third wave. In: DIAMOND, Larry; PLATTNER, Marc F. (ed.). **The global resurgence of democracy**. 2 ed., Baltimore: John Hopkins Press, 1996, p. 3-25.

HUNTINGTON, Samuel P.; NELSON, Joan M. **No easy choice: political participation in developing countries**. Cambridge: Harvard University Press, 1976.

IDEA (INTERNATIONAL INSTITUTE FOR DEMOCRACY AND ELECTORAL ASSISTANCE). **Electoral system design database**. 2023. Disponível em: <<https://www.idea.int/data-tools/data/electoral-system-design>>. Acesso em: 20 abr. 2023.

INGLEHART, Ronald; CATTERBERG, Gabriela. Trends in political action: the developmental trend and the post-honeymoon decline. **International Journal of Comparative Sociology**, v. 43, n. 3-5, p. 300-316, 2002.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. **Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano**. São Paulo: Francis, 2009.

JACKMAN, Robert. Political institutions and voter turnout in industrial democracies. **American Political Science Review**, v. 81, n. 2, p. 405-423, 1987.

JACKMAN, Robert; MILLER, Ross. Voter turnout in the industrial democracies during the 1980s. **Comparative Political Studies**, v. 27, n. 4, p. 467-492, 1995.

JACKMAN, Simon. Bayesian analysis for political research. **Annual Review of Political Science**, v. 7, p. 483-505, 2004.

JACOBSON, Gary. **The politics of congressional elections**. Reading: Addison-Wesley, 2000.

JONES, Mark P. Electoral institutions, social cleavages, and candidate competition in presidential elections. **Electoral Studies**, v. 23, n. 1, p. 73-106, 2004.

JONES, Mark P. Presidential election laws and multipartism in Latin America. **Political Research Quarterly**, v. 47, n. 1, p. 41-57, 1994.

JUSTEL, Manuel. **La abstención electoral en España, 1977-1993**. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológica; Siglo Veintiuno de España, 1995.

KARP, Jeffrey A.; BANDUCCI, Susan A. Political efficacy and participation in twenty-seven democracies: how electoral systems shape political behaviour. **British Journal of Political Science**, v. 38, n. 2, p. 311-334, 2008.

KEDAR, Orit. When moderate voters prefer extreme parties: policy balancing in parliamentary elections. **American Political Science Review**, v. 99, n. 2, p. 185-199, 2005.

KEULDER, Christiaan. Voting behaviour in Namibia. In: KEULDER, Christiaan (ed.). **State, society and democracy: a reader in Namibian politics**. Windhoek: Namibian Institute for Democracy, 2000.

KEY JUNIOR, V. O. **The responsible electorate: rationality in presidential voting, 1936-1960**. New York: Vintage, 1966.

KINDER, Donald R.; KIEWIET, D. Roderick. Economic discontent and political behavior: the role of personal grievances and collective economic judgments in congressional voting. **American Journal of Political Science**, v. 23, n. 3, p. 495-527, 1979.

KINDER, Donald R., KIEWIET, D. Roderick. Sociotropic politics: the American case. **British Journal of Political Science**, v. 11, n. 2, p. 129-161, 1981.

KITTILSON, Miki Caul; SCHWINDT-BAYER, Leslie A. **The gendered effects of electoral institutions: political engagement and participation**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

KLESNER, Joseph L. Social capital and political participation in Latin America: evidence from Argentina, Chile, Mexico, and Peru. **Latin American Research Review**, v. 42, n. 2, p. 1-32, 2007.

KOUDAWO, Fafali. **Cabo Verde e Guiné-Bissau: da democracia revolucionária à democracia liberal**. Bissau: INEP, 2001.

KRAMER, Gerald H. Short-term fluctuations in U. S. voting behavior. **American Political Science Review**, v. 65, n. 1, p. 131-143, 1971.

KRISHNA, Anirudh. Enhancing political participation in democracies: what is the role of social capital?. **Comparative Political Studies**, v. 35, n. 4, p. 437-460, 2002.

KUENZI, Michelle T. Nonformal education, political participation, and democracy. **Political Behavior**, v. 28, n. 1, p. 1-31, 2006.

KUENZI, Michelle; LAMBRIGHT, Gina. Party systems and democratic Consolidation in Africa's electoral regimes. **Party Politics**, v. 11, n. 4, p. 423-446, 2005.

KUENZI, Michelle; LAMBRIGHT, Gina. Party system institutionalization in 16 African countries: a replication of Mainwaring and Scully. **Party Politics**, v. 7, n. 4, p. 437-468, 2001.

KUENZI, Michelle; LAMBRIGHT, Gina M. S. Voter turnout in Africa's multiparty regimes. **Comparative Political Studies**, v. 40, n. 6, p. 665-690, 2007.

KUENZI, Michelle; LAMBRIGHT, Gina M. S. Who votes in Africa? An examination of electoral participation in 10 African countries. **Party Politics**, v. 17, n. 6, p. 767-799, 2010.

LAAKSO, Markku; TAAGEPERA, Rein. "Effective" number of parties: a Measure with application to West Europe. **Comparative Political Studies**, v. 12, n. 1, p. 3-27, 1979.

LA DUE LAKE, Ronald; HUCKFELDT, Robert. Social capital, social networks, and political participation. **Political Psychology**, v. 19, n. 3, p. 567-584, 1998.

LAKEMAN, Enid. **How democracies vote: a study of electoral systems**. London: Faber, 1974.

LANE, Robert E. The fear of equality. **American Political Science Review**, v. 53, n. 1, p. 35-51, 1959.

LAZARSELD, Paul F.; BERELSON, Bernard; GAUDET, Hazel. **The people's choice: how the voter makes up his mind in a presidential election**. New York: Columbia University Press, 1944.

LEHOUCQ, Fabrice. When does a market for votes emerge?. In: SCHAFFER, Frederic C. (ed.) **Elections for sale: the causes and consequences of vote buying**. Boulder: Lynne Rienner, 2007, p. 33-45.

LEIGHLEY, Jan. Group membership and the mobilization of political participation. **The Journal of Politics**, v. 58, n. 2, p. 447-463, 1996.

LEIGHLEY, Jan; NAGLER, Jonathan. Individual and systemic influences on turnout: who votes? 1984. **Journal of Politics**, v. 45, n. 3, p. 719-740, 1992.

LEWIS-BECK, Michael S. **Economics and elections: the major western democracies**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1988.

LIJPHART, Arend. **Patterns of democracy: government forms and performance in thirty-six countries**. New Haven: Yale University Press, 1999.

LIJPHART, Arend. **Pattern of democracy: government forms and performance in thirty-six countries**. 2 ed. New Haven: Yale University Press, 2012.

LIJPHART, Arend. Unequal participation: democracy's unresolved dilemma. **American Political Science Review**, v. 91, n. 1, p. 1-14, 1997.

LIJPHART, Arend; GROFMAN, Bernard. **Choosing an electoral system: issues and alternatives**. New York: Praeger, 1984.

LINDBERG, Staffan I. The democratic qualities of competitive elections: Participation, competition and legitimacy in Africa. **Commonwealth and Comparative Politics**, v. 42, n. 1, p. 61-105, 2004.

LINDBERG, Staffan I. The surprising significance of African elections. **Journal of Democracy**, v. 17, n. 1, p. 139-151, 2006.

LINDBERG, Staffan I.; MORRISON, Minion K. C. Are African voters really ethnic or clientelistic? Survey evidence from Ghana. **Political Science Quarterly**, v. 123, n. 1, p. 95-122, 2008.

LINSSEN, Rik; SCHEEPERS, Peer; GROTENHUIS, Manfred te.; SCHMEETS, Hans. Conventional and unconventional political participation in times of financial crisis in the Netherlands, 2002-2012. **Acta Politica**, v. 53, n. 2, p. 283-304, 2018.

LIPSET, Seymour Martin. Some social requisites of democracy: economic development and political legitimacy. **American Political Science Review**, v. 53, n. 1, p. 69-105, 1959.

LIPSET, Seymour Martin; ROKKAN, Stein. Cleavage structures, party systems and voter alignments. In: LIPSET, Seymour Martin; ROKKAN, Stein (ed.). **Party systems**

and voter alignments: cross-nation perspectives. New York: Free Press, 1967, p. 1-64.

LUPIA, Arthur; MCCUBBINS, Matthew. **The democratic dilemma: can citizens learn what they need to know?** Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

LYNCH, Gabrielle; CRAWFORD, Gordon. Democratization in Africa 1990-2010: an assessment. **Democratization**, v. 18, n. 2, p. 275-310, 2011.

LYONS, William; ALEXANDER, Robert. A tale of two electorates: generational replacement and the decline of voting in presidential elections. **Journal of Politics**, v. 62, n. 4, p. 1014-1034, 2000.

MAAS, Cora J. M.; HOX, Joop J. Sufficient sample sizes for multilevel modeling. **Methodology**, v. 1, n. 3, p. 86-92, 2005.

MACKIE, Thomas T.; ROSE, Richard. **The international almanac of electoral history.** Washington: Congressional Quarterly Press, 1991.

MAIA, José A.; LOPES, Vitor P.; SILVA, Rui G.; SEABRA, André; FERREIRA, João V.; CARDOSO, Manuel V. Modelação hierárquica ou multi-nível. Uma metodologia estatística e um instrumento útil de pensamento na investigação em Ciências do Desporto. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**, v. 3, n. 1, p. 92-107, 2003.

MANIN, Bernard; PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan C. Elections and representation. In: PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan C.; MANIN, Bernard (ed.). **Democracy, accountability, and representation.** New York: Cambridge University Press, 1999, p. 29-54.

MANNING, Carrie. Assessing African party systems after the third wave. **Party Politics**, v. 11, n. 6, p. 707-727, 2005.

MARTINS, Manuel Meirinho. **Cidadania e participação política – temas e perspectivas em análise.** Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2010.

MATSUSAKA, John G. Explaining voter turnout patterns: an information theory. **Public Choice**, v. 84, n. 1-2, p. 91-117, 1995.

MATSUSAKA, John G.; PALDA, Filip. The downsian model meets the ecological fallacy. **Public Choice**, v. 77, n. 4, p. 855-878, 1993.

MATTES, Robert; TEKA, Mulo. Ethiopians' view of democratic government: fear, ignorance, or unique understanding of democracy?. **Afrobarometer (Working Paper 164)**, may 2016. Disponível em: <https://www.afrobarometer.org/wp-content/uploads/migrated/files/publications/Working%20papers/afropaperno164_ethiopia_democracy.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2023.

MAZRUI, Ali A. "Procurai primeiramente o reino político". In: MAZRUI, Ali A (ed.). **História geral da África – África desde 1935**. Brasília: Unesco, 2010, p. 125-149, v. 8.

MAZULA, Brazão. As eleições moçambicanas: uma trajetória da paz e da democracia. In: MAZULA, Brazão (org.). **Moçambique, eleições, democracia e desenvolvimento**. Maputo: Inter-Africa Group, 1995, p. 25-77.

MELTZER, Allan H.; RICHARD, Scott F. A rational theory of the size of government. **Journal of political Economy**, v. 89, n. 5, p. 914-927, 1981.

MILBRATH, Lester W. Political participation. In: LONG, Samuel (ed.). **The Handbook of Political Behavior**. New York: Plenum, 1981, p. 197-240. v.4.

MILBRATH, Lester W. **Political participation: how and why do people get involved in politics?**. Chicago: Rand McNally, 1965.

MILBRATH, Lester W.; GOEL, Madan Lal. **Political participation: how and why do people get involved in politics?**. 2. ed. Chicago: Rand McNally, 1977.

MILLER, Arthur H. Political issues and trust in government: 1964-1970. **American Political Science Review**, v. 68, n. 3, p. 951-972, 1974.

MILLER, Warren E. An organizational history of the intellectual origins of the American National Election Studies. **European Journal of Political Research**, v. 25, n. 3, p. 247-265, 1994.

MILLER, Warren E.; SHANKS, J. Merrill. **The new american voter**. Cambridge: Harvard University Press, 1996.

MILNOR, A. J. **Elections and political stability**. Boston: Little Brown, 1969.

MONROE, Kristen R. Economic analyses of electoral behavior: a critical review. **Political Behavior**, v.1, n. 2, p. 137-173, 1979.

MORALES, Laura; GEURTS, Peter. Associational involvement. In: DETH, Jan W. van; MONTERO, José Ramón; WESTHOLM, Anders (ed.). **Citizenship and involvement in European democracies: a comparative analysis**. New York: Routledge, 2007, p. 135-157.

MORTON, Rebecca B. Groups in rational turnout models. **American Journal of Political Science**, v. 35, n. 3, p.758-776, 1991.

MOZAFFAR, Shaheen; SCARRITT, James R.; GALAICH, Glen. Electoral institutions, ethnopolitical cleavages, and party systems in Africa's emerging democracies. **American Political Science Review**, v. 97, n. 3, p. 379-390, 2003.

MUELLER, Dennis C. **Public Choice III**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

MULLER, Edward N.; OPP, Karl-Dieter. D. Rational choice and rebellious collective action. **American Political Science Review**, v. 80, n. 2, p. 471-487, 1986.

MURILLO TORRECILLA, F. Javier. Los modelos multinível como herramienta para la investigación educativa. **Magis - Revista Internacional de Investigación en Educación**, v. 1, n. 1, p. 45-62, 2008.

MUTHÉN, Linda K.; MUTHÉN, Bengt O. How to use a Monte Carlo study to decide on sample size and determine power. **Structural Equation Modeling**, v. 9, n. 4, p. 599-620, 2002.

NASCIMENTO, Emerson Oliveira do. Os novos institucionalismos na ciência política contemporânea e o problema da integração teórica. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 1, p. 95-121, 2009.

NDI (NATIONAL DEMOCRATIC INSTITUTE FOR INTERNATIONAL AFFAIRS). **The November, 18, 1996 National elections in Zambia – a post-election assessment report**. Washington, 1996. Disponível em: <https://www.ndi.org/sites/default/files/870_zm_report_111896_5.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2023.

NEVITTE, Neil; BLAIS, André; GIDENGIL, Elizabeth; NADEAU, Richard. Socioeconomic Status and Nonvoting: A cross-national comparative analysis. In: KLINGEMANN, Hans-Dieter (ed.). **The comparative study of electoral systems**. New York: Oxford University Press, 2009, p. 85-108.

NEVITTE, Neil; BLAIS, André; GIDENGIL, Elizabeth; NADEAU, Richard. **Unsteady state: the 1997 Canadian federal election**. Don Mills: Oxford University Press, 2000.

NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil: do império aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

NIEMI, Richard G.; BARKAN, Joel D. Age and turnout in new electorates and peasant societies. **American Political Science Review**, v. 81, n. 2, p. 583-588, 1987.

NIEMI, Richard G.; JENNINGS, M. Kent. Issues and inheritance in the formation of party identification. **American Journal of Political Science**, v. 35, n. 4, p. 970-988, 1991.

NOHLEN, Dieter. Changes and choices in electoral systems. In: LIJPHART, Arend; GROFMAN, Bernard (ed.). **Choosing an electoral system: issues and alternatives**. New York: Praeger, 1984, p. 83-89.

NORRIS, Pippa (ed.). **Critical citizens: global support for democratic governance**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

NORRIS, Pippa. **Democratic phoenix: reinventing political activism**. New York: Cambridge University Press, 2002.

NORRIS, Pippa. **Driving democracy: do power-sharing institutions work?**. New York: Cambridge University Press, 2008.

NORTH, Douglass. **Structure, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

NUVUNGA, Adriano; SALIH, M. A. Mohamed. Mozambique's 2009 elections: framing democratic consolidation in context. **Journal of African Elections**, v. 9, n. 1, p. 34-53, 2010.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Phillippe C. **Transitions from authoritarian rule**. Baltimore: John Hopkins University Press, 1986.

OLIVER, J. Eric. City size and civic involvement in metropolitan America. **American Political Science Review**, v. 94, n. 2, p. 361-372, 2000.

PARRY, Geraint; MOYSER, George; DAY, Neil. **Political participation and democracy in Britain**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

PASQUINO, Gianfranco. **Curso de Ciência Política**. Cascais: Principia, 2002.

PATEMAN, Carole. **Participation and democratic theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.

PATTERSON, Thomas E. The vanishing voter: why are the voting booths so empty?. **National Civic Review**, v. 91, n. 4, p. 367-377, 2002.

PATTERSON, Thomas E. Young voters and the 2004 election. **The Joan Shorenstein Center on the Press, Politics, and Public Policy**, v. 2, 2005. Disponível em: <https://shorensteincenter.org/wp-content/uploads/2012/04/vv_Final_Report_2004_Election.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2023.

PEREA, Eva Abduzia. **Individuos o sistemas? Las razones de la abstención en Europa Occidental**. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas; Siglo XXI, 1999.

PERES, Paulo S. Comportamento ou instituições: a evolução histórica do neo-institucionalismo da Ciência Política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 68, p. 53-71, 2008.

PÉREZ-LIÑÁN, Anibal. Evaluating presidential runoff elections. **Electoral Studies**, v. 25, n. 1, p.129-146, 2006.

PIERSON, Paul. The new politics of the welfare State. **World Politics**, v. 48, n. 2, p. 143-179, 1996.

PLUTZER, Eric. Becoming a habitual voter: inertia, resources and growth in young adulthood. **American Political Science Review**, v. 96, n. 1, 41-56, 2002.

POSNER, Daniel N.; SIMON, David J. Economic conditions and incumbent support in Africa's new democracies: evidence from Zambia. **Comparative Political Studies**, v. 35, n. 3, p. 313-336, 2002.

POWELL, G. Bingham. American turnout in comparative perspective. **American Political Science Review**, v. 80, n. 1, p. 17-43, 1986.

POWELL, G. Bingham. **Contemporary democracies: participation, stability, and violence**. Cambridge: Harvard University Press, 1982.

POWELL, G. Bingham. **Elections as instruments of democracy: majoritarian and proportional visions**. New Haven: Yale University Press, 2000.

POWELL, G. Bingham. Voting participation in thirty democracies: effects of socioeconomic, legal and partisan environments. In: ROSE, Richard (ed.). **Electoral participation: a comparative perspective**. London and Beverly Hills: Sage, 1980, p. 5-34.

POWELL, Walter W.; DIMAGGIO, Paul. **The new Institutionalism in organizational analysis**. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

POWER, Timothy J.; ROBERTS, J. Timmons. Compulsory voting, invalid ballots, and abstention in Brazil. **Political Research Quarterly**, v. 48, n. 4, p. 795-826, 1995.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalism and social democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

PUENTE-PALACIOS, Katia Elizabeth; LAROS, Jacob Arie. Análise multinível: contribuições para estudos sobre o efeito do contexto social no comportamento individual. **Estudos de Psicologia**, v. 26, n. 3, p. 349-361, 2009.

PUTNAM, Robert D. **Bowling alone: the collapse and revival of american community**. New York: Simon and Schuster, 2000.

RADCLIFF, Benjamin. The welfare state, turnout and the economy: a comparative analysis. **American Political Science Review**, v. 86, n. 2, p. 444-454, 1992.

RADCLIFF, Benjamin; DAVIS, Patricia. Labor organization and electoral participation in industrial democracies. **American Journal of Political Science**, v. 44, p. 132-141, 2000.

RAE, Douglas W. **The political consequences of electoral laws**. New Haven: Yale University Press, 1967.

RALLINGS, Collin; THRASHER, Michael. Turnout in English local elections - an aggregate analysis with electoral and contextual data. **Electoral Studies**, v. 9, n. 2, p. 79-90, 1990.

REILLY, Ben. **Democracy in divided societies**. New York: Cambridge University Press, 2001.

RENNÓ, Lucio R.; SMITH, Amy E.; LEYTON, Matthew L.; BATISTA, Frederico. **Legitimidade e qualidade da democracia no Brasil: uma visão da cidadania**. São Paulo: Intermeios; Nashville: LAPOP, 2011.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido; BORBA, Julian; SILVA, Rafael da. Comparecimento eleitoral na América Latina: uma análise multinível comparada. **Revista Sociologia Política**, v. 23, n. 54, p. 91-108, 2015.

RIKER, William. Implications from the disequilibrium of majority rule for the study of institutions. **American Political Science Review**, v. 74, n. 2, p. 432-446, 1980.

RIKER, William H.; ORDESHOOK, Peter C. A theory of the calculus of voting. **American Political Science Review**, v. 62, n. 1, p. 25-42, 1968.

ROCHA, Alex Luiz Martins Matheus da. **Regressão logística multinível: uma aplicação de modelos lineares generalizados mistos**. 2014. Relatório final do projeto final – Departamento de Estatística. Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/10032/1/2014_AlexLuizMartinsMatheusdaRocha.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2023.

ROSE, Richard; MACKIE, Thomas T. **Incumbency in government: liability or asset?** Glasgow: Centre for the Study of Public Policy, 1980.

ROSENBERG, Shawn W. The structure of political thinking. **American Journal of Political Science**, v. 32, n. 3, p. 539-566, 1988.

ROSENSTONE, Steven J.; HANSEN, John Mark. **Mobilization, participation, and democracy in America**. New York: MacMillan, 1993.

ROSENSTONE, Steven; WOLFINGER, Raymond. The effect of registration laws on voter turnout. **American Political Science Review**, v. 72, n. 1, p. 22-45, 1978.

SABUCEDO, Jose Manuel; ARCE, Constrantino. Types of political participation: a multidimensional analysis. **European Journal of Political Research**, v. 20, n. 1, p. 93-102, 1991.

SCHAFFER, Frederic Charles. **Democracy in translation: understanding politics in an unfamiliar culture**. Ithaca: Cornell University Press, 1998.

SCHLOZMAN, Key Lehman; BRADY, Henry E.; VERBA, Sidney. **Unequal and unrepresented: political inequality and the people's voice in the new gilded age**. Princeton: Princeton University Press, 2018.

SCHOEMAN, Maxi; PUTTERGILL, Charles. Voting behaviour in the South African local government elections of 2006 with specific reference to the youth. **Journal of African Elections**, v. 6, n. 1, p. 152-173, 2007.

SCHWINDT-BAYER, Leslie A.; MISHLER, William. An integrated model of women's representation. **Journal of Politics**, v. 67, n. 2, p. 407-428, 2005.

SELIGSON, Mitchell A. Trouble in paradise? The erosion of system support in Costa Rica, 1978-1999. **Latin American Research Review**, v. 37, n. 1, p. 160-185, 2002.

SHENGA, Carlos; PEREIRA, Amílcar. The effect of electoral violence on electoral participation in Africa. **Cadernos de Estudos Africanos**, v. 38, p. 145-165, 2019.

SHEPSLE, Kenneth A. The positive theory of legislative institutions: an enrichment of social choice and spatial models. **Public Choice**, v. 50, n. 6, p. 135-178, 1986.

SHUGART, Matthew Soberg; CAREY, John M. **Presidents and Assemblies: constitutional design and electoral dynamics**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1992.

SIAROFF, Alan; MERER, John W. A. Parliamentary election turnout in Europe since 1990. **Political Studies**, v. 50, n. 5, p. 916-927, 2002.

SIEGLE, Joseph. Supporting democracy in Africa: effective aid strategies. In: MILLS, Greg; HANSEN, Holger Brett; HERBST, Jeffrey (ed.). **Africa beyond aid**. Johannesburgo: Brenthurst Foundation, 2008, p. 402-427.

SILVA, Rafael da. **Comportamento eleitoral na América Latina e no Brasil: em busca dos determinantes das abstenções, votos brancos e votos nulos**. 2016 Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

SITOE, Eduardo J. Abstenções: perspectivas e desafios para a consolidação da democracia. In: MAZULA, Brazão (dir.). **Moçambique: eleições gerais 2004 - um olhar do Observatório Eleitoral**. Maputo: Imprensa Universitária, 2006, p. 151-183.

SMITH, Amy Erica. Legitimate grievances: preferences for democracy, system support, and political participation in Bolivia. **Latin American Research Review**, v. 44, n. 3, p. 102-126, 2009.

SNIJDERS, Tom; BOSKER, Roelof Jan. **Multilevel analysis. An introduction to basic and advanced multilevel modeling**. London: Sage, 2002.

SOMMET, Nicolas; MORSELLI, Davide. Keep calm and learn multilevel logistic modeling: a simplified three-step procedure using Stata, R, Mplus, and SPSS. **International Review of Social Psychology**, v. 30, n. 1, p. 203-218, 2017.

STEINMO, Sven; THELEN, Katherine; LONGSTRETH, Frank (ed.). **Structuring politics: historical institutionalism in comparative perspective**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

SWAMINATHAN, Hariharan; ROGERS, H. Jane; SEN, Rohini. Research methodology for decision-making in School Psychology. In: BRAY, Melissa A.; KEHLE, Thomas J. (ed.). **The Oxford Handbook of School Psychology**. New York: Oxford University Press, 2011, p. 103-139.

- TAAGEPERA, Rein; SHUGART, Matthew Soberg. **Seats and votes: the effects and determinants of electoral systems**. New Haven: Yale University Press, 1989.
- TEORELL, Jan; TORCAL, Mariano; MONTERO, José Ramón. Political participation: mapping the terrain. In: DETH, Jan W. van; MONTERO, José Ramón; WESTHOLM, Anders (ed.). **Citizenship and involvement in European democracies: a comparative analysis**. New York: Routledge, 2007, p. 334-357.
- TUFTE, Edward R. Determinants of the outcomes of midterm congressional elections. **American Political Science Review**, v. 69, n. 3, p. 816-826, 1975.
- TUFTE, Edward R. **Political control of the economy**. Princeton: Princeton University Press, 1978.
- VERBA, Sidney; NIE, Norman H. **Participation in America: political democracy and social equality**. New York: Harper & Row, 1972.
- VERBA, Sidney; NIE, Norman H.; KIM, Jae-On. **Participation and political equality: a seven-nation comparison**. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.
- VERBA, Sidney; SCHLOZMAN, Kay Lehman; BRADY, Henry E. **Voice and equality: civic voluntarism in American politics**. Cambridge: Harvard University Press, 1995.
- WALLE, Nicolas van de. **African economies and the politics of permanent crisis, 1979-1999**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- WALLE, Nicolas van de. Elections without democracy: Africa's range of regimes. **Journal of Democracy**, v. 13, n. 2, p 66-80, 2002.
- WALLE, Nicolas van de. Presidentialism and clientelism in Africa's emerging party system. **The Journal of Modern African Studies**, v. 41, n. 2, p. 297-321, 2003.
- WANG, Chin-Shou; KURZMAN, Charles. The logistics: how to buy votes. In: SCHAFFER, Frederic Charles (ed.). **Elections for sale: the causes and consequences of vote buying**. Boulder: Lynne Rieder, 2007, p. 61-78.
- WATTENBERG, Martin P. **Is voting for young people?** New York: Pearson Longman, 2007.
- WATTENBERG, Martin P. **Where have all the voters gone?**. Cambridge: Harvard University Press, 2002.
- WIDESTROM, Amy Melissa. Impoverished democracy: economic inequality, residential segregation, and the decline of civic engagement. In: **Sawyer Law and Politics Program Research Workshop**. Syracuse, 2006.

WIDNER, Jennifer A. Political parties and civil societies in sub-Saharan Africa. In: OTTAWAY, Marina (ed.). **Democracy in Africa. The Hard Road Ahead**. Boulder: Lynne Rienner, 1997, p. 65-82.

WIELHOUWER, Peter W.; LOCKERBIE, Brad. Party contacting and political participation, 1952-90. **American Journal of Political Science**, v. 38, n. 1, p. 211-229, 1994.

WISEMAN, John A. Early post-redemocratization elections in Africa. **Electoral Studies**, v. 11, n. 4, p. 279-291, 1992.

WOLFINGER, Raymonde E.; ROSENSTONE, Steven J. **Who votes?** New Haven: Yale University Press, 1980.

WORLD BANK, THE. **World Bank Open Data**. 2023. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/>>. Acesso em: 20 abr. 2023.

WU, Sheng; CRESPI, Catherine M.; WONG, Weng Kee. Comparison of methods for estimating the intraclass correlation coefficient for binary responses in cancer prevention cluster randomized trials. **Contemporary Clinical Trials**, v. 33, n. 5, p. 869-880, 2012.

WUFFLE, A. Should you brush your teeth on november 6/1984: a rational choice perspective? **PS: Political Science and Politics**, v. 17, n. 3, p. 577-581, 1984.

YOUDE, Jeremy. Economics and government popularity in Ghana. **Electoral Studies**, v. 24, n. 1, p. 1-16, 2005.

YOUNG, Crawford; TURNER, Thomas Edwin. **The rise and decline of the Zairian state**. Madison: University of Wisconsin Press, 1985.

YOUNG, Daniel J. A close up of voter turnout: survey Data From Africa. In: **Annual meeting of the The Midwest Political Science Association**. Palmer House Hilton, Chicago, Apr 15, 2004.

ZIMMER, Troy A. Urbanization, social diversity, voter turnout and political competition in the U.S. Elections: analysis of congressional districts for 1972. **Social Science Quarterly**, v. 56, n. 4, p. 689-697, 1976.

Apêndices

Apêndice 1 - Descritivos

Local de Residência

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	NA	1	,0	,0	,0
	P1	1	,0	,0	,0
	Rural	75281	57,8	57,8	57,8
	Urbana	54879	42,2	42,2	100,0
	Total	130162	100,0	100,0	

Idade

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	10	12	,0	,0	,0
	11	1	,0	,0	,0
	12	1	,0	,0	,0
	18	3783	2,9	2,9	2,9
	19	4078	3,1	3,1	6,1
	20	4520	3,5	3,5	9,5
	21	3495	2,7	2,7	12,2
	22	4287	3,3	3,3	15,5
	23	3978	3,1	3,1	18,6
	24	3882	3,0	3,0	21,5
	25	5214	4,0	4,0	25,5
	26	3705	2,8	2,8	28,4
	27	3980	3,1	3,1	31,5
	28	4581	3,5	3,5	35,0
	29	3530	2,7	2,7	37,7
	30	5381	4,1	4,1	41,8
	31	2661	2,0	2,0	43,9
	32	4303	3,3	3,3	47,2
	33	2724	2,1	2,1	49,3
	34	2567	2,0	2,0	51,2
	35	4419	3,4	3,4	54,6
	36	2710	2,1	2,1	56,7
	37	2399	1,8	1,8	58,6

38	3027	2,3	2,3	60,9
39	2279	1,8	1,8	62,6
40	3972	3,1	3,1	65,7
41	1772	1,4	1,4	67,0
42	2891	2,2	2,2	69,3
43	1902	1,5	1,5	70,7
44	1475	1,1	1,1	71,9
45	3080	2,4	2,4	74,2
46	1565	1,2	1,2	75,4
47	1569	1,2	1,2	76,6
48	2063	1,6	1,6	78,2
49	1454	1,1	1,1	79,3
50	2628	2,0	2,0	81,4
51	1141	,9	,9	82,2
52	1743	1,3	1,3	83,6
53	1273	1,0	1,0	84,5
54	1273	1,0	1,0	85,5
55	1503	1,2	1,2	86,7
56	1240	1,0	1,0	87,6
57	986	,8	,8	88,4
58	1099	,8	,8	89,2
59	798	,6	,6	89,8
60	1721	1,3	1,3	91,2
61	667	,5	,5	91,7
62	906	,7	,7	92,4
63	756	,6	,6	93,0
64	676	,5	,5	93,5
65	1013	,8	,8	94,3
66	483	,4	,4	94,6
67	572	,4	,4	95,1
68	571	,4	,4	95,5
69	392	,3	,3	95,8
70	858	,7	,7	96,5
71	305	,2	,2	96,7
72	453	,3	,3	97,0
73	317	,2	,2	97,3
74	284	,2	,2	97,5
75	377	,3	,3	97,8

76	232	,2	,2	98,0
77	172	,1	,1	98,1
78	232	,2	,2	98,3
79	135	,1	,1	98,4
80	303	,2	,2	98,6
81	92	,1	,1	98,7
82	131	,1	,1	98,8
83	91	,1	,1	98,9
84	79	,1	,1	98,9
85	102	,1	,1	99,0
86	42	,0	,0	99,0
87	52	,0	,0	99,1
88	35	,0	,0	99,1
89	29	,0	,0	99,1
90	47	,0	,0	99,2
91	13	,0	,0	99,2
92	16	,0	,0	99,2
93	9	,0	,0	99,2
94	6	,0	,0	99,2
95	13	,0	,0	99,2
96	2	,0	,0	99,2
97	1	,0	,0	99,2
98	7	,0	,0	99,2
99	17	,0	,0	99,2
NA	1008	,8	,8	100,0
P2	1	,0	,0	100,0
Total	130162	100,0	100,0	

Renda Proxy

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	6586	5,1	5,1	5,1
	1	16487	12,7	12,7	17,7
	2	24490	18,8	18,8	36,5
	3	18980	14,6	14,6	51,1
	4	63365	48,7	48,7	99,8
	NA	253	,2	,2	100,0
	P4	1	,0	,0	100,0
	Total	130162	100,0	100,0	

Interesse por politica

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	42521	32,7	32,7	32,7
	1	60101	46,2	46,2	78,8
	2	26246	20,2	20,2	99,0
	NA	1293	1,0	1,0	100,0
	P5	1	,0	,0	100,0
	Total	130162	100,0	100,0	

Adesão a grupos religiosos

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	61289	47,1	47,1	47,1
	1	23589	18,1	18,1	65,2
	2	37088	28,5	28,5	93,7
	3	7414	5,7	5,7	99,4
	NA	781	,6	,6	100,0
	P6A	1	,0	,0	100,0
	Total	130162	100,0	100,0	

Adesão à associação voluntária ou comunitária

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	84966	65,3	65,3	65,3
	1	15627	12,0	12,0	77,3
	2	21673	16,7	16,7	93,9
	3	6479	5,0	5,0	98,9
	NA	1416	1,1	1,1	100,0
	P6B	1	,0	,0	100,0
	Total	130162	100,0	100,0	

Votação

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	21572	16,6	16,6	16,6
	1	92911	71,4	71,4	88,0
	NA	15678	12,0	12,0	100,0
	P7	1	,0	,0	100,0
	Total	130162	100,0	100,0	

Confiança nas eleições

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	21217	16,3	16,3	16,3
	1	19016	14,6	14,6	30,9
	2	28892	22,2	22,2	53,1
	3	49132	37,7	37,7	90,9
	NA	11904	9,1	9,1	100,0
	P8	1	,0	,0	100,0
	Total	130162	100,0	100,0	

Apoio à democracia

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	15945	12,3	12,3	12,3
	1	15060	11,6	11,6	23,8
	2	88865	68,3	68,3	92,1
	NA	10291	7,9	7,9	100,0
	P9	1	,0	,0	100,0
	Total	130162	100,0	100,0	

Satisfação com a democracia

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	1875	1,4	1,4	1,4
	1	23296	17,9	17,9	19,3
	2	34308	26,4	26,4	45,7
	3	39317	30,2	30,2	75,9
	4	21175	16,3	16,3	92,2
	NA	10190	7,8	7,8	100,0
	P10	1	,0	,0	100,0
	Total	130162	100,0	100,0	

Confiança no Presidente da República

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	22907	17,6	17,6	17,6
	1	27116	20,8	20,8	38,4
	2	27981	21,5	21,5	59,9
	3	47730	36,7	36,7	96,6
	NA	4427	3,4	3,4	100,0
	P11A	1	,0	,0	100,0
	Total	130162	100,0	100,0	

Confiança no Parlamento

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	25525	19,6	19,6	19,6
	1	31810	24,4	24,4	44,0
	2	31953	24,5	24,5	68,6
	3	32760	25,2	25,2	93,8
	NA	8113	6,2	6,2	100,0
	P11B	1	,0	,0	100,0
	Total	130162	100,0	100,0	

Confiança no Governo Local

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	27425	21,1	21,1	21,1
	1	33509	25,7	25,7	46,8
	2	31742	24,4	24,4	71,2
	3	28128	21,6	21,6	92,8
	NA	9357	7,2	7,2	100,0
	P11C	1	,0	,0	100,0
	Total	130162	100,0	100,0	

Confiança nas instituições políticas

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	7116	5,5	5,5	5,5
	1	3175	2,4	2,4	7,9
	10	10556	8,1	8,1	16,0
	11	7124	5,5	5,5	21,5
	12	8929	6,9	6,9	28,3
	13	4364	3,4	3,4	31,7
	14	2348	1,8	1,8	33,5
	15	5879	4,5	4,5	38,0
	16	5	,0	,0	38,0
	17	6	,0	,0	38,0
	18	4	,0	,0	38,0
	19	1	,0	,0	38,0

2	4128	3,2	3,2	41,2
3	5648	4,3	4,3	45,5
4	6295	4,8	4,8	50,4
5	10541	8,1	8,1	58,5
6	8513	6,5	6,5	65,0
7	8623	6,6	6,6	71,6
8	8719	6,7	6,7	78,3
9	9582	7,4	7,4	85,7
NA	18605	14,3	14,3	100,0
P16	1	,0	,0	100,0
Total	130162	100,0	100,0	

Eficácia política Proxy

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	61360	47,1	47,1	47,1
	1	38913	29,9	29,9	77,0
	2	14313	11,0	11,0	88,0
	3	6702	5,1	5,1	93,2
	NA	8873	6,8	6,8	100,0
	P12	1	,0	,0	100,0
Total		130162	100,0	100,0	

Partidos políticos

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	NA	7505	5,8	5,8	5,8
	Não	51907	39,9	39,9	45,6
	P13	1	,0	,0	45,6
	Sim	70749	54,4	54,4	100,0
Total		130162	100,0	100,0	

Escolaridade

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	0	19955	15,3	15,3	15,3
	1	5844	4,5	4,5	19,8
	2	22895	17,6	17,6	37,4
	3	17718	13,6	13,6	51,0
	4	27234	20,9	20,9	71,9
	5	18932	14,5	14,5	86,5
	6	7065	5,4	5,4	91,9
	7	4365	3,4	3,4	95,3
	8	4751	3,7	3,7	98,9
	9	969	,7	,7	99,7
	NA	433	,3	,3	100,0
	P14	1	,0	,0	100,0
	Total	130162	100,0	100,0	

Sexo

		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	Feminino	64859	49,8	49,8	49,8
	Masculino	65301	50,2	50,2	100,0
	NA	1	,0	,0	100,0
	P15	1	,0	,0	100,0
	Total	130162	100,0	100,0	

Apêndice 2 – Código dos modelos

#Script de modelo de análise

```
#####TESE ACRÍSIO#####
```

```
####Opções####
```

```
options(scipen = 999)
```

```
#####  
#####
```

```
####Importar Base de Dados####
```

```
library(foreign)
```

```
library(tidyverse)
```

```
aqui <- getwd()
```

```
setwd("C:/Users/lucas/OneDrive/congressos/Tese - Acrísio/dados/micro")
```

```
lista <- as.list(list.files())
```

```
res <- lapply(lista, read.spss, to.data.frame = TRUE, use.value.labels = F)
```

```
names(res) <- lista
```

```
micro <- bind_rows(res, .id = "column_label")
```

```
setwd(aqui)
```

```
micro$column_label <- NULL
```

```
micro$Num_respo <- NULL
```

```
micro$respno <- NULL
```

```
micro$RESPNO <- NULL
```

```
rm(lista)
```

```
rm(res)
```

```
rm(aqui)
```

```
library(readxl)
```

```
macro <- read_excel("dados/macro/macro.xlsx")
```

```
###
```

```
micro$PAIS <- str_replace_all(micro$PAIS, " ", "")
```

```
bd <- merge(micro, macro, by = c("PAIS", "ANO"))
```

```
rm("macro", "micro")
```

```
write.csv2(bd, "base_dados.csv")
```

```
#####  
#####
```

```
#####Recodificação de Variáveis#####
```

```
####Dependente - Comparecimento Eleitoral####
```

```
bd$P7 <- ifelse(bd$P7 > 1, NA, bd$P7)
```

```
bd$P7 <- as.factor(bd$P7)
```

```
####Variáveis Independentes####
```

```
###Recursos###
```

```
##Renda Proxy##
```

```
bd$P4 <- ifelse(bd$P4 > 4, NA, bd$P4)
```

```
#bd$P4 <- as.factor(bd$P4)
```

```
bd$P4c <- bd$P4 - mean(bd$P4, na.rm = T)
```

```
##Escolaridade##
```

```
table(bd$P14)
```

```
bd$P14c <- bd$P14 - mean(bd$P14, na.rm = T)
```

```
##Escolaridade - Dummy##
```

```
bd$P17 <- ifelse(bd$P17 == 1, "Não", "Sim")
```

```
bd$P17 <- as.factor(bd$P17)
```

```
###Disposições Psicológicas###
```

```
##Interesse em Política - Proxy##
```

```
table(bd$P5)
```

```
bd$P5c <- bd$P5 - mean(bd$P5, na.rm = T)
```

```
#bd$P5 <- as.factor(bd$P5)
```

```
##Eficácia Política - Proxy##
```

```
table(bd$P12)
```

```
bd$P12 <- ifelse(bd$P12 > 3, NA, bd$P12)
```

```
bd$P12c <- bd$P12 - mean(bd$P12, na.rm = T)
```

```
#bd$P12 <- as.factor(bd$P12)
```

```
###Redes de Mobilização###
```

```
##Associação Religiosa##
```

```
bd$P6A <- ifelse(bd$P6A > 3, NA, bd$P6A)
```

```
bd$P6Ac <- bd$P6A - mean(bd$P6A, na.rm = T)
```

```
#bd$P6A <- as.factor(bd$P6A)
```

```
##Associação Comunitária##
```

```
bd$P6Bc <- bd$P6B - mean(bd$P6B, na.rm = T)
```

```
#bd$P6B <- as.factor(bd$P6B)
```

```
##Partidos Políticos##
```

```
bd$P13 <- ifelse(bd$P13 > 1, NA, bd$P13)
```

```
bd$P13 <- ifelse(bd$P13 == 0, "Não", "Sim")
```

```
bd$P13 <- as.factor(bd$P13)
```

```
###Demográficas###
```

```
##Idade##
```

```
bd$P2 <- ifelse(bd$P2 == 9999, NA, bd$P2)
```

```
bd$P2c <- bd$P2 - mean(bd$P2, na.rm = T)
```

```
##Sexo##
```

```
table(bd$P15)
```

```
bd$P15 <- ifelse(bd$P15 == 1, "Masculino", "Feminino")
```

```
bd$P15 <- as.factor(bd$P15)
```

```
##Rural/ Urbano##
```

```
table(bd$P1)
```

```
bd$P1 <- ifelse(bd$P1 == 0, "Rural", "Urbana")
```

```
bd$P1 <- as.factor(bd$P1)
```

```
###Atitudes e Comportamentos###
```

```
##Confiança nas Instituições##
```

```

library(psych)
#Confiança no Presidente#
table(bd$P11A)
#Confiança no Parlamento#
table(bd$P11B)
#Confiança no Governo Local#
table(bd$P11C)
#Confiança no Partido no Poder#
table(bd$P11D)
#Confiança nos Partidos de Oposição#
table(bd$P11E)

conf <- bd[c("P11A", "P11B", "P11C")]

fa.parallel(conf)
fa.conf <- fa(conf, nfactors = 1, cor = "poly", rotate = "oblimin", fm = "pa")
fa.conf
print(fa.conf$loadings, cutoff = 0.35)
#Resultado - Análise Fatorial:#
#   PA1
#P11A 0.794
#P11B 0.920
#P11C 0.717
#
#PA1
#SS loadings  1.993
#Proportion Var 0.664
KMO(conf)
#Overall MSA = 0.68
alpha(conf)
#raw_alpha std.alpha G6(smc) average_r S/N   ase mean  sd median_r
# 0.79    0.8  0.73    0.56 3.9 0.00099 1.6 0.94   0.58

```

```
bd$P11 <- bd$P11A + bd$P11B + bd$P11C
```

```
bd$P11c <- bd$P11 - mean(bd$P11, na.rm = T)
```

```
##Percepção de Integridade Eleitoral##
```

```
bd$P8 <- ifelse(bd$P8 > 4, NA, bd$P8)
```

```
bd$P8c <- bd$P8 - mean(bd$P8, na.rm = T)
```

```
#bd$P8 <- as.factor(bd$P8)
```

```
##Apoio à Democracia##
```

```
table(bd$P9)
```

```
bd$P9 <- ifelse(bd$P9 > 2, NA, bd$P9)
```

```
bd$P9c <- bd$P9 - mean(bd$P9, na.rm = T)
```

```
#bd$P9 <- as.factor(bd$P9)
```

```
##Satisfação com a Democracia##
```

```
table(bd$P10)
```

```
bd$P10c <- bd$P10 - mean(bd$P10, na.rm = T)
```

```
#bd$P10 <- as.factor(bd$P10)
```

```
##PIB per Capita - Macro##
```

```
bd$PIBCAPc <- bd$PIBCAP - mean(bd$PIBCAP, na.rm = T)
```

```
##População Urbana (Porcentagem) - Macro##
```

```
bd$POPURBc <- bd$POPURB - mean(bd$POPURB, na.rm = T)
```

```
##Efetividade Governamental - Macro##
```

```
bd$EFGOVc <- bd$EFGOV - mean(bd$EFGOV, na.rm = T)
```

```
###Variável Indexadora (Pais + Ano)###
```

```
bd$PAIS <- as.character(bd$PAIS)
```

```
bd$ANO <- as.character(bd$ANO)
```

```
bd$IDENPA <- paste(bd$PAIS, bd$ANO, sep = "")
```

```
bd$IDENPA <- as.factor(bd$IDENPA)
```

```
###Rótulo das Variáveis###
```

```
attr(bd$P7, "label") <- "Comparecimento Eleitoral"
```

```
attr(bd$P4, "label") <- "Renda - Proxy"
```

```
attr(bd$P14, "label") <- "Escolaridade"
```

```
attr(bd$P5, "label") <- "Interesse em Política"
```

```
attr(bd$P12, "label") <- "Eficácia Política Subjetiva"
```

```
attr(bd$P6A, "label") <- "Associatismo Religioso"
```

```
attr(bd$P6B, "label") <- "Associativismo Comunitário"
```

```
attr(bd$P13, "label") <- "Proximidade de Partidos Políticos"
```

```
attr(bd$P2, "label") <- "Idade"
```

```
attr(bd$P15, "label") <- "Sexo"
```

```
attr(bd$P1, "label") <- "Residência"
```

```
attr(bd$P11, "label") <- "Confiança nas Instituições"
```

```
attr(bd$P8, "label") <- "Percepção de Integridade Eleitoral"
```

```
attr(bd$P10, "label") <- "Satisfação com à Democracia"
```

```
attr(bd$P9, "label") <- "Apoio à Democracia"
```

```
attr(bd$PRES, "label") <- "Sistema Presidencialista"
```

```
attr(bd$REE, "label") <- "Candidato a Reeleição"
```

```
attr(bd$ELESIM, "label") <- "Eleições Simultâneas"
```

```
attr(bd$RP, "label") <- "Representação Proporcional"
```

```
attr(bd$EFGOVc, "label") <- "Efetividade Governamental"
```

```
attr(bd$POPURBc, "label") <- "% População Urbana"
```

```
attr(bd$PIBCAPc, "label") <- "PIB per Capita"
```

```
#####  
#####
```

```
####Modelos####
```

```
library(lme4)
```

```
##Modelo Nulo##
```

```
nulo.m <- glmer(P7 ~ 1 + (1 | IDENPA), family = binomial("logit"), data = bd)
```

```
summary(nulo.m)
```

#Coeficiente de Correlação Intraclasse

$0.8108/(0.8108+\pi^2/3)$

#0.1977239#

##Modelo Individual##

```
ind.m <- glm(P7 ~ P4 + P14 + P5 + P12 + P6A + P6B + P13 + P2 + P15 + P1 +  
P11 + P8 + P10 + P9, family = binomial("logit"), data = bd)
```

##Modelo Intermediário Restrito##

```
ir.m <- glmer(P7 ~ P4 + P14 + P5 + P12 + P6A + P6B + P13 + P2 + P15 + P1 +  
P11 + P8 + P10 + P9 + PRESB + REE + ELESIM + RP +  
EFGOVc + POPURBc + PIBCAPc + (1 | IDENPA), family = binomial("logit"), data =  
bd)
```

##Modelos Intermediários Ampliados##

#ia.m1 - Recursos + Presidencialismo

```
ia.m1 <- glmer(P7 ~ P4 + P14 + P5 + P12 + P6A + P6B + P13 + P2 + P15 + P1 +  
P11 + P8 + P10 + P9 + PRESB + REE + ELESIM + RP + ELECOMP +  
EFGOV + POPURB + (1 | IDENPA) + P1*P13,  
family = binomial("logit"), data = bd)
```

```
ia.m2 <- glmer(P7 ~ P4 + P14 + P5 + P12 + P6A + P6B + P13 + P2 + P15 + P1 +  
P11 + P8 + P10 + P9 + PRESB + REE + ELESIM + RP + ELECOMP +  
EFGOV + POPURB + (1 | IDENPA) + P13*P2,  
family = binomial("logit"), data = bd)
```

```
ia.m3 <- glmer(P7 ~ P4 + P14 + P5 + P12 + P6A + P6B + P13 + P2 + P15 + P1 +  
P11 + P8 + P10 + P9 + PRESB + REE + ELESIM + RP + ELECOMP +  
EFGOV + POPURB + (P8 | IDENPA) + P11*EFGOV,  
family = binomial("logit"), data = bd)
```

```
tab_model(ia.m1, ia.m2, show.re.var = T, show.se = T, show.ci = F, p.style = "stars",  
wrap.labels = 60)
```

```
plot_model(ia.m2, type = "int", mdrt.values = "meansd")
```

Informações técnicas das variáveis

Variáveis	Codificação	Recodificação	Escala
Urban or Rural	1 = Urban 2 = Rural	0 = Rural 1 = Urban	Dummy
Age	-1 = Missing 18 = Minimum 95 = Maximum 998 = Refused 999 = Don't Know		Continua
How often gone without food	-1 = Missing 0 = Never 1 = Just once or twice 2 = Several times 3 = Many times 4 = Always 8 = Refused 9 = Don't Know	0 = Always 1 = Many times 2 = Several times 3 = Just one or twice 4 = Never 999 = Missing [-1; 8; 9]	Escalar
Discuss politics	-1 = Missing 0 = Never 1 = Occasionally 2 = Frequently 8 = Refused 9 = Don't Know	0 = Never 1 = Occasionally 2 = Frequently 999 = Missing [-1; 8; 9]	Escalar
Member of religious group	-1 = Missing 0 = Not a member 1 = Inactive Member 2 = Active Member 3 = Official Leader 8 = Refused 9 = Don't Know	0 = Not a member 1 = Inactive Member 2 = Active Member 3 = Official Leader 999 = Missing [-1; 8; 9]	Escalar
Member of voluntary association or community group	-1 = Missing 0 = Not a member 1 = Inactive Member 2 = Active Member 3 = Official Leader 8 = Refused 9 = Don't Know	0 = Not a member 1 = Inactive Member 2 = Active Member 3 = Official Leader 999 = Missing [-1; 8; 9]	Escalar
Voting	-1 = Missing 0 = You were not registered to vote 1 = You voted in the elections 2 = You decided not to vote 3 = You could not find the polling station 4 = You were prevented from voting 5 = You did not have time to vote 6 = You did not vote because your name not in the register 7 = Did not vote for some other reason 8 = You were too young to vote	0 = Np, did not Vote [2; 3; 4; 5; 6; 7] 1 = Yes, voted 999 = Missing [-1; 0; 8; 9; 98]	Dummy

	9 = Don't Know 98 =Refused		
Freedom and fairness	-1 = Missing 1 = Not free and fair 2 = Free and fair, with major problems 3 = Free and fair, but with minor problems 4 = Completely free and fair 8 = Do not understand question 9 =Don't Know 98 = Refused	0 = Not free and fair 1 = Free and fair, with major problems 2 = Free and fair, but with minor problems 3 = Completely free and fair 999 = Missing [-1; 8; 9; 98]	Escalar
Support for democracy	-1 = Missing 1 = STATEMENT 3: Doesn't matter 2 = STATEMENT 2: Sometimes non-democratic preferable 3 = STATEMENT 1: Democracy preferable 8 = Refused 9 =Don't Know	0 = STATEMENT 3: Doesn't matter 1 = STATEMENT 2: Sometimes non-democratic preferable 2 = STATEMENT 1: Democracy preferable 999 = Missing [-1; 8; 9]	Escalar
Satisfaction with democracy	-1 = Missing 0 = The country is not a democracy 1 = Not at all satisfied 2 = Not very satisfied 3 = Fairly satisfied 4 = Very satisfied 8 = Refused 9 =Don't Know	0 = The country is not a democracy 1 = Not at all satisfied 2 = Not very satisfied 3 = Fairly satisfied 4 = Very satisfied 999 = Missing [-1; 8; 9]	Escalar
Trust	-1 = Missing 0 = Not at all 1 = Just a little 2 = Somewhat 3 = A lot 8 = Refused 9 =Don't Know	0 = Not at all 1 = Just a little 2 = Somewhat 3 = A lot 999 = Missing [-1; 8; 9] [criou-se um índice]	Escalar
MPs listen	-1 = Missing 0 = Never 1 = Only Sometimes 2 = Often 3 = Always 8 =Refused 9 = Don't Know	0 = Never 1 = Only Sometimes 2 = Often 3 = Always 999 = Missing [-1; 8; 9]	Escalar
Close to political party	1 = Missing 0 = No, not close to any party 1 = Yes, feels close to a party 8 =Refused 9 = Don't Know	0 = Not 1 = Yes 999 = Missing [-1; 8; 9]	Dummy
Education	-1 = Missing 0 = No formal schooling 1 = Informal schooling only 2 = Some primary schooling 3 = Primary school completed 4 = Some secondary school / high school 5 = Secondary school / high school completed 6 = Post-secondary qualifications, other than university 7 = Some university 8 = University completed	0 = No formal schooling 1 = Informal schooling only 2 = Some primary schooling 3 = Primary school completed 4 = Some secondary school / high school 5 = Secondary school / high school completed 6 = Post-secondary qualifications, other than university 7 = Some university 8 = University completed 9 = Post-graduate	Escalar

	9 = Post-graduate 98 =Refused 99 = Don't Know	999 = Missing [-1; 98; 99]	
Gender	1 = Male 2 = Female	0 = Male 1 = Female	Dummy